

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR:
um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES**

Alaide Rita Donatoni

Orientador Dr. José Luís Sanfelice

Comissão Julgadora

1999

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

D715t Donatoni, Alaíde Rita.
Trajetória do movimento docente do ensino superior : um
resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES / Alaíde
Rita Donatoni. -- Campinas, SP : [s.n.],
1999.

Orientador : José Luis Sanfelice.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Ensino superior - História. 2. Professores - Movimentos
sindicais. 3. * ANDES - História – 1981. I. Sanfelice, José Luís.
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade
de Educação. III. Título.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é resgatar historicamente a Trajetória do Movimento Docente do Ensino Superior no Brasil, desde sua origem até o ano de 1994, apontando os momentos mais significativos deste percurso, a exemplo das lutas da categoria por suas reivindicações, em que se destaca a defesa intransigente de um ensino público gratuito e de qualidade para todos, além da participação junto às lutas sociais em favor da democratização do País.

As fontes desta pesquisa encontram-se em documentos, jornais, revistas e livros, em depoimentos vivos de professores e líderes do movimento docente.

Os instrumentos utilizados foram: entrevistas, questionários escritos, gravações, fax, e-mail e cartas. A metodologia empregada foi a análise documental e bibliográfica, numa perspectiva crítica.

Este trabalho nos possibilitou chegar a algumas conclusões, não definitivas, prontas ou acabadas, mas, considerações que não expressam um fim em si mesmas, contudo apontam novos caminhos e novas elaborações àqueles que se interessem em avançar ou aprofundar estes conhecimentos.

Portanto, pudemos perceber pontos positivos e negativos dentro do Movimento Docente. Por exemplo, de um lado, a importância da luta de suas lideranças na organização da categoria até a criação do Sindicato Nacional e, de outro, o processo de fragilização por que passam os sindicatos como um todo, em especial o sindicato dos funcionários públicos docentes.

ABSTRACT

The aim of this paper is to made a historical rescue of the Trajectory of University Professors Movement in Brazil, since the beginning till the year of 1994, showing the most significant moments of this path, like the struggles made by the category for their vindication, in wich it detaches the intransigent defense of a public gratuitous and highly qualified school for all, as well its participation along with the social fights in regard to democratization of our Country.

The research sources were documents, newspapers, periodics and books, as well as in testimonies of professors and leaders of the Professors Movement.

Instruments used were interviews written questionnaires, tape recordings, fax, e-mail and letters. Methodology was documental and bibliographic analyzis in a critical approach.

This inquiry led us to some conclusions which are not definitive, ready or finished, but considerations that express not an aim by themselves, but assign to new paths and considerations to whom is concerned in advance or deepen this subject.

There fore, it was possible to perceive positive and negative aspects of the Professors Movement. For example, in one hand the importance of the fights performed by this Movement, in its organization by categories till the creation of the National Syndicate, and, in the other hand, the fragilesness process experienced by the Syndicates, as a whole specially the official professors syndicate.

Aos professores que compõem o movimento docente do ensino superior e fazem dele o baluarte na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade para todos.

AGRADECIMENTOS

- ♦ *À ANDES SN, por ter-nos dado a oportunidade de pesquisar na sede do Sindicato;*
- ♦ *às Associações Docentes que colaboraram enviando-nos material e livros acerca da história das respectivas ADs, em especial à colaboração prestada pela ADUSP SS e APUBH SS;*
- ♦ *à ADUFU SS, local onde iniciei minha atuação sindical no 3º grau e que colaborou sobremaneira para esta pesquisa. Agradeço especialmente à Marluce Severino de*

Paula, secretária; Rubens de Castro Silva, assessor de imprensa; Daniel Primo Biasi, gerente de cpd e Joaquim Ricardo Pinto, auxiliar administrativo. Este agradecimento se estende às gestões de Euclides Honório de Araújo e Paulo Roberto de Almeida que nos possibilitaram pesquisar na AD e ao GT de Aposentados por intermédio de Maria Célia Rangearo Perez, pelo apoio a este trabalho;

- ◆ *ao DEPOP – Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica, da Universidade Federal de Uberlândia, em que, sem direito a bolsa de estudos e afastamento, recebi o apoio unânime dos professores, da chefe do Departamento, Marizilda Sacani Sansevero e do secretário Vilmar Lopes, para seguir adiante neste difícil propósito.*
- ◆ *aos professores Luiz Humberto Martins Arantes, Alcione Rodrigues, Teódulo Augusto Campelo de Vasconcelos e Ivan Miguel Costa, que colaboraram, lendo e opinando sobre este trabalho;*
- ◆ *aos pesquisadores Sérgio Paulo Moraes e Maria Cândida de Pádua Coelho, pela paciência e colaboração quando da difícil tarefa de buscar as fontes do MD;*
- ◆ *aos professores Margarida Luiza de Matos Vieira, Dalton Melo Macambira, Agamenon Almeida, José Diniz Araújo, Osvaldo de Oliveira Maciel, Amundson Portella, Solange Bretas, Fausto Borges Campos, Edilamar Rezende, Paulo Machado, Antonio de Almeida, Nilo Odália, Jair Borin, Maria Luiza Barbosa, José Antonio Armanelli, Vera Lúcia Fernandes, Edilson José Graciolli, Ciomara Maria Pérez Nunes, Jefferson Ildefonso da Silva e Luiz Humberto Pinheiro, pela colaboração prestada com sugestões, materiais e entrevistas;*
- ◆ *aos professores Ediógenes Aragão Santos e Fernando Antonio Leite de Oliveira, que acreditaram em nosso potencial e apoiaram desde o início este trabalho;*
- ◆ *à Marcelle Alencar Urquiza , pela revisão da digitação;*
- ◆ *à professora Sandra Diniz Costa, pela correção do texto;*

- ◆ *ao Ademilson Modesto de Camargo, pela formatação do texto*

- ◆ *à professora Maria Cândida de Pádua Coelho, que participou deste trabalho desde o momento em que iniciamos esta pesquisa, não medindo esforços para viajar conosco, trocando idéias e fazendo a revisão do texto que originou o mesmo. Em muitos momentos, a “paciência mineira” de Maria Cândida nos fez ver a importância de concluir este trabalho, cujo resgate histórico era fundamental para se registrar e se conhecer a origem e a trajetória do MD do ensino superior,*

- ◆ *aos professores José Luís Sanfelice, José Luiz Sigrist e Dermeval Saviani, pela orientação quando da qualificação deste trabalho*

- ◆ *Enfim, muitas foram as contribuições recebidas, no entanto, sendo impossível registrá-las, neste momento, externamos aqui nossa gratidão por todas. Queremos registrar também que, por tanta colaboração este trabalho acabou por ser coletivo e, portanto, realizado por todos nós.*

SUMÁRIO

Introdução	17
Capítulo I- O Movimento Docente do Ensino Superior e a Organização das Primeiras Associações Docentes	27
1. Antecedentes histórico-políticos	28
a) Algumas considerações sobre movimentos sociais	28
b) Criação da universidade brasileira	32
c) Principais experiências de organização de docentes: SINPRO, CONPES, ANDES	43
d) Contexto histórico-político	46
d.1. A era Vargas	46
d.2. A era JK e o período anterior à Ditadura Militar	56
2. Período da Ditadura Militar e a criação das primeiras	63

Associações Docentes

a) Forças Políticas do período da Ditadura Militar	63
a.1. Presidentes Castello Branco (1964/1967) e Costa e Silva (1967/1969)	63
a.2. Presidentes Médici (1969/1974) e Geisel (1974/1979)	77
a.3. Presidente Figueiredo (1979/1984)	83
b) Primeiras Associações Docentes	102
b.1. APUFPR, ASPUV, APUSM	102
b.2. APUFSC, ADUSP	109
b.3. ADUNESP, APROPUC	115
b.4. ADUNICAMP, APUBH, ADUNIMEP	124
b.5. ADUFES, ADUnB, ADFM, APRUMA, ADUFEPE, ADUFU	132

Capítulo II- O Movimento Docente do Ensino Superior e a Criação do Sindicato Nacional	145
1. Encontros que antecederam a criação da ANDES	146
a) Considerações iniciais	146
b) I ENAD	152
c) Criação da Coordenação Nacional de Associações Docentes e o II ENAD	155
d) O ENExAD, a preparação do Congresso Nacional de Docentes Universitários e o III ENAD	159
2. Criação da ANDES	162
a) Estrutura provisória da ANDES	165
3. Primeiros Encontros Nacionais da ANDES	170
a) I CONAD e novas Associações Docentes	170
b) II CONAD e 1ª CONCLAT	175
4. Grupos de Trabalho e Escritórios Regionais	178
5. Algumas paralisações docentes, greves nacionais e o III CONAD	180
6. Gestões da ANDES – 81/88 – Fatos Marcantes	183
a) Considerações iniciais	183
b) Diretoria Provisória - Osvaldo de Oliveira Maciel - 81/82	186
c) 1ª Diretoria - Luiz Pinguelli Rosa – 82/84	193
d) 2ª Diretoria - Maria José Vieria Feres – 84/86	204
e) 3ª Diretoria - Newton Lima Neto – 86/88	213
7. Transformação da Associação Nacional em Sindicato Nacional e filiação da ANDES à CUT	221
a) 4ª Diretoria - Sadi Dal Rosso – 88/90	221
8. Gestões da ANDES SN – 90/94 – Fatos marcantes	230
a) 5ª Diretoria - Carlos Eduardo Malhado Baldijão – 90/92	230
b) 6ª Diretoria - Márcio Antônio de Oliveria – 92/94	236
c) 7ª Diretoria - Luiz Henrique Schuch – 94/96	245
 Capítulo III - O Movimento Docente do Ensino Superior e a	 250

Nova República	
a) A Nova República - 1985	250
b) Presidente Sarney (1985/1990)	254
c) Presidente Collor (1990/1992)	260
d) Presidentes Itamar (1992/1995) e FHC (1995)	268
Considerações Finais	274
Bibliografia	280
Anexos	289
Anexo I -Relação dos Eventos da ANDES	290
Anexo II -Composição das Diretorias da ANDES-1981/1994	292
Anexo III- a) Relação das Universidades cujos docentes participaram do Congresso de criação da ANDES em 1981, Campinas/SP; - b) Relação das 50 ADs que responderam ao questionário desta pesquisa	299
Anexo IV -Listagem das siglas das Associações Docentes por Região	301
Anexo V –Material encaminhado para a realização desta pesquisa: carta, fax e questionários.	305

Siglas utilizadas neste trabalho

ABC Paulista: Santo André, São Bernardo e São Caetano – Região da Grande São Paulo
 ABE: Associação Brasileira de Educadores
 ABI: Associação Brasileira de Imprensa
 AD de Alegre - Autarquia Municipal: Associação Docente da Faculdade de Filosofia de Alegre/ES

AD-UNIRIO: Associação Docente da Universidade do Rio de Janeiro
ADs, Ads, AD's: Associações Docentes
ADCAC: Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão
ADCAJ: Associação Docente do Campus Avançado de Jataí/GO
ADCEFET/MG: Associação Docente dos Centros Federais de Educação Tecnológicas/MG
ADEPM: Associação Docente da Escola Paulista de Medicina
ADESB: Associação Docente da Escola Superior de Belo Jardim/PE
ADFOC: Associação Docente dos Pesquisadores e Tecnologistas da Fundação Osvaldo Cruz
ADFOP: Associação Docente da Universidade Federal de Ouro Preto
ADFUNREI: Associação Docente da Fundação de Ensino Superior de São João del Rey
ADPUC: Associação Docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
ADUA: Associação Docente da Universidade do Amazonas
ADUC: Associação dos Docentes da Universidade de Cascavel
ADUCS: Associação Docente da Universidade de Caxias do Sul
ADUCSAL: Associação dos Docentes da Universidade Católica de Salvador
ADUEL: Associação Docente da Universidade Estadual de Londrina
ADUF-GO e ADUFG: Associação Docente da Universidade Federal de Goiás
ADUFC: Associação Docente da Universidade Federal do Ceará
ADUFEPE: Associação Docente da Universidade Federal de Pernambuco
ADUFES: Associação Docente da Universidade Federal do Espírito Santo
ADUFF: Associação Docente da Universidade Federal Fluminense
ADUFMT: Associação Docente da Universidade Federal de Mato Grosso
ADUFPA: Associação Docentes da Universidade Federal do Pará
ADUFPb-JP: Associação Docente da Universidade Federal da Paraíba- João Pessoa
ADUFPb: Associação Docente da Universidade Federal da Paraíba
ADUFPel: Associação Docente da Universidade Federal de Pelotas
ADUFRGS: Associação Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ADUFRJ: Associação Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ADUFRJ: Associação Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ADUFSCar: Associação Docente da Universidade Federal de São Carlos
ADUFU SS: Associação Docente da Universidade Federal de Uberlândia Seção Sindical
ADUI: Associação Docente da Universidade de Ijuí
ADUnB: Associação Docente da Universidade Federal de Brasília
ADUNEMAT: Associação Docente da FCESC de Cáceres
ADUNESP: Associação Docente da Universidade Estadual Paulista
ADUNICAMP: Associação Docente da Universidade de Campinas
ADUNIMONTES: Associação Docente da Universidade Estadual de Montes Claros
ADUNIR: Associação Docente da Universidade Federal de Rondônia
ADUPE: Associação Docente da Universidade de Pernambuco
ADUR-RJ: Associação Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ADURN: Associação Docente da Universidade do Rio Grande do Norte
ADUSINOS: Associação Docente da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

ADUSP: Associação Docente da Universidade de São Paulo
AEC: Associação dos Educadores Católicos
AERP: Assessoria Especial de Relações Públicas
AG: Assembléia Geral
AI: Ato Institucional
ALN: Aliança Libertadora Nacional
ANDE: Associação Nacional de Educação
ANDES-SN: Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional
ANDES: Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANL: Aliança Nacional Libertadora
ANPAE: Associação dos Profissionais de Administração Educacional
ANPED: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
AP: Ação Popular
APEOESP: Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APES-JF: Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora
APESJF: Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora
APROFURG: Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande
APROPUC: Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
APRUMA: Associação dos Professores da Universidade do Maranhão
APRUNI: Associação dos Professores da Universidade de Ilhéus e Itabuna
APUB: Associação dos Professores da Universidade da Bahia
APUBH: Associação dos Professores da Universidade Federal de Belo Horizonte
APUC-GO: Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás
APUC: Associação dos Professores da Universidade Católica do Paraná
APUD: Associação Docente dos Professores de Diamantina
APUFPR: Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná
APUFSC: Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina
APUNI: Associação dos Professores da Universidade de Ibicaí/BA
APUSM: Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Maria
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
ASDESAM: Associação dos Docentes do Ensino Superior de Mossoró
ASPUV: Associação dos Professores da Universidade Federal de Viçosa
BNB: Banco do Nordeste do Brasil
BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAPES: Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCE: Centro Brasileiro de Ciências do Esporte
CBE: Conferência Brasileira de Educação
CEA: Confederação de Educadores Americanos
CEDES: Centro de Estudos Educação & Sociedade
CEFETs: Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP-Rio: Centro de Professores do Rio de Janeiro
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina

CGT: Central Geral dos Trabalhadores
CIA: Company of Investigion American
CIEPS: Centros Integrados de Educação Pública
CIOSL: Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
CIP: Conselho Interministerial de Preços
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CMN; Conselho Monetário Nacional
CMOPE: Confederação Mundial de Organizações de Profissionais de Ensino
CNBB: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPS: Conselho Nacional de Política Salarial
CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CNTEEC: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, Esportes e Cultura
CNTI: Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais
CODI: Comando Operacional de Defesa Interna
CONADs: Conselho Nacional das Associações Docentes do Ensino Superior
CONAM: Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONARCFE (depois ANFOPE): Associação Nacional de Formação dos profissionais da Educação
CONCLAT: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONPES: Confederação Nacional de Professores do Ensino Superior
CONSED: Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CONTEE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
COPPE: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ
CPB: Confederação dos Professores do Brasil
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMF: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPD: Centro de Processamento de Dados
CPP: Centro do Professorado Paulista
CRUB: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CTB: Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público
DE: Dedicção Exclusiva
DIAP: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DNTE: Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação
DOI: Destacamento de Operações Internas
ENAD: Encontro Nacional de Associação Docente do Ensino Superior
ENCLAT: Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora

ENExAD: Encontro Extraordinário das Associações Docentes do Ensino Superior
FAAP: Fundação Armando Álvares Penteado
FASUBRA: Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras
FBAPEF: Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação Física
FENAJ: Federação Nacional dos Jornalistas
FENASE: Federação Nacional dos Supervisores da Educação
FENASPS: Federação Nacional de Servidores da Previdência Social
FENOE: Federação Nacional dos Orientadores Educacionais
FF: Faculdade de Filosofia
FFCL: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FIAM: Faculdades Integradas Alcântara Machado
FISE: Federação Internacional Sindical de Ensino
FMI: Fundo Monetário Internacional
FMU: Faculdades Metropolitanas Unidas
FSM: Federação Sindical Mundial
GERES: Gratificação Executiva para Reforma do Ensino Superior
GRIPE: Gratificação Individual de Produtividade do Ensino
GT: Grupo de Trabalho
ICV: Índice de Custo de Vida
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituição de Ensino Superior
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPE: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior
IPES: Instituto de Pesquisa Social
ISEB: Instituto de Estudos Brasileiros
JEC: Juventude Estudantil Católica
JOC: Juventude Operária Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LSN: Lei de Segurança Nacional
MARE: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MD: Movimento Docente
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MEB: Movimento de Educação de Base
MEC: Ministério da Educação e Cultura
MP: Medida Provisória
MR - 8: Movimento Revolucionário – Oito de Outubro

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN: Operação Bandeirantes
OCC: Orçamento para Custos e Custeios
OPA: Operação Pan-Americana
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCS: Plano de Cargos e Salários
PDC: Partido Democrático Cristão
PDS: Partido Democrático Social
PDS: Partido Democrático Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PDV: Plano de Demissão Voluntária
PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PFL: Partido da Frente Liberal
Plano LAFER: Plano Nacional de Reparelhamento Econômico
Plano SALTE: Plano Nacional de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE: Plano Nacional de Educação
PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária
PRN: Partido da Renovação Nacional
PROER: Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional
PSD: Partido Social Democrático
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PSP: Partido Social Progressista
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PUC: Pontifícia Universidade Católica
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Emprego
SBF: Sociedade Brasileira de Física
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SESU: Secretaria de Ensino Superior
SINDIFISCO: Sindicato dos Fiscais da Receita Federal
SINDOCFET/PR: Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica/PR
SINDUTAM: Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Tecnologia do Amazonas
SINPRO: Sindicato dos Professores
SNI: Serviço Nacional de Informação
SPF: Servidor Público Federal
SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPEB: Sub-Chefia de Estudos e Projetos
SUS: Sistema Único de Saúde

UBE: União Brasileira de Estudantes
UBES: União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDN: União Democrática Nacional
UDR; União Democrática Ruralista
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNE: União Nacional de Estudantes
UNESP: Universidade Estadual Paulista
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas
UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNIUB: Universidade de Uberaba
USAID: Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento
USP: Universidade de São Paulo
USU: Universidade Santa Úrsula
VPR: Vanguarda Popular Revolucionária
VPR: Vice-Presidências Regionais

“No capitalismo, a luta entre as classes sociais – o conflito capital-trabalho – contribui para definir historicamente o tipo de educação, seu modo de encaminhamento e suas mediações (conteúdos e atividades) numa dada sociedade. As condições de produção material e de luta política determinam a qualidade, o tipo e a extensão da educação destinada às diferentes classes sociais. Assim, a educação constitui componente conjuntural, definido pela dinâmica do jogo das forças sociais num dado momento histórico. Ela pode estar a serviço da classe dominante ou ser importante instrumento de construção e consolidação da hegemonia das classes populares”.

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero

Educadora e Coordenadora do PROEDES/FE/UFRJ

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma série de indagações e questionamentos que se foram configurando ao longo da nossa atuação no movimento docente organizado do 3º grau, via ANDES-SN - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior-Sindicato Nacional. A atuação político-sindical junto à categoria de professores do ensino superior, tanto no Sindicato Nacional, quanto no Sindicato local, por intermédio da ADUFU-SS - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia - Seção Sindical, despertou em nós enorme interesse pelo movimento docente, não só por entendermos a necessidade de uma efetiva participação neste movimento, como também pela possibilidade que nos oferecia de podermos conhecer mais de perto a importância e o significado social do movimento docente de 3º grau. Assim, com a nossa inserção, em março de 1993, no movimento sindical da ADUFU-SS, especialmente como membro de sua Diretoria, iniciou-se um processo contínuo de observações, indagações e diálogos, com base em nossa efetiva participação em reuniões da Diretoria e da Colegiada, bem como em inúmeras atividades dos Grupos de Trabalho e das Comissões constituídas, nos CONADs - Conselho Nacional das Associações Docentes - e nos Congressos da ANDES SN. Dessa forma, foi possível, por meio da ADUFU-SS, contribuírmos para o movimento docente local e estar atenta para as formas com que a ADUFU-SS se relacionava com sua categoria e com o Sindicato Nacional, ao mesmo tempo em que se constatavam as formas com que o Sindicato Nacional se relacionava com as respectivas ADs - Associações Docentes.

Nesta perspectiva, este trabalho objetiva reconstruir e analisar a história do movimento docente de 3º grau, entendendo que, para isso, é necessário reconstruir e analisar, também, a história da ANDES SN e de algumas ADs, sem perder de vista a

importância deste Sindicato, considerado pela maioria das Associações Docentes a ele filiadas como o mais legítimo e representativo em todo o território nacional, não só por sua contribuição na organização nacional dos docentes mas, também, por sua importância na condução das lutas pelas conquistas sociais do movimento. Neste sentido, em muitos momentos, esse trabalho descreve o percurso do movimento docente, em especial nos CONADs e Congressos realizados pela ANDES, a partir de 1981, tendo em vista a necessidade de tornar mais clara e precisa a constituição do nosso objeto de estudo que é o movimento docente do ensino superior e que tem por finalidade a reconstrução e análise histórica de sua trajetória. Isto se deve ao fato de não termos encontrado nas várias bibliotecas do País, livros escritos sobre esse histórico, até o período em que finalizamos nossa pesquisa. Apenas nos relatos da criação de algumas ADs localizamos algumas referências sobre o mesmo. Nosso entendimento, portanto, foi que, para um primeiro estudo mais aprofundado sobre estas questões, essa seria a forma mais correta no momento presente, mesmo porque as principais categorias analisadas quais sejam: movimento docente, universidade pública, ensino superior, organização docente, que perpassam o estudo analisado, mereciam, dentro do contexto proposto, um tratamento pormenorizado e melhor detalhado. Por outro lado, este trabalho anuncia temas que se repetem nos vários capítulos, por serem reivindicações do MD, nos vários momentos históricos brasileiros, ou então, por terem conotação importante no interior do MD, a exemplo das tendências políticas que o permeiam. Isto posto, queremos assinalar também que todos os dados apresentados, assim como algumas análises tiveram como fontes primárias a documentação pesquisada nas ADs e na sede do sindicato nacional, a ANDES, que passa a ser o grande referencial utilizado por nós e que subsidiará, a partir de sua criação, no início da década de 80, a reconstrução e análise da história do movimento docente do ensino superior.

É importante ressaltar que, no decorrer dessa reconstrução e análise histórica, estaremos apontando as diferentes formas de luta do movimento docente do terceiro grau, as suas propostas, as suas conquistas e, ao mesmo tempo, a representatividade das ADs e da ANDES SN no contexto do movimento.

A necessidade de delimitação da pesquisa - décadas de 60 a 90 - encaminhou-nos a reconstruir e analisar a história do movimento docente após sua

organização nas universidades, por meio das ADs, na década de 60 e, mais tarde, por uma Coordenação Nacional das ADs, na década de 70 e, finalmente, a partir da criação da ANDES, na década de 80, até 1994. Não deixamos de considerar, também, a existência do movimento docente antes de sua organização nas ADs, na década de 60. Desta forma, partimos do pressuposto de que o movimento docente do ensino superior existe desde a criação dos primeiros cursos e escolas superiores, independente de ter tido ou não representação sindical ou registro de mobilizações docentes.

Não foram poucas as dificuldades encontradas na procura dessa documentação, pelo número reduzido de fontes bibliográficas e pelo fato do arquivo da ANDES SN encontrar-se, ainda, em fase de organização. As dificuldades tornaram-se maiores quando, tendo às mãos todos os dados, fontes e documentos coletados, entendíamos a necessidade de sistematizá-los e elaborá-los, transformando-os em um texto cuja leitura fosse agradável, sem perder de vista a importância de cada um desses elementos. Assim, a interpretação de dados e a reconstrução de alguns momentos históricos nos possibilitaram dar vida à documentação pesquisada, dentro dos seus limites, ao mesmo tempo em que esta documentação constitui um material valioso em termos de fontes primárias, o que nos possibilitou buscar a reconstrução histórica do movimento docente, nas suas origens.

Da mesma forma, essa escassez bibliográfica nos remete à busca de fontes vivas de pesquisa, tais como questionários escritos e entrevistas, depoimentos e gravações. A busca da memória viva desses atores envolvidos nos ajudou a dar conta da reconstrução histórica do movimento docente de uma forma mais dinâmica, mais clara e mais realista, pois que os mesmos têm a sua história acadêmica e sindical relacionada à história do Sindicato Nacional e à história da universidade. Concordamos com o Professor Nilo Odália quando, na resposta a um questionário, explicita a respeito do entendimento que está posto hoje, sobre universidade, em que a mesma por ser uma sociedade especial necessita de regras e normas próprias, deixando claras algumas práticas que necessitam urgentemente de ser banidas para que a mesma tenha credibilidade frente à sua comunidade e à sociedade.

“a Universidade não é uma reprodução da sociedade – como sempre se alegou, erroneamente. Ela é uma sociedade especial e que deve ter suas regras e normas próprias. O espetáculo

lamentável a que temos assistido nas eleições diretas para Reitor, mostra à sociedade o erro que se cometeu. A troca de favores, o dinheiro que se tem gasto em campanhas, não só denigrem a universidade, mas muito especialmente seu corpo de discentes, docentes e funcionários. Por outro lado, isso só tem incentivado um corporativismo que, longe de ser uma manifestação de esquerda, é, antes, um corporativismo de direita, quase fascista.”
(janeiro de 1997)

Definida e aceita a proposta de trabalho a ser desenvolvida, passamos, num primeiro momento, à elaboração de um questionário que seria remetido às ADs. Este tinha como objetivo principal saber o local e a data da fundação das ADs, os nomes dos seus primeiros diretores, assim como o caráter da sua criação, ou seja, se a sua criação havia sido de cunho político, sindical ou cultural. Encaminhamos este questionário às 93 ADs que são seções sindicais da ANDES SN e, destas, obtivemos um retorno de 21. Para complementar os dados das 72 ADs que não haviam respondido ao questionário, utilizamos como recurso o telefone e obtivemos o retorno de mais 29 ADs que, somadas às 21, perfizeram um total de 50 ADs.

Para todos os questionários enviados fixamos um critério aceitável de pelo menos 20% de retorno. Assim, ao mesmo tempo em que fazíamos a coleta de dados das respostas do questionário das ADs, decidimos entrevistar 40 lideranças nacionais do movimento docente e encaminhar às mesmas um questionário solicitando algumas informações sobre as razões e a idéia da criação de uma Associação Nacional e também, sobre as possíveis articulações político-partidárias que deram suporte a essa criação. Além disso, procuramos saber qual a concepção que tinham, as lideranças nacionais, sobre o movimento docente na época da criação da ANDES, e hoje. Responderam a este questionário, 15 professores.

Quanto às lideranças locais e sua importância junto ao movimento nacional e considerando o grande empenho das mesmas na construção e criação da ANDES SN, foi encaminhado um questionário a 20 professores, que tinha como objetivo saber que avaliação faziam das greves da categoria, do perfil do professor universitário e dos momentos marcantes do movimento docente. Destes professores, 15 responderam ao questionário.

Num segundo momento, decidimos encaminhar um questionário aos 11 Escritórios Regionais da ANDES-SN, cujo objetivo era saber a razão da existência desses Escritórios, período de criação dos mesmos, formas de organização e quais eram

as ADs e Estados abrangidos por eles. Destes 11 Escritórios Regionais, três responderam ao questionário. São eles: Regional Planalto, Regional Pantanal e Regional Leste. Decidimos, também, utilizar os informes dos Boletins das ADs e da ANDES SN e entrevistar alguns professores que fazem parte das Diretorias dos outros Escritórios, o que conferiu, sem dúvida, maior consistência à pesquisa.

Encaminhamos, também, um questionário aos professores que atuam no MD, cujo objetivo era obter alguns dados sobre as tendências políticas existentes no interior do mesmo, em especial sobre a tendência “Andes AD”. Encaminhamos este questionário a 20 professores e obtivemos o retorno de 10. Recebemos, de outras lideranças docentes, muitos depoimentos sobre essa questão.

Por último, encaminhamos um questionário aos oito primeiros professores que presidiram e presidem a ANDES SN, cujo objetivo era saber sobre suas principais experiências enquanto presidentes do Sindicato e também sobre os fatos mais marcantes de suas gestões: suas lutas, reivindicações e plataforma de ação junto aos docentes. Encaminhamos este questionário aos professores: Osvaldo de Oliveira Maciel, gestão 1981 a 1982, da APUFSC-Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina; Luiz Pinguelli Rosa, gestão 1982 a 1984, da ADUFRJ-Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Maria José Vieira Feres, gestão 1984 a 1986, da APESJF-Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora; Newton Lima Neto, gestão 1986 a 1988, da ADUFSCar-Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos; Sadi Dal Rosso, gestão 1988 a 1990, da ADUnB-Associação dos Docentes da Universidade de Brasília; Carlos Eduardo Malhado Baldijão, gestão 1990 a 1992, da ADUSP-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo; Márcio Antonio de Oliveira, gestão 1992 a 1994, da APESJF-Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora; Luiz Henrique Schuch, gestão 1994 a 1996, da ADUFPel-Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas. Tais respostas permitiriam, junto com o material escrito - boletins, revistas, jornais, dentre outros - traçar a trajetória do movimento docente que tem sua máxima expressão junto à ANDES SN. Deste questionário encaminhado obtivemos o retorno de dois professores: Márcio Antonio de Oliveira e Sadi Dal Rosso. Para subsidiar esses dados, foram utilizadas, por indicação do professor Newton Lima Neto,

as entrevistas dos cinco primeiros professores que presidiram a ANDES — Osvaldo de Oliveira Maciel, Luiz Pinguelli Rosa, Maria José Vieira Feres, Newton Lima Neto e Sadi Dal Rosso— publicadas nas cinco últimas revistas *Universidade e Sociedade* (n^{os} 10 e 11/1996 e n^{os} 12, 13 e 14/1997).

As perspectivas e direções até aqui delineadas possibilitam-nos afirmar que este é um trabalho de reconstrução e análise histórica que não tem a pretensão de aprofundar os temas discutidos pelo MD, ou relacioná-los entre si, mas sim, o de mostrar o percurso do movimento docente do ensino superior apontando, durante este percurso, os principais momentos vividos pelos professores. Dessa forma, este trabalho oferece uma contribuição, ainda que modesta, àqueles que se interessem pelo assunto e que, porventura, queiram realizar novos estudos.

A coleta de dados como parte deste trabalho, seguida da organização, tabulação e análise das respostas categorizadas em função dos objetivos da pesquisa, sempre à luz do contexto mais global pelo qual passou e passa o movimento dos docentes poderão, assim, se constituir em subsídios a esses possíveis estudos sem quebra de continuidade da história do movimento.

À medida em que procuramos resgatar o contexto geral da trajetória do movimento docente, neste trabalho, alguns temas tais como a carreira docente, a autonomia das universidades, o processo de filiação da ANDES SN à CUT, o processo de sindicalização dos funcionários públicos e as greves realizadas pela categoria docente foram tomando corpo e sinalizando para as diferentes concepções sindicais que existem dentro do movimento e que necessitam de ser trabalhadas, ainda que minimamente.

Nesta direção, é importante estarmos explicitando, neste momento, ainda que rapidamente, a concepção que temos de sindicato no contexto do movimento docente.

Nosso entendimento vai na direção de um modelo de sindicato democrático, plural e classista. Este, se propõe a desenvolver um sindicalismo que tenha como um dos seus principais objetivos o de se integrar e participar das lutas concretas da população brasileira, por melhores condições de vida e pela democratização nacional. Logo, defende um sindicalismo politizado e combativo que mantém uma relação permanente com sua categoria, com o conjunto dos outros sindicatos, com os movimentos sociais organizados e com a Central Única dos Trabalhadores - CUT, em cuja estrutura encontra-se a ANDES SN enquanto uma de suas inúmeras filiadas. Dessa

forma, o sindicato, além de se fortalecer, estará fortalecendo a unidade do movimento sindical, ao mesmo tempo em que estará garantindo relações duráveis e solidárias.

No presente momento, a existência de um sindicato como a ANDES SN que foi criada com o objetivo de conferir maior unidade ao movimento docente, encaminhando as lutas do mesmo, é de suma importância, especialmente porque o trabalho sindical é um processo ininterrupto de organização de uma categoria, rumo às lutas mais gerais.

A citação abaixo, tal como consta na Ata de Fundação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, assim o demonstra:

“congregar e representar os professores das Instituições de Ensino Superior do Brasil; expressar as reivindicações e lutas dos professores das Instituições de Ensino Superior brasileiras, no plano econômico, social, cultural e político; incentivar a criação de novas Associações de Docentes; preservar os interesses regionais e setoriais; coordenar e fazer convergir o movimento dos docentes nas iniciativas de alcance nacional”
(Ata nº 1- Fundação da ANDES, p.5-6)

Além dos novos desafios a serem enfrentados e que emergem como necessários para combater o projeto neoliberal implantado no País, a existência da ANDES SN nos sinaliza o princípio classista de sua criação, especialmente quando nessa mesma Ata de Fundação se faz uma referência ao desempenho das funções do Sindicato: *“no desempenho de suas funções, a ANDES respeitará a autonomia das ADs e buscará integração com as entidades representativas de professores, trabalhadores e demais setores sociais, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro”*. Se defendemos uma classe social, a dos trabalhadores explorados pelo capital, o nosso compromisso é o de uma ação política voltada para a realidade social em que vivemos, representada por todos os segmentos sociais.

Por outro lado, a democracia, também um dos princípios da ANDES SN, deve ser o fundamento político na construção das relações que permeiam o seu interior, respeitando as outras concepções sindicais que existem dentro do movimento docente e entendendo que o sindicato não é posse de ninguém, muito menos de uma corrente política, ou de um partido político. Ele deve ser conduzido pelo conjunto dos professores

que o compõem e sua direção deve ter o cuidado de encaminhar propostas que avancem quanto ao crescimento da categoria e quanto ao atendimento de suas reivindicações e, fundamentalmente, quanto às questões sociais. Caso contrário, estaremos negando a existência, na universidade, de um pluralismo de idéias e de concepções político-sindicais.

Finalmente, nosso entendimento sobre um sindicato plural é de que o mesmo deve contemplar, na composição de sua Diretoria, as diferentes tendências políticas presentes no movimento docente. Caso contrário, estaremos contribuindo para uma direção sindical autoritária, cujos encaminhamentos serão, muitas vezes, definidos de “cima para baixo”, apenas por um grupo, de uma única tendência política. Neste caso, a representatividade desse tipo de sindicato se restringe à simples participação dos próprios militantes, excluindo a maioria de sua base docente, enriquecida por um pluralismo de idéias que gera amplas discussões e amplos debates. Assim, em alguns momentos, decisões importantes acabam sendo deliberadas por uma minoria presente nas Assembléias Gerais, em detrimento de uma base docente plural.

Nessa direção, a representatividade do sindicato, ou seja, seu significado social e político frente à categoria, pode suscitar inúmeros questionamentos sobre a existência, importância e necessidade do mesmo junto às bases do movimento.

Quanto à reconstrução histórica da organização do movimento docente do terceiro grau, estamos entendendo que estão presentes dois grandes momentos distintos e ao mesmo tempo inseparáveis. O primeiro - década de 60 e 70 - em que o movimento docente se organiza em Associações Docentes, nas várias universidades do País, sem uma Coordenação Nacional e, mais tarde - final da década de 70 - organizado em ADs, sob uma Coordenação Nacional. O segundo, em que o movimento docente, conduzido por uma Coordenação Nacional, passa a se reorganizar em uma Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a partir da criação da ANDES, em 1981, na cidade de Campinas, São Paulo.

A partir da Constituição Federal de 1988, o movimento docente organizado passou a fazer parte de um sindicato juridicamente constituído e reconhecido enquanto Sindicato Nacional, cujas lutas permaneceram com o mesmo caráter e natureza. Trata-se da ANDES SN.

Feitos os encaminhamentos iniciais necessários chegamos a uma elaboração final, que acabou resultando no trabalho ora apresentado e que se divide em três capítulos, a saber:

No primeiro capítulo, procuramos analisar o contexto histórico-político vivido no Brasil, retomando, mesmo que rapidamente, alguns acontecimentos relevantes que antecederam a época da criação das universidades no Brasil e de algumas Associações de Docentes do 3º grau. Analisamos também, as razões da criação das primeiras ADs e a importância e características das mesmas. Procuramos, também, apontar a reorganização das forças políticas do período da ditadura militar estendendo-a até a transição do regime político-militar para o regime político-civil. Resgatamos também, no interior deste contexto, como atuava o MD do 3º grau. Realizamos este resgate histórico por entendermos que, embora tenhamos um sindicato nacional contemporâneo - ANDES SN, década de 80 - o movimento docente do ensino superior existe há muito tempo e este resgate histórico e político apresentado, neste capítulo, aponta alguns indícios de mobilizações docentes, ao mesmo tempo em que aponta as condições sociais e políticas que suscitaram tais mobilizações.

Num primeiro momento, constatamos que parte das ADs criadas na década de 60, em especial as do início dessa década, tinham uma característica comum, ou seja, originaram-se de uma preocupação de cunho mais cultural e social do que político. Parte dessas ADs contavam com o apoio das respectivas reitorias das universidades da qual faziam parte, realizando, muitas vezes, trabalhos conjuntos. Segundo levantamento de dados e depoimentos de lideranças da época, eram ADs que tinham ações isoladas, restritas ao seu local de trabalho, sem a preocupação com qualquer tipo de questões político-ideológicas. No entanto, em que pese a ausência do caráter eminentemente político na criação das primeiras ADs, não podemos deixar de reconhecer que essas mesmas ADs, a partir de 1964, passam a assumir características político-sindicais e a integrar, futuramente, o movimento nacional dos docentes.

Já as Associações de Docentes das décadas de 70, 80 e 90 são criadas com características político-sindicais tendo, na sua origem, configurações diferenciadas das primeiras ADs .

No segundo capítulo, procuramos resgatar a história da criação da ANDES e a articulação política que antecedeu essa criação. Por outro lado, analisamos a

importância da criação da ANDES na organização e criação de novas ADs, assim como no fortalecimento de outras já existentes. Fundamentalmente, buscamos compreender a importância das lutas empreendidas pela ANDES e pelas ADs, procurando identificar nas mesmas os fatos mais marcantes da gestão de seus dirigentes, no período que se estende de 1981 a 1994.

No terceiro capítulo, procuramos apontar as relações sociais e políticas do movimento docente no período da Nova República.

Após o terceiro capítulo, elaboramos algumas considerações gerais a partir do nosso pressuposto e do estudo realizado nesta pesquisa para, desta forma, chegarmos a uma proposição final.

Este trabalho conta também com alguns anexos, a saber: O anexo I, que contém um quadro descritivo, em que estão contemplados os eventos da ANDES referentes aos CONADs e Congressos realizados pelo movimento docente do 3º grau, com suas respectivas datas e locais, com exceção dos temas discutidos nesses encontros, uma vez que os mesmos serão tratados no desenvolvimento deste trabalho; o anexo II, em que encontraremos a relação das Diretorias da ANDES, no período de 1981 a 1994; o anexo III, em que estão contempladas as Universidades cujos docentes participaram do Congresso de fundação da ANDES e as 50 ADs que responderam a esta pesquisa; o anexo IV, em que está contemplada a listagem das ADs por região e o anexo V, em que estão contemplados todos os materiais encaminhados para a realização desta pesquisa, ou seja, pedido de autorização à Diretoria da ANDES SN para permitir a coleta de dados na sede do sindicato, fax e questionários aos professores e às ADs.

Capítulo I - O Movimento Docente do Ensino Superior e a Organização das

Primeiras Associações Docentes

“A Associação dos Professores do Paraná, muitas vezes (talvez 7 ou 8 anos dos 12 em que exerci o mandato), viveu do meu bolso e ninguém a queria, não despertava interesse ou cobiça. A minha diretoria, composta de valores formidáveis, em vez de participar me dizia: “Fávaro, o que você fizer está bem feito: você tem nossa confiança total!” E tive que fazer tudo: eleições em 14 regiões (algumas com 10, 15, 20, 30 municípios; Curitiba e o litoral tinham, por exemplo, 31...), montar escritórios de controle e comunicação aos associados. Fiz eleições em todas as regiões, com diretoria própria, autônoma, em cada uma e com os 14 presidentes formar o Conselho de Representantes, uma boa estrutura para a turma que venceu em 72. Então a Associação já era uma boa potência, com um grande patrimônio; na época, enfrentei problemas medonhos de agitação, de lutas difíceis. É que com um patrimônio imenso, as pretensões já eram outras. Mas o problema é não perder o coleguismo, é salvar o amor. Isso é difícil. Se não houver amor, a agitação pela agitação não tem sentido”. (Depoimento do professor catedrático de Ciências Econômicas, Faustino Fávero, hoje aposentado, a Olinda Evangelista em 6/12/90, no livro Memória da Organização dos Professores da UFPR)

Este capítulo procura retomar alguns momentos históricos em cujo contexto o movimento docente se fez presente nas universidades, sem ainda estar organizado em um sindicato nacional. Procura apontar, também, a criação de algumas organizações nacionais de docentes do ensino superior, a exemplo do primeiro sindicato de professores representante dos três níveis de ensino da rede particular, na década de 30 e a tentativa e criação das primeiras associações docentes.

1. Antecedentes histórico-políticos

a) Algumas considerações sobre movimentos sociais

À necessidade clara, objetiva e orgânica da criação de um sindicato que representasse nacionalmente os professores universitários, no final da década de 70,

juntaram-se alguns acontecimentos sociais, tais como a luta por melhores condições de vida, a luta por liberdade e pelos direitos individuais da população brasileira, que se desdobravam na busca de sua organização coordenadora nacional, apontando, dessa forma, a necessidade urgente dos docentes do 3º grau se organizarem para lutar pelos seus direitos.

Convém ressaltar que grande parte dos movimentos sociais ocorridos até o início dos anos 70, configuraram-se muito mais como ações coletivas pontuadas de avanços e recuos, de perdas e ganhos, do que como ações coletivas lineares. A maioria dessas ações tinha como objetivo a reivindicação dos direitos dos homens enquanto cidadãos, ou seja, direitos à igualdade e à liberdade que se expressavam na luta por melhores condições de vida, de trabalho, de educação e por salários dignos para todos. Portanto, o direito à igualdade e à liberdade para o conjunto da população brasileira, era o mote que unificava essas ações, que passavam a ser coletivas, a partir da mobilização da maioria dos brasileiros, cujas lutas por esses direitos consistiam na consolidação da democratização do País, ou seja, na democratização desses direitos. Isto significava que era necessário resolver os problemas de fundo da nação consubstanciados nas questões políticas e econômicas, cujos efeitos deletérios atingiam, principalmente, o trabalhador assalariado.

As questões travadas em torno da democracia e das necessidades básicas da população, que antes ficavam no nível das definições abstratas de conceitos e idéias, passam a ser debatidas enquanto realidades que se efetivavam concretamente, o que significa um salto de qualidade rumo à conquista das liberdades democráticas, pois cidadania significa justiça social, ou seja, trabalho, habitação, saúde, educação, alimentação, liberdade de expressão e de informação, dentre outras coisas.

Os movimentos sociais que se organizavam em torno da luta pela democracia também são objeto de inúmeras análises realizadas por alguns estudiosos que deixam claras as diferentes visões que tinham sobre a cultura popular que perpassava esses movimentos. A exemplo, a década de 70 foi marcada pela “*introdução de novas considerações paradigmáticas (do macro ao micro, do geral ao particular, da determinação econômica à multiplicidade de fatores, da ênfase na sociedade política para a atenção na sociedade civil, das lutas de classes para os movimentos sociais.)*” (SCHERER-WARREN¹, 1996, p. 15). A mesma autora continua referindo-se a esta questão, na citação que segue.

“Numa análise do pensamento intelectual brasileiro das últimas décadas, Osiel (1984)² conclui que a visão sobre a cultura

¹ Scherer-Warren, no livro *Redes de Movimentos Sociais*, Loyola, 1996, explicita que o 2º período da década de 70 tem como importante reflexão teórica sobre as classes sociais na América Latina, o Seminário de Mérida, no México, em 1971.

² A Autora, nesta citação, refere-se a Osiel, Mark Y. *Going to the people-popular culture and the intellectuals in Brazil. Archives Européennes de Sociologie. V. XXV n° 2, 1984 (Cambridge University Press)*

popular passou de negativa (anos 50/60) para positiva (anos 70/80). Tanto as análises funcionalistas da modernização, como as estruturalistas do desenvolvimento, consideravam a cultura popular brasileira como arcaica. Assim, Oziel afirma que os políticos liberais viam esta cultura como ilógica e irracional, os marxistas como alienada e falsa consciência e outros cientistas sociais como particularista e ascriptiva. Já nos anos 80, os cientistas sociais buscaram na cultura popular os aspectos políticos positivos de sua espontaneidade, autenticidade e comunitarismo. A religião e lazer dos pobres passam a ser vistos como lutas tácitas contra as injustiças das oligarquias e do capitalismo moderno. A categoria de sujeito popular, para uns, e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos. Buscou-se este potencial em sujeitos múltiplos, seja nos movimentos urbanos, nas comunidades eclesiais de base, nas lutas pela terra, moradia etc., nas mulheres, nos ecologistas, nos grupos jovens, nos sindicatos, nos movimentos de defesa dos direitos humanos e de defesa étnica e noutros. Mas, sem dúvida, estas múltiplas formas de protesto político ocuparam muito a atenção dos pesquisadores latino-americanos porque proliferaram também na prática social dos fins da década de 70 e início de 80". (SCHERER-WARREN, 1996, p. 17-18)

Todas essas manifestações populares do final da década de 70 e início da década de 80 contribuíram para significativas mobilizações sociais, em especial nos sindicatos, que se reorganizam e realizam inúmeras greves, a exemplo do ABC Paulista – maio de 78/80. A retomada do crescimento dos sindicatos rurais, a reorganização dos trabalhadores fabris, a criação das Centrais sindicais, são tantas outras transformações que também ocorrem neste período. Na década de 80, *“a sociedade como um todo aprendeu a se organizar e a reivindicar. Diferentes grupos sociais se organizaram para protestar contra o regime político vigente, para pedir “Diretas Já”, para reivindicar aumentos salariais. A sociedade civil voltou a ter voz.”* (GOHN, 1994, p. 58)

A partir dos anos 90, a atomização da sociedade, acrescida da globalização e da modernidade, aponta novas formas e perspectivas de organização da sociedade civil, considerando-se o desmonte dos sindicatos pelas novas políticas

governamentais que consolidam suas idéias em favor da estabilidade da economia e do crescimento da nação. Desse modo, esse desmonte sindical faz com que os atores envolvidos procurem novas formas de organização social, enquanto alternativas para se contraporem ao novo projeto político imposto. Essas alternativas são os novos valores propostos para a vida cultural, política, econômica e social da população brasileira. Todavia, também em décadas anteriores, o conceito de “modernização”, enquanto forma de se contrapor às forças democráticas, já era presente na conjuntura internacional.

“Nas décadas de 40 a 60, justamente quando a conjuntura mundial estava marcada pelas guerras de libertação nacional, pelas lutas antiimperialistas e pela vitória do socialismo em metade do planeta, a sociologia burguesa procurava mascarar essa realidade com as teorias da modernização. Com elas, o capitalismo avançado era colocado como a meta de todos os países, e o caminho para se chegar até lá seria o mesmo já percorrido pelas metrópoles de então. A luta acadêmica contra essa ideologia levou muitos sociólogos a descartarem totalmente a questão da modernização como problema teórico, em proveito da questão do imperialismo.” (CUNHA, 1988, p.10- 11)

Assim, ao lado dos acontecimentos sociais que buscavam o direito à igualdade e à liberdade, em especial a partir da década de 50, emergia outra modalidade de conflitos, as lutas pela democratização da educação no Brasil e que ocorrem até hoje, quando vemos os sindicatos que representam o 1º, 2º e o 3º graus das escolas brasileiras mobilizarem as suas categorias no sentido de exigirem os seus direitos de trabalhadores e de cidadãos, assim como exigirem uma educação pública, gratuita, laica e de melhor qualidade. Tudo isso estava, evidentemente, ligado ao emaranhado de ações sociais que ilustravam todo o cenário brasileiro e que, mais tarde, se transformavam em movimentos maiores, que clamavam no sentido de verem realizados para todos os homens os seus direitos sociais. Assim, a sociedade brasileira parecia entender que, desde cedo, ser cidadão não era apenas ter deveres a cumprir mas, sobretudo, ter assegurados os seus direitos sociais para que pudessem ter uma vida digna.

A partir de 1930 cresce, sobremaneira, o movimento dos operários à medida em que surgem as indústrias e suas crises econômicas.

Essas crises em que os fatores econômicos foram determinantes na condução da política brasileira, desde o período colonial, permanecem até os dias de hoje sem, contudo, trazerem para a população os resultados esperados. O processo de acumulação do capital permanece, ainda, em poucas mãos, tal é o favorecimento das condições básicas oferecidas pelos poderes públicos àqueles que menos necessitam. No entanto, muitos discursos e muitos planos são realizados sem, contudo, atenderem as questões sociais, tais como a habitação, a educação e a saúde, que se encontram sem solução.

Embora se tenha configurado todo este contexto e no âmbito dele, a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade nos vários níveis escolares, era de se supor que o movimento dos docentes do 3º grau deveria surgir após a criação dos primeiros cursos, escolas superiores e das universidades que são os espaços em que atuam os professores universitários. No entanto, as universidades demoraram para ser criadas pelos governantes do Brasil, mesmo sabendo da importância e necessidade que as mesmas representavam na época.

b) Criação da universidade brasileira

As razões da criação das universidades no Brasil nos remetem à origem das mesmas, observando minimamente seu papel e suas relações sociais.

No período colonial, havia grande resistência por parte do governo português para implantar universidades no Brasil, porque, na condição de colônia de Portugal, não havia qualquer justificativa para que a população se preocupasse com os estudos, pois os nobres já tinham essa questão como resolvida, no momento em que estudavam na Europa, conforme nos explicita FÁVERO (1977).

“primeiramente negou-a a Coroa portuguesa aos jesuítas que ainda no século XVI tentaram estruturá-la na Colônia. Em decorrência, os alunos graduados no Colégio dos jesuítas iam para a Universidade de Coimbra ou outras Universidades européias, a fim de completar seus estudos”. (p. 18)

Apesar do apoio da CIA de Jesus na colonização portuguesa no Brasil, o governo português não reconhecia o trabalho educacional dos padres jesuítas que, em 1549, traziam para o Brasil as primeiras escolas, ao mesmo tempo em que, não havia, por parte do referido governo, qualquer vontade política de instalar no Brasil escolas superiores, fato que não acontecia, por exemplo, em outros países da América Latina, tais como a Argentina, o México e o Peru, dentre outros.

A influência de Portugal na formação dos jovens brasileiros era muito grande e se estende até o período monárquico, em que, com a vinda da família real ao Brasil, em 1808, são criadas por D. João VI as primeiras instituições de ensino superior cujo objetivo era formar pessoas que servissem à Marinha e ao Exército. Logo, com a vinda da família real à colônia brasileira e com a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, cria-se o ensino superior que, num primeiro momento, respondia às necessidades exigidas pelos militares que aqui residiam.

“é em razão da defesa militar que são criados em 1808 a Academia Real de Marinha e em 1810 a Academia Real Militar (que em 1858 passou a chamar-se Escola Central, em 1874 Escola Politécnica e hoje é a Escola Nacional de Engenharia) a fim de que atendesse à formação de oficiais e engenheiros civis e militares. Em 1808 é criado o Curso de Cirurgia e Anatomia no Rio. No ano seguinte, nesta mesma cidade organiza-se o de medicina. Todos esses visam atender à formação de médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha. Em razão da revogação do Alvará de 1785, que fechara todas as fábricas, em 1812 é criada a Escola de Serralheiros, Oficiais de Lima e Espingardeiros (MG), é criado na Bahia o Curso de Economia (1808), Agricultura (1812) com estudos de Botânica e Jardim Botânico anexo, o de Química (1817) abrangendo química industrial, geologia e mineralogia, em 1818 e o Curso de Agricultura e indústria. Estes cursos representam a inauguração do nível superior de ensino no Brasil”. (RIBEIRO, 1978, p.22)

A esse respeito, CUNHA (1989)³ esclarece que, embora existissem instituições de ensino superior na época colonial, não se criou, no Brasil, nenhuma

³ Luiz Antônio Cunha estuda e analisa o ensino superior e as universidades no Brasil, nos seguintes livros: *A Universidade Temporã*. Civilização Brasileira. R.J., 1986, em que traça a origem e o desenvolvimento do ensino superior – século XVI até a era de Vargas; *A Universidade Crítica*. Ed. Francisco Alves. R.J., 1983, em que reconstrói o ensino superior no período de 45 até 64, na chamada era populista; *A Universidade Reformanda*. Ed. Francisco Alves. R.J., 1988, em que trata do ensino superior no período de 64 a 68 e faz uma análise histórico-sociológica do mesmo; e, *Qual Universidade?*. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Nº 31. Ed. Cortez. S.P., 1989, em que trata da questão da autonomia universitária, de suas relações com o Estado e aponta algumas propostas para solucionar tais problemas. Esses livros são importantes para quem pretende conhecer profundamente essas questões.

universidade até o início do século XX e cita três fatores que contribuíram para essa situação:

“1)contrariamente ao colonizador espanhol, o português não encontrou nas terras do Brasil povos indígenas com cultura complexa, contra a qual fosse necessário travar uma luta, no campo próprio da ideologia, para conquistar a ambicionada hegemonia. Os missionários religiosos, em especial os jesuítas, realizaram a tarefa da “conversão” dos índios, sem prescindir, como no caso hispano-americano, do apoio das armas; 2)Portugal dispunha de um pequeno quadro universitário, integrado pela Universidade de Coimbra e, mais tarde, pelo Colégio de Évora e pelo de Lisboa. A criação de universidades no Brasil empobreceria perigosamente a da metrópole. Ao contrário, a Espanha dispunha, já no século XVI, de oito universidades, uma das quais, a de Salamanca, com cerca de 6 mil estudantes e 60 cátedras, o que demonstra o seu grande porte para a época; 3) o envio de maior número de estudantes de nível superior a Portugal, socializando-os na submissão à metrópole, foi sempre um expediente do qual os governantes portugueses nunca esconderam seus propósitos”. (p. 09 -11)

Seguindo esse raciocínio, CUNHA (1986) explicita, referindo-se à criação das universidades brasileiras, alguns fatores que possivelmente fizeram da França, a partir de 1808, a principal referência cultural das classes dominantes da época.

“Talvez, a primeira e principal tarefa francesa adotada no ensino superior, desde a estada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, tenha sido a recusa de criação de uma universidade, fundando-se escolas isoladas. Anísio Teixeira sugeriu que essa recusa se deveu à luta dos enciclopedistas contra a Universidade de Paris, controlada pelos agentes das ideologias reacionárias. Essa posição teria sido assumida por muitos dirigentes do Estado, no Brasil, fazendo com que a Assembléia Legislativa não aprovasse 42 projetos de criação de uma universidade em todo o período colonial. Ainda em 1882, no Congresso de Educação, o Conselheiro Almeida investiu contra a idéia de se criar a universidade”. (p. 137)

Houve, também, grande influência da cultura inglesa quando ocorreram essas transformações culturais na metrópole. Todavia, a incorporação dos padrões culturais franceses foi bem maior em virtude dos padrões artísticos aqui trazidos pelo rei D. João VI. Tratava-se de uma missão artística que, mais tarde, constituiu-se enquanto elemento importante na mudança dos usos e costumes dos

portugueses e brasileiros, enfim da própria cultura da metrópole. Mais tarde, os artistas da missão francesa, no Brasil, constituíram o núcleo da Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil - 1820, depois chamada de Escola de Belas-Artes, conforme nos aponta CUNHA (1986, p. 131).

Com a Independência do Brasil, em 1822, apesar da premente necessidade de se criar universidades no Brasil, isto não ocorre, conforme nos afirma FÁVERO (1977).

“Chegamos à Independência (1822) com apenas algumas escolas profissionalizantes. Os debates na Constituinte pareciam marcar uma mudança completa na política até então adotada por D. João VI em relação ao ensino superior. Planos, indicações e projetos são apresentados sobre a necessidade de criação de instituições universitárias. Mas a mesma situação perdura durante todo o Império”. (FÁVERO, 1977, p.22)

A esse respeito, CUNHA, (1986) esclarece as modificações e alterações que ocorreram com os cursos e currículos, na época.

“cursos viraram academias, currículos foram modificados várias vezes, mas o panorama não mudou substancialmente. Toda a prosperidade da economia cafeeira não foi capaz de alterar os padrões do ensino superior, a não ser indiretamente pela construção de estradas de ferro, para as quais eram necessários engenheiros. As modificações mais notáveis foram a criação da Escola Politécnica, em 1874, no Rio de Janeiro, e a da Escola de Minas de Ouro Preto, um ano depois. A primeira nasceu da escola militar e a outra, da vontade do Imperador, ambas num período em que cessada a guerra contra o Paraguai (1864-1870), construíram-se estradas, portos, serviços públicos de iluminação a gás, abriam-se fábricas de tecidos, de produtos alimentícios e químicos”. (p.76-77)

Com base na citação de CUNHA (1986, p. 198-216), ressalte-se que as primeiras escolas de ensino superior com o nome de universidades datam do início do século 20.

“datam de 1909, a Universidade de Manaus, no auge do ciclo da borracha, que atraía para Manaus não só a força de trabalho de outras regiões como, também pessoas que buscavam enriquecer-se pelo comércio, pela prática de profissões liberais e outras atividades. Um desses imigrantes foi o engenheiro Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves, natural de Minas Gerais, tenente-coronel da Guarda Nacional”.

Este tenente-coronel, que outrora fora atraído pelo ciclo da borracha propõe, num primeiro momento, “*a criação de uma Escola Militar Prática*” que mais tarde os estatutos transformam em Universidade de Manaus.

Em 1911, criou-se a Universidade de São Paulo, “*enquanto associação civil e aproveitando o ensejo da lei orgânica de abril de 1911*”. A Universidade de São Paulo teve como “*pessoa chave o médico Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, um positivista militante que, já em 1888, fazia apologia do ensino livre. A Reforma Rivadávia Corrêa encontrou em São Paulo quem tirasse proveito de seu intento desoficializador para fundar uma universidade*”.

Após um ano, em “*1912, criou-se a Universidade do Paraná*”, também uma “*associação civil, composta por um grupo de profissionais liberais e altos funcionários do governo*”. Essas universidades, na fala de CUNHA, foram “*passageiras*”, porque deixaram de existir. “*O caso destas universidades mais o da paulista, todas passageiras, mostra o quanto foi importante para o ensino superior no Brasil a chancela governamental aos diplomas, condição necessária aos privilégios ocupacionais procurados pelos estudantes*”.

Se essas três universidades foram passageiras, duas outras, a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, e a Universidade de Minas Gerais, criada em 1927, permanecem no tempo e existem até os dias de hoje como Universidades. Foram, portanto, na fala de CUNHA, as “*Universidades sucedidas*”, na Primeira República.

Assim, apenas em 1920 é criada, sem debates ou discussões, a primeira universidade no Brasil, chamada Universidade do Rio de Janeiro, agrupando vários cursos já existentes, tais como os das Faculdades de Direito e Medicina e o da Escola Politécnica. Essa universidade não desenvolveu, de fato, suas verdadeiras funções, mesmo porque as condições com que foi criada não suscitaram grandes interesses por parte dos governantes da época.

FÁVERO (1977) cita Fernando de Azevedo, que comenta o assunto, esclarecendo que as universidades, em 1920, não passavam de agrupamentos de escolas superiores profissionais.

“a verdade porém, é que, sob a denominação de Universidade não se lançaram as bases de uma instituição orgânica e viva, de

espírito universitário moderno, mas agruparam apenas, por justaposição, as escolas superiores profissionais já existentes. Problema de tamanha importância e complexidade reduziu-se por esta forma, com maior naturalidade a uma questão de rótulo”. (p.29)

E, após cinquenta anos da criação da Universidade do Rio de Janeiro, Fernando de Azevedo assim se expressava:

“(…) existia na época, a Universidade do Rio de Janeiro, mas só no papel. Ela foi criada pelo Presidente Epitácio Pessoa para numa demonstração de “status” cultural, receber o rei Alberto da Bélgica. Mas o rei foi embora, passou poucos dias aqui, e a “Universidade” do Rio de Janeiro foi fechada: já tinha cumprido seu papel”. (in FÁVERO, 1977, p.30)

A partir da década de 30, as universidades existentes no Brasil eram: Universidade de Porto Alegre –1934, Universidade do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que foram as universidades sucedidas e a Universidade de São Paulo, em 1934. (CUNHA,1986, p. 232)

Uma outra questão que começa a se articular logo após a Proclamação da República, diz respeito à questão do ensino público e particular. Enquanto as instituições de ensino superior eram estatais durante o Período Imperial, após a Proclamação da República iniciam-se várias modificações legais que têm como objetivo incentivar a criação de faculdades privadas.

“Durante o período imperial, as instituições de ensino superior criadas a partir de 1808 foram todas estatais. Imediatamente depois da proclamação da República (1889), a ação política dos liberais e dos positivistas promoveu sucessivas modificações na legislação, de modo a incentivar a criação de faculdades privadas. Disso resultou a existência, atualmente, de 50 universidades públicas e 20 privadas; 200 faculdades isoladas (ou federadas) públicas e 600 privadas”. (CUNHA, 1989, p. 11)

Podemos constatar, após 1889, a discrepância entre o número de faculdades isoladas e universidades públicas e particulares. Hoje, a ação política por parte dos representantes do MEC, é autorizar a transformação de faculdades isoladas em universidades privadas, muitas vezes, sem os critérios necessários para essa

transformação e procurando, por meio de propostas de reformas e medidas provisórias, privatizar as universidades públicas⁴.

Convém ressaltar também que, antes mesmo da criação das primeiras universidades no Brasil, já existiam algumas reformas educacionais que tratavam da criação das Instituições Universitárias no Brasil. Com o apoio de FÁVERO (1977, ps. 26 a 34), citaremos a Reforma de Carlos Leôncio de Carvalho, de 1879 às vésperas da Proclamação da República, quando tínhamos apenas seis estabelecimentos civis de ensino superior que eram as Faculdades de Direito de São Paulo; Direito de Recife; Medicina do Rio de Janeiro; Medicina da Bahia; Escola Politécnica do Rio de Janeiro e Escola de Minas de Ouro Preto; a Reforma de Carlos Maximiliano, de 1915, quando o problema da instituição universitária assume forma legal pelo Decreto nº 11.530, artigo 6º; e a Reforma Rocha Vaz, de 1925, em que, pelo Decreto nº 16.782 - A, preserva a Universidade do Rio de Janeiro da forma como foi organizada quando de sua criação em 1920, pelo então Presidente Epitácio Pessoa pelo Decreto nº 14.343. Essa Universidade do Rio de Janeiro, conforme apontamos, recebe duas outras denominações: Universidade do Brasil, em 1937 de acordo com a Lei nº 452 e Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir de 1965 com a Lei nº 4831. O artigo 260 deste Decreto nº 14.343 autoriza a criação de outras universidades nos seguintes Estados: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Bahia.

Ainda na década de 20, com o objetivo de melhorar o ensino secundário e superior, foram realizados dois Congressos convocados pelo Governo Federal. Um, realizado em 1922, quando a Independência brasileira completa cem anos e, outro, chamado Congresso de Ensino Superior, em 1927, quando se comemoram os cem anos da criação dos cursos jurídicos no Brasil. Fundamentalmente, este Congresso tinha como objetivo a reformulação da Universidade do Rio de Janeiro e a revisão dos cursos jurídicos. Portanto, reformular a Universidade do Rio de Janeiro já era um importante fator que futuramente desencadearia outras discussões e debates na sociedade brasileira.

Também, nessa época, ainda com referência às questões relacionadas à melhoria do ensino, foram realizados dois importantes inquéritos: o primeiro em 1926 e

⁴ Segundo o Relatório do MEC (1996), temos, hoje, no Brasil, 12 Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, 19 Fundações Universidades Federais e 22 Universidades Federais Autárquicas. São, portanto,

o segundo em 1928, este, realizado pela ABE - Associação Brasileira de Educadores. Algumas das idéias expostas pela ABE são utilizadas pela Reforma Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública em 1930. Campos também propunha outras reformas de ensino, a exemplo das reformas do ensino comercial, secundário e superior e do curso primário e normal em Minas Gerais.

No que se refere à Reforma do Ensino Superior, o projeto assinado e publicado em 1931 se divide em três partes: a primeira, que trata da “organização das universidades brasileiras”; a segunda, que “contém a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro”; e a terceira, que “cria o Conselho Nacional de Educação e define suas funções”.

Neste mesmo ano, por intermédio da ABE, na IV Conferência Nacional de Educação realizada no Rio de Janeiro, ocorre nova proposta sobre as questões educacionais que tem como objetivo renovar e reconstruir a educação no País, assinada por 25 educadores. É o chamado “*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*” que tem seu lançamento no ano de 1932, no início do governo de Getúlio Vargas. É com toda essa mobilização da época que são criadas a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal em 1935 e, mais tarde, juntamente com outras mobilizações, a Universidade de Brasília, em 1961.

Entre os anos de 1945 e 1961 não houve mudanças fundamentais nas questões sociais, pois as decisões tomadas pelos governos no campo educacional, habitacional, de assistência social, dentre outras, eram decisões setoriais, que não alteravam substancialmente a política social vigente. Porém, apontam-se, no período juscelinista, “*a Lei Orgânica da Previdência Social e sua Regulamentação como atos de maior importância, realizados por ele no âmbito da política social.*” Ocorreu também, neste governo a Campanha em Defesa da Escola Pública, como resposta ao projeto de LDB. (VIEIRA, 1987, p.230-231)

Esses fatos são reveladores de que, nessas décadas, já existiam algumas ações coletivas por parte de educadores brasileiros, cujo objetivo era a melhoria do ensino. No entanto, em que pese todo esse esforço por parte de alguns educadores, a

verdade é que a educação estava muito distante das reais condições sociais em que se encontrava a população brasileira.

Neste sentido, entendemos que a existência de uma universidade deve estar necessariamente definida e interligada ao contexto maior em que a mesma se encontra e não apenas em função de uma classe social. Para que essa relação universidade e sociedade ocorra com maior abrangência, atendendo a todos os segmentos da sociedade, é fundamental a mobilização dos movimentos sociais organizados que fazem avançar dinamicamente a sociedade, dando-lhe condições de debater essas questões, ao mesmo tempo em que estará suscitando a necessária participação dos órgãos responsáveis pela educação, a exemplo do MEC, nos debates ou discussões realizados e da interferência e análise dos educadores sobre essas mesmas questões.

Foi o que ocorreu a partir da criação da Universidade do Rio de Janeiro. Após inúmeras discussões e Projetos de Reforma propostos pelos governos da época, outras universidades foram sendo criadas. Porém, algumas deixaram de existir e outras existem até os dias de hoje. Em que pese a mobilização de alguns educadores, a questão é que não houve interesse por parte dos governantes para que as universidades tivessem maior relação com o social, significando com isso que esta é uma questão que os educadores terão que enfrentar por muito mais tempo.

Conforme pudemos constatar, desde o período da criação da Universidade do Rio de Janeiro, o papel da universidade está sendo questionado. Naquele momento, os questionamentos ocorriam porque, de fato, essa universidade foi criada sem representatividade social, não significando, com isso, que a sociedade brasileira não necessitasse dessa relação universidade/sociedade. No entanto, apesar de terem-se passado quase oito décadas, ainda estamos discutindo essas questões por meio do movimento docente do ensino superior, além da própria sociedade, a exemplo do III Congresso da Organização Universitária Interamericana (1983) que nos informa, por intermédio de Valnir Chagas, o que segue.

“a partir sobretudo dos anos 40 (...) a universidade brasileira começou a cogitar de pesquisa, para a qual criou “institutos” especializados. E nos anos 50, procurando associar-se à

campanha pelo desenvolvimento, passou gradualmente a preocupar-se com o seu compromisso social; daí nasceu a extensão e com ela surgiram os respectivos “serviços”. Em breve, cada instituição se desdobrará em três - a do ensino, a da pesquisa e a da extensão - refletidas no próprio magistério, composto não só de professores como de pesquisadores e extensionistas” (p.12)

Desta forma, o nosso entendimento sobre o papel da universidade, é que a mesma deve, através do ensino, pesquisa e extensão, produzir e transmitir um saber que é universal, logo, deve pensar os problemas sociais do plano universal ao particular. Isto significa que este saber deve estar voltado à todos os setores sociais, atendendo os interesses do conjunto da sociedade e não apenas os interesses dos setores privilegiados. Assim, a universidade deve possibilitar, aos que nela estudam, uma formação adequada às suas escolhas profissionais, por meio de um ensino de qualidade, criando condições que favoreçam posturas críticas frente à realidade social. Ao mesmo tempo deve, pela extensão, prestar serviços à comunidade em que se insere e se relacionar com os vários segmentos sociais no sentido de contribuir para o desenvolvimento do País. Portanto, a universidade não deve isolar-se da sociedade. Também as pesquisas por ela realizadas devem estar a serviço do social, da mesma forma com que a sociedade a ela fornece os elementos necessários à pesquisa, vindos de todos os setores sociais. Assim, essa relação da universidade com a sociedade passa a ser uma relação conjunta, na busca de novos caminhos, cuja política de ação vá ao encontro do projeto maior de transformação social, da qual o seu projeto, necessariamente, deve ser parte intrínseca.

Isto posto, podemos afirmar que este modelo de universidade, enquanto instituição pública, passa a ter um significado social relevante, quando seu padrão de qualidade representado pelo ensino, pesquisa e extensão está a serviço do conjunto da sociedade. É por isso que o movimento docente do ensino superior, ao longo de sua trajetória, defende a reestruturação da universidade que aí se encontra, sem perder de vista a defesa de sua democratização interna e de sua autonomia, enquanto formas de adequá-la às condições sociais.

No entanto, em que pesem todos esses acontecimentos, CUNHA (1986, p. 194 -196) nos esclarece que não foram encontradas referências da participação de professores do 3º grau, dentro ou fora das instituições superiores nos conflitos político-

sociais da Primeira República, enquanto ações coletivas e organizações que representassem os docentes, muito embora não seja impróprio se supor que estes tenham tido algum envolvimento político na época, assim como os estudantes.

“Não encontrei referências da participação política de professores das escolas superiores nos conflitos político-sociais da Primeira República, fora ou dentro das instituições de ensino. Mas, não é descabido supor que eles, como os estudantes, se envolveram, pois as medidas repressivas dirigidas a estes atingiam, também, aqueles”.

Na década de 20, as ações praticadas pela chamada Polícia Acadêmica, mais tarde Polícia Escolar, criada com a Reforma Rocha Vaz, (1925) tinham como um dos seus objetivos o de reprimir estudantes e professores que professassem *“doutrinas subversivas da ordem legal do País”*. Todavia, embora fossem ações que atingissem nacionalmente as universidades e mais tarde as escolas secundárias, não tinham ainda, os professores, a necessária mobilização para uma organização nacional dos docentes que fosse contrária a essas medidas. Ao mesmo tempo em que reprimia estudantes e professores, a Reforma Rocha Vaz previa, também, a formação de *“associações de estudantes, no âmbito de cada estabelecimento de ensino, reconhecidas oficialmente, para fins científicos, literários ou de assistência escolar”*, porém, com o devido controle por parte das autoridades competentes, uma vez que as mesmas eram reconhecidas oficialmente. Assim, não havia espaço para outro tipo de associação que tivesse como objetivo a organização tanto de estudantes quanto de professores, fora do âmbito científico, cultural ou assistencial.

c) Principais experiências de organizações docentes:

SINPRO, CONPES e ANDES

Na década de 30, período de reestruturação das escolas de ensino superior, um ano antes do término do período do governo provisório de Vargas (1930-1934), surge uma primeira experiência de organização de docentes das escolas

particulares, chamada Sindicato dos Professores – SINPRO. Embora não seja esse o objeto deste estudo e apenas para assinalar tal passagem, segundo os dados da Revista Extra-Classe (1993), o SINPRO, inicialmente, filiava professores do ensino de 1º e 2º graus e, mais tarde, professores do ensino de 3º grau. Foi criado aos *12 de fevereiro de 1933, em Minas Gerais*, tendo, como primeiro presidente o *professor Dr. Henrique Marques Lisboa, no período de 1933 a 1938*. Num primeiro momento, o SINPRO foi chamado de *“Sindicato Mineiro dos Professores”*. Nesse período, como estava em vigor a Lei nº 17.770 de 19 de março de 1931, *“que regulamentava a criação e existência de sindicatos, estabelecendo como espaço territorial o Município”*, modifica-se o nome para *“Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de Belo Horizonte”*. Em 1948, um novo nome se apresentava: *“Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial de Belo Horizonte”* e, novamente, em 1954, muda-se o nome que permanece até os dias de hoje para *“Sindicato dos Professores de Minas Gerais”*, tendo sua base ampliada para a maioria das cidades mineiras e, mais tarde, para outros estados. Foi assim que surgiu o SINPRO, que tem como objetivo representar os professores da rede particular de ensino e que detém, hoje, um dos maiores índices de sindicalização do setor privado: *64% dos professores de sua base*.

O SINPRO é um sindicato que tem mobilizado a sua categoria para as lutas e reivindicações que lhes são próprias, por meio da *participação em negociações com o MEC - Ministério da Educação e Cultura - em fóruns do movimento sindical, em intercâmbio com outros sindicatos*, cujo objetivo é aglutinar o movimento sindical e torná-lo forte e coeso. Por outro lado, levou a categoria a participar de oito greves que representaram organização e amadurecimento dos professores. Referindo-se a essas greves, a Revista Extra-Classe (1993), assim nos esclarece.

“duas se deram na fase da fundação até 1979 e o restante, na fase que estamos denominando atual, de 1980 até hoje. As greves, todas elas, representam a culminância do processo de acumulação e amadurecimento, com destaque para aquelas que se transformaram em marco do processo de avanço da consciência de classe da categoria. Foram elas: a de 1959, primeira; a de 1966-primeiro confronto com os patrões, que se deu em plena ditadura militar; a de 1986-o desespero, a terra arrasada; a de 1989-maior confronto da história do Sindicato, grande “queda de braço”. A análise das greves seria tema para um estudo profundo e demorado, pelas características de cada

uma e pela riqueza que é em si mesmo qualquer processo grevista”. (p.12)

Portanto, o SINPRO surgiu para organizar e representar os professores da rede particular, mais especificamente do 1º e do 2º graus de ensino e, por certo, em meio a outros movimentos sociais que se fizeram presentes na época. Desta forma, não se percebia, nesse período, qualquer mobilização de docentes do 3º grau das redes de ensino particular, federal e estadual demonstrando-se, assim, que os acontecimentos vividos pelos professores do 3º grau das várias universidades, tais como perseguições políticas e ideológicas, dentre outras, eram ações isoladas e individuais, já que não se constituíam num conjunto organizado de docentes universitários.

A Revista da Associação dos Professores da Universidade Federal de Viçosa - ASPUV: dois períodos de sua história (1993) – assinala, à página 21, a presença desta associação docente, representada por seu presidente no ano de 1971, no I Congresso de Ensino Superior do Brasil. Nesse Congresso foi criada a Confederação Nacional de Professores de Ensino Superior, a CONPES. No entanto, não se conseguiu outras informações sobre esses dados. *“Apenas estes registros foram encontrados nas Atas ou documentos avulsos. Não se registrou continuidade dessa ligação”.*

Outra experiência de organização de docentes do 3º grau, ocorre em 1981. Trata-se da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a ANDES, criada durante o I Congresso Nacional de Docentes Universitários, realizado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo e que tem, dentre as várias finalidades, a de *“congregar e representar os professores das Instituições de Ensino Superior brasileiras, no plano econômico, social, cultural e político”* (Ata nº 1 de Fundação da Associação dos Docentes do Ensino Superior, p. 5^A). Assim, essa nova associação dos docentes universitários tinha como objetivo organizar todos os professores das IES do Brasil. No entanto, segundo seu Estatuto, a partir do II Congresso Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, momento em que legalmente a associação nacional torna-se sindicato, a finalidade dessa representação torna-se mais explícita: *“para fins de defesa e representação legal dos docentes das Instituições de Ensino Superior - IES, públicas e privadas, por prazo indeterminado ...”*.

A criação da ANDES em 1981 foi, portanto, mais uma forma encontrada por alguns professores universitários para organizar uma categoria que estava necessitando, até aquele momento, de uma representação nacional. Embora a ANDES já representasse as universidades particulares desde a sua criação, em 1981, evidentemente que, ao explicitar *a defesa e a representação legal* também das IES privadas, em 1988, esbarrou no SINPRO, que já representava as Instituições Particulares de Ensino, desde 1933. Sabemos que a universidade pública tem problemas diferenciados da universidade particular e a condução da categoria desses dois setores pelo sindicato nacional torna-se, portanto, bastante complexa, difícil de se encaminhar, privilegiando-se, muitas vezes, os problemas dos professores de um setor, em detrimento do outro. Nos vários encontros realizados pela ANDES, por exemplo, pode-se observar o reduzido número de professores das universidades particulares. Muito embora se discutissem nos grupos mistos desses encontros, os problemas desses professores e de suas universidades particulares, eram os problemas das universidades públicas e de seus professores que acabavam por receber encaminhamentos que teriam, na maioria das vezes, maior consistência na prática sindical. Tal consistência se devia ao fato de que os professores da rede pública estariam levando para maior número de ADs novas formas de luta e, conseqüentemente, atingindo maior número de professores que teriam maiores possibilidades de trabalho junto à sua categoria. O Sindicato Nacional conta, hoje, com as seguintes seções sindicais: 52 universidades federais, 38 universidades estaduais e 6 faculdades particulares (Diretoria da ANDES SN, 1999). É evidente que, neste contexto, a questão da quantidade está intimamente ligada à questão da qualidade, não se tratando, aqui, de estarmos defendendo uma em detrimento da outra. Os vários exemplos dessas ações podem ser constatados nas próprias ADs das universidades públicas e no retorno dos encaminhamentos dessas ações, no Sindicato. No entanto, quanto à análise que se refere à questão da qualidade destes encaminhamentos, no setor privado, não dispomos de elementos suficientes para elaborá-la, porém, sabemos que os professores das universidades particulares, assim como os das universidades públicas, esforçam-se para darem o melhor de si, em seu trabalho sindical. Apenas entendemos que, nos encontros promovidos pelo Sindicato Nacional, a participação do maior número possível de professores das IES brasileiras, tanto como delegados quanto como observadores, dentro

dos limites estatutários da ANDES, é de fundamental importância para fazer avançar o movimento docente.

d) Contexto histórico-político

d. 1. A era Vargas

Necessário se faz contextualizarmos historicamente nosso objeto de estudo, que é o movimento docente do ensino superior, reconstruindo e analisando sua trajetória, apontando rapidamente alguns acontecimentos que antecederam a época da organização dos mesmos, na década de 60. Estes acontecimentos ilustram a forma com que tanto o poder público quanto a elite brasileira procuravam reprimir as manifestações conduzidas pelas massas populares.

A partir de 1930, Vargas procura incorporar o grande contingente das massas populares na política, marginalizando a classe média de suas pretensões sociais.

“O que se observa, porém, é que a democracia brasileira vinha progressivamente deixando de ser a mera formalidade, como o fora antes de 1930, que apenas consagrava os ajustes de interesses entre os grupos dominantes. Mesmo o moralismo tradicional é capaz de acentuar, embora de maneira deformada com o “suborno coletivo”, o traço diferencial do novo período: os interesses populares passam a contar e o regime, de uma forma ou de outra, deve atendê-los. O voto secreto, a grande conquista da revolução de 1930, só 15 anos depois começa a produzir seus frutos. É preciso não perder de vista o significado desta transformação: é a revolução democrática se realizando. Pobre revolução, comparada ao modelo europeu, mas não temos e não teremos outra. Diante desta democracia que buscava raízes nas massas, a classe média tradicional desesperou-se. Marginal na Velha República apoiada na grande propriedade da terra, marginal nesta democracia que busca apoio nas massas - a classe média nunca encontrou o terreno adequado para a democracia pura de suas pretensões aristocráticas.”
(WEFFORT, 1980, p.22)

O enfraquecimento dos grupos políticos produzido pela Revolução de 1930, que põe fim à estrutura republicana criada em 1890, possibilitou a elaboração e aprovação de uma nova Carta Constitucional – a Carta Magna de 1934 que vigiu até

1937. Esta Carta expressava os ideais do reformismo econômico e do liberalismo político, presentes até hoje sob novas configurações, pois tanto um quanto o outro, mesmo em formas mais elaboradas, a exemplo da legislação de um modo geral e em especial a legislação educacional brasileira, sempre permeou as decisões nacionais.

A esse respeito, WEFFORT (1980)⁵, explicita que, embora pretendendo traduzir os interesses da população, essa ideologia nasce dentro do Estado ou em associação com ele.

“o reformismo nacionalista foi também espontaneísta, porém em forma mais elaborada. Diferentemente do populismo, expressão típica de ascensão das massas e de sua incorporação ao regime, o nacionalismo foi sua expressão global e emerge, portanto, diretamente ao nível do Estado. Ele corresponde, neste período que se inicia com o segundo Governo Vargas, a grupos políticos, tecnocráticos e militares situados no aparelho do Estado ou diretamente associados a ele e que tratam de definir uma estratégia para o Estado em face dos problemas criados ou enfrentados pelo desenvolvimento industrial e urbano do País. A ideologia nasce, pois, dentro do Estado ou em associação com ele, embora pretendendo traduzir os interesses gerais de todo o povo. A política nacionalista expiou de várias formas o pecado original da ideologia.” (p. 40)

Apesar da Carta Magna de 1934 conservar uma estrutura federal não muito diferente da Velha República, garantia as eleições livres, marcadas para 1938. O golpe de novembro de 1937 inicia, para Vargas, a segunda metade de seu governo totalitário que durou quinze anos. Assim, o período do Estado Novo (entre 1937 e 1945), imposto por um golpe de Estado do próprio Presidente da República e com o apoio das Forças Armadas, não tinha uma base ideológica firme, consistente, ao mesmo tempo em que não tinha o apoio da sociedade civil organizada. Nesse processo político e de desenvolvimento econômico em curso no Brasil, o voto era uma forma de expressão popular que procurava incorporar as massas populares às estruturas políticas.

⁵ O cientista social Francisco C Weffort, no livro *O Populismo na Política Brasileira*. 2ª Ed.. Paz e Terra. RJ., 1980, analisa a origem e a trajetória desse fenômeno político, o populismo, que mobilizou grandes massas e persistiu durante décadas no Brasil e na América Latina. Além do populismo, faz também uma análise lúcida sobre o nacionalismo reformista brasileiro. Essa leitura é recomendada para os interessados nesse assunto.

“Trata-se, com efeito, de uma situação em que a expressão política é, no essencial, individualizada através do sufrágio (fenômeno que se associa a estas duas outras características da política brasileira, a hipertrofia dos executivos e o elevado grau de personalização do poder governamental). E podemos perceber facilmente que esta manifestação individualizada e desorganizada das massas através do voto, se não depende, como ocorre em alto grau com as associações, de um governo particular já constituído, depende, porém, diretamente dos arranjos pré-eleitorais possíveis aos grupos dominantes e, em última instância, das formas institucionais que lhe são convenientes. De qualquer modo, há a ressaltar que a dependência política das associações e o sufrágio como meio básico de expressão popular, constituem outros dois aspectos da incorporação das massas populares às estruturas políticas do capitalismo brasileiro em processo de desenvolvimento através da industrialização e da urbanização. Diferentemente das associações, porém, as massas não mantinham nem poderiam manter qualquer compromisso político específico com a elite, menos ainda com as instituições que esta pretendia preservar e este desvinculamento é um dado central se temos em vista entender sua conduta durante o golpe militar).” (WEFFORT, 1980, p.21)

A Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, tinha como princípio básico fundamental fortalecer o Poder Executivo para, com isso, ter o domínio completo sobre o Estado brasileiro e sobre a vida dos cidadãos. Apesar da garantia do princípio político democrático de que *“o poder emana do povo e por ele é exercido”*, era uma Carta basicamente ditatorial, pois não foram convocadas eleições, os partidos políticos não existiam e o poder legislativo não funcionou. Essa Carta Magna, portanto, estrutura um Estado autoritário e altamente nacionalista que procura reestruturar a economia do País.

Entre 1937 e 1945, a economia brasileira desenvolve-se sobremaneira com a implantação de grandes indústrias siderúrgicas. Essas grandes indústrias contribuem para o aumento da proletarianização de grande parte dos trabalhadores brasileiros, na medida em que necessitam de um número elevado de mão-de-obra assalariada nos seus quadros. Em contrapartida, as camadas mais humildes da população brasileira reclamam, perante o Estado, o cumprimento dos seus direitos sociais, o que legalmente se torna possível com o surgimento da legislação trabalhista, a CLT, outorgada por Vargas em 1943.

Em 1945, o Estado Novo perde estabilidade e legitimidade e iniciam-se amplas greves. Esta crise política que caracteriza o estado brasileiro, não só representava o fim de um período de domínio político no Brasil pela oligarquia do café que terminou em 1930, assim como a exclusão de grande parte dos brasileiros de seus direitos de cidadania, especialmente nos momentos em que o déficit público era muito elevado e os salários muito baixos. Apesar do Brasil acumular grandes reservas em dólares com a II

Guerra Mundial, as dificuldades encontradas pela indústria, com a importação de insumos, eram muito grandes.

Vargas, embora reprimisse as manifestações e as greves, retorna mais tarde às urnas, defendendo o nacionalismo e contrariando, dessa forma, os interesses americanos, já que os mesmos, na maioria das vezes, estiveram presentes nas grandes decisões nacionais, a partir de 1950.

Assim, em outubro de 1945, com a deposição de Vargas pelo Exército e com profundas conseqüências no quadro econômico, político e social brasileiro, o conjunto da população começa a exigir a redemocratização do País, com eleições livres e diretas, já proposta em 1943 pelos opositores políticos e intelectuais de Vargas.

Com o fim do Estado Novo, a atuação das massas populares tem um significado muito grande dando destaque a alguns líderes populistas. Depois de um longo período de ditadura, inicia-se, no Brasil, um processo de democratização que encontra apoio em dois grandes partidos políticos criados por Vargas, o PTB e o PSD. Rearticula-se a grande correlação de forças dos grupos sociais que participaram da luta pelo poder em que estão presentes outras forças políticas representadas por uma pluralidade de partidos políticos, destacando-se entre estes a UDN, o PTB e o PSD.

Essa nova experiência vivida no Brasil, que ocorre a partir de 1945, é a mais longa e vai até 1964, afetando sobremaneira o processo democrático brasileiro.

A volta de uma política democrática significaria, naquele momento, a criação de uma nova estrutura com bases legais, ou seja, de uma nova Constituição, o que vem a ocorrer em 1946.

Neste contexto, Vargas que pretendia se reeleger no próximo mandato presidencial, procurava apoio de quase todos os setores sociais, tais como o da classe política, dos burocratas, dos industriais, dos latifundiários, dos banqueiros e da classe média urbana. O setor social que politicamente não tinha importância para Vargas, porque não votava, era o de subsistência dos trabalhadores rurais, os analfabetos. Porém, em que pese a importância de conquistar a maioria dos setores sociais, a grande política de Vargas buscava o apoio das classes trabalhadoras urbanas.

Esta política que buscava apoio nas classes trabalhadoras urbanas, mostrava-se sensível às pressões exercidas por elas. O populismo revolucionário pós-30, foi, portanto, resultado da necessária urgência da massa trabalhadora em participar do

poder político. Desde 1945 o povo procurava efetivamente participar e influir indiretamente, enquanto composição de força política, ao lado da elite.

WEFFORT (1980, p. 18), explicita como exemplos dessa relativa autonomia popular do período democrático, a eleição para Presidente da República de Eurico Gaspar Dutra, em 1945, apoiado por Vargas e pelos partidos políticos PSD e o PTB; o próprio Vargas para Presidente da República em 1950; Juscelino Kubitschek para Presidente da República em 1955, também apoiado pelo PSD e pelo PTB; Jânio Quadros para Presidente da República em 1960 e João Goulart que torna-se Presidente da República, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

Este populismo, juntamente com o desenvolvimentismo e o nacionalismo, acabam por marcar profundamente a transformação do ensino superior no Brasil, no momento em que os movimentos sociais organizados passam a exigir mudanças na política educacional. No Estado Novo, recupera-se também o dispositivo constitucional de 34 da garantia da liberdade de cátedra para o ensino superior, o que não existia na Constituição de 1937.

A partir de 1945 a 1950, com Dutra no poder e seu gabinete moderado e conservador, o Brasil retoma o processo democrático depois de longo período de ditadura. Dentre as várias medidas no campo econômico, propostas por seu governo, destacaram-se: a exportação de matéria-prima e a importação de bens manufaturados e de produtos alimentícios industrializados, ostentando, assim, o Brasil, como um País essencialmente agrícola e os esforços consubstanciados no Plano SALTE - Saúde, Alimentação, Transporte, Energia - que, incorporado ao orçamento da União para 1949, tinha como objetivo coordenar em cinco anos os gastos públicos da União. Apesar do fracasso do Plano SALTE, o governo Dutra consegue, durante o seu governo, um crescimento econômico de 6% ao ano.(SKIDMORE, 1996)

Uma outra medida de Dutra refere-se ao Partido Comunista do Brasil, o PCB* . Com a abertura democrática e o novo código eleitoral, ressurge, em 1945, o

*O Partido Comunista do Brasil foi criado em 1922 com a sigla PCB. Com problemas políticos internos, que não nos convém aqui analisar, ocorre uma cisão em 1962. Com esta cisão, o Partido Comunista do Brasil passa a utilizar a sigla PCdoB e a sigla PCB passa a receber o nome de Partido Comunista Brasileiro, o chamado “Partidão”. Ambos se consideram criados em 1922.

Partido Comunista do Brasil, que estava na clandestinidade desde 1935. Com 15 membros eleitos para a Assembléia Constituinte, o PCB foi, para Dutra, o “Calcanhar de Aquiles”. No momento em que o governo apelava aos investimentos internacionais e quando a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade atingiam um significativo patamar, os comunistas interpelavam veementemente, contrários que eram em relação a essas medidas. Na defesa de melhores condições de vida para o trabalhador brasileiro, o Partido Comunista do Brasil torna-se popular e cresce sobremaneira a ponto de contar, nas eleições estaduais de janeiro de 1947, com mais dois deputados e um senador. Ao mesmo tempo o Partido elegia 46 comunistas em 15 legislaturas estaduais na Assembléia do Distrito Federal, constituindo-se, portanto, a maior bancada da Câmara. Preocupado com esse crescimento, Dutra, usando um dispositivo da Constituição de 1946, declara o PCB ilegal em 1947, considerando-o um partido “antidemocrático”. Ao mesmo tempo, torna ilegal a recém-criada organização, Confederação dos Trabalhadores do Brasil - intervindo em 143 sindicatos. Essas ações acabam criando uma grande lacuna na organização das esquerdas brasileiras, interpondo limites à configuração relativamente democrática da transição política com que o País saía da ditadura getulista. É neste contexto que Vargas prepara-se para um novo embate político: o de Presidente do Brasil. (SKIDMORE, 1996)

Em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas retorna ao posto de Presidente do Brasil, cujas funções havia exercido entre 1930 e 1945, com aproximadamente 49% dos votos, apoiado pelo PSD e pelo PTB, iniciando-se, assim, a Nova Era Vargas.

Em 1951, Vargas encontra uma grande atuação das massas populares cujo envolvimento se dera de forma contundente no governo Dutra, uma forte oposição de grande parte da direita, a neutralidade das Forças Armadas e um eleitorado urbano crescente. Apenas lhe dava apoio grande parte da elite política, a exemplo do Clube Militar. A possibilidade de um trabalho de política de massas, necessário neste momento, era demonstrar o crescimento do PTB, na época considerado um partido popular. Portanto, Vargas depara-se com um quadro adverso em relação ao período em que governou em 1930 e do seu autoritarismo do Estado Novo — 1937/1945, quando podia contar com o centro, a direita, os militares graduados, dentre outros.(VIEIRA, 1987)

A expansão da urbanização com o crescimento das indústrias apontava nitidamente a formação de setores que compreendiam os industriais, a classe operária e urbana e a classe média, esta última formada pelos administradores e burocratas e os profissionais liberais, além dos latifundiários com a monocultura do café e o setor cujos elementos dependiam da subsistência rural.

Vargas, entendendo a necessidade de atender e conquistar a todos os setores, em especial a camada popular, tinha como lema o contato permanente e direto com a população, num grande jogo político, pedindo à mesma que limitasse sua mobilização em favor de suas reivindicações e confiasse em sua proposta de lei trabalhista. Por outro lado, procurava convencer as Forças Armadas de que o planejamento proposto por seu governo era o possível e acertado. Colocava-se, portanto, como intermediário entre a elite e as massas populares, com o objetivo de sanar as questões econômicas e financeiras deixadas por Dutra. A conciliação e representação dos vários setores no governo, propostas por Vargas, os constantes ataques de Carlos Lacerda ao seu governo, a tentativa de conquistar a UDN, dentre outras, criam maiores tensões e acirra-se a crise social. A citação que segue nos esclarece a esse respeito.

“A ação política de Getúlio baseava-se então na conciliação de forças diferentes, que sobressaíam na luta pelo poder. Ao menos até 1952, por exemplo, através da tentativa de conseguir a participação da UDN, Vargas procurou compor seu governo de tal modo que nele estivessem também presentes alguns representantes de setores conservadores. Assim, seguindo sua orientação tradicional, enquanto cumpria seu intento de ajustar-se com a UDN, aliás um projeto fracassado, ele alimentava o apoio recebido das massas de trabalhadores. A crise recrudesceu a partir do segundo ano do governo. Os grupos políticos de linha conservadora rejeitaram qualquer acordo com Getúlio, tendo em Carlos Lacerda um de seus principais porta-vozes, com seus convites às Forças Armadas a fim de porem fim ao que chamava de preparativos para nova ditadura getulista. As Forças Armadas se inquietavam com controvérsias e até com rivalidade em torno do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, do projeto da Petrobrás, do pedido de envio de tropas brasileiras à Coréia, da expansão do movimento popular e das eleições no Clube Militar. Por sinal, juntamente com a renúncia do General Estillac Leal ao Ministério da Guerra, a perda das eleições naquele Clube significou um dos primeiros abalos no suporte militar do governo.” (VIEIRA, 1987, p.25-26)

Por outro lado, Vargas procurava solucionar alguns problemas de infraestrutura, tais como energia, transporte e combustível, com o apoio dos estudos da CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina. Também são retomados o Plano SALTE e a questão do controle cambial do governo Dutra enquanto estratégia de desenvolvimento para o seu governo, que enfrentava problemas internos e externos. Por intermédio da SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito – criada em 1947, Vargas procura solucionar o problema da política de câmbio, tornando-a mais flexível e, para impulsionar sua política de investimentos que tinha como objetivo regular a economia do País, cria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE. Cria também a empresa Petróleo Brasileiro S/A — Petrobrás, o Banco do Nordeste do Brasil — BNB, o Plano Nacional de Eletrificação e Centrais Elétricas Brasileiras S/A — Eletrobrás, dentre outras. Porém, apesar de todas essas ações políticas, ainda encontra dificuldades no encaminhamento das questões econômicas. Investiu também na saúde, previdência social e habitação. Ainda assim, as tensões sociais aumentavam sobremaneira. (VIEIRA, 1987)

Quanto às questões educacionais, Vargas investiu no ensino primário, médio e superior com despesas públicas globais, porém, mais voltadas para o ensino médio e superior. No segundo período do seu governo, o percentual dos alunos que conseguiam concluir os seus estudos era muito baixo, como podemos constatar na citação que segue.

“No que diz respeito aos alunos inscritos no primeiro ano do curso primário e as suas possibilidades de irem adiante em seus estudos, até chegarem ao curso superior, cabem algumas indicações relativas ao segundo período getulista. Antes do início do governo, em 1950, sempre utilizando números aproximados, verifica-se que unicamente 16% dos alunos matriculados no primeiro ano do curso primário no Brasil atingia o quarto ano do mesmo curso. O processo de exclusão no ensino brasileiro tornava-se ainda mais rigoroso em outras etapas: daqueles estudantes que ingressaram no primeiro ano do curso primário, apenas 3% deles alcançava o último ano do curso médio e só 1,5% deles ingressava no curso superior. Já em 1953, em pleno terceiro ano de governo de Vargas, a situação não se alterara muito para melhor. Dos alunos inscritos no primeiro ano do curso primário, perto de 17% chegava ao quarto ano deste curso, ao passo que aproximadamente 3% deles resistia até o último

ano do curso médio e 1,7% deles entrava no curso superior”.
(VIEIRA, 1987, p.46)

Quanto ao ensino médio, enfatizava a formação técnica de nível médio e superior.

“Getúlio considerava que o desenvolvimento econômico, em especial a industrialização, não carecia apenas de capitais nacionais e de capitais estrangeiros. Carecia também da formação de técnicos de nível médio e de nível superior, além de exigir um constante treinamento de operários qualificados. A esta altura, enfatizava o papel do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) pelo crescimento do número de matriculados e pela preparação de uma equipe de professores, de instrutores e de administradores voltados para o ensino industrial. Acreditava, enfim, na criação de cursos de curta duração a serem ministrados pelo SENAI e na concessão de bolsas de estudo para jovens operários, como duas medidas básicas destinadas à ampliação do ensino industrial”. (VIEIRA, 1987, p. 44)

No que se refere ao ensino superior, em mensagem ao Congresso Nacional em 1952, o governo Vargas toma uma importante medida, que é a instalação de uma Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, cujo objetivo era eliminar as deficiências nesse grau de ensino. Estabelece, também, o sistema federal do ensino superior, com a nomeação de professores, diretores, auxiliares, pessoal técnico-administrativo, dentre outros. Tal política visava, fundamentalmente, à valorização do trabalho universitário por meio de equipamentos modernos, além da formação de cientistas que era a grande preocupação de Vargas, por entender que, com essa capacitação, o País teria possibilidade de avançar rumo às novas tecnologias que viessem suprir os problemas enfrentados pelo governo. Preocupava-se, também, com uma lei que definisse as bases e as diretrizes da educação no Brasil, por entender que era chegada a hora de reformular todo o sistema de ensino com normas disciplinadoras. (VIEIRA, 1987)

Entendendo a necessidade de acertar as definições no encaminhamento das questões econômicas, em 1953, Vargas reorganiza seu ministério com Osvaldo Aranha como Ministro da Fazenda e João Goulart como Ministro do Trabalho, dentre

outros. Apesar de todo esforço de seu novo ministério, ainda assim, Vargas não consegue controlar as tensões sociais geradas pela inflação, pela alta do custo de vida, pela alta no preço do café, causando deficit interno pela recusa dos Estados Unidos em comprá-lo, pelos gastos públicos, além do descontentamento das camadas sociais média e alta, pelo aumento do salário mínimo em 100% proposto por Jango à classe trabalhadora assalariada, pelo Plano Aranha que tinha como objetivo combater a inflação, pelo Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico – Plano Lafer que, sem excluir a iniciativa privada portanto, inspirado na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos tinha como finalidade investir em atividades prioritárias como agricultura, transporte, energia, dentre outros. (VIEIRA, 1987) Ao lado desses acontecimentos, ocorriam muitas greves em vários locais do País, que expressavam o descontentamento da população, em especial o da classe média, em relação à forma com que estavam sendo encaminhadas as questões políticas econômicas e sociais. Por outro lado, Getúlio recebia várias advertências para deixar o governo, tais como a dos oficiais do exército, por intermédio de manifestos e da UDN que queria a sua renúncia. Em agosto de 1954, Vargas, fragilizado em sua autoridade suicida-se antes mesmo que o plano dos militares — aliados dos norte-americanos para depô-lo — pudesse acontecer.

“O desenlace sensacional da crise política de agosto desarmou os antigetulistas e privou-os de uma nítida vitória. Os tumultos de rua e os protestos públicos contra os adversários de Vargas deram vida nova à popularidade do presidente extinto. De forma diferente à sua retirada do poder em 1945, o desaparecimento de Vargas em 1954 produziu um trauma psicológico que impediu aos constitucionalistas liberais erradicar o sistema que eles associavam a Vargas. Havia, portanto, poucas perspectivas de que a amarga divisão entre getulistas e antigetulistas pudesse ser logo superada”. (SKIDMORE, 1996, p. 181)

Café Filho, político extremamente legalista, assume o cargo de Presidente do Brasil em 1954 a 1955. Era filiado ao PSP - Partido Social Progressista. Seu governo foi marcado pelo preparo das eleições presidenciais seguintes e pela estabilização da economia do País, muito embora tenha se preocupado sobremaneira, no âmbito econômico, com a questão inflacionária e com algumas inovações quanto ao orçamento

federal, dentre outros. Café Filho, por motivos de doença é substituído por Carlos Luz que, deposto pelos militares, é substituído por Nereu Ramos.

d. 2. A era JK e o período anterior à Ditadura Militar

Convocadas as eleições presidenciais e com o apoio dos partidos políticos como o PSD, PTB e PC, Juscelino Kubitschek é empossado Presidente do Brasil, em 1956, em pleno estado de sítio, tendo como Vice-Presidente João Goulart. Com um governo bastante conturbado e instável devido às novas tentativas de golpes dos direitistas da época de Vargas, JK governa até 1961. O livro *Brasil Nunca Mais* (1985) informa-nos a resistência encontrada pelos golpistas, naquele período.

“desta vez, esbarraram na resistência de grupos nacionalistas das próprias Forças Armadas, detentores de importantes postos neste período, como o Ministério da Guerra, ocupado pelo General Henrique Teixeira Lott. Os golpistas foram obrigados a recuar mais uma vez para a fase de preparativos, agora reunidos em torno da Escola Superior de Guerra, que, fundada em 1949, vinha estruturando toda uma ideologia chamada Doutrina de Segurança Nacional”. (p.57)

Essa nova experiência democrática, tendo à frente Kubitschek que, assim como Vargas, teve o apoio da esquerda, muito embora não o fosse, abre as portas para o capital internacional com uma industrialização sem precedentes. É a era desenvolvimentista, em que ocorre a instalação de grandes fábricas de automóveis e muitas subsidiárias. Kubitschek consegue cumprir seu mandato dentro de certa normalidade.

A UDN, partido de oposição a essa aliança que elegeu JK, não aceitava o resultado dessas eleições entendendo que os votos dos membros do PC não tinham valor, porque o partido estava na clandestinidade e porque a chapa eleita deveria ter maioria absoluta dos votos. No entanto, JK governou o Brasil no período de 1956 a janeiro de 1961, ressaltando a importância das Forças Armadas e de seus correligionários. Seu lema era a manutenção da ordem, defesa da legalidade e a planificação econômica por meio do desenvolvimentismo.

Neste contexto, JK lançou mão de várias medidas para reabilitar a democracia brasileira e o seu desenvolvimento econômico com a colaboração do capital estrangeiro, a exemplo da Operação Pan-Americana – OPA. Portanto, a política do governo JK era voltada para a aplicação de grandes recursos de capitais, em especial capitais externos, fazendo com que as pequenas empresas brasileiras fechassem suas portas, por não encontrarem apoio no mercado financeiro interno. No entanto, observa-se uma extraordinária expansão das indústrias básicas brasileiras, mantendo, dessa forma, a estabilidade política do País e o processo democrático. O Programa de Metas de JK também foi uma das medidas políticas para reabilitar o desenvolvimento econômico do País, com investimentos para o transporte, energia, alimentação e indústria de base, dentre outros. (VIEIRA, 1987)

Entre 1955 a 1961 há uma grande expansão industrial — em torno de 80%. Em parte, esse crescimento deveu-se ao grande dinamismo do governo Kubitschek, que acaba por estimular a economia brasileira.

“resultou de circunstâncias econômicas básicas favoráveis: um grande mercado interno, maior capacidade em áreas-chave, tais como a produção de ferro e aço, maior do que em qualquer outro país da América Latina, e a disposição dos homens de negócio do exterior em investir no Brasil. Contudo, foi o papel dinâmico do Governo Kubitschek que serviu para estimular e canalizar as forças do crescimento econômico”. (SKIDMORE (1996, p.204 e 205)

O Instituto de Estudos Brasileiros - ISEB - criado por Café Filho em 1955, e que integrava o Ministério da Educação e Cultura ao mesmo tempo em que criticava a construção ideológica da política desenvolvimentista de JK, também pregava o desenvolvimento capitalista. VIEIRA (1987 p.87 e 88) esclarece quanto ao ISEB que

“a sua produção intelectual foi variada e deve-se atentar para o fato de que o Instituto gozou de relativa autonomia perante o Estado. Mesmo visto desta maneira, porém, não se pode negar que pregou o desenvolvimento econômico do País, dentro do capitalismo e às vezes até dentro do capitalismo nacional”.

Esse mesmo autor, ao referir-se à educação, explicita, das páginas 106 a 108, que houve pouca redução no índice de exclusão escolar e pouco empenho para com os gastos públicos no campo educacional.

“Sem transformar na essência a educação no Brasil, e até mesmo mantendo determinadas deformações e numerosos enganos no domínio do ensino, restou à administração juscelinista o empenho em incrementar levemente os gastos federais com as atividades de educação e de pesquisa”.

O que ocorria era que as verbas destinadas à educação eram utilizadas, também, ao financiamento de cursos dos outros ministérios governamentais, tais como os cursos nos Ministérios da Guerra, Aeronáutica, Marinha, Saúde, Trabalho, Previdência Social, dentre outros, além de cursos na Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, no DASP – Departamento de Administração do Serviço Público, na Polícia Militar do Estado da Guanabara, dentre outros.

Observemos como JK compreendia a educação superior e como foram as matrículas nos cursos que eram oferecidos nesse grau de ensino.

“De outra parte, a trajetória do ensino superior não se encaminhou totalmente em direção aos objetivos fixados por Juscelino, que o via através da separação entre escolas voltadas para ciência pura e escolas interessadas na ciência aplicada, com claríssima preferência pelas últimas. O total das matrículas no ensino superior, entre 1955 e 1960, registrou o crescimento de 30,1%. As matrículas no ensino superior, neste período, demonstraram maior aumento em algumas áreas (administração pública e privada; engenharia especializada; estatística; filosofia ciências e letras; ciências econômicas, contábeis e atuariais; agronomia). As matrículas em certas áreas do ensino superior exibiam crescimento irrisório (como direito, odontologia, veterinária e, acima de tudo, medicina e farmácia), havendo até mesmo diminuição de matrículas como em cursos superiores de agricultura” (VIEIRA, 1987, p.106)

É importante constatar que, no governo JK, o Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, já apontava para o ensino particular quando afirmava que a escola *“na mão exclusiva do Estado, poderia tornar-se instrumento de opressão”*. VIEIRA, (1987, p. 108). Em contrapartida, esse mesmo governo, afirma o Ministro,

encaminha ao Congresso Nacional o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. VIEIRA (1987, p. 109), explicita que

“A respeito destas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diga-se logo que sua tramitação demorou 13 anos, da apresentação ao Congresso Nacional do Projeto em novembro de 1948 por iniciativa de Clemente Mariani (então Ministro da Educação e Cultura), até sua transformação em lei, em dezembro de 1961. Não seria sensato levantar a questão das Diretrizes e Bases da Educação Nacional sem lembrar que, mais ou menos ao mesmo tempo, se deu ainda o surgimento de considerável movimento, a Campanha em Defesa da Escola Pública. Uma e outra aconteceram, em grande parte, no período juscelinista”.

A Campanha em Defesa da Escola Pública será, futuramente, o grande mote do movimento docente do ensino superior em toda sua trajetória.

Em meio às questões de reforma agrária e das universidades que iam surgindo, JK dá início à construção da nova capital do Brasil, Brasília. A construção de uma nova capital brasileira já estava prevista na Constituição de 1891, fazendo com que a atenção da população se desviasse dos problemas que estavam postos, naquele momento.

Em 1959, JK rompe com o Fundo Monetário Internacional - FMI, porque a pressão era muito grande por parte da esquerda, em especial dos comunistas que entendiam que o plano de estabilização proposto por JK estava ameaçado a fracassar, por causa dos grandes empréstimos internacionais realizados por seu governo.

Portanto, é neste contexto de grandes mudanças econômicas, políticas e sociais que, juntamente com o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, se iniciam, no Brasil, algumas manifestações de estudantes e professores em Defesa da Escola Pública, Gratuita e de Qualidade, a exemplo dos alunos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP e dos docentes da Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto, que elaboram “O Manifesto de Rio Preto”, redigido por Wilson Cantoni. Outros professores tais como Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo, também se manifestam a esse respeito. (VIEIRA, 1987)

Conforme nos explicitou CUNHA (1986), é evidente que havia algumas manifestações de alunos e professores em algumas universidades brasileiras, nos conflitos políticos da Primeira República e entendemos, percorrem todo o período

subseqüente. No entanto, apesar de localizadas no âmbito de suas universidades, essas manifestações tornam-se mais freqüentes e expressivas na década de 50, quando constatamos as tentativas de formação de algumas associações docentes. Isso significa que nesse período, tanto o aluno quanto o professor universitário, estavam atentos a tudo o que ocorria a seu redor e acenavam que não iriam aceitar qualquer ação antidemocrática por parte dos governos federais ou estaduais que, conseqüentemente, viesse destruir a escola pública.

Depois do governo de Juscelino Kubitschek, as eleições presidenciais foram ganhas por Jânio da Silva Quadros, grande populista de direita, carismático, que havia disputado com o candidato lançado pela esquerda, o marechal Henrique Teixeira Lott. Este era identificado com as posições nacionalistas que, em 1955, haviam garantido a posse de Juscelino Kubitschek quando o resultado das eleições, da época, eram questionados pela UDN-União Democrática Nacional. Quadros é apoiado por Carlos Lacerda e pela UDN e também pelo PDC que participavam de seus comícios e foi eleito juntamente com um candidato de esquerda, o vice-presidente, João Goulart. Naquela época, a Constituição de 46 estabelecia eleições desvinculadas entre candidatos a presidente e vice-presidente. Jânio governou por sete meses e renunciou dizendo que “*forças ocultas*” o levaram a tomar tal atitude. Inicia-se, dessa forma, uma crise nacional. Com a posse de Jango, acirram-se os interesses de classes e os conflitos sociais, conforme nos esclarece a citação que segue.

“o governo de Jango representou um período de recrudescimento da luta de classes, com interesses das classes populares e das elites dominantes se polarizando acentuadamente. O desenvolvimento capitalista continuado desde o final da Segunda Guerra começava a perder força e os conflitos entre trabalhadores e burguesia pela apropriação da terra se acentuaram. À esquerda se lutava pela reforma agrária e pela reforma urbana, pelo controle das remessas de lucros ao exterior, enquanto à direita se pregava que a democracia e a liberdade estavam em perigo, pela ação de um Estado controlado pelos nacionalistas, mero disfarce dos comunistas, de Cuba e da União Soviética”. (SADER 1995, p. 98- 99)

O golpe de Estado que depõe Goulart em 1964, instaura, no Brasil, um regime militar catalizador de uma nova política educacional que teve como

desdobramentos a Reforma Universitária em 1968 e a Reforma do Ensino em 1971, já preparada bem antes do golpe de 1964. Por outro lado, reprimia a luta da população em favor da soberania nacional e da democratização do País, iniciando, dessa forma, uma repressão política jamais vista. Para aqueles que se interessarem em conhecer melhor e mais profundamente este período, a pesquisa do livro *“Brasil Nunca Mais”* (1985) relata com clareza este período histórico. A página 22 deste livro explicita os inúmeros processos elaborados pelos órgãos responsáveis pelo regime implantado, que tinham como objetivo a repressão.

“foram obtidas, por inúmeros caminhos, cópias de 707 processos completos e dezenas de outros incompletos, num total que ultrapassou 1 milhão de páginas imediatamente microfilmadas em duas vias, para que uma pudesse ser guardada, sem riscos, fora do país. Sobre o outro conjunto de microfilmes uma equipe se debruçou durante cinco anos, produzindo um relatório (Projeto “A”) de aproximadamente 5.000 páginas, contendo informações impressionantes”.

A página 24 esclarece sobre o relatório citado.

“o relatório começa situando, como estudo de referência, a evolução das instituições políticas do Brasil entre 1964 e 1979, partindo dos antecedentes do Regime Militar e completando-se com a montagem do aparelho de repressão erguido sobre o alicerce da Doutrina de Segurança Nacional”.

Portanto, de acordo com o citado relatório, sem sequer serem respeitados os limites de dignidade da pessoa humana, e na total falta de respeito aos direitos do cidadão, os órgãos de Segurança Nacional realizam os mais sórdidos tipos de torturas, invasões, assassinatos e desaparecimentos.

Neste contexto, avançam as lutas populares em favor da justiça e da igualdade para o conjunto da população, surge a CGT-Comando Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas, movimento que se desenvolve no nordeste e é dirigido por Francisco Julião e as lutas por nova estrutura educacional, dentre outras, que culminam com um grande comício em 13 de março de 1964, em frente à estação da

Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Essas ações são consideradas subversivas e comunistas.

Em contrapartida, entram em ação, para defender o Brasil do comunismo, as Forças Armadas, a CIA - Central de Inteligência Americana, o IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, a UDN, o PSD e a Igreja Católica, com a *“Marcha da Família com Deus, pela Liberdade”*. É, portanto, neste contexto de diferentes correlações de forças que os militares assumem o poder, permanecendo nele até o ano de 1984. Este período caracterizou-se por muitos atos institucionais, todos com o objetivo de reprimir por completo qualquer manifestação popular e conseqüentemente, o pleno desrespeito às liberdades e direitos individuais. É uma fase de muitas torturas, assassinatos e mortes, ao lado de imposições de medidas autoritárias de concentração da renda nacional, achatamento salarial, desnacionalização da economia, abertura de mercado ao capital estrangeiro e endividamento externo. Enfim, um período em que se governou por decretos. Restava apenas os encontros clandestinos àqueles que não aceitavam este tipo de situação.

2. Período da Ditadura Militar e a criação das primeiras Associações Docentes

a) Forças políticas do período da Ditadura Militar

a.1. Presidentes Castello Branco (1964/1967) e Costa e Silva (1967/1969)

Com o golpe de estado em 1964, os militares assumem o poder. Neste contexto, há a publicação e resolução do Ato Institucional nº 1 pelo Supremo Comando Revolucionário composto por Augusto Hamann Rademaker - Vice-Almirante, Arthur da Costa e Silva - General e Francisco de Assis Correia de Mello - Brigadeiro, que acaba por conferir maiores poderes ao executivo. VIEIRA, (1987), esclarece que por meio deste AI-1, mantinha-se a Constituição de 46 e as Constituições estaduais com suas emendas, e se concedia o privilégio de retirar os direitos políticos de parlamentares por dez anos, dentre outras coisas.

“Este ato dizia desde logo: a “revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte”. Conquistada tal prerrogativa, eram mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições

Estaduais, com suas emendas. Em seguida, impunha-se a eleição do novo Presidente e do novo Vice-Presidente da República, pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional. Finalmente, o Ato Institucional se concedia o privilégio de retirar, de quem bem quisesse, os direitos políticos por 10 anos, inclusive cassando mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, sem qualquer exame judicial destas medidas”. (p.187)

Inicia-se, desta forma, um momento novo na história brasileira marcado, fundamentalmente, por um forte intervencionismo estatal. Assume o governo brasileiro o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que deveria governar o País no período de abril de 1964 até março de 1965. Seu mandato, todavia, é prorrogado pelos militares até 1967. A seguir, assume o poder o General Arthur da Costa e Silva, em março de 1967, não concluindo seu mandato por motivo de doença. Este é sucedido por Emílio Garrastazu Médici, que inicia seu mandato em outubro de 1969. Em 1974, assume o governo Ernesto Geisel que, em 1979, passa o cargo a seu sucessor João Batista de Oliveira Figueiredo.

Muitas foram as medidas autoritárias desses governos militares. Dentre elas, destacamos a política salarial do governo Castello Branco, que foi reorganizada por meio de seus dois ministros Roberto Campos do Planejamento e Gouveia de Bulhões da Fazenda e que tinha como objetivo estabilizar a economia do País, entendendo-se que, com isso, se evitaria a recessão e o desemprego. No entanto, essa política não tinha como meta melhorar as condições sociais dos trabalhadores e nem aumentar o salário mínimo, já que a inflação estava estabilizada e com condições de diminuir ainda mais.

O controle centralizador do executivo cuidava absolutamente de tudo e de todos. Era necessário, pois, “rezar na mesma cartilha” do governo militar, senão se era considerado elemento subversivo.

Para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Castello Branco nomeia o reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, que mobiliza a comunidade universitária para uma imensa campanha, cujo objetivo era neutralizar as atividades políticas dos professores, alunos e funcionários. Inicia-se, assim, uma grande interferência nas universidades brasileiras, desrespeitando sua autonomia, demitindo os reitores e ameaçando os professores, muitos dos quais acabam presos e exilados. Os

professores resistem, na tentativa de reverter esse quadro. No entanto, essa resistência foi muito difícil por configurar-se como uma luta localizada e isolada, uma luta que acontecia apenas em algumas universidades, sem a presença de uma entidade organizada que representasse nacionalmente os docentes. A citação que segue exemplifica alguns desses momentos difíceis, na época.

“O então reitor da UnB, Anísio Teixeira, e o vice-reitor, Almir de Castro foram destituídos de seus cargos, assim como todo o Conselho Diretor da Fundação da Universidade de Brasília, por decreto presidencial. As tropas tinham em seu poder uma lista de professores que deveriam ser presos, com o arquiteto Oscar Niemeyer em primeiro lugar. Uns foram levados para interrogatório preliminar no Teatro Nacional. Outros foram levados para um quartel, despidos, humilhados e longamente interrogados, permanecendo detidos por tempo variado, de alguns dias a muitos meses. Estudantes também foram presos, principalmente os que tinham participação mais ativa nos diretórios acadêmicos. Instalou-se um Inquérito Policial Militar que, em maio, foi arquivado por falta de provas para apoiar as denúncias de subversão”. (CUNHA, 1988, p.41)

Somando-se às forças arbitrárias da época, Flávio Suplicy de Lacerda também propõe novas mudanças na estrutura das associações dos estudantes, que tinham como objetivo, dentre outras coisas, a proibição de atividades políticas no meio estudantil. É aprovada pelo Congresso Nacional, no final de 1964, uma lei que foi apelidada de “Lei Suplicy de Lacerda”. CUNHA (1988) explicita a mobilização estudantil realizada na época, da seguinte forma.

“o XXVII Congresso Nacional de Estudantes foi realizado em São Paulo, justamente onde a AP era mais forte, na sede do Grêmio da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, a poucos metros do principal quartel da Força Pública (Polícia Militar). Foi o primeiro congresso depois do golpe e o último realizado às claras. Nele, os 313 dos 450 diretórios acadêmicos existentes no país, à época, esvaziaram as comissões que discutiam as teses apresentadas e concentravam os debates em torno da Lei Suplicy que restringia as atividades dos diretórios acadêmicos, obrigando-os a mudarem seus estatutos. A questão era o que fazer com os diretórios existentes. A frente constituída no ano anterior, com a participação do Partido Comunista Brasileiro, defendia a tese de que não havia condições políticas para impedir o enquadramento dos diretórios. Enquadrados, eles deveriam, no entanto, constituir o instrumento de mobilização

dos estudantes, apesar das proibições previstas pela nova lei. Mas, a maioria dos estudantes, sob a direção da AP, em frente com a Organização Revolucionária Marxista-Leninista (POLOP) e o Partido Comunista do Brasil, defendia obstinadamente o não enquadramento. Se os diretórios existentes não pudessem deixar de ser contidos e mutilados, melhor que fossem fechados. Paralelamente, os estudantes constituiriam seus diretórios livres, estes sim, capazes de mobilizar a categoria na luta contra a ditadura. As teses da AP foram amplamente vitoriosas, assim como o candidato dessa organização à presidência da UNE". (p.30 -31)

Este era, em síntese, o quadro arbitrário e repressivo que os estudantes teriam que enfrentar, daí por diante.

Mais tarde, Castello Branco nomeia para o lugar de Flávio Suplicy de Lacerda, Pedro Aleixo que vem somar com a UDN, uma das grandes forças políticas desse período e que colabora com o governo Castello Branco no sentido de manter o poder nas mãos dos militares. Tinha a UDN, como expoentes da época, Juracy Magalhães, Bilac Pinto, Milton Campos, Carlos Lacerda, Roberto Rezende, Flexa Ribeiro, dentre outros, que muito contribuíram para que o Partido conseguisse alguns dos seus objetivos, a saber: que a eleição para presidente tivesse maioria absoluta do voto popular e que as eleições fossem adiadas. Dessa forma, os udenistas teriam mais chance de se consolidar como partido forte e coeso e conseguir que a maioria dos parlamentares votassem todas as suas propostas.

Portanto, os parlamentares também podem ser considerados, mesmo que coagidos nas suas votações, forças de expressão na manutenção do poder dos militares.

Com a crise que se instala para o governo federal nas eleições para governadores, em julho de 1965, no Estado da Guanabara e Minas Gerais, Castello Branco elabora, em outubro, o Ato Institucional nº 2 que transforma as eleições diretas em indiretas para governadores e para presidente da república em 1966, ao mesmo tempo em que concede ao governo militar amplos poderes para acabar com todos os partidos existentes na época. Assim, a maioria dos elementos filiados à UDN vão para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ficando os outros partidos considerados de oposição - a maioria do PTB - com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Cria-se, então, no Brasil, o bipartidarismo. (SKIDMORE, 1996)

As forças políticas contrárias ao governo militar, que até então atuavam clandestinamente, começam a ressurgir não apenas enquanto forças de oposição à ditadura imposta, mas enquanto forças que atuam na reconstrução político-cultural da sociedade, a exemplo da Coluna Prestes, liderada por Luiz Carlos Prestes; da Igreja Católica que havia apoiado o movimento dos militares e começa a rever sua posição; dos estudantes que eram contra a expulsão de professores das universidades brasileiras, dentre eles, Florestan Fernandes e Octávio Ianni, em 1969. Os protestos destes professores já se faziam presentes antes de 1964, contra as reformas educacionais que objetivavam implantar o ensino pago nas universidades públicas. Todas estas forças acabam por mostrar aos militares a insatisfação presente no País, em relação à forma como estavam sendo conduzidas as políticas sociais, culturais e econômicas.

A UNE, criada em 1937, que sempre liderou manifestações estudantis, principalmente em defesa dos seus direitos, dos direitos da população brasileira e da universidade pública e gratuita para todos, ressurgiu com grande força, mesmo estando na ilegalidade. Como exemplo dessa mobilização estudantil, o livro *Brasil Nunca Mais* (1985), explicita o desempenho da UNE, antes de 64.

“no período imediatamente anterior a abril de 1964, a UNE desempenhou expressivo papel na conjuntura de crescimento das lutas nacionalistas e das campanhas em prol das Reformas de Base. Na crise de agosto de 1961, por exemplo, quando os ministros militares tentaram impedir a posse do vice-presidente João Goulart, em substituição ao renunciante Jânio Quadros, a UNE transferiu prontamente sua sede nacional do Rio para Porto Alegre, somando forças com a mobilização em defesa da legalidade constitucional acionada no Rio Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola. Na mesma época, a UNE lançou um Centro Popular de Cultura que, em atividade volante por todo o país, disseminou músicas, peças de teatro, poesias e outras modalidades artísticas, com mensagens em defesa do nacionalismo e da justiça social. Entende-se, dessa forma, porque as elites conservadoras empenhadas na agitação a favor de um golpe de Estado, não vacilavam em apontar a UNE como uma das sete cabeças do dragão comunista no país. Com efeito, já no dia 1º de abril de 1964, a sede da UNE, na praia do Flamengo, Rio de Janeiro, foi ocupada, saqueada e incendiada pelos golpistas, por meio de uma organização paramilitar denominada CCC - Comando de Caça aos Comunistas”. (p.132)

E a página 133 do referido livro esclarece como foram as manifestações estudantis, no novo regime.

“as passeatas, seguidas de choques com forças militares, que tanto caracterizariam a cena política de 1968, tiveram um grande ensaio geral em setembro de 1966 quando, pela primeira vez desde o advento do novo regime, os estudantes ganharam as ruas com manifestações no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e outras capitais, culminando com um Dia Nacional de Protesto, realizado a 22 daquele mês. Esse episódio, registrado então como “setembrada”, trazia à tona uma mistura de reivindicações específicas da área do ensino, como a defesa da UNE, do ensino gratuito, da autonomia universitária, da não vinculação da Universidade a órgãos norte-americanos, com denúncias políticas de ordem geral, reunidas no slogan ‘Abaixo a Ditadura!’.”

Ao contemplarem em suas manifestações, a “não vinculação da Universidade a órgãos norte-americanos”, os estudantes estavam-se referindo aos Acordos MEC-USAID, que também tiveram o apoio dos empresários brasileiros, conforme nos informa SAVIANI (1997, p. 22).

“a crise estudantil simplesmente apressou o desfecho de algo que estava nas cogitações do governo militar desde sua instalação. Com efeito, além dos Acordos MEC-USAID, importa lembrar que em 1961 foi criado o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) por iniciativa de um grupo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tal instituto funcionou até 1971 como um verdadeiro partido ideológico do empresariado, tendo desempenhado papel fundamental na deflagração do golpe de 1964, exercendo influência decisiva na estruturação do novo regime e na formulação de diretrizes governamentais, de modo especial nos âmbitos político e econômico.”

Além desses acontecimentos, um fato ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 1968, chamou a atenção do País e iniciou uma série de confrontos e manifestações dos estudantes contra o governo militar. Trata-se da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, estudante morto em 68, considerado símbolo da resistência aos militares. Este fato acaba por fortalecer, ainda mais, a maior força política de oposição ao governo militar que eram os estudantes, pois, mesmo antes de 1964, eles estavam atentos aos acontecimentos sociais e educacionais do País. A morte de Edson Luís foi o ápice do que faltava para que o governo federal não mais conseguisse reprimir as atividades e manifestações estudantis. Por outro lado, ao mesmo tempo em que impedia essas manifestações, o governo, apoiado pelo SNI e pela

LSN, continuava com a sua política radical e aprovava, em janeiro de 1967, a nova Carta Magna, que tinha como objetivo a segurança nacional. Além disso, tal política visava a controlar anualmente os planos econômicos propostos pelo governo, além de instituir o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentre outros.

Neste contexto, fica muito claro que a preservação do que se chamava de “revolução”, tinha que continuar a qualquer custo. É por isso que tudo o que se fez nestes três primeiros anos tinha o objetivo fundamental e claro de que, no poder deste País, apenas os militares teriam o direito ao posto maior e que a lei e a ordem seriam mantidas a qualquer preço.

Em que pesem todas as manifestações de resistência, não se constatou, no entanto, qualquer tipo de manifestação nacional por parte dos docentes do ensino superior, o que não significava, com isso, que mesmo antes do período militar, não houvesse mobilizações e manifestações a favor da escola e do ensino. A exemplo, no período da Primeira República, nos programas socialistas - Centros Socialistas, Federações Operárias, Uniões Operárias, Centros Operários, dentre outros - um outro movimento, o operário, reivindicava o ensino público, gratuito, laico e de qualidade e apontava para um ensino técnico-profissionalizante que viesse atender a classe trabalhadora, no sentido de prepará-la para o mercado de trabalho. A escola, aparentemente, era uma arma importante na guerra ideológica contra as elites dominantes. A participação do Estado na educação deixava a desejar, pois o ensino era de baixa qualidade e a este poucos tinham acesso.

“a participação do Estado na educação, durante a Primeira República, deixava a desejar. Todavia, os agentes provocadores, responsáveis pela postura libertária exageradamente contra o ensino oficial, não eram internos. Os anos 10 viveram o clima da Guerra Mundial - o conflito entre as potências imperialistas que lançou à morte milhares de trabalhadores. As idéias da pátria, nação, nacionalismo completavam um quadro de xenofobismo que invadia o debate cultural das sociedades. Anarquistas, e anarco-sindicalistas, firmes em suas convicções internacionalistas, lutaram desesperadamente na guerra ideológica contra os sentimentos militaristas e nacionalistas disseminados nesse período. Dentro desse quadro, a escola parecia ser uma arma importante, a qual deveria ser retirada das mãos das elites dominantes.” (GUIRALDELLI, 1987)

Observa-se, assim, que a luta pela educação também era a luta da classe operária, muito embora se tenha conhecimento de que, durante o regime militar, a luta por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, perpassa de forma efêmera o movimento operário que reivindica, principalmente, melhores salários e condições dignas de vida, deixando a luta pela escola e pela educação a cargo dos movimentos específicos, já organizados, nesse momento. Isto não abstrai do movimento operário a preocupação por uma escola de qualidade para seus filhos, cuja luta, hoje, tem, na Central Única dos Trabalhadores - CUT - o principal ponto de referência das suas preocupações com o ensino público e gratuito o qual, no conjunto das lutas mais gerais, é discutido e avaliado.

Assim, o movimento operário, com a colaboração de professores, muito lutou em favor da educação para a classe trabalhadora, enfrentando todo tipo de reformas, decretos, até culminar, na década de 60, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - de nº 4024.

Os antecedentes que nortearam a elaboração da Lei 4.024/61 podem ser vistos pela construção, no período Republicano brasileiro, de um sistema de ensino público e gratuito que era combatido pela Igreja por ser um ensino estatal, pois, neste período, prevalecia o ensino pago, sendo sua maioria confessional. A mobilização e influência da Igreja, contra o ensino estatal, aliada às idéias norte-americanas de ensino particular, acaba por prevalecer, quando da elaboração dessa lei.

A citação de SAVIANI (1997) nos esclarece sobre o direito à educação, contido na Lei 4024/61.

“o título que trata “Do direito à educação” estabelece no projeto original a responsabilidade do poder público de instituir escolas de todos os graus, garantindo a gratuidade imediata do ensino primário e estendendo-a progressivamente aos graus ulteriores e mesmo às escolas privadas. Já o substitutivo Lacerda define que a educação é direito da família, não passando a escola de prolongamento da própria instituição familiar. Ao Estado cabe oferecer recursos para que a família possa desobrigar-se do encargo da educação. O texto da Lei 4.024/61 conciliou os dois projetos garantindo à família o direito de escolha sobre o tipo de educação que deve dar a seus filhos e estabelecendo que o ensino é obrigação do poder público e livre à iniciativa privada.” (p.19)

Às páginas 19 e 20, o citado autor esclarece sobre os recursos destinados à educação.

“o título “Dos recursos para a educação, regula no projeto original a aplicação de recursos para o desenvolvimento do sistema público de ensino, enquanto que o substitutivo Lacerda estabelece que além dos recursos destinados ao ensino oficial, “o Fundo Nacional do Ensino Primário, o do Ensino Médio e o do Ensino Superior proporcionarão recursos, previamente fixados, para a cooperação financeira da União com o ensino de iniciativa privada em seus diferentes graus”. Em seguida, institui a cooperação financeira tanto da União como dos Estados e Municípios que passariam a financiar, com recursos públicos, a iniciativa privada em matéria de ensino. O texto da Lei 4.024/61, numa clara posição conciliatória, estabelece que os recursos públicos “serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino”. E em seguida regula a concessão de bolsas bem como a cooperação financeira da União com Estados, Municípios e iniciativa privada sob a forma de subvenção, assistência técnica e financeira “para compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos.”

Dessa forma, antes do período militar, a primeira LDB já preconizava que os recursos públicos também seriam destinados às escolas particulares, numa clara posição de ampla liberdade e apoio à iniciativa privada que tivesse interesse em trabalhar com o ensino. Esse foi um dos motivos básicos pelos quais, mais tarde, se inicia no Brasil a luta do movimento dos docentes contra essas mesmas medidas.

A grande prioridade do governo Castello Branco, portanto, era preocupar-se com o crescimento da economia e acabar com a inflação.

Com o objetivo de “humanizar a Revolução”, assume o governo no dia 15 de março de 1967, por meio do Colégio Eleitoral, o Ministro de Guerra, Arthur da Costa e Silva, com a mesma orientação de seu antecessor, ou seja, continuam as perseguições, mortes, exílios, prisões e torturas de lideranças sindicais e universitárias, como a de professores e estudantes.

As eleições indiretas para a presidência da República estendem-se aos governos dos Estados, ficando mais esta arbitrariedade respaldada por um novo Ato Institucional, o de nº 3, editado em 1966.

Para desenvolver efetivamente a economia, sem inflação, o governo procura controlar os preços, exigindo a aprovação dos mesmos sem qualquer deliberação, criando-se, assim, o Conselho Interministerial de Preços (CIP).

Neste contexto, algumas forças políticas de oposição ao governo foram surgindo. A exemplo, a criação da “Frente Ampla” de Carlos Lacerda que, na verdade, foi a demonstração mais real da insatisfação de parte da direita pelo regime que eles mesmos ajudaram a implantar e que tinha como objetivo a sua projeção nacional, com o intuito de levá-lo à Presidência da República. A Frente Ampla defendia o crescimento acelerado da economia e a redemocratização do Brasil.

Somando-se a esta insatisfação da direita, em abril de 1968 ocorre a primeira grande greve dos metalúrgicos em Contagem, Estado de Minas Gerais. Essa primeira greve dentro do regime militar exigia melhores salários para os trabalhadores, pois, o poder de compra dos mesmos estava cada vez mais reduzido e, portanto, insuportável a sua sobrevivência. Jarbas Passarinho, na época Ministro do Trabalho, após inúmeras negociações concede aos trabalhadores apenas 10% de abono. Este abono de 10% fez com que as manifestações continuassem em vários pontos do País, a exemplo de Osasco e São Paulo. (SKIDMORE, 1988)

Para assegurar o controle do País contra as possíveis ameaças à desestabilização da política imposta pelo regime militar, Costa e Silva proclama, em 1968, a edição do Ato Institucional nº 5 que, juntamente com o Ato Suplementar nº 38 coloca em recesso, por tempo indeterminado, o Congresso Nacional. O AI-5, portanto, acaba por legalizar aquilo que já acontecia na prática, ou seja, o controle e a proibição sobre as demandas sociais. Ao lado do AI-5, outros decretos e normas são instaurados no governo Costa e Silva, todos com o intuito de preservar a lei e a ordem, dentro dos parâmetros pretendidos pela “revolução”, ou seja, ditados de forma a calar todos aqueles que pensassem em contrariar o poder constituído. É um período de muito autoritarismo, de uma nova Lei de Segurança Nacional e de Imprensa.

Também merece destaque as medidas adotadas pelo governo militar consubstanciadas no Plano Atcon – estudo realizado por Rudolph Atcon, consultor americano, a convite do MEC, em junho/setembro/65 e no Relatório da Comissão Meira Mattos - estudo realizado por uma comissão criada pelo governo. Essas medidas tinham

como objetivo implantar uma nova estrutura administrativa nas universidades, de cunho empresarial, ou seja, com base na produtividade acadêmica, no rendimento e na eficiência. Essa estrutura administrativa excluiria a produção científica universitária, pois haveria uma divisão entre os órgãos universitários responsáveis pela política educacional e aqueles que a administram. FÁVERO (1991) nos esclarece sobre essas duas medidas.

“Ambos os documentos recomendam a implantação de uma nova estrutura administrativa baseada no modelo empresarial, cuja finalidade é o rendimento, a eficiência, e não a produção acadêmica, científica e cultural. A burocracia passa a ser o seu meio de realização e as leis de mercado, sua condição. Nesta perspectiva, o esquema administrativo ideal apresentado por Atcon se baseia numa separação completa entre os órgãos que formulam a política universitária e os que a executam. Isso vai implicar conseqüentemente uma separação entre as atividades universitárias de ensino e pesquisa e sua direção ou controle”.
(p. 57)

Tanto o Plano Atcon quanto o Relatório da Comissão Meira Mattos eram medidas coercitivas e, portanto, tinham a finalidade de manter a legitimidade do regime pós-64. Entendemos que essas medidas serviram de estímulos ao AI-5/68, o decreto-lei 477/69 e influenciaram sobremaneira a Reforma Universitária de 1968, juntamente com os acordos MEC/Usaid. Este, era um convênio do MEC, por sua Diretoria do Ensino Superior, o representante do governo para a Cooperação Técnica e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, a Usaid, com a participação do CFE – Conselho Federal de Educação que, por meio da assessoria de uma instituição educacional norte-americana de alto nível, pretendiam realizar “planejamentos” no sistema educacional superior, tornando-o mais “eficiente” quanto aos seus programas e métodos de ensino. Obsevemos o que pretendia a Comissão Meira Mattos.

“Com a intenção de fortalecer o princípio de autoridade dentro das instituições de ensino, pretendiam Meira Mattos e os membros da Comissão instaurar no meio universitário o recurso da intimidação e da repressão, o que foi conseguido plenamente alguns meses depois com o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e com o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, outorgado com base no § 1º do art. 2º do AI-5. Nele, o

governo militar define as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimentos públicos ou particulares e as medidas a serem adotadas nos diversos casos. (...) fica claro que as medidas propostas nos dois documentos, aliadas à recomendação dos Acordos MEC/Usaid, serviram como pano de fundo à reforma universitária institucionalizada em 1968 e implementada sob a égide daqueles dispositivos, que tão bem configuram o regime de arbítrio no país nesse período”. (FÁVERO,1991, p. 60-61)

O Decreto-lei 477/69, aplicado ao ensino superior, foi um desdobramento do AI-5 com recomendações do Relatório Meira Mattos e tinha como função repreender estudantes, com a suspensão ou mesmo o desligamento da universidade, que exerciam atividades consideradas subversivas à nação brasileira, entendendo que as mesmas violavam a segurança nacional. Esse Decreto-lei se aplicava também aos professores e funcionários, cuja punição era a demissão do trabalho por cinco anos.

Assim, o governo brasileiro procurava aumentar a eficiência dos seus métodos autoritários no ensino superior, entendendo que a implantação dessas medidas supririam as necessidades presentes nesse grau de ensino, ao mesmo tempo em que estariam plenamente controladas pelas autoridades competentes.

Apesar de todo esse controle no ensino superior e da edição do AI-5 que, extensivo a toda população brasileira, aplicava-se também e principalmente aos movimentos sociais e sindicais, surgem outras forças de oposição ao governo, que foram as guerrilhas urbanas, tais como a Aliança Libertadora Nacional - a ALN - liderada por Carlos Marighela que, mais tarde, transfere-se para o campo, a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR - liderada por Carlos Lamarca que transfere-se para o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), além de outras organizações estudantis oriundas da ala progressista da Igreja Católica, do tipo Juventude Universitária Católica, a JUC; Juventude Estudantil Católica, a JEC; e a Ação Popular, a AP. Vários seqüestros ocorrem envolvendo pessoas importantes, tais como o embaixador americano Charles Burke Elbrick.

Neste período, as manifestações dos professores do 3º grau ainda eram ações localizadas nas universidades, pois não havia um sindicato nacional para defender os interesses dos professores universitários. Continuavam as prisões, demissões e exílio

de docentes e, para se contrapor a tudo isso, era necessário a existência de um movimento docente forte e se ter a plena convicção da luta a ser empreendida, com todos os riscos aí presentes. Fundamentalmente, era necessário pensar-se um pouco além dos muros da universidade, pois, segundo entrevista realizada na cidade de Uberlândia/MG, em 1997, junto a algumas lideranças docentes que não quiseram se identificar, o perfil do professor universitário dessa época, era de que *“a maioria desses professores universitários eram pequenos burgueses, preocupados apenas em construir belas casas, comprar apartamentos, carros e outros imóveis, vestirem-se bem, viajarem e se preocuparem exclusivamente com a sua família.”* Desta forma, não era possível que essa maioria tivesse qualquer interesse em participar das lutas sociais, pois, o quadro geral apresentado não era promissor a qualquer tipo de enfrentamento com o regime militar, considerado de “linha dura”.

Em 1968 é promulgada a Lei 5.540 que também era chamada de Lei da Reforma Universitária. Esta Lei 5540/68 foi uma lei imposta pelo regime militar, portanto, sem qualquer consulta à comunidade acadêmica superior. Na verdade, para melhor adequar a questão educacional do ensino superior à nova ordem política, social e econômica, era mais fácil reformular a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do que editar uma nova lei. Para elaborá-la, constituiu-se um Grupo de Trabalho com professores e dois alunos, sendo que os últimos acabaram por não aceitar tal participação e responsabilidade. Esse GT era responsável por flexibilizar a administração das universidades, assim como modernizá-la, torná-la eficiente. Por outro lado, FERNANDES (1979) esclarece que *“o GT não encaminhou nenhuma Reforma Universitária. Endossou e consolidou a reforma no papel do Governo Castello Branco, implementando-a com instrumentos legais e dotando-a de recursos materiais que pretendem inculcar-lhe alguma eficácia.”* (p. 207)

Referindo-se ao Projeto da Reforma Universitária, SAVIANI (1997), esclarece que estavam presentes, naquele momento, duas posturas políticas contraditórias, cujas exigências o GT responsável pela Reforma Universitária procurou atender.

“O projeto da Reforma Universitária procurou responder a duas exigências contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar de 1964 que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional. O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária procurou atender à primeira demanda proclamando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, abolindo a cátedra, instituindo o regime universitário como forma preferencial de organização do ensino superior e consagrando a autonomia universitária cujas características e atribuições foram definidas e especificadas. De outro lado, procurou atender à segunda demanda instituindo o regime de créditos, a matrícula por disciplina, os cursos de curta duração, a organização fundacional e a racionalização da estrutura e funcionamento. Aprovada a lei pelo Congresso, os dispositivos decorrentes da primeira demanda que não se coadunavam com os interesses do regime instaurado com o golpe de 64, em especial aqueles que especificavam as atribuições relativas ao exercício da autonomia universitária, foram vetados pelo presidente da República. E, por meio do Decreto-Lei 464/69, ajustou-se melhor a implantação da reforma aos desígnios do regime. Por outro lado, na prática, a expansão do ensino superior reivindicada pelos jovens postulantes à universidade se deu pela abertura indiscriminada, via autorizações do Conselho Federal de Educação, de escolas isoladas privadas, contrariando não só o teor das demandas estudantis mas o próprio texto aprovado. Com efeito, por esse caminho inverteu-se o enunciado do artigo segundo da Lei 5.540 que estabelecia como regra a organização universitária admitindo, apenas como exceção, os estabelecimentos isolados; de fato, estes se converteram na regra da expansão do ensino superior.” (p.24)

A Reforma da Universidade não foi bem recebida pelos estudantes e pelos docentes universitários porque, segundo eles, não era legítima e democrática e, ao mesmo tempo, não correspondia aos anseios de reconstrução da universidade brasileira, por eles pretendidos.

a. 2. Presidentes Médici (1969/1974) e Geisel (1974/1979)

Em outubro de 1969, assume o poder o General Emílio Garrastazu Médici, com o objetivo de unificar as forças armadas, fortalecê-las e não perder de vista os ideais da “revolução de março de 1964”, que eram considerados pelos militares um bem para a nação brasileira. Médici governou com a “linha mais dura” que a história brasileira conheceu. Considerado o mais ditador e repressor de todos os governos militares, deu continuidade à onda de assassinatos, torturas, perseguições políticas, invasões de domicílio, exílios e cassações, ao mesmo tempo em que se vivia, no País, a “era do milagre econômico”, da rodovia Transamazônica e outras grandes obras.

Além da Operação Bandeirantes, a OBAN, - órgão repressor - criada ilegalmente em meados de 1969 e custeada pelas multinacionais criou-se, pelo governo militar, a “Operação Gaiola”, que tinha como objetivo combater as oposições ao governo nas eleições de 1970. Em meio a essas prisões instalou-se o terrorismo, à medida em que também eram presos os líderes dos partidos de oposição por, também, considerá-los subversivos e supostos guerrilheiros. (SKIDMORE, 1988)

Dentre os muitos acontecimentos contemplados no governo Médici, destacaram-se as reedições de medidas que ocorreram nos governos de seus antecessores, cujo objetivo era fortalecer o executivo; a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas, cujo objetivo era centralizar as informações e as propagandas de seu governo; a criação de um gigantesco controle ideológico nas Universidades, sindicatos, associações de classes, igrejas, escolas secundárias; a definição de regras a serem seguidas pela ARENA e a exigência do voto vinculado para as eleições de deputados estaduais e federais.

Neste contexto ocorrem muitos seqüestros e, em troca dos seqüestrados, os guerrilheiros iam pedindo a liberdade de presos políticos, assim como exigindo que a mídia transmitisse à nação, leituras de manifestos contrários ao regime militar.

Em 1971, surge mais uma lei, a 5692, que fixa as diretrizes e bases do ensino do 1º e 2º graus. A exemplo da 5540/68, que reestrutura o ensino superior, não havia qualquer interesse por parte do governo militar em se elaborar uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Bastava, pois, reformular a já existente. A Lei 5692/71, acaba por atingir alguns dos seus objetivos que era a formação de mão-de-obra barata para o mercado de trabalho, exigida, naquele momento, pelo capital internacional.

Ao mesmo tempo em que esse objetivo era em parte atingido, essa lei descaracterizava o antigo curso de magistério, conhecido por Curso Normal. Este, apesar da rigidez tradicional, tinha condições de oferecer uma formação mais consistente aos seus futuros professores, em contraposição às atuais Habilitações Específicas de 2º grau para o Magistério – nome recebido pelo antigo Curso Normal -. Assim, com a Lei 5692/71, o curso que formava especificamente os professores primários (1ª à 4ª série) passa a se organizar numa nova estrutura educacional.

Chega o ano de 1972. Com o colapso das guerrilhas urbanas e a morte de seus principais líderes, Médici entende que seria muito difícil haver novas guerrilhas no Brasil mas, mesmo assim, continuavam as torturas e prisões. Para sua surpresa, neste mesmo ano, 69 pessoas ligadas ao PC do B organizam, na região do Araguaia, uma guerrilha rural considerada por muitos historiadores como o maior levante rural visto no Brasil, em termos de organização e resistência, já que o governo precisou de três anos para destruí-la. No entanto, a população brasileira somente tomou conhecimento de tais fatos, em 1978. Constata-se, portanto, que, ao mesmo tempo em que muitas eram as forças políticas de oposição aos governos militares, também muitas eram as forças políticas com que os governos militares podiam contar, contrárias às forças de oposição.

Com a crise do petróleo em 73, o País vive a “*queda do milagre econômico*” e, em 1974, assume o poder o General Ernesto Geisel que procura retomar, perante a população, a credibilidade e, conseqüentemente, a legitimidade das Forças Armadas, escamoteando toda a repressão presente até então. Tais são os exemplos dos assassinatos, pelo DOI-CODI, do jornalista Wladimir Herzog, em 1975, do metalúrgico Manoel Fiel Filho em 1976 e de Angelo Arroyo e Pedro Pomar, membros do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, quando da invasão de uma casa em São Paulo, na Lapa, em 1976.

Em 1976, Geisel institui a Lei Falcão que, além de limitar o uso do rádio e da televisão para as propagandas eleitorais e proibir os comícios, tinha como objetivo principal apresentar algumas reformas constitucionais que levassem a ARENA mais uma vez ao poder, já que a mesma era o partido de sustentação parlamentar do regime militar.

Eram objetivos do Presidente Geisel o regresso à democracia e uma abertura lenta e segura para o País, com o apoio dos militares. No entanto, Geisel insistia no absoluto controle sobre os subversivos. Essas metas eram claras e precisas para a garantia e manutenção do poder político iniciado por seus antecessores, ou seja, era necessário que a ordem e a lei, pretendidas pelos militares fossem, também nesse governo, mantidas a qualquer preço.

O País vive, pois, no momento, a chamada abertura lenta, gradual e segura. Portanto, persiste a repressão, abrandada por uma sutil e frágil democracia. Novas cassações de mandatos de parlamentares e muitas ameaças continuam ocorrendo, a exemplo da instituição do Pacote de Abril que atribui novos poderes ao executivo, aumentando para seis anos o mandato de presidente e criando a figura do senador biônico, em 1977.

Nesta época, não se podia falar em direitos humanos. A tão esperada abertura democrática não se avizinhava por parte dos dirigentes militares. Era necessário, pois, intensificar a luta popular para se conseguir respeito e dignidade. A organização sindical cresce sobremaneira não somente junto aos trabalhadores metalúrgicos, mas, também, junto aos professores do 3º grau.

Para esses dirigentes militares, a maioria das ações propostas no governo deveria ter como objetivo o crescimento da economia nacional mostrando, assim, internacionalmente, que o Brasil era um País em pleno crescimento e sem qualquer tipo de problemas sociais.

No processo de abertura proposta pelo Governo Federal inicia-se uma campanha para acabar com alguns órgãos repressivos tais como o Destacamento de Operações Internas (DOI), o Comando Operacional de Defesa Interna (CODI). No entanto, continuam as prisões e repressões à mídia, apesar de todo protesto da população, assim como da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Igreja, cuja imagem o governo Geisel tudo fazia para denegrir. A violência contra a Igreja, que se tornou uma voz forte e poderosa em favor dos movimentos sociais organizados, fazia com que a participação da mesma, juntamente com os que se opunham ao governo, se fortalecesse cada vez mais. Neste contexto, Geisel procura ouvir as manifestações de protestos, tolerando-as, dentro dos “limites da revolução”. Constata-se que, se por um

lado, o governo pretendia atender à população e entidades civis e religiosas, por outro, não conseguia ter o pleno controle dos órgãos de repressão. Se de fato, houvesse interesse em se conter o estado de torturas, mortes, exílios e prisões, Geisel, de alguma forma, teria acabado com a existência de tais órgãos, o que não aconteceu. O AI-5 ainda estava em vigor e, portanto, existia uma contradição entre o discurso e a prática. Desta forma, também no governo Geisel, muitos jornalistas, sindicalistas, missionários e professores foram presos, torturados e mortos, a exemplo de Vladimir Herzog, em outubro de 1975 no Quartel do II Exército, em São Paulo e do padre Rodolfo Lunkenbein, que fazia missões junto aos índios da Amazônia, assassinado pelos fazendeiros da região. (SKIDMORE, 1988)

O MDB, o único partido de oposição à ARENA, partido do governo, inicia em 1974 uma campanha para as eleições seguintes, cujo discurso versava sobre democratização do País, justiça social, dentre outras. Em novembro do mesmo ano o MDB ganha as eleições parlamentares federais. Pela primeira vez, um partido de oposição ganhava as eleições desde 1964, demonstrando, mais uma vez, para o governo, que era necessária uma revisão urgente na forma como eram conduzidas as questões político-sociais e econômicas do Brasil.

É neste contexto de promessas de uma “abertura lenta, gradual e restrita” que, pela primeira vez desde 1968, voltam à tona as manifestações estudantis que exigiam o retorno a um País democrático, desafiando e exigindo a concretização da promessa de abertura por parte do governo.

No final de 1978, Geisel extingue o AI-5. Com isso, ocorre a volta do “*habeas corpus*” para os presos políticos e o retorno de muitos exilados, dentre outras importantes decisões. É desta forma que, no final deste governo, a meta de uma abertura política gradual para o Brasil, ganha força, apesar da presença dos métodos repressivos usados pelos seus antecessores.

Também no final da década de 70, surge no Brasil a concepção de um “novo sindicalismo” desatrelado do Estado para combater o sindicalismo existente, desde o período do Estado Novo. Neste contexto, apesar dessa corrente sindical ser minoritária, ela estimula as lutas da classe trabalhadora procurando, com isso, torná-las mais representativas da categoria. O principal expoente dessa corrente sindical foi a

Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, presidida por Paulo Vidal, desde 1969 que depois é substituído por Luis Inácio da Silva, em 1975. SADER (1995) As idéias de um “novo sindicalismo”, portanto, já eram cogitadas no final da década de 60, nascem no interior dos sindicatos atrelados ao Estado e atingem o seu apogeu em torno de 1978, quando ocorrem grandes manifestações e greves no ABC Paulista lideradas pelos metalúrgicos, em que se destacou, sobremaneira, o operário Luiz Ignácio da Silva, o Lula. De certa forma, o “novo sindicalismo” impulsionou a criação do Partido dos Trabalhadores. Essas manifestações percorrem um longo período deixando os militares indignados, porém, sem qualquer tipo de controle sobre as mesmas, expressas na exigência de melhores salários e condições dignas de vida para a classe assalariada.

Entre 1968 a 1973, o chamado “milagre econômico” já não era tão milagroso, pois, havia uma inflação considerável: em torno de 37%, 1974/1978. A inflação era um dos principais mecanismos econômicos de acumulação capitalista no Brasil. A opção pelo crescimento do País em detrimento da questão inflacionária atingia, sobremaneira, o social. Mesmo assim, essa taxa inflacionária já sinalizava para a classe trabalhadora assalariada uma perda considerável no poder de compra. Por esse motivo, dentre outros, ocorrem as greves no ABC Paulista.

Iniciam-se, assim, no final do governo Geisel, os empréstimos advindos de bancos internacionais que tinham como objetivo equilibrar a economia brasileira.

Também no final da década de 70, inicia-se um movimento, por parte de alguns professores do ensino superior, em especial das universidades que já contavam com algumas ADs ou daquelas em que as ADs estavam em fase de criação, que tinha como objetivo discutir a criação de uma associação nacional. Esse movimento vai ganhando a adesão e o interesse de outras universidades, tornando-se forte.

Segundo entrevista com várias lideranças da época, parte desses professores universitários militavam no MDB, PCB, PC do B, dentre outros, alguns vindos da AP e de outras organizações de esquerda que existiam no início do regime militar. Esses professores, segundo as mesmas entrevistas, encontravam-se em reuniões da SBPC, em que discutiam e analisavam a viabilização de formas de se mobilizarem em torno das questões educacionais, relativas à reestruturação da carreira do magistério

e salariais, prementes naquele momento. Entendiam também que era necessário, num primeiro momento, aglutinar as ADs mobilizando seus professores com o intuito de despertar a atenção de outros docentes para a necessidade de se criarem novas ADs em outras universidades.

Assim, um novo e importante momento começa a se configurar no final do regime militar, renunciando novas formas de luta. Novas organizações, desta feita dos professores do ensino superior, começam a dar os seus primeiros passos, rumo à construção de sua Associação Nacional. A militância político-partidária de alguns professores fora da docência facilitou o trabalho destes, junto a outros professores que se interessavam em criar a ANDES. Era a educação partidária presente na prática docente, pois, nesse período, alguns professores se identificavam com o sindicalismo proposto pelos operários do ABC Paulista. No entanto, a preocupação maior era a criação de uma Associação Nacional que viesse representar a categoria dos docentes do 3º grau.

Foi assim que, num primeiro momento, com o surgimento das ADs, propiciados pelas condições históricas, políticas e sociais da época, os professores foram construindo a idéia da criação da ANDES, apesar de todos os problemas presentes.

Na década de 70, a organização do movimento docente do ensino superior nas universidades teve um grande crescimento e, com isso, afloram lutas pela escola pública, gratuita e de qualidade em todo País. São os professores se mobilizando e exigindo uma escola que viesse ao encontro dos reais interesses da população brasileira.

a. 3. Presidente Figueiredo – (1979/1984)

Passados quase vinte anos do regime militar, chegamos ao final da década de 70. O ano de 1979 é marcado pela escolha do último militar à Presidência da República, João Batista Figueiredo. É sabido que sua escolha à presidência se devia, principalmente, porque conseguiria conciliar as diferentes posições existentes no meio militar.

“Não é difícil descobrir por que muitos no meio militar viam em Figueiredo uma “ponte” entre os castelistas e os amigos de Médici. Ele servira em posições altamente sensíveis tanto sob as ordens de Geisel quanto sob as ordens de Médici, e seus laços com Golbery datavam de 1961. Figueiredo possuía outra qualidade que seus sequazes achavam importante: uma personalidade afável. Isto poderia ser, segundo eles, uma vantagem no sistema político mais aberto que estava emergindo. O toque humano no trato com a imprensa e com o público nunca foi um traço característico da conduta de Geisel enquanto presidente. No entanto, era agora tanto mais essencial quanto o chefe do governo passaria a defender menos da coersão do que da habilidade política convencional”. (SKIDMORE, 1988, p. 410)

Também no início deste governo ocorrem muitas greves, além de outras manifestações populares, fazendo com que o governo Figueiredo se utilize dos mecanismos de controle sobre os trabalhadores. Todos esses acontecimentos, no início deste governo, possibilitaram a oportunidade de se avaliar com profundidade a transição de um regime político-militar para um regime político-civil, o que de fato, vem a ocorrer, mais tarde, porque são criadas as condições político-sociais para esta passagem. O próprio discurso de posse de Figueiredo juntamente com a exigência da sociedade brasileira de fazer deste País uma democracia, acabam por definir que a transição política deveria ocorrer de forma ampla, geral e irrestrita, ao contrário, portanto, do que propunha o general Golbery do Couto e Silva.

“O sonho de uma transição controlada de cima para baixo foi sendo questionado pela perda de legitimidade do regime militar no transcurso da década de 70, conforme as bases de expansão econômica iam revelando sua fragilidade, a crise social voltava a se expandir e a oposição política a ganhar corpo. Ainda assim, o general Golbery do Couto e Silva, o mais lúcido teórico do regime militar, conforme a doutrina de segurança nacional, propunha um processo de abertura gradativa, que fosse desativando os focos de tensão acumulados pelo regime ditatorial, para que a transição pudesse ser feita sob controle”. (SADER, 1990, p. 32)

Nesta época, especialmente a partir de 1979, o movimento docente universitário começa a se organizar em encontros realizados pelos professores de várias

ADs, a exemplo do I Encontro Nacional de ADs - ENAD, numa tentativa de unificar as reivindicações dos docentes. Desta forma, denunciam os baixos índices salariais dos professores e divulgam a proposta governamental de transformação de todas as universidades em autarquias especiais. Segundo o professor Ivan Miguel Costa, da Universidade Federal de Uberlândia, discutem, também, a reestruturação da carreira do magistério, a criação da Coordenação Nacional das ADs, as várias paralisações e abaixo-assinados de professores nas universidades e a urgente necessidade de um I Encontro Extraordinário de ADs. Discute-se também a participação nos encontros promovidos pela Secretaria de Ensino Superior do MEC, no que diz respeito ao Projeto sobre a Carreira do Magistério e o reconhecimento do Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Mattos Portella, dos baixos salários dos professores. O Ofício de nº 001/80 da Coordenação Nacional das ADs, informa sobre a defasagem salarial dos docentes e a necessidade imediata do reajuste de 48%.

“para que o salário real dos professores readquirisse os níveis de 1976, um reajuste de 48% já se fazia necessário sobre os níveis atuais, a partir de março de 1980. Com o reajuste semestral agora fixado para as outras categorias (33,5%), a defasagem do pessoal docente atinge hoje 97%, ou seja, os salários se degradaram à metade de seu valor real em 5 anos. A concessão imediata do reajuste de 48% a partir de março de 1980, e a extensão ao magistério superior dos reajustes semestrais, constituem-se em necessidades inadiáveis”. (p.3)

Nesse mesmo Ofício, os professores informavam sobre a situação instável dos professores colaboradores e visitantes que trabalhavam nas universidades.

“diversas Universidades Federais ainda não deram solução à situação injusta e irregular (face à Lei 5.182/74 que rege atualmente a carreira do magistério superior) do grande contingente de professores que, a título de colaboradores, visitantes-permanentes, técnicos científicos com função docente, tem visto bloqueado seu acesso à carreira e são mantidos em situação de permanente instabilidade”.

No contexto geral da proposta sobre a reestruturação da Carreira do Magistério pretendida pelos professores, havia, também, a proposta de universidade

defendida pela categoria docente. Os professores sempre lutaram para conquistar um plano nacional de carreira do magistério, o qual significava, para a categoria docente, a importância da qualificação profissional e da atividade prática, que lhes garantisse o acesso a níveis funcionais delimitados e, portanto, lhes garantisse a progressão. Nos encontros das ADs com a Secretaria de Ensino Superior (SESU), algumas reivindicações sobre a carreira do magistério eram colocadas na pauta de negociações, conforme a citação que segue.

“regime jurídico que assegure ao docente estabilidade funcional e aposentadoria com salário integral; regime básico de 40 horas semanais de trabalho; lotação sem limite de fixos para todas as classes; redução da diferença salarial entre o início e o fim da carreira; extinção do sistema de retribuição do Professor colaborador por hora-aula; aproveitamento (que as Associações de Docentes postulam sob a forma de “enquadramento automático”) dos atuais professores colaboradores nas tabelas permanentes das Instituições de Ensino Superior, de acordo com a titulação acadêmica e o tempo de exercício docente; reajuste semestral de salários. As Associações de Docentes se posicionaram nesse particular não apenas em tese, mas em termos enfaticamente reivindicatórios reclamando que, ainda em 1979, seja concedida uma reposição salarial ao pessoal docente em percentual não inferior a 50 por cento. Na parte propriamente política dos pronunciamentos das Associações de Docentes, a tônica reside em três colocações principais: reclamação à discussão, pela comunidade acadêmica, das propostas de alteração das normas legais que disciplinam a escolha de dirigentes universitários e de regulamentação do regime especial das autarquias de ensino superior; considerar a priori, antidemocráticas as referidas propostas e, no que tange à segunda, identificar nela o propósito de transformar as universidades em empresas de captação de recursos e de instituir o “ensino pago”, repudiar a aprovação por decurso de prazo, do Projeto de Lei nº 34/79, que dispõe sobre a escolha e nomeação dos dirigentes de fundações mantidas pela União”. (Boletim Nacional das AD's, Edição Prévia do II ENAD, 1979, SESU informa ao Ministro da Educação, p.4)

Juntamente a essas demandas pretendidas pelos professores, que deveriam resultar no bom aprimoramento de suas atividades intelectuais e, portanto, de sua capacitação docente, estava a democratização da Universidade pública e do caráter público da reestruturação da carreira. Com a reestruturação da universidade, o MEC

propunha que cada Autarquia implantasse a sua autonomia e definisse a sua carreira docente, isto porque as mesmas realizaram uma intensa mobilização, no sentido de conquistar uma carreira do magistério que lhes trouxesse uma imediata melhoria salarial que compensasse os baixos salários, evitasse a estagnação do quadro docente dessas universidades e corrigisse as distorções de reenquadramento que ocorriam até então. Se a proposta do MEC se viabilizasse, haveria uma ruptura na linha de ação do MD.

É conveniente ressaltar, neste momento, que a luta do movimento docente pela isonomia salarial e pela carreira única do magistério existe antes da criação da ANDES, quando a Coordenação das ADs procura implementá-la nacionalmente. Unificar a carreira docente significava, para o MD, fortalecer o poder de mobilização da categoria e dignificá-la nas conquistas da estabilidade no emprego, garantir salários integrais aos professores e melhorar as condições de trabalho, dentre outras. As modificações contrárias aos interesses dos professores das Universidades Federais Autárquicas, (o Ante-Projeto dirigia-se apenas às Autarquias, excluindo as Fundações), introduzidas por Eduardo Portella, no Projeto sobre a Carreira do Magistério, fizeram com que os professores acenassem com uma mobilização em várias ADs, culminando com paralisações de algumas universidades. O descontentamento dos docentes com a atitude do Ministro, fez com que tal Projeto ficasse conhecido por “Portellão”. No dia 9 de setembro de 1979, a Reunião Extraordinária das ADs, informa, à p. 5 do Boletim Nacional das ADs, as deficiências do Ante-Projeto do governo.

*“1. Trata o regime de tempo integral como exceção (40 horas);
2. É indefinido quanto aos atuais Professores Colaboradores; 3. Fixa o quantitativo correspondente à classe de Professor Titular pelo MEC, o que pode acarretar estagnação na classe de Professor Adjunto; 4. Não define suficientemente a função do Professor Colaborador, permitindo os atuais abusos; 5. Não garante aos atuais Auxiliares de Ensino não concursados o ingresso imediato na Carreira do Magistério e na Carreira correspondente à sua titulação; 6. No processo de enquadramento dos docentes nos diferentes níveis e classes não considera o Tempo total de serviço a partir de seu primeiro contrato; 7. Desfavorece flagrantemente, através da promoção horizontal, os docentes pertencentes às áreas que não possuem possibilidade ou oportunidade de obtenção de titulação formal; 8. Não assegura a promoção funcional automática na mudança de categoria, definindo um interstício de quatro anos após o*

qual, o docente concorre à progressão funcional e 9. Não assegura a estabilidade do docente do ensino superior”.

O impasse entre os docentes do ensino superior e o MEC apenas terminou quando foi aprovada uma carreira para as Autarquias, com base no texto do “Portellão”, no qual se introduziram modificações que também não agradaram os docentes das referidas universidades. Essa aprovação ocorreu na gestão do Ministro Rubem Ludwig. A luta pela conquista de uma carreira única para o magistério superior persiste até os dias de hoje. Isto faz com que a ANDES crie o GT Carreira, para tratar especificamente desta questão. Atualmente os professores universitários são regidos pelo Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE-1987). Essa mobilização das Universidades Federais Autárquicas, apoiada pelas outras universidades brasileiras, fortaleceu nacionalmente a criação da ANDES, em 1981. Com isso, o movimento docente universitário a exemplo de outras categorias de trabalhadores, ocupa o seu espaço no governo Figueiredo, por entender que era esse o momento de se criar a sua Associação Nacional, pois a proposta do governo de democratizar o País por meio da anistia ampla geral e irrestrita, necessitava ser colocada à prova.

O bipartidarismo, que reúne os expoentes governamentais num único partido político, a ARENA, tendo como adversário o MDB, era outra questão que Figueiredo tinha que resolver. A ARENA, a grande força política do governo militar estava fragilizada. Figueiredo encaminha, então, ao Congresso, um decreto-lei que dissolve o bipartidarismo criando-se, dessa forma, uma pluralidade de partidos políticos. Como a intenção do governo era a aglutinação dos adeptos da ARENA em um único partido que se tornasse forte, deixaria que os adversários se organizassem em quantos partidos lhes conviessem, desde que tudo isto ocorresse nos termos da lei. Com o pluripartidarismo instalado supunham que a situação estivesse resolvida: a esquerda estaria menos fortalecida para ganhar as próximas eleições.

Assim, os representantes da ARENA encaminham-se para o seu novo partido, o Partido Democrático Social (PDS), enquanto grande parte do MDB reagrupa-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB e Leonel Brizola que era do PTB, funda o Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Surgem também, o Partido

dos Trabalhadores, o PT, liderado por Lula, e o Partido Popular, o PP, tendo à frente Tancredo Neves, que mais tarde adere ao PMDB.

Neste contexto, a inflação torna-se muito alta, em torno de 100% ao ano e propõe-se a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um reajuste semestral aos trabalhadores, (Lei nº 6.708), já que o mesmo era anual, variando de acordo com cada categoria. Isso fez com que nova greve ocorresse em 1980, desta vez, com maior repressão do governo Figueiredo. A lei salarial de 1979, que teve pouco tempo de duração, causou a reação de alguns empresários, pois, segundo estes, o reajuste de 110% para os salários mais baixos, estimulava a inflação. Essa campanha dos empresários conservadores contra a indexação salarial aprovou a lei 6886 que mantinha intocado, na base, o percentual de 110% variando, no entanto, num patamar mais baixo para aqueles que se encontravam em níveis salariais mais elevados. Portanto, a reação dos empresários só fez com que se aprovasse a referida lei. (SKIDMORE, 1988)

Muitas manobras foram feitas por parte do governo para complicar os salários dos trabalhadores e muitas greves foram realizadas pelos trabalhadores das várias categorias. Muitas também foram as prisões realizadas pelo governo Figueiredo que faziam lembrar os governos de seus antecessores.

Algumas ações desse governo tais como, o adiamento das eleições municipais de 1980, a regulamentação da lei de estrangeiros no Brasil que proibia a entrada e permanência dos mesmos no País, a expulsão de muitos padres, as prisões de lideranças sindicais acabavam, muitas vezes, por prejudicar a tão propalada democratização, proposta por Figueiredo. Este era um governo que, ao mesmo tempo em que acenava com alguns atos rumo à esperada abertura, caía no descrédito dos brasileiros, à medida em que cometia outros desmandos que contemplava o autoritarismo do passado.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que as forças políticas contrárias ao regime militar avançavam, o movimento organizado dos docentes do 3º grau tornava-se latente nas universidades e também avançava em termos de organização. As ADs eram criadas e muitas reuniões eram realizadas tanto em termos locais quanto nacionais.

Em que pese a existência de uma proposta de abertura, ou seja, de redemocratização do País, tanto por Geisel quanto por Figueiredo, percebe-se que a

mesma não aconteceu com o peso merecido e esperado pelos brasileiros. No entanto, foi com muita luta que os movimentos sociais da época conseguiram atingir a sua organização e que o movimento dos docentes do ensino superior avançou sobremaneira rumo à construção de sua Associação Nacional, fato bastante esperado pela categoria.

Passados dois anos do governo Figueiredo, a dinâmica de atuação das forças políticas que existiam até então, torna-se surpreendente. Se em 1980 as possibilidades de greve eram grandes, as forças políticas presentes no início de 1981, apesar da prisão de líderes sindicais acusados de violarem a LSN, não impossibilitam a organização dos trabalhadores em Sociedade Amigos de Bairro, em Sindicatos, Casas de Cultura, em Igrejas, partidos políticos, dentre outros, indicando-nos que, por meio dessas organizações, a camada popular resistia ao autoritarismo ainda reinante no País. Ao mesmo tempo em que as principais lideranças dos trabalhadores eram reprimidas, outras iam surgindo e fazendo ressurgir com maior expressão os movimentos sociais da época.

No que se refere às manifestações populares, havia, por parte do governo, grandes interferências e controle, segundo citação que segue.

“esse desejo de controlar a cultura popular não é novo. Foi realizado nos anos 30 e 40 pelo Estado Novo, como vários estudos já o mostraram, e também fez parte da ideologia do Brasil-Potência ou da ideologia da “integração nacional” da ditadura dos anos 70, que incorporou duas atividades populares, dando-lhes cunho nacionalista para a glorificação do Estado: o carnaval (com as escolas de samba financiadas pelo governo e por banqueiros do jogo do bicho, suas músicas e danças previamente submetidas à Censura Federal e destinadas, ao mesmo tempo, ao incremento do turismo e à celebração do regime) e o futebol (durante os campeonatos mundiais, no período do “milagre brasileiro”, era criado o sentimento patriótico, que percorria todo o país, segundo o qual era “o Brasil” que enfrentava “inimigos estrangeiros”, numa espécie de guerra santa; não só músicas eram encomendadas pelo governo - a mais famosa delas abrindo-se com: “Noventa milhões em ação/ Prá frente Brasil” - como também as transmissões radiofônicas e televisivas criavam a imagem da “nação em luta”, usando

linguagem belicosa e militar na descrição dos jogos). E os treinadores oficiais eram militares”. (CHAUI, 1986, p.90-91)

Conforme podemos constatar, o governo sempre utilizou-se das grandes manifestações populares com o objetivo de se promover e, com isso, ao mesmo tempo em que procurava identificar-se com o povo, reforçava ainda mais a alienação popular. Era, segundo Chaui (1986), a forma de “*converter o popular em patrimônio nacional*”(p.89), pois, com isso, estaria afastando a população dos reais problemas sociais e econômicos. Essas manifestações populares também são consideradas importantes forças de atuação no momento em que, se bem organizadas, poderiam gerar forças políticas de grande repercussão nacional, em favor dos movimentos sociais. No entanto, sempre corriam o risco de servir e atuar ao lado do governo.

Os partidos de esquerda da época, grandes forças de expressão que viviam na clandestinidade, tais como o PC do B, o PCB, o MR-8, dentre outros, têm seus adeptos filiados ao PMDB e ao PT. Eram os trabalhadores procurando formas de se organizarem, exigindo o retorno da democracia e do direito à cidadania, com igualdade e liberdade para todos os brasileiros.

As ações do governo Figueiredo, por outro lado, criaram as condições para que as organizações de trabalhadores se construíssem num clima cuja dinâmica dificilmente Figueiredo conseguiria controlar. A instabilidade do governo, por exemplo, em termos de política salarial (1983) exemplifica a edição de vários Decretos-Lei, com reajustes diferenciados, inclusive num mesmo ano, sem contar com as negociações que poderiam acontecer entre o empregador e o empregado, a partir de 1988. Com essa política salarial Figueiredo procurava controlar os trabalhadores deixando, no entanto, descontentes a classe média que reage por não estar igualmente contemplada pelos reajustes com índices diferenciados. Esta é uma das causas pelas quais os trabalhadores procuram se organizar e formar novas lideranças frente a instabilidade constatada neste governo. (SKIDMORE, 1988)

Assim, o autoritarismo retorna à cena política, como forma de se contrapor ao ritmo das forças atuantes dos trabalhadores, acontecendo, dessa vez, explosões em bancas de jornais que vendiam jornais de esquerda, carta-bomba enviada à OAB, dentre outras.

No que se refere à questão educacional, as perspectivas sinalizadas nos últimos anos pelo regime militar e sua política econômica, apontavam sérios problemas para o ensino superior, como a repressão ideológica instalada nas universidades, desrespeitando-se a autonomia das mesmas. Esse desrespeito à autonomia das universidades é constatado até os dias de hoje, quando observamos os constantes ataques de órgãos governamentais proferidos contra as IES, cujos efeitos começam a ser comprometedores no que se refere à qualidade do ensino nelas ministrado – professores sem qualificação por falta de concursos públicos. Também a pesquisa e a extensão são atingidos, no momento em que faltam verbas públicas para as universidades públicas. Urge a definição de uma política clara e definida que reconstrua esses quadros docentes e que recomponha o poder financeiro das universidades, necessários à pesquisa e aos trabalhos extensivos à comunidade, para que o desenvolvimento se concretize por meio de ações ativas no contexto da modernização e globalização ora em curso, imposto pelo capital internacional.

A política educacional implementada pelos militares fez com que o Estado, que deveria arcar com todo o ônus educacional se desobrigasse, em grande parte, dessa tarefa, abrindo maior espaço para o capital privado. Estava, assim, o ensino brasileiro politicamente comprometido e, para isso, os professores do ensino superior estavam mobilizando-se. Embora a organização de ADs não estivesse presente, naquele momento, em todas as universidades havia, por parte de muitos professores, uma predisposição à luta pelos seus direitos, o que era possível de ser viabilizado pela Coordenação Nacional das ADs.

A partir da fundação da ANDES, o movimento docente inicia a sua trajetória de lutas de forma organizada e unificada, fazendo parte das lutas já existentes nas ADs que já reivindicavam questões salariais, educacionais e repudiavam a política que o MEC pretendia implantar nas universidades. Exigiam também, junto ao MEC e em outros encontros, o seu papel de gestor da educação pública, gratuita e de qualidade, em especial nos CONADs e Congressos. Grande parte dessas reivindicações estão presentes até os dias de hoje para o movimento docente que luta para conquistá-las. Considerando, naquele momento, as reivindicações das ADs, é preciso entender que é por isso que o movimento docente do 3º grau não pode ser entendido de forma

descontextualizada dos seus antecedentes sociais, políticos e econômicos, uma vez que os mesmos propiciaram a criação de muitas Associações Docentes nas universidades brasileiras. Por meio de seus professores, são estas ADs que, juntamente com as já existentes, lutaram pela criação de sua Associação Nacional, a ANDES, que continua essas mesmas lutas em seu espaço sindical, até os dias de hoje. Portanto, as reivindicações dos professores, juntamente com as manifestações sociais contrárias às atitudes governamentais, constituem a tônica que sempre manteve mobilizados os professores universitários no final da década de 70 e início da década de 80 e que torna-se relevante para o direcionamento do movimento docente nacional.

Não obstante houvesse essas mobilizações dos docentes e de outras categorias de trabalhadores, o governo Figueiredo, em 1981, anuncia as próximas eleições de governadores para 1982. A oposição ganha nos principais Estados, destacando-se os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, e Rio de Janeiro.

No entanto, parte dos partidos políticos existentes na época, propunham o direito do voto aos analfabetos, a legalização das greves, maior autonomia sindical e a adoção de uma política justa de distribuição da renda nacional, considerando-se a difícil situação econômica em que se encontravam os brasileiros assalariados e reforçavam as forças sociais que avançavam rumo à volta e consolidação da democracia, depois de 20 longos anos de ditadura militar.

Outras ações se fizeram presentes nesse período, contribuindo para fortalecer as forças políticas em presença no poder, tais como a entrada formal do governo Figueiredo para o Fundo Monetário Internacional, o FMI, e o aumento da contribuição previdenciária, proposta por Delfin Neto, dentre outras.

Neste contexto, o movimento docente por meio da ANDES tem um imenso trabalho, no momento em que assume a luta de todos os setores que compõem as universidades brasileiras, ou seja, a luta dos professores das universidades públicas e particulares. Era essa uma das propostas de representatividade da Associação Nacional quando de sua fundação em 81 e, dessa forma, era necessário que tal representação se efetivasse, de fato.

Em 1982, várias Universidades Federais entram em greve contra o autoritarismo de suas administrações, contra a demissão de alguns professores, contra a

falta de dotação de recursos orçamentários para o ensino e a pesquisa, dentre outros. (Boletim da ANDES, 1982)

Passados quase dez anos, no dia 7 de novembro de 1994, ocorre, na Associação Docente da Universidade Federal de Uberlândia/MG, ADUFU-SS, o I Seminário de Política Sindical. Participaram deste seminário várias lideranças do movimento docente e dos técnicos administrativos das universidades. Durante os debates, uma professora esclareceu sobre a filiação de professores das escolas particulares pela ANDES, dizendo em poucas, mas significativas palavras, o seguinte:

“um dos Congressos da Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, CONTEE, ratificou um acordo quanto à filiação dos professores das escolas particulares e públicas. O SINPRO continuaria representando os professores das escolas particulares, pois, já existia antes da criação da ANDES e já tinha filiado muitos professores do 3º grau dessas escolas e, a ANDES, representando os professores das escolas públicas, em cuja base a mesma tem maior expressão”.

Explicita ela que *“esse acordo ratificado não foi mantido pela ANDES que faz o maior empenho na filiação e luta dos professores das escolas particulares, descumprindo, portanto, o que foi ratificado”.*

Todavia, em entrevista junto a um professor da ANDES, o mesmo esclareceu que, *“a rigor, nunca houve esse acordo entre o SINPRO e a ANDES. A ANDES está aí para filiar todos os professores das IES”.*

Observa-se, portanto, que a relação da ANDES com o SINPRO é uma relação de competição pelas escolas particulares. O SINPRO, fundado em fevereiro de 1933, desenvolvia um sindicalismo mais voltado para as questões jurídicas do que políticas. A partir de 1980 é que se iniciam, neste sindicato, as lutas mais voltadas para as questões de cunho político-ideológicas. A sua história, portanto, remonta a um período anterior ao regime militar, com todos os problemas aí colocados. O importante nessa relação é indagar para a categoria docente qual o tipo de Estado a ser enfrentado e, a partir daí, discutir qual o tipo de organização sindical necessária para esse enfrentamento, que dará conta de diferenciar entre as questões corporativas e as questões

coletivas que serão enfrentadas junto ao Estado. Fundamentalmente se, na conjuntura de hoje, um sindicato consegue representar a sua base territorial com muitas dificuldades, dois sindicatos, com a mesma função e representando a mesma categoria de trabalhadores, pode levar à desorganização. É difícil para um sindicato, esse tipo de relacionamento que envolve dois sindicatos representando uma mesma categoria, ao mesmo tempo em que é difícil para uma mesma categoria estar sendo representada por dois sindicatos.

Importante analisar, também, as diferenciações presentes nas contratações dos professores das escolas públicas e particulares, ou seja, enquanto um se considera mais estável, o outro pode ser demitido a qualquer momento; enquanto na escola pública o Estado é o patrão, nas particulares o empresariado contrata mão-de-obra e extrai mais-valia e assim por diante.

Quanto ao direito sindical, sabemos que o mesmo estava ligado apenas ao setor particular, enquanto que os funcionários públicos não o tinham. Somente o conseguem mais tarde, após muita mobilização, com a Constituição de 1988. É por isso que os professores do ensino público se organizavam e se constituíam enquanto Associações e Centros, a exemplo da ANDES, da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), do CPP (Centro do professorado Paulista), dentre outros, substituindo os sindicatos que eram proibidos. Nas escolas particulares, em que já existia esse direito, os professores se organizavam e se constituíam com o nome de Sindicatos, portanto, mais formalizados e com alguma expressão jurídica e política, porém, mais ligados ao próprio empresariado. No entanto, podia-se observar que alguns professores das escolas particulares se apresentavam com certo espírito público e pensavam como a maioria dos professores das escolas públicas, a exemplo da PUC/SP, que buscavam se identificar com as lutas sociais mais gerais, inclusive lutando para estadualizá-la.

Em 1982, o I Congresso Nacional de Docentes discute as questões relacionadas à participação dos professores nos ENCLATS e no CONCLAT. Esses encontros permeiam todo o movimento dos docentes do 3º grau, como se constata no balanço realizado pela ANDES sobre esses encontros.

“Apesar de termos participado, enquanto ANDES e AD’s na preparação e realização nos ENCLATs e do CONCLAT, a nossa intervenção política foi bastante tímida nestes eventos. Em parte, este fato pode ser atribuído ao nível ainda incipiente de articulação do Movimento Docente com o movimento do trabalhador em geral. Por outro lado, a falta de um maior debate sobre a I CONCLAT no seio do movimento não contribuiu nem um pouco para uma melhor atuação das AD’s e da ANDES na CONCLAT. O CONAD de Salvador refletiu muito bem essa indefinição. Lá deliberamos que a ANDES se abstivesse das questões políticas a serem discutidas na CONCLAT que se caracterizavam como polêmicas. Isto caracterizou nossos delegados durante grande parte do encontro em simples observadores. No entanto, os docentes que participaram da CONCLAT, saíram de lá mais do que nunca convencidos da imensa importância da integração ativa do Movimento Docente à preparação e efetivação do Congresso Nacional para a criação da CUT. A I CONCLAT foi com certeza um dos mais importantes momentos da história do movimento social brasileiro. Representou um avanço qualitativo na organização e na unidade do movimento dos trabalhadores e um passo essencial em direção à criação de uma sociedade justa e democrática. O próximo passo é concretizar o Congresso e criar a Central Única dos Trabalhadores, entidade nacional que represente o conjunto dos trabalhadores e seja capaz de encaminhar as lutas de forma articulada, garantindo o avanço do movimento. Temos que assumir o nosso papel dentro deste processo.” (Boletim da ANDES, nº 8, junho de 82, p. 7)

Assim, em que pesem as justificativas explicitadas pela ANDES sobre sua participação nesses encontros, o que se pode constatar é que o movimento docente do 3º grau estava aprendendo a caminhar, juntamente com as outras categorias dos trabalhadores e tirava lições de luta para a consolidação da sua Associação Nacional. Isto demonstrava que grande parte dos docentes do 3º grau iniciava esse tipo de trabalho sindical, começando a desencastelar-se *“de sua origem de intelectual pequeno burguês”*. (pesquisa realizada na ADUFU-SS em 1997 com professores que não quiseram se identificar). Era a docência universitária chegando às ruas, e aprendendo com aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar. Era o movimento nacional dos docentes do 3º grau, se mobilizando nas entranhas dos movimentos sociais.

A partir de 1981, portanto, a ANDES tem uma participação muito rica em todos os movimentos dos trabalhadores, tanto nacional quanto internacional, tais como a luta dos trabalhadores no conflito pela terra, moção pela paz no Líbano, repúdio ao

policciamento ideológico da Polícia Militar de São Paulo, solidariedade à APEOESP, cujo governo impede o desconto em folha da contribuição dos seus associados, dentre outras, sempre defendendo os seus direitos. (Boletim da ANDES nº 9, agosto de 82).

As avaliações realizadas pelo MD quando o mesmo passa a ser organizado pela ANDES em 1981, apontam as dificuldades encontradas no que se refere à unificação das divergências presentes quanto à forma de encaminhar a luta dos docentes. Em que pese a falta de um plano de lutas elaborado pelo Congresso de Fundação da ANDES, unificar as divergências nunca foi tarefa fácil para qualquer sindicato, pois isso significava discuti-las, analisá-las e encaminhá-las para a sua base que percorreria o mesmo caminho realizado por sua Diretoria. A partir das decisões das bases é que a Diretoria deveria estar encaminhando as questões mais polêmicas.

Com relação à greve de 1981, um estudo realizado pelas ADs da Universidade Federal do Rio de Janeiro, encaminhado ao I Congresso Nacional da ANDES, analisa os resultados alcançados pelo movimento grevista.

“O estudo se inicia com a análise do reajuste de 82% de janeiro. Nesse ponto, o documento considera que o reajuste foi incapaz de retomar o valor real de janeiro do ano passado, já que a inflação acumulada no período, fevereiro 81/janeiro 82 foi, segundo o INPC, da ordem de 90%. No período janeiro 81/ dezembro 81, o índice inflacionário foi da ordem de 91,2%. Já o reajuste que totalizará 154% em maio, foi considerado indiscutivelmente superior à inflação do período. Tomando como base uma taxa mensal de inflação de 5% durante os cinco primeiros meses de 1982, temos como resultado um índice de 127,6% para a inflação no período fevereiro 81/ maio 82. Assim, o reajuste de 154% é superior à inflação do período. Embora a reposição salarial efetivamente obtida tenha sido da ordem de 23,4%-pequeno se comparado aos 45% reivindicados pela categoria-é bom lembrar que não se tem notícia de nenhuma outra categoria profissional que tenha obtido um aumento real de salários dessa magnitude. Dessa forma, o documento considera amplamente vitorioso o movimento grevista do ano passado, em termos salariais. Esse documento considera também a importância dos reajustes semestrais, para toda a categoria docente e para os funcionários públicos.” (Boletim da ANDES, março de 82, p3)

Nessa época, as Universidades Federais Autárquicas exigiam uma equiparação salarial equivalente à das Fundações, ao mesmo tempo em que exigiam, para todos os professores e para os funcionários públicos, o reajuste semestral concedido

às outras categorias de trabalhadores. Foi uma das maiores greves realizadas pelo movimento docente, embora não tivessem conseguido o reajuste semestral pretendido.

Quase na metade da década de 80, ocorrem grandes manifestações nacionais, por eleições diretas para Presidente da República. Essa campanha pelas diretas, encampada pela Emenda Constitucional Dante de Oliveira torna-se forte no ano de 1983, em que a sociedade civil organizada realiza muitas manifestações. O movimento docente participa dessas grandes mobilizações, pois era contra o Colégio Eleitoral. Assim, o povo na rua exigia o direito de escolher o Presidente da República pelo voto universal.

Em 1984, os docentes das Universidades Federais Autárquicas realizam uma greve de 84 dias que iniciou-se no dia 15 de maio e terminou no dia 7 de agosto. Os Professores reivindicavam reajuste salarial e verbas para as universidades.

“reposição de 64,8% sobre o salário de janeiro de 84; reajuste semestral, em julho./84, com base no INPC e garantido por lei; 13º salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas; piso salarial de três salários mínimos para os servidores técnicos-administrativos e verbas para o pleno funcionamento das IES. O resultado dessa greve foi: A greve se encerrou sem nenhuma conquista. Mas em jan/85 os docentes das autarquias tiveram uma reposição salarial de 20%, interpretado como resultado da greve de 84”. (COELHO, 1996, p. 184)

Por outro lado, os professores das Universidades Federais Autárquicas exigem a equiparação salarial aos professores das Fundações e o movimento docente como um todo passa a exigir, também, as mesmas vantagens das estatais, da Petrobrás, dentre outras, que têm reposições trimestrais.

Ainda em dezembro de 1984, o movimento docente fazia campanhas a favor das reposições salariais em 100% do INPC para março de 1985, isto porque, nas funções gratificadas, os aumentos salariais eram maiores ou iguais ao índice de 100%. (Boletim da ANDES, 1985) Era, portanto, natural a exigência dos outros professores que não recebiam essas vantagens. Assim, havia muitos motivos que não podiam ser ignorados pelos docentes do 3º grau que, neste momento, fundamentalmente se referiam à sua campanha salarial.

Para exemplificar esse período e essa mobilização, a Ata da AG da ADUFU SS, do dia 5 de março de 1985, p.102 e 103, explicita o envio de um Telex do Conselho Nacional de Política Salarial e do MEC, à Reitoria da Universidade Federal de Uberlândia que esclarece o que segue.

“TLX/MEC/BSB NR 2018 27/02/85 (XF)

Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

Comunico vossa senhoria que, conforme orientação CNPS, através Ofício Circular NR 067/85, entidades abrangidas Art. 14 lei NR 7238/84, considerando a conveniência e condições de cada uma e dependendo comprovação recursos para atender gastos decorrentes, poderão pleitear: 1- Campanha Salarial até integralizar reajuste cem por cento INPC mes correspondente, com vigência retroativa, no máximo até a data-base, para entidades com data-base setembro outubro 1984, 2- Complementação Salarial, até integralizar cem por cento INPC mes correspondente, com vigência retroativa, no máximo, mês novembro 1984, para entidade tiveram correção salarial semestral automática, setembro outubro 1984, 3- Correção ate cem por cento INPC, correspondente mês referencia, com vigência partir meses proprios, para entidades com data-base ou correção salarial semestral Automática meses Novembro Dezembro 1984 e janeiro fevereiro 1985. Quaisquer informações adicionais serão prestadas DP MEC, SDS Jaer-Silvio Pereira da Silva-Diretor Geral DP/MEC”.

Portanto, neste Telex, o Conselho Nacional de Política Salarial entende que a questão da reposição salarial dos docentes dependia das condições financeiras das administrações das universidades. Parecia até permitir, no mesmo Telex, que “*os docentes poderiam pleitear as suas campanhas salariais*”, como se para isso os docentes devessem aguardar o “sinal verde” do CNPS. Por outro lado, o movimento docente organizado e unificado com os demais setores do movimento elabora uma pauta única com as reivindicações que segue.

“delibera uma campanha nacional do setor, com uma pauta unificada e articulada com os demais setores do movimento, composta das seguintes reivindicações: 1- Reajuste Salarial com base no INPC integral. 2- Reposição parcial das perdas salariais, mediante a aplicação de 37,3% sobre o salário de março de 1985-já reajustado e mediante a aplicação de igual

percentual ao salário de setembro de 1985. 3- Reajuste trimestral de salários. 4- Adicional por dedicação exclusiva não inferior a 50%. 5- Adicional de 5% por quinquênio. 6- Abono emergencial de dois salários. 7- Indicativo de produtividade de 5%. 8- Aposentadoria integral por meio da Universidade. 9- Verbas para o pleno funcionamento da Universidade. 10- Verbas para construção, instalação e manutenção de creches nos locais de trabalho”. (Ata da Assembléia Geral da ADUFU do dia 5/3/85, p.104)

Nesse momento de transição é importante constatar que o MD expressa maior força política na sua atuação, com pautas unificadas e articuladas aos demais setores do movimento. Esse fortalecimento era necessário porque a sociedade civil se enfrentava àquela parcela que não aceitava o processo de liberalização do País, que eram os militares considerados de direita.

No dia 12 de março de 1985, após forte campanha de sindicalização dos professores, houve várias paralisações das Fundações Federais. A grande tônica era a campanha salarial. No entanto, os professores também eram contra o GERES (Grupo Executivo para a Reforma do Ensino Superior) em especial em 1986, e a GRIPE (Gratificação Individual de Produtividade do Ensino), contra o controle da qualidade do ensino e da complementação orçamentária para a pesquisa. (Boletim da ANDES, 1986)

Entre os anos de 1983 a 1984, a dinâmica de atuação das forças políticas de oposição ao governo e favoráveis às eleições diretas, centraliza-se nos comícios que eram realizados em vários Estados brasileiros, em especial nas grandes capitais, agregando tanto partidos políticos quanto sindicatos, organizações de base, das Igrejas, Sociedades Amigos de Bairro, dentre outras. A exemplo, no Rio de Janeiro, só para se ter idéia, reúnem-se mais de quinhentas mil pessoas que exigiam as “diretas já” para Presidente da República. (Boletim da ANDES, 1985) No entanto, essas eleições diretas tão almejadas por grande parte da população brasileira, realizam-se indiretamente, via Colégio Eleitoral, apoiadas pelos militares.

“O ponto de partida da transição é claro: uma ditadura militar que colocou em prática uma política predominantemente favorável ao grande capital monopolista e financeiro nacional e internacional. As Forças Armadas tiveram aí o papel protagonista, aliadas a quadros técnicos vinculados aos grupos

econômicos privilegiados pelo regime. A ideologia de segurança nacional permeou a atuação da ditadura militar, que conseguiu condicionar sua própria sucessão ao impor eleições por meio do Colégio Eleitoral. O ponto de chegada é menos claro: um regime híbrido, em que deixaram de existir as leis de exceção, em que os partidos políticos, as associações civis e a grande imprensa não encontram limitações do ponto de vista legal. Os próprios militares se retiraram do centro da cena política para um lugar mais discreto. Deixou de haver presos políticos, os órgãos de segurança tiveram seu papel diminuído, foram restabelecidos os mecanismos eleitorais na sua plenitude. Antes mesmo da nova Constituição, o Congresso já havia removido o que considerou como “entulhos autoritários”, aprovando um pacote de medidas que revogava disposições que limitavam os direitos políticos estabelecidos pela ditadura militar”. (SADER, 1990, p. 48)

Desta forma, inicia-se, no Brasil, uma nova etapa que era a da escolha dos candidatos dos respectivos partidos políticos para concorrerem a esse tão cobiçado cargo público. Paulo Maluf é o candidato do PDS e Tancredo Neves, juntamente com José Sarney, este, dissidente do PDS, são os candidatos a presidente e vice-presidente, via Colégio Eleitoral. Estes candidatos, Tancredo Neves e José Sarney, são escolhidos pela Aliança Democrática, constituída por uma facção do PDS que levou o nome de Partido da Frente Liberal -PFL- que se aliou ao PMDB.

Neste contexto, havia professores filiados aos partidos políticos de esquerda que eram contra o Colégio Eleitoral, enquanto outros, também de esquerda, entendiam que não podiam ficar alijados do mesmo, apoiando, dessa forma, Tancredo Neves, contra Paulo Maluf. Não obstante Tancredo Neves ter sido um candidato apoiado pela maioria da população, praticamente a disputa dessas eleições esteve a cargo de candidatos de direita, demonstrando, dessa forma, a dificuldade que tinha qualquer mobilização popular, por mais organizada que fosse. Parecia que o alto posto do executivo nacional seria apenas entregue às mãos daqueles que tivessem um merecido apoio militar, como foi o caso de Tancredo Neves, apoiado por Geisel, de forma indireta.

Tancredo Neves e José Sarney são eleitos no dia 15 de janeiro de 1985 e Sarney é empossado no dia 15 de março do mesmo ano, quando Figueiredo termina o seu mandato e com ele, o fim do regime militar. No entanto, do ponto de vista dos militares, com a abertura lenta, gradual e restrita da época do general Geisel, em 1974, é

que se inicia, de fato, a transição brasileira. *“Na realidade o que aquele momento marca é o término do clímax da ditadura que ingressou, a partir dali, num período transitório, de oscilações, que desembocou, no final dos anos 70 e início dos 80, em sua verdadeira crise e, paralelamente no começo da transição para o regime que a substituiria”*. (SADER, 1990, p. 31)

Assim, com a morte de Tancredo Neves e o cargo de Presidente do Brasil entregue ao seu Vice-Presidente José Sarney, inicia-se, no Brasil, a chamada Nova República.

b) Primeiras Associações Docentes

b. 1. APUFPR, ASPUV, APUSM

Embora sabendo que existiram algumas tentativas de criação de Associações Docentes - ADs - nas décadas de 30, 40 e 50, constatamos, por meio desta pesquisa, que a organização das mesmas somente vai ocorrer, de fato, na década de 60, algumas delas originadas dessas tentativas anteriores.

No entanto, podemos observar que o movimento docente já vinha se construindo embrionariamente por intermédio dos vários movimentos sociais organizados que, apesar das inúmeras dificuldades encontradas, conseguem avançar, influenciando, de certa forma, as universidades brasileiras.

Com relação às questões educacionais, no período que antecede a ditadura militar, as mesmas sempre foram tratadas de uma forma que não contemplava grandes compromissos com o social e o político, por parte dos governantes. Havia momentos difíceis que eram enfrentados pelos professores e pela universidade brasileira, marcados por grandes confrontos entre o público e o privado.

Cecília M. Westphalen, professora de História, Geografia e Direito da Universidade Federal do Paraná e atualmente aposentada, fala desses momentos difíceis e desse confronto entre o público e o privado, assim como da criação da AD da Universidade Federal do Paraná.

“os anos de 1961, 1962 e 1963 foram muito difíceis na história da Universidade brasileira. Foi um momento de grandes confrontos. O embate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que é a lei complementar da Constituição de 1946, nos mobilizou a todos. O cerne da questão, nessa ocasião, foi o debate entre Escola Pública e Escola Privada. 1961 foi o ano da presidência de Jânio Quadros e de sua renúncia. Nós, universitários, vivemos a polarização que então se verificou no

país. Nos envolvemos com todo o impasse da posse do vice-presidente João Goulart, que ocorreu somente com a adoção da forma parlamentarista. Vivemos aquele momento da experiência parlamentarista.

O grupo da presidência da República não compactuava com o parlamentarismo e tudo fez para revogá-lo. Todo esse clima político se refletia na educação. Recordo-me de um discurso do professor Flávio Suplicy de Lacerda que a mim impressionou muito. Ele havia sido reconduzido à Reitoria e os professores lhe ofereceram um jantar. No seu discurso uma frase me chamou a atenção. Era algo como: Nós estamos habituados a olhar o mar ao longe, estamos vendo chegar uma grande tempestade. Os estudantes estavam bastante inquietos. Esses anos, particularmente 1963, foram de grandes comoções na Universidade brasileira e na nossa Universidade.

Nessa conjuntura surgiu, então, esse grupo de professores, liderados pelo professor Júlio Moreira, e criou uma sociedade, uma Associação de amigos da Universidade. Professores dispostos a sustentar e defender a Universidade. Não tínhamos nenhum programa de luta ou reivindicações funcionais. A nossa reivindicação era estar juntos, ao lado da Universidade.

A metodologia adotada pela Associação para congregar os professores, trazê-los para dentro da entidade, foi promover reuniões sociais como almoço e jantares. Eram também promovidas conferências e concertos no auditório da Reitoria, sempre com o apoio do Dr. Flávio”. (EVANGELISTA, 1991, p.8)

É neste contexto histórico que surgem as primeiras ADs, conforme nos assinalou a professora Westphalen. Elas representaram, sem dúvida alguma, uma força política muito grande, lutando não apenas contra as forças externas instaladas na sociedade, como também, contra os conflitos instalados no interior das associações docentes, tendo, muitas vezes, que enfrentar a resistência de algumas reitorias que relutavam em não reconhecer a existência das mesmas, enquanto entidade representativa dos professores. Nesta direção, as ADs contribuíram para o avanço do processo democrático acadêmico, no momento em que se colocavam na defesa dos direitos da categoria e na defesa de um novo modelo de universidade. Por outro lado, as primeiras ADs preocupavam-se, também, com as questões sociais mais amplas, continuando nesta luta, até os dias de hoje.

Assim, no dia 19 de dezembro de 1960, é criada a APUFPR-Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, na cidade de Curitiba, que teve como primeiro presidente, Júlio Estrella Moreira, professor tradicional daquela Instituição de Ensino, que também era cirurgião dentista e médico. No final da sessão de instalação daquela AD, usou da palavra o professor Flávio Suplicy de Lacerda afirmando que juntos, professores e a Associação Docente, envidariam todos os esforços *pelo “êxito do ideal, que era o próprio ideal da Universidade do Paraná”*, questão que não ficou muito clara

no livro de Atas. Suplicy de Lacerda, mais tarde, torna-se um forte defensor das políticas educacionais propostas pelo regime militar, tornando-se inclusive Ministro da Educação, no governo Castelo Branco.

Parte das ADs criadas nesta década tinham interesses de grupos e apoiavam determinados reitores, em que pese o contexto político altamente autoritário da época, pois, as perseguições políticas, demissões e prisões sumárias, sem direito de defesa, espalhavam um clima de terror sem limites, pelo País.

A esse respeito, o professor Ivan Miguel Costa, do Departamento de Diagnóstico e Cirurgia - DEDIC - do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, MG e um dos fundadores da ANDES, assim explicita.

“As ADs tinham um caráter de combate ou de defesa a determinado reitor e eram, portanto, mais de interesses pessoais de alguns grupos do que político ou de combatividade à situação implantada no Brasil. Eram poucas as ADs que tinham pique político-sindical, apesar de que, o contexto vivido na época, exigia maiores lutas por parte do professor universitário. Assim, a criação de um sindicato a nível nacional era de fundamental importância para a sobrevivência das ADs espalhadas pelo País e em especial, a ADUFU, já que as ADs estavam em uma difícil fase e corriam o risco de se esvaziar. Por outro lado, muitos professores tinham um certo receio de assumir as diretorias das ADs mais politizadas porque a repressão e o risco de demissão era muito grande”.

Dessa forma, algumas ADs serviam para fortalecer determinada reitoria de universidades, mas para isso, *“deveriam sair vitoriosos os grupos que eram apoiados pelo respectivo reitor”*. E conclui o professor: *“havia reitores que não aceitavam a existência de ADs nas universidades mesmo que as mesmas fossem atuar apenas culturalmente”*.

Ainda na década de 60, no dia 1º de junho de 1963 é criada a AD da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, que teve como presidente o professor Aníbal José Alves Torres. Essa recebeu o nome de Associação dos Professores Universitários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (APUREMG). No dia 20 de setembro de 1970 a APUREMG se transforma em Associação dos Professores Universitários de Viçosa (ASPUV), que passa a ser seção sindical no dia 10 de abril de 1990. (Revista ASPUV – dois períodos de sua história, 1993). À página 2 dessa mesma revista consta um documento elaborado como parte das comemorações dos 30 anos da ASPUV que nos informa alguns dos antecedentes da associação, em 1962.

“Em 1962, antes da fundação da Associação dos Professores da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (APUREMG) existiu um movimento de greve em Viçosa que chegou a organizar Comissão de Negociações para reivindicar, junto ao Governador em Belo Horizonte, aumento de salários. Instalou-se no período uma séria crise, tanto que foi enviada para Viçosa outra pessoa para ocupar o cargo de Reitor a fim de solucionar o problema. Não foi encontrado nos documentos nada a respeito deste movimento. A partir de impressões causadas pelos primeiros registros, indagou-se à alguns professores fundadores de onde vinha a experiência mobilizatória e reivindicativa. Checando informações chegou-se à seguinte conclusão: A APUREMG era fruto de lutas. Como decorrência da experiência de 62, suas primeiras práticas como organização formal tinham caráter reivindicatório”.

Dessa forma, a AD de Viçosa foi combativa desde seu nascimento, exigindo os direitos dos professores quanto à própria organização e melhores salários, dentre outros, apesar de que *“momentos outros refletiam a inexperiência na condução de uma entidade ainda infante”* (p.04). Como exemplo dessa combatividade consta, na Revista ASPUV-dois períodos de sua história (1993), um telegrama datado de 1963, exigindo uma definição sobre o aumento pretendido pelos professores, pois que essa indefinição acarretaria em perdas de excelentes professores da universidade. É interessante se observar, também, a citação feita à página 04, em que os professores da APUREMG, no momento em que reivindicavam os seus aumentos salariais, faziam-no em conjunto com os outros trabalhadores da Universidade Federal de Viçosa.

*“Viçosa, 5 de agosto de 1963
Senhor Governador,*

Os que esta assinam, Presidentes das Associações de Professores, Servidores e Operários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, vêm à presença de V. Excia. afim de solicitar seus bons ofícios no sentido de que sejam extensivos à UREMG os benefícios do aumento de 60% aos servidores do Estado, ora em estudo na Comissão designada por V. Excia.e presidida pelo Exmo. Sr. Secretário das Finanças, Dr. José Monteiro de Castro. V. Excia., como legítimo representante dos

anseios e do pensamento do povo mineiro, tem sabido, através de atitudes de marcada significância, valorizar aqueles que labutam no campo da agricultura. Por esta razão, entendemos que V. Excia. verá como das mais justas as pretensões daqueles que compõem a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Reconhecemos o papel que desempenhamos no cenário agrícola de Minas Gerais e aqui estaremos sempre alertas para o cumprimento da missão que nos é reservada. (Arquivo ASPUV, Caixa 1, Pasta 1, Doc 5)

Assim, diferentemente de outras ADs, a AD de Viçosa foi fruto de lutas que envolviam o conjunto de outras associações da própria universidade. Realizavam movimentos políticos apartidários e *“as atividades recreativas existiam, mas as dificuldades salariais estavam presentes e o desejo de participar das definições administrativas também era manifesto”*, (p.06) no sentido de saber do interesse da reitoria em relação à associação.

No dia 14 de novembro de 1967, em meio às grandes manifestações populares que se acirravam a partir de 1966 envolvendo os estudantes do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, devido à nova situação política criada pelo Golpe de Estado de abril de 1964, é criada, no Rio Grande do Sul, a APUSM-Associação dos Professores de Santa Maria. Isso ocorre, mesmo à revelia de alguns reitores que não viam, nessas associações de professores, nenhuma necessidade, mesmo sendo elas de cunho cultural.

Segundo COELHO, (1996) o professor Noli Brum de Lima foi quem teve a iniciativa de fundar a APUSM e sua preocupação maior não era política e, sim, cultural e intelectual. São dele essas palavras:

“Ingressei na Universidade, por convite, em 1966. Tinha sido bom aluno, me formei em 65, e em 66 fui convidado para lecionar a matéria Metafísica, e logo depois, História da Filosofia Moderna(...). Em 1967, eu era chefe do Departamento de Filosofia. Promovi, então, um seminário sobre “Natureza e Função da Universidade e do Professor Universitário. Era uma preocupação cultural, intelectual. Eu já tinha a idéia de criar uma associação, só que esta idéia era cultural, não política,... uma associação que apoiasse os professores a fazer pesquisa, pós-graduação (mestrado, doutorado). Pretendia fundar a associação dentro do seminário”. (p.20)

No entanto, toda essa configuração cultural e intelectual da AD de Santa Maria contrastava com a situação política de grande repressão vivida na época pelos brasileiros e em especial os de Santa Maria, em que a situação conflitante esteve muito

presente, atingindo sobremaneira a universidade. Porém, na fala de COELHO (1996), a Universidade Federal de Santa Maria era considerada como modelo pelo regime autoritário. Por isso, não havia interesse, por parte da reitoria, em se fundar uma associação de docentes, porque a mesma traria *“problemas burocráticos, discussões políticas, e poderia no futuro tornar-se sindicato”*. Já havia, pois, na Universidade Federal de Santa Maria, possibilidades de encontros e seminários e isso, supunha-se, já era o suficiente para que os professores se organizassem e criassem a sua AD. Mais tarde, as dificuldades que envolveriam a mudança do caráter cultural da AD para o caráter político-sindical foram muito grandes. Somente em 1977, portanto, dez anos após a criação da mesma, é que os professores universitários de Santa Maria conseguem reverter esse quadro, fazendo da AD uma das mais combativas do movimento docente do 3º grau.

Entendemos que, embora a criação da AD de Santa Maria em 1967, tivesse apenas um cunho cultural e intelectual, o próprio ato de sua criação, por parte dos seus professores, foi um ato eminentemente político, num momento muito sério por que passava a nação brasileira, com a tomada do poder pelos militares. Em uma universidade como a de Santa Maria, considerada modelo pelo regime militar, a criação de uma associação docente não poderia ser diferente, mesmo porque o País vivia um momento político muito difícil, de muita repressão, perseguições políticas, cassações, prisões, exílios e demissões de professores. No entanto, esse caráter cultural e intelectual que balizava as ações da AD, oportunizou sobremaneira a passagem para o caráter político-sindical, acontecendo exatamente o que previa o reitor da época, que era o receio de que com as discussões políticas dos professores no âmbito da AD, a mesma se transformasse em sindicato. Essa preocupação do reitor não foi em vão. A AD transforma-se, de fato, em Seção Sindical do Sindicato Nacional ANDES, após muita luta, conforme afirmou COELHO (1996). Portanto, a criação da AD da Universidade Federal de Santa Maria foi um ato político e inteligente dos seus professores, pois, que os mesmos já atuavam, na sua prática, com caráter sindical, muito antes da AD tornar-se Seção Sindical, de direito, a partir de 1988.

Entendemos também que o autoritarismo vigente, especialmente na década de 60, em que os direitos dos homens não eram reconhecidos e respeitados, em

que a repressão às diferentes formas de lutas e de organizações sociais eram grandes, em que a discriminação às minorias era fortemente apregoada, fazia com que as mobilizações sociais populares, presentes na época, utilizassem a cultura e o lazer como pano de fundo, para terem a oportunidade de trabalhar o político-social, propriamente dito. É, como esclarece CHAUI (1986),

“alguns aspectos da cultura popular como resistência. Resistência que tanto pode ser difusa – como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nos grafitis espalhados pelos muros da cidade – quando localizada em ações coletivas ou grupais”. (p.63)

Havia, pois, na década de 60, algumas mobilizações de docentes do 3º grau em algumas universidades, o que ocorria num clima político contraditório em que, por um lado, estavam presentes a criação de ADs com suas lutas políticas e reivindicatórias e, por outro, a criação daquelas que apoiavam o academicismo dos professores, que fosse voltado para o cultural e o social, contrastando com o contexto repressivo instalado, naquele momento, pelo regime militar.

b.2. APUFSC, ADUSP

Em meio aos acontecimentos político-sociais, os docentes da Universidade Federal de Santa Catarina criam, na década de 70, a sua Associação de Docentes, a APUFSC - Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, no dia 24 de junho de 1975, na cidade de Florianópolis, no salão nobre da Reitoria, Campus Universitário, Trindade, sob a presidência do professor Hamilton Nazareno Ramos Schaefer.

NODARI, SAUL e RAMPINELLI, (1996) nos informam quem foram os idealizadores da associação.

“os idealizadores desta associação foram os professores Hamilton Schaefer, que presidiu a reunião, e o professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, que a secretariou. A idéia de criar uma entidade que representasse os professores da UFSC foi surgindo informalmente em vários encontros, alguns deles durante o vestibular e outros no Lagoa Iate Clube e, de acordo com o professor Carlos Humberto, os professores nessas conversas demonstravam o isolamento em que se encontravam e sentiam a necessidade de se congregar”. (p. 18)

A criação da APUFSC ocorreu, também, pela necessidade de um canal de comunicação que fomentasse maiores discussões políticas entre os professores e entre os professores e o reitor. Havia, segundo o professor Schaefer, grande falta de diálogo com o então reitor da UFSC, assim como a premente carência de discussões políticas por parte dos professores.

É interessante observar que a primeira diretoria do professor Hamilton Schaefer e a segunda diretoria, presidida pelo professor Ernesto Vahl Filho (76/78), foram eleitas por aclamação e que o primeiro presidente da APUFSC, o professor Schaefer exerceu a presidência da AD juntamente com a vice-reitoria da UFSC, dado o fato de que havia uma grande disputa dentro da Universidade pelo poder político. Assim, a AD passa a ser o canal não-institucional da comunicação com os docentes.

O terceiro presidente da APUFSC é o professor Osvaldo de Oliveira Maciel, que preside a AD por meio de eleições diretas por dois mandatos (78-82). Em seu discurso de posse, Maciel explicita que a escolha de seu nome para dirigir por duas gestões a AD de Santa Catarina se deve à aceitação, por parte da categoria, das idéias e métodos apregoados por eles.

“uma aprovação de idéias que pregamos e dos métodos de ação que empregamos. (...) As idéias claras e definidas foram amplamente discutidas nas memoráveis reuniões preparatórias (...) Os métodos claros e lípidos fundamentaram-se numa consulta às bases votantes. (...) Na hora em que reina uma profunda confusão política na sociedade brasileira, é reconfortante e animador verificar que do corpo docente da Universidade parte um bom exemplo de vivência democrática”. (NODARI, SAUL e RAMPINELLI, 1996, p.22)

No segundo mandato, Maciel se afasta da presidência da APUFSC para presidir, provisoriamente, um sindicato maior, a ANDES.

Em 1976, os docentes da Universidade de São Paulo fundam a ADUSP - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. A revista Adusp – Associação dos Docentes da USP, encarte especial: História da Fundação da Adusp (dezembro, 1996, nº 8), traz uma entrevista realizada por Shozo Motoiama, dirigida a Alberto Luiz da Rocha Barros, Crodowaldo Pavan, Domingos Valente, Erasmo Garcia Mendes, José Jeremias de Oliveira Filho e Simão Mathias. Algumas questões e respostas dessa entrevista são esclarecedoras das idéias de como ocorreu a criação da ADUSP. A citação que segue assim o confirma.

“Shozo Motoyama – Inicialmente eu gostaria de saber um pouco sobre os antecedentes da Adusp. Se não me engano, anteriormente, havia uma associação chamada de Auxiliares de Ensino, não é mesmo?”

Rocha Barros – No âmbito da USP, havia uma Associação de Auxiliares de Ensino, fundada em 1956, e o nome Auxiliar de Ensino englobava todos os professores não catedráticos. Como vocês estão lembrados, o regime antes da Reforma Universitária era o de cátedra. Então, pelo termo genérico auxiliares de ensino estendia-se a diversas categorias docentes, excluindo-se os catedráticos. Um livre-docente, um assistente era genericamente chamado de auxiliar de ensino. Bem, essa entidade, fundada em 1956, teve como primeiro presidente o Alberto Carvalho da Silva. Era uma diretoria muito interessante com um conselho de representantes. E deste conselho de representantes fizeram parte alguns nomes muito conhecidos hoje em dia. Eu me lembro que participavam o Fernando Henrique Cardoso, pela Faculdade de Filosofia, o Delfim Netto, pela Faculdade de Economia e Administração, o Ernesto Glesbrecht e uma série de outros nomes muito interessantes. Bem, de qualquer forma, essa entidade começou a funcionar em 56 e teve um papel muito importante, inclusive participando da fundação da FAPESP. Mas, devido à situação reinante, essa Associação de Auxiliares de Ensino, a partir de 1964, começou a entrar em colapso.

Erasmo Mendes – Em 1964, a situação ficou, como todo mundo sabe, muito séria. E essa Associação de Auxiliares de Ensino deixou de ser apenas uma associação empenhada em reivindicação salarial para se tornar, sobretudo, numa associação alerta com relação ao perigo que alguns docentes passaram a correr por terem sido acusados de atividades contrárias à situação que então se instalava. Nessas circunstâncias, a Associação teve reuniões muito acaloradas para a renovação de sua diretoria que se retirava naquele momento e eu fui escolhido como presidente para o biênio seguinte, que era um biênio naquele tempo, numa base quase conciliatório. Gregos e troianos achavam que eu seria um bom

presidente porque eu estava equidistante das partes altamente empenhadas a favor ou contra o movimento que então se instalava. Nessas circunstâncias fui nomeado presidente da Associação para o Conselho Universitário, como representante dos professores auxiliares de ensino da Universidade de São Paulo. Lá eu tive, então, oportunidade de ser fiel à Associação e defender os nossos elementos que estavam ameaçados de punições e até de prisão. O problema mais grave durante a minha gestão foi o problema da repressão. A repressão que nos forçou a ir, inclusive, ao Rio de Janeiro, em comissão geral de inquérito e ficar alerta para o perigo em que incorreram muitos professores. Esse foi o problema que talvez fosse o mais sério. Fazia com que a Associação se reunisse freqüentemente, expedisse comunicados, se manifestasse a respeito das arbitrariedades e coisas desse tipo. Outro problema que surgiu nessa ocasião foi o da Reforma Universitária. Esse problema foi de tal monta e aí foi que a Associação começou a despertar a atenção da parte dos poderes da USP. Por exemplo, por ocasião da construção da Comissão que iniciou a reorganização da USP, o então reitor Gama e Silva convidou a mim como membro da Associação de Auxiliares de Ensino para fazer parte. Uma concessão que ele fez e eu pude levar então, à viva voz, a opinião dos auxiliares de ensino às reuniões convocadas”.

Rocha Barros explicita também que a Associação dos Auxiliares de Ensino era *“uma entidade, no fundo, não só para reivindicar salários para todo o mundo, mas também para tentar uma defesa contra a prepotência dos catedráticos”* (p.04). Esclarecia também que essa associação teve um papel preponderante na criação da FAPESP, em especial os professores Alberto Carvalho da Silva, primeiro presidente da associação e José Reis. Informava também, que o professor José Americano tentou fundar essa Associação de Auxiliares de Ensino em 1936 e que havia até um estatuto, porém não se teve mais notícias dessa tentativa.

Erasmio Mendes explicita que, nos anos de 1964 a 1967, a Associação de Auxiliares de Ensino *“morreu de morte ingloria, porque toda associação que tem estatutos tem uma morte oficial e isso não aconteceu. De qualquer modo, todo conjunto docente da USP ficou órfão em termos de associação”* (p.02). E esclarece mais, *“quando eu deixei a Associação de Auxiliares de Ensino, foi naquele ano dramático de 1968; eu a deixei porque achava que estava exorbitando de minhas funções. Eu convocava as eleições e ninguém comparecia”* (p.09). À página 03, Rocha Barros esclarece sobre uma nova associação.

“mais ou menos nessa ocasião, foi fundada uma associação mais ampla que era chamada Associação Paulista de Professores do Ensino Superior, a APES. Essa Associação, a APES, englobava todos os professores da Universidade do Estado de São Paulo. Não só da USP, mas também da PUC e de outras faculdades privadas. E foi muito interessante. Até meu pai participou da fundação e foi patrono dessa entidade. Teve como 1º presidente um professor da Faculdade de Direito, o Cesarino Jr. e um conselho que era muito grande, um conselho de representantes muito interessante. Desse conselho faziam parte, Simão Mathias, Mário Schemberg, César Lattes, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Duarte, Gofredo da Silva Telles... Vários nomes conhecidos da universidade faziam parte. Essa Associação, a seguir, teve como presidente, depois do Cesarino Jr., o Gofredo da Silva Telles, e naquela ocasião começou a incomodar as autoridades constituídas. Inclusive o Gofredo foi chamado a prestar depoimento no DOPS e na Faculdade de Direito. O próprio Gama e Silva que era então o ministro da Justiça o chamou ao seu gabinete e disse ao Gofredo que essa associação já estava preocupando o governo. Vocês sabem que naquela época havia já um período autoritário muito severo, por volta de 68. Quer dizer, a Associação foi fundada em 68, e, em 69, veio o AI-5. De forma que ela teve a duração de praticamente dois anos. Após o AI-5 ela praticamente entrou em colapso exatamente porque o presidente Gofredo da Silva Telles sofreu essas pressões. Mas o fato é que essas coisas germinariam depois, pois deixaram rastros”.

No que se refere à criação da ADUSP, José Jeremias, um dos entrevistados, informa que era *“no saguão da Faculdade de Filosofia, na Congregação que ia apreciar um documento sobre a morte de Wladimir Herzog, na época professor da USP, que se começou a discutir a Adusp, aliás, não era a Adusp, era a Associação de Professores”* (p. 03). Isto acontecia em meados de 1975. Como a Associação de Auxiliares de Ensino não havia sido extinta como sociedade civil, e como não se convocou eleições para substituir a diretoria anterior, retomaram os estatutos da entidade e, entendendo serem ainda os responsáveis, embora com mandato vencido, tentaram adaptá-la à realidade atual. Assim, convocaram e realizaram uma Assembléia geral da Associação de Auxiliares de Ensino para discutir a Fundação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, no Anfiteatro das Convenções, na Reitoria da Universidade. O professor Crodowaldo Pavan foi indicado para a presidência. Essa diretoria provisória dirigiu a ADUSP por 8 meses. Portanto, a antiga associação de docentes da USP é retomada e em seu lugar viabilizaram a hoje existente ADUSP que,

pelo trabalho realizado junto à categoria docente, influenciam a criação de outras ADs, tendo, portanto, um papel político muito importante. Como exemplos dessa influência, esses professores fundadores da ADUSP tinham notícias de que, nessa época, o amigo e professor Waldemar Saffioti estava viajando pelas cidades do interior de São Paulo, para articular os colegas e fundar uma associação que representasse os professores da UNESP: *“Saffioti fez um trabalho fantástico”* (p.07). Também o professor José Jeremias enfatiza que o reitor da UNICAMP, Zeferino Vaz, ao assinar a ficha de inscrição da ADUSP afirmou: *“vamos fundar uma idêntica em Campinas”*. (p.09).

No contexto autoritário em que vivia o País, na década de 70, cada contratação de um docente, nas universidades, sofria uma triagem ideológica muito grande. Assim, os fundadores da ADUSP entendiam que o principal papel exercido pela associação era impedir a influência dos Órgãos de Segurança Nacional nas contratações de pessoal. A defesa de liberdade acadêmica era a finalidade da ADUSP, naquele momento.

“inibir um processo que estava se instalando na universidade, que é a influência direta ou indireta na contratação de pessoal pela presença do Órgão de Segurança na USP. Nós sempre defendemos que os critérios tinham que ser científicos e culturais e não de ordem política ou de repressão. Essa defesa fundamental de liberdade acadêmica foi claramente assumida pela primeira diretoria da ADUSP”. (p.08)

Quanto à diretriz do sindicato, José Jeremias esclarece que esta deveria apontar no sentido de uma grande frente democrática, portanto, aberta à todas as correntes e tendências políticas, presentes na universidade.

“Era uma linha bem ampla e democrática, uma frente ampla e democrática. Era um espaço democrático que abríamos na Universidade. A ADUSP foi a entidade que quebrou o gelo da ditadura no meio universitário. Foi a primeira entidade que abriu um espaço democrático para todas as correntes políticas, a todas as tendências sem que admitisse, em nenhum momento, instrumentalização partidária. Ela se constituiu inicialmente como uma entidade não partidária, uma entidade cultural. Acho que hoje ela é uma entidade política, com um sentido político, inclusive pelo fato de ser um elemento de destaque, de projeção em todo Estado e mesmo fora dele. Assim, ela foi se politizando, chegando mesmo, num certo momento, a ter uma politização negativa. Segundo Antonio Candido, a entidade teria uma fase de formação, uma segunda de projeção, e, finalmente, uma terceira

de consolidação. Mas na verdade não aconteceu como o Antonio Candido estava preconizando, porque essas fases misturaram-se desde a fundação da entidade. Já a primeira diretoria, a diretoria pioneira, marcou toda uma linha de atuação seguida até hoje. Toda vez que a ADUSP tentou desviar dessa linha, ela se deteriorou, ameaçando desintegrar-se, provocando até um rebaixamento de convivência humana na Universidade. E, durante um certo tempo, decaiu a sua influência frente aos professores, frente ao Estado e à sociedade. Mas, voltando ao início, ela, nasceu numa época muito curiosa. Lembro-me que fomos à reitoria, assim que a primeira diretoria tomou posse. Pavan marcou um prazo e disse para nós comparecermos à reitoria. Naquela ocasião o reitor era Orlando Marques de Paiva. Nós chegamos lá e o Pavan disse ao chefe do gabinete que a entrevista tinha de ser naquele momento. O chefe do gabinete retrucou dizendo que não seria possível. Então o Pavan disse: “Eu vou entrar”. E entrou mesmo. Daí para frente, nós arrombamos as quatro antessalas da reitoria e o reitor deixou de ser uma princesa prisioneira no castelo e passou a conversar com os dragões”. (p.08)

Assim, os professores da USP iam fazendo a sua história e, até hoje, participam ativamente da ANDES SN, contribuindo sobremaneira com o movimento dos docentes do ensino superior.

b.3. ADUNESP, APROPUC

Em meio a toda movimentação político-sindical, ainda em 1976, os docentes da Universidade Estadual Paulista, (UNESP), fundam a ADUNESP — Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista, no dia 14 de outubro.

A UNESP – Júlio de Mesquita Filho – terceira universidade pública paulista, foi criada no dia 30 de janeiro de 1976, pelo então Governador Paulo Egydio Martins e concentra 14 Institutos Isolados de Ensino Superior, até então subordinados ao CESESP (Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo). A título de conhecimento são eles: Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara (1951); Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos (1954); Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília (1957); Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis (1957); Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara (1957); Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Preto (1957); Faculdade de

Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro (1957); Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente (1957); Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca (1962); Faculdade de Ciências Médicas de Botucatu (1962); Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba (1962); Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal (1964); Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (1964); e Faculdade de Música “Maestro Julião”, de São Paulo (1974).

Segundo a Revista Adunesp n° 01, intitulada Resgatando a História e Apostando no Futuro (1996, p. 6), podemos perceber que os problemas dos Institutos Isolados da UNESP são comuns.

“em 68, com a explosão do movimento estudantil, a discussão volta à tona no conjunto das universidades e tudo passa a ser avaliado, desde as questões ligadas ao ensino até a conjuntura política mais ampla. Temeroso dos rumos que a movimentação poderia tomar, o então Governador Abreu Sodré promove o chamado Fórum de Debates.....Mas as coisas não caminham exatamente como prevê Abreu Sodré. Se, no início, as discussões restringem-se a cada universidade, logo passa-se a ver que os problemas são comuns.”

A historiadora Ana Maria Martinez Correa, coordenadora do CEDEM (Centro de Documentação e Memória da Unesp) informa que *“as faculdades do interior começaram a propor uma maior comunicação, que as pessoas se juntassem para discutir em comum os problemas dos institutos isolados”*. Para ela, este é o momento em que começa a nascer a associação dos docentes da futura UNESP. Portanto, cria-se, assim, já na década de 60, a possibilidade de uma associação que agregasse todos os docentes das faculdades que compõem a UNESP.

A idéia de se criar uma associação é apresentada pelo professor Waldemar Saffioti, do Departamento de Química da então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara: *“Somente a organização de uma forte associação dos docentes da Unesp nos dará poder reivindicatório e participação condizente nas decisões da Universidade”* (Revista Adunesp, n° 01, p. 06). O professor Saffioti, considerado o grande incentivador da criação da associação, acaba por realizar reuniões em vários campus universitários. Esclarece Saffioti que nem sempre a idéia divulgada é bem aceita, a exemplo de Araçatuba, onde o diretor revela-se ameaçador: *“Saffioti, você*

está procurando sarna para se coçar, resmunga ele”. (p.07). Já no portão de saída da Faculdade de Odontologia, o professor é abordado por um colega que lhe sussura: “somos favoráveis à formação da Associação, mas o Panain nos proibiu de participar” (p. 07). Em cada campus visitado pelo professor Saffioti vão sendo eleitos os professores que iriam representar a associação dos professores. A referida revista da Adunesp aponta, à página 7, a polêmica que se instaura com a idéia de se criar uma Associação, no sentido de estar definindo se formaria uma única associação de docentes ou uma federação de pequenas associações, saindo vitoriosa a proposta de uma única entidade.

“A primeira reunião conjunta acontece no dia 15/5/76, em Rio Claro. Redigido o projeto de estatuto da Associação, marca-se um assembléia geral para 5 de junho, em Araraquara.

Nas semanas que antecedem à assembléia, uma primeira polêmica se instala: formação de uma única associação de docentes para toda a Unesp ou federação de pequenas associações criadas por unidades (proposta feita pela Associação de Botucatu, a única existente naquele momento). Por escassa diferença de votos, vence na comissão a proposta de fundação de uma entidade única. No dia 5, com a participação de 35 professores, estava fundada a Associação dos Docentes da Unesp”.

Assim, usando as palavras de Nilo Odália, na época professor de História em Assis e segundo Presidente da ADUNESP, essa associação *“nasceu do descontentamento dos professores, ou de um grupo de professores dos antigos institutos isolados do Estado de São Paulo, inconformados com a maneira autoritária e arbitrária como estava sendo conduzido o processo de organização da nova universidade”* (resposta a questionário, jan/1997).

Os nomes que constam da chapa que irá dirigir a Unesp são: Ulysses Telles Guariba Netto, da cidade de Assis, para presidente, Celestino Alves da Silva Jr., da cidade de Presidente Prudente, secretário-geral e Telmo Correia Arraes, da cidade de Assis, para tesoureiro. Todos são empossados no dia 26 de junho de 1976, na cidade de São José do Rio Preto.

Neste mesmo ano, à página 08 da referida revista, constatamos a presença de outros conflitos no interior da Associação, destacando-se o fato da reitoria não reconhecer a existência da AD enquanto entidade representativa dos professores.

“alegando ter descoberto conflito entre o estatuto da Adunesp e o da Unesp, o reitor Luiz Ferreira Martins – o primeiro da universidade – informa à diretoria que poderia receber seus membros na qualidade de professores, mas nunca como representantes da associação. No final de 1976, o Conselho Estadual de Educação recusa-se a protocolar a documentação que comprova a existência da Adunesp. O não reconhecimento legal da Associação pouco influencia seu início e as primeiras batalhas já se apresentam. Guariba relata que os objetivos centrais naquele começo eram: luta pela democratização da Unesp, defesa dos direitos da categoria e discussão do modelo de universidade que se queria para o País. Ele diz que foi a várias universidades públicas de outros Estados para contar a experiência da Adunesp e ajudar a organizar novas associações de docentes. O Congresso da SBPC, em 1977, torna-se um marco neste sentido. Fizemos uma mesa redonda com figuras importantes do meio acadêmico naquele momento, como o Darcy Ribeiro e o Antonio Cândido. Dali, tiramos o compromisso público e as diretrizes para a formação de novas associações, conta o primeiro presidente” (p. 08)

O professor Odália nos informa que o reitor Martins também não levava em consideração a especificidade de cada Instituto, que tinha a sua história e a sua individualidade.

“Martins desconsiderava o fato de que cada um daqueles institutos tinha a sua história e a sua individualidade, atendendo a regiões e públicos bastante diferenciados. (...) O curso de Filosofia de Assis foi transferido para Marília, a maioria dos cursos de Ciências Sociais de Prudente foi extinto, os cursos de Letras e História foram cortados em Marília (...) entre outros casos escabrosos” (p.08)

Entendemos que, apesar da história e individualidade de cada Instituto, os problemas pertinentes a cada um deles deveria ser discutido no conjunto da categoria. No entanto, atos dessa natureza por parte do reitor mereciam ser de fato denunciados, especialmente pela falta de respeito aos estudantes que os freqüentava e que eram, por isso, descartados dos Institutos onde estudavam.

Observamos que cada AD teve o seu momento de luta, presente no contexto vivido pelo País e, embora cada uma tivesse a sua história e a sua individualidade, sofriam as mesmas repressões governamentais e procuravam, à sua maneira, resolver cada qual as suas questões, isto é, as questões da sua categoria. O importante de tudo isso era que a maioria dessas ADs permaneceu confiante na sua luta específica que era consequência do contexto geral, até serem aglutinadas no seu sindicato representativo.

Em 1976, no dia 25 de setembro, é criada a APROPUC-Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em meio a uma mobilização que reivindicava que os salários fossem pagos em dia. A Revista – PUC Viva (1996), nos informa à página 12, dois fatores que levaram à criação da APROPUC, mostrando que o movimento de resistência e de redemocratização do País também passou pela AD da PUC de São Paulo. Essa entrevista foi realizada com o professor e psicólogo Sérgio Vasconcellos de Luna, primeiro presidente da APROPUC.

“O professor Luna entende que a fundação da APROPUC foi motivada por duas circunstâncias. “Só uma delas apareceu e para muitos acabou sendo a determinante. Na época da fundação da APROPUC, aquela repressão violenta tinha afrouxado um pouco. Não tinha acabado. Tanto é que em 77 tivemos a invasão da PUC. As pessoas estavam começando a se reorganizar. Esse momento foi crucial para a fundação da APROPUC mas, em geral, não é lembrado. Essa história de recuperação de poder de crítica, de mobilização, não é considerada. O que é lembrado é o segundo fator, mais pontual. Nós estávamos sistematicamente três meses sem receber os salários. Existe uma lei que proíbe que se passe de três meses de atraso nos salários. O que a universidade fazia? Antes de completar três meses, por exemplo, no final de março, ela pagava janeiro. Antes de completar abril, ela pagava fevereiro”. O medo foi superado e os professores compareciam às reuniões promovidas pela recém-fundada APROPUC. Era um movimento forte e politizado. “Apareciam as tendências políticas e também situações complicadas como as pessoas que não se expunham. Era muito comum ser procurado fora das assembleias, corredores, etc. por professores que tinham uma determinada posição, mas essa posição não era levada para a assembleia. Nós tivemos uma afluência em assembleias que nunca mais foi reproduzida. Nós tivemos assembleias abarrotadas”.

Antes da criação da APROPUC, os docentes receberam um primeiro documento na forma de uma pesquisa, que tinha como objetivo averiguar a possibilidade de se criar uma associação que os representasse.

*“Sr. Professor,
Alguns professores desta universidade estão sentindo a necessidade de se organizarem numa associação de professores da PUC-SP que discuta e encaminhe situações-problemas das mais diversas ordens que nos afetam como professores.
Para isso vimos consultá-lo: 1) Acha você que vale a pena fundarmos esta associação? 2) Você gostaria de fazer parte? 3) Que problemas você indicaria como prioritários? (Revista PUC Viva, 1996, p. 30)*

Assim, somente após o resultado desta pesquisa é que foi criada a APROPUC, num clima de intensa mobilização interna por parte dos professores, que reivindicavam os pagamentos atrasados. Portanto, a APROPUC foi criada em meio a uma mobilização reivindicativa de salários. Lutaram e conseguiram que os salários atrasados fossem pagos. Além dessa questão, a associação recém criada discutia problemas relacionados a outros interesses da categoria, a exemplo da equiparação salarial, hora-aula por contrato, número de alunos por sala de aula, convênio médico, financiamento para a pesquisa, apuração de responsabilidades quanto à situação financeira da universidade, integração da universidade com a comunidade local e o papel do professor com relação à reforma universitária, dentre outras.

O professor Luna fala de algumas pessoas que marcaram presença na criação da Associação, com sua atuação incisiva e determinada.

“Eu lembro particularmente de três pessoas que foram muito ativas, o professor Casemiro, responsável pela fundação do Ciclo Básico, o Marcos Masseto e eu. Todos os dias nós três nos encontrávamos por alguma razão. Reunimos outras pessoas e criamos uma diretoria provisória de uma associação que então seria criada. Eu entrei em contato com uma pessoa-chave no momento de criação, o Alberto Abib Andery, o padre Abib. O Abib foi uma pessoa muito importante nessa situação porque ele sempre esteve ligado ao movimento operário, e através do movimento operário, ele tinha ligação grande com sindicatos. Tanto que foi através do Abib que nós chegamos a uma pessoa fundamental durante muito tempo na APROPUC, o Mário Carvalho de Jesus, advogado da Frente Nacional do Trabalho. Ele era também uma peça-chave, primeiro, porque era uma pessoa adorável, encantadora, fantástica, era uma pessoa “briguenta”, batalhadora, que não tinha medo, enfrentava as situações mas ao mesmo tempo tinha ponderação de um advogado. Foi uma figura fundamental. Apreendi muito com o

Mário, tivemos longas discussões de como conduzir certo as coisas”. (Revista PUC Viva, 1996, p. 30)

O segundo presidente da APROPUC foi o professor Laurindo Lalo Leal Filho, que fala da importância do papel do Ciclo Básico na organização dos professores da PUC de São Paulo.

“Foi fundamental. O grande sustentáculo da APROPUC foi o Ciclo Básico, embora tivéssemos na diretoria, e sempre fizemos questão disso, professores do pós-graduação, da Faculdade de Direito, de Economia, que não tinham vínculo com o Ciclo Básico. O Ciclo Básico foi uma das experiências mais frutíferas do ponto de vista do debate acadêmico, da criação cultural, da discussão do papel da Universidade já feito no País. Ele fez ressurgir a idéia de Universidade como unidade de conhecimento e não um conhecimento fragmentado como é hoje. Com a abertura democrática, aquele papel que ele tinha de consciência crítica, acaba se perdendo, porque o que se discutia no Ciclo Básico, e só nele, só na Universidade e só na PUC, passou a ser discutido amplamente pela sociedade”. (Revista PUC Viva, 1996, p.15)

O professor Lalo explicita também que, naquele momento de grandes discussões em favor da redemocratização do País e das reivindicações dos docentes, havia a necessidade da identificação do professor universitário enquanto um dos muitos trabalhadores brasileiros. Esta identificação era de extrema necessidade para todos os professores, uma vez que o trabalho imaterial realizado por eles não os desqualificava dessa comparação.

“Não havia uma tradição do professor universitário de se colocar como trabalhador. O professor universitário em geral se colocava mais como intelectual. Eles tinham vergonha de fazer reivindicações salariais. O nosso trabalho foi de mobilização para mostrar que tínhamos os mesmos problemas das outras categorias de trabalhadores. Havia uma efervescência política e sindical, tínhamos assembleias numerosas, os professores passaram a se assumir como trabalhadores. Isso resultou até na criação, muito incentivada pela APROPUC, da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) – que hoje é o sindicato dos professores das universidades federais e estaduais. A USP faz parte. Na PUC se concentrou o movimento de criação da Andes”. (Revista PUC Viva, 1996, p.14)

Assim, no final da década de 70, com as intensas mobilizações sociais vividas no País, tais como as greves no ABC paulista, os debates acadêmicos que

ocorriam no interior das universidades e as lutas do movimento operário, a APROPUC tem o seu novo presidente que é o professor Aloízio Mercadante Oliva, que a dirigiu por duas gestões – 1980 a 1984. Mercadante, mais tarde assessor da CUT e Deputado Federal pelo PT, nos informa à página 16 e 17 da Revista - PUC Viva, algumas inovações ocorridas durante as suas gestões na APROPUC, do ponto de vista trabalhista.

“Do ponto de vista trabalhista, na minha gestão, aconteceram inovações interessantes: nós fizemos o primeiro contrato coletivo de trabalho, garantimos estabilidade de emprego para os professores. Instituímos a primeira licença-paternidade na história do Brasil, em 1981, e a primeira licença-maternidade e paternidade extensiva a filhos adotivos, que era uma outra concepção de maternidade/paternidade inovadora e adequada a um país como o nosso. Outra grande contribuição foi a democratização da universidade e a PUC foi a vanguarda no país. Nós fizemos a primeira eleição direta para reitor. Elegemos a professora Nadir Kfoury. Esta foi uma luta da APROPUC. Toda a regulamentação, o voto direto, universal, de todas as instâncias de direção da universidade”.

Assim, na presidência da APROPUC, foram surgindo importantes nomes de educadores tais como o de Maria Luiza Santos Ribeiro, Rui César do Espírito Santo, Zilda Yokoi, Erson Martins de Oliveira e Madalena Guasco Peixoto, sempre na defesa da universidade brasileira, assim como nas discussões sobre o caráter da PUC e sua estadualização enquanto defesa do ensino público e gratuito, melhores condições de trabalho e um projeto educacional para a universidade, dentre outros.

A professora Madalena Guasco Peixoto, atual presidente da APROPUC, esclarece à página 28 da referida Revista porque a APROPUC não participa das atividades da ANDES e sim da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CONTEE.

“temos na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE) um Departamento de Terceiro Grau, onde a APROPUC participa ativamente. A CONTEE representa a rede particular, os professores e também os funcionários administrativos. Além dos professores do terceiro grau, representa os professores do primeiro e segundo grau. Porque entendemos que existe uma luta específica dos professores universitários. A CONTEE, com a participação da

APROPUC, montou um Departamento do Terceiro Grau e ele tem feito encontros nacionais. Já realizamos quatro encontros. E a APROPUC também participa do SINPRO. Hoje, a APROPUC não participa das atividades da ANDES, por entender que ela não tem, no seu espaço, conseguido organizar nacionalmente os professores das universidades particulares”.

Em uma entrevista com a professora Priscilla Cornalbas, da Diretoria da APROPUC-SP, perguntamos como ocorreu o rompimento com a ANDES SN e a resposta foi a seguinte:

“Não houve um rompimento formal, político com a ANDES. Apenas a APROPUC foi deixando de participar formalmente das atividades da ANDES enquanto Associação Docente e tudo isso coincidia com todo um refluxo que havia na PUC. A última participação da APROPUC na ANDES, aconteceu em um Congresso no Rio de Janeiro, em 1988, onde se discutiu a sindicalização da ANDES. Este foi o ponto principal, pois entendíamos que essa discussão deveria ser mais ampla, a nível nacional e que conglomerasse todos os setores educacionais e a ANDES não ampliou o debate. Fez uma discussão mais interna. Em torno dessa época estávamos discutindo a estatização da PUC e enfrentávamos o desgaste de duas greves. Tudo isso era muito difícil na época e a ANDES parecia estar mais preocupada com o movimento docente do ensino público. Hoje nós temos muitos professores filiados ao SINPRO, porque no SINPRO é o professor quem se filia e não a entidade ou a associação docente como na ANDES. Entendemos que o SINPRO representa melhor os professores da rede particular e por isso os professores da APROPUC, em sua maioria, são filiados ao SINPRO, fazendo com que a entidade acabe por ser participante do mesmo”.
(02/04/98)

A APROPUC/SP, portanto, que esteve presente e apoiou a criação da ANDES em 1981, deixou de participar do seu movimento docente a partir de 1988, pelas razões expostas. No entanto, a maioria dos seus professores participa do movimento docente do SINPRO que representa os professores da rede particular de ensino. De certa forma, essa questão de se saber “quem representa o quê”, no movimento dos docentes do ensino superior, é uma questão que sempre perpassou a trajetória do MD e até o presente momento não foi solucionada. Quem sai com prejuízos com essa falta de definição é o próprio movimento docente. De nada adianta se colocar no papel de que uma ou outra associação representa tal e tal segmento sem se consultar

suas bases. O importante é saber se de fato aquela representação teórica ocorre na prática, ou seja, no caso da APROPUC, entendemos que a mesma ainda é filiada à ANDES, pois que não houve um rompimento formal da AD para com o Sindicato, e no caso da ANDES que foi criada para representar todas as IES por enquanto ainda não conseguiu o seu intento o que, convenhamos, é um trabalho árduo, com implicações políticas e que deve ser realizado no dia-a-dia. Corre-se, portanto, o risco de fazer exatamente aquilo que os governantes querem, no caso das universidades públicas ou, então, aquilo que querem os patrões, no caso das universidades particulares, que é a divisão do MD, o que não significa que a divisão não esteja posta. Entendemos que essa divisão, de certa forma, acaba por atingir mais seriamente o MD das escolas particulares que podem ficar com representação em duas associações nacionais de docentes do ensino superior, enfraquecendo a mobilização da categoria. Que a trajetória do MD como um todo mostre, aos seus dirigentes, a necessidade urgente de tal definição para que esse problema seja solucionado. Essa questão deve, necessariamente, ultrapassar os limites de poder de tais dirigentes. Por outro lado seria importante que os três setores da categoria docente do ensino superior - federal, estadual e particular, tivessem a oportunidade de se posicionar sobre essa questão e se definir por sua representação sindical.

b. 4. ADUNICAMP, APUBH, ADUNIMEP

No dia 19 de maio de 1977 é eleita, por unanimidade, a primeira diretoria que iria dirigir por quatro meses a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas, a ADUNICAMP, com a participação de 370 professores. Essa participação foi significativa porque a UNICAMP contava, na época, com aproximadamente 900 professores. Sua primeira diretoria teve como presidente o professor Rubem Alves que, após demitir-se, foi substituído pelo professor José Vitorio Zago. Segundo a Revista Adunicamp – 20 anos de Lutas, Vitórias e Resistência (1997), a primeira crise na ADUNICAMP surge com a primeira greve em maio de 1979.

“na medida em que era ampliado o espaço político, aumentavam as lutas por melhores salários. Na Unicamp, não foi diferente. Os professores realizaram a sua primeira greve em 12 de maio de 1979. Com ela, surgiu também a primeira crise na Adunicamp. O presidente da nova diretoria, Rubem Alves, demitiu-se do cargo por discordar do encaminhamento do movimento. O vice, o professor José Vitório Zago, assumiu a presidência, ficando no cargo até o final do mandato”. (p.7)

À página 6, dessa revista, ZAGO explicita que “o surgimento da entidade tinha tudo a ver com a luta pela queda da ditadura”. As páginas 6 e 7 da referida revista confirmam esta postura combativa da ADUNICAMP que, além dos inúmeros debates sobre as questões políticas e econômicas que afligiam o País, participava juntamente com os movimentos sociais na organização de “Comitês pela Anistia”, no apoio aos Movimentos “Contra a Carestia”, por “Diretas Já”, dentre outros.

“A Adunicamp engrossava as fileiras do movimento geral da sociedade brasileira contra a ditadura. Logo no primeiro ano de atividade, a diretoria procurava ampliar o debate sobre questões que envolviam a conjuntura política e econômica do País. A leitura de cartas abertas, moções de apoio e comunicados já fazia parte das pautas de reuniões e assembléias. O Boletim da Adunicamp, lançado em novembro de 1978, discutiu temas como liberdade partidária, movimento sindical, eleições, solidariedade à Nicarágua. Em novembro de 1979, a Adunicamp ajudou também a organizar a Seção Campinas do Comitê Brasileiro pela Anistia. Além disso, manifestou seu apoio ao Movimento Contra a Carestia, de Campinas – que deu origem à Assembléia do Povo -, e demonstrou a sua solidariedade ao Movimento Negro e aos metalúrgicos do ABC que estavam em greve, entre outros exemplos”.

Segundo a Revista ADUNICAMP (1991), no momento da realização do III Encontro Nacional dos Estudantes que marcaria a reconstrução da União Nacional dos Estudantes – UNE, nas dependências da PUC de São Paulo, o Coronel Erasmo Dias invade a PUC e destrói parte de suas dependências, além de prender muitos estudantes e professores. Este ato fez com que várias entidades tais como o Centro de Estudos da Religião, APROPUC-SP, FGV, ADUSP, ADUNICAMP, Comissão de Justiça e Paz, Movimento Feminino pela Anistia, dentre outras, encaminhassem ao Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, uma carta de protesto contra o mesmo, explicitando claramente que eram contrários à onda de terror implantado no País, pelos militares. No

momento em que as universidades eram invadidas, depredadas e saqueadas nos seus arquivos e os seus funcionários eram golpeados e mortos, a sociedade brasileira era a mais atingida com tudo isso. Dessa forma, era imprescindível a organização de todos os envolvidos e a luta pelos direitos do cidadão. Mais que isso, era necessário não se intimidar. Era necessário resistir.

“O Direito de nos Organizarmos

Senhor Ministro

(...) Acontecimentos recentes em diversos pontos do País têm configurado uma verdadeira escalada de violências contra a Universidade brasileira. (...) Confrontos como esses (...) têm-se repetido, culminando, agora, nos episódios que envolveram, em São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica, a Universidade de São Paulo e a Fundação Getúlio Vargas. Em alguns casos ocorreu a interrupção forçada das atividades universitárias por meio da coação, da intimidação e do bloqueio físico; em outros a desocupação compulsória das dependências escolares, como na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; em outros, ainda, como na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - o mais grave de todos-, a invasão brutal, a devassa de arquivos administrativos e de bibliotecas, a depredação indiscriminada, a detenção em massa de alunos espancados e feridos, retirados à força, até mesmo de salas de aula. (...) Assim, Sr. Ministro, temos que, de longa data, a admissão de pessoal docente nos estabelecimentos de ensino superior vem sendo objeto de triagem e de controle “ideológico”, segundo critérios, na maior parte dos casos, mantidos em segredo e ignorados por suas vítimas. De longa data também, sobre a atividade intelectual e artística e sobre a produção nestas áreas pesa uma censura cujos caminhos tortuosos fazem supor a presença do arbítrio e da ignorância. Ameaças veladas ou abertas, coações diretas ou indiretas, anunciam sempre para todos nós a possibilidade de, a qualquer momento, podermos ser vítimas de violências físicas e morais, como as que agora ocorreram. (...) Assim, estreitaram-se de tal forma os limites dentro dos quais nos movemos enquanto cidadãos e enquanto intelectuais, que o pensamento livre e sua expressão, o direito de nos organizarmos - professores ou estudantes - para promover nossas idéias, a crítica mais elementar, correm o risco de receber o rótulo de contestação, ou, efetivamente o recebem.

Senhor Ministro, nenhuma vida universitária autêntica, rica e produtiva é possível sob estas condições. Toda afirmação legal e formal de autonomia para as universidades torna-se fictícia quando uma atmosfera de intimidação se abate sobre o campus, fazendo certos reitores descerem da dignidade funcional para se dobrarem diante de circunstâncias opressoras, forçando outros a

enfrentarem com seus frágeis recursos violências inomináveis, colocando a todos - professores e alunos- sob a suspeita de delinquência subversiva. (...) Para nós, em síntese, a vida universitária, e a vida intelectual de um modo mais amplo, partes integrantes da vida de uma nação que desejaríamos fosse efetivamente feita por todo o povo, não é possível. É disso que precisamos e é isso que buscamos”. (p. 21)

Esta carta foi transcrita na Ata da Assembléia Geral da ADUNICAMP, em 29 de setembro de 1977 e mostrou a truculência do poder e o desrespeito à dignidade pessoal e profissional dos professores e estudantes.

Portanto, juntamente com esses movimentos na área da educação, também foram-se formando outros movimentos populares, que muito contribuíram para elevar o grau de consciência política da população brasileira.

No final da década de 70, período em que a transição da ditadura para a chamada democracia vislumbrava o ressurgimento das entidades sociais e a rearticulação dos movimentos sociais, fruto das grandes conquistas da sociedade civil, é que surge mais uma AD, a APUB, depois APUBH. Segundo Andréa Casa Nova Maia e Willian Menezes, que estão escrevendo a história da APUBH, o professor e Dr. Virgílio Baião informa que, antes da criação da referida AD, ocorreram outros grupos que procuravam se articular e organizar a sua categoria, a exemplo do Grupo de Estudos Médicos. Porém, muitas foram as dificuldades para se realizar tais encontros, que tinha como objetivo organizar as pessoas, dado o clima autoritário instalado no Brasil, naquele momento. Tudo era proibido, relata o professor, até o ato de rir.

“Minas Gerais criou um Movimento de Médicos que inicialmente se chamou Grupo de Estudos Médicos. O coordenador é o atual prefeito Célio de Castro. A finalidade inicialmente era a criação de um grupo de debate, mas que, naquele momento, reunir um grupo de médicos para discutir problemas da saúde pública no Brasil, ouvir uma conferência sobre um determinado assunto, se revestia de um caráter político. O simples fato de você organizar as pessoas se tornava importante... Num período um pouco anterior...68, 69, rir era um ato político da maior importância. Foi essa a grande descoberta do Pasquim. O Pasquim chegou a vender 250.000 exemplares...A gente ficava esperando na banca o Pasquim chegar e você pegar e procurar o Henfil, o Cláudio, o Ziraldo, o Jaguar... todos os humoristas que estavam ali reunidos.... O Henfil de uma maneira especial. E rir era uma

coisa importante. E nesse segundo momento, organizar as pessoas de alguma forma..... passa a ser uma coisa importante. Se organiza médico, cria um grupo de discussão..... cria um grupo de Desenho. Criou-se o Grupo Mineiro de Desenho”...(MAIA e MENEZES, 1998, s/nº)

Informou-se também que aconteceram várias tentativas de formação de outros tipos de associações, inclusive uma entre 1949, 1950 e que foi a “*Associação dos Licenciados de Minas Gerais, criada para a defesa dos interesses dos formados pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas em seus cursos de licenciaturas*”. No entanto, as que vingaram acabaram por esvaziarem-se. O presidente dessa associação foi o professor Emérito Pedro Parafita de Bessa.

No que se refere à APUBH, MAIA e MENEZES esclarecem que ocorreram dois fatos importantes que motivaram a criação da mesma, muito embora alguns professores considerem apenas um desses fatos em detrimento do outro. A ameaça de agressão a um professor da PUC e a invasão da Faculdade de Medicina da UFMG, por policiais militares.

“Nas falas dos professores que vivenciaram a experiência de fundação da APUBH, é comum apresentarem-se dois fatos distintos como motivadores imediatos das ações constitutivas: A invasão da Faculdade de Medicina da UFMG por policiais militares e a ameaça de agressão a um colega professor da PUC. Estes fatos ocorreram nos meses de maio e junho de 1977. É interessante que, nas memórias individuais, eles aparecem separadamente. Quer dizer, para alguns entrevistados, a ênfase se dá no primeiro, esquecendo-se o segundo. E, para outros, a questão se inverte(....). O episódio da invasão da Faculdade de Medicina por tropas militares deu-se no dia 04 de junho. O regime militar havia declarado ilegal a pretensão estudantil de realizar o III ENE – Encontro Nacional de Estudantes, em Belo Horizonte. Tal encontro, tendo como objetivo a definição de um plano de lutas e organização para o Movimento Estudantil, constituía-se, portanto, em afronta à política do governo militar. Assim, no momento em que este se iniciava, as dependências do Campus Saúde foram tomadas pelos militares e todos os participantes do encontro foram presos. (....). O segundo fato apresentado como motivador da fundação da entidade ocorreu, na verdade, no mês anterior à tentativa de realização de III ENE.

É o chamado caso Palhano. O Professor Palhano era docente da PUC e técnico da UFMG. O episódio marcante na fala dos entrevistados, constituiu-se numa ameaça, seguida de agressão física ao Professor, feita por integrantes dos órgãos de repressão vigentes. Ele deve ser compreendido, portanto, dentro de uma realidade de reação ao controle político e ideológico da Universidade e de seus integrantes que vinha desde a implantação do regime militar”. (MAIA e MENEZES, 1998, s/nº)

A história da APUBH, contada por MAIA e MENEZES, esclareceu, portanto, que foram esses os grandes fatos motivadores da criação da associação dos docentes da UFMG, demonstrando, assim, que o governo militar estava atento às mobilizações dos estudantes e dos professores. O caráter desses encontros e dessas mobilizações era claro para o regime da época. Significava não apenas afrontas ao seu poder constituído, mas, sobretudo, deixar claro que não tinham medo da força militar e que estavam dispostos ao enfrentamento no âmbito das idéias, por meio de suas organizações. É evidente que o poder da época sabia que nenhum estudante ou professor tinha cassetetes ou outro tipo de arma com que pudesse enfrentá-los. Portanto, tinham que combater as organizações que poderiam, futuramente, estar contribuindo para a sua derrocada do poder e, perder o poder não estava no programa do regime militar.

Assim, no dia 25 de junho de 1977, os docentes da UFMG criam uma associação docente que, além de representá-los, representaria também os docentes das outras universidades de Belo Horizonte, daí a origem do nome APUBH. Seria uma associação de professores universitários. Esta AD teria, para dirigi-la, uma Comissão Executiva, composta pelos professores Fábio Wanderley Reis, José Geraldo D'Ângelo, João Antonio de Paula, José Milton Santos, Judas Tadeu Soares Faria, Virgílio Baião e Letícia Malard. Na primeira eleição de sua diretoria executiva, a APUBH teve como presidente o professor João Machado Borges Neto. (op. cit. p. s/nº). Atualmente a APUBH representa apenas os professores da Universidade Federal de Minas Gerais.

Dentre todos os históricos recebidos das ADs, este, da APUBH, demonstra-nos que esta associação de docentes é a única que teve esta vasta representatividade de filiados das várias universidades belohorizontinas. Isto significa a grandeza daqueles professores em procurar abarcar o coletivo da categoria universitária,

numa luta conjunta, unificada, coesa e forte. No entanto, a prática tem mostrado que, muitas vezes, os interesses dos professores das escolas públicas, não são os mesmos dos das escolas particulares, a exemplo da PUC/BH, que estava inclusa nessa associação de professores. Não obstante, isso não impossibilitaria que as reivindicações de cada universidade fosse encaminhada e tratada no seu conjunto pela associação. Seria esse exemplo da APUBH em acolher na sua associação todos os professores universitários de Belo Horizonte, um tipo de experiência que muitos gostariam de conhecer, na prática, caso a mesma tivesse vingado. No entanto, o fato da APUBH representar, hoje, apenas os professores da UFMG não exclui o mérito com o qual foi inicialmente criada.

No dia 19 de novembro de 1977, os docentes da Universidade Metodista de Piracicaba criam a ADUNIMEP – Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba.

Segundo informações da ADUNIMEP/1998, inicialmente a Associação contou com uma Diretoria Provisória que deveria dirigir a associação até o dia 30 de abril de 1978. O seu primeiro Presidente foi o professor do Departamento de Economia, Barjas Negri, que também é escolhido para a gestão seguinte. Os objetivos da criação da ADUNIMEP, naquele momento, segundo informes de sua Diretoria foram:

“1. Constituir-se independente e autônoma em relação à estrutura administrativa da Unimep; 2. Estabelecer intercâmbio científico, cultural, social e organizacional entre os docentes da Unimep, promover a interação de professores, técnicos, administradores e estudantes; 3. Posicionar-se perante os problemas gerais e permanentes da vida universitária; 4. Empreender uma participação ativa, crítica e permanente da vida universitária; 5. Contribuir para o estabelecimento de ligações permanentes e vínculos organizacionais com associações congêneres; 6. Atuar no sentido de reconhecimento e valorização do professor como profissional para que tenha melhores condições de trabalho, incluindo: Fixação do número de alunos por classe; Apoio didático: biblioteca compatível com os programas ministrados, material escolar adequado ao exercício da atividade; Infra-estrutura departamental para o exercício das atividades extra-classe; Condições para o estudo e pesquisa, ajuda de pós-graduação, verbas para pesquisa, ajuda de custo para participação em congressos, publicações, etc.; Intercâmbio e convênio com outras universidades do país e exterior; Estruturação de carreira universitária”. (1998)

A carreira docente que existe hoje na UNIMEP, é fruto da luta empreendida pela associação docente desde a sua criação. Atualmente, por seu Presidente Professor Milton Schubert Souto, a ADUNIMEP mobiliza a sua categoria por melhores condições de trabalho, melhores salários, valorização do trabalho acadêmico extra-aula, menor número de alunos em sala de aula, eleição direta para todos os cargos na Universidade, participação nos movimentos sociais, defesa do ensino público e gratuito para todos, dentre outros.

A ADUNIMEP conta, hoje, com 371 professores associados, tornando-se Seção Sindical da ANDES SN em 1990. Esta *“Associação procura cumprir da melhor maneira o papel de dirigir, organizar, representar, defender e ser importante instrumento de luta da categoria”*, (informes da Diretoria da UNIMEP, 1998) participando ativamente das lutas do Sindicato Nacional.

b.5. ADUFES, ADUnB, ADFM, APRUMA,ADUFEPE, ADUFU

Em 1978, são criadas mais quatro Associações de Docentes Universitários: A ADUFES - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo, a ADUnB - Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, a ADFM - , Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina de Marília e a APRUMA - Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão. Vejamos cada uma delas.

A ADUFES, criada no dia 21 de maio, na cidade de Vitória, Espírito Santo, explicita no seu livro de Atas os principais motivos que culminaram com uma Assembléia de criação da AD.

“Para explicar aos senhores professores presentes os motivos que culminaram com esta Assembléia de fundação da Associação, foi convocado o professor Paolo Nosella, o qual leu e deu explicações do texto distribuído aos professores da UFES por ocasião da convocação, escrito nos seguintes termos: Professores de diversos Departamentos da Universidade Federal do Espírito Santo, sentiram a necessidade de se criar aqui uma Associação de Professores, autenticamente representativa, a

exemplo das que existem em outras Universidades. Três reuniões preliminares foram feitas de maneira informal, inclusive aquela na qual a presente proposta foi formalizada. O objetivo dessas reuniões preliminares foi a própria fixação de uma proposta a ser discutida pelo maior número possível de professores, pois, embora a necessidade de uma Associação de professores fosse sentida, era preciso aclarar as linhas do que realmente se pretendia. Desses debates resultou este projeto inicial que se oferece como ponto de partida, absolutamente aberto à discussão livre de todos os colegas”. (Livro de Atas, p. 1^A)

As manifestações que se seguiram por parte de alguns professores sinalizam para nós que a criação da ADUFES não deveria estar ligada à criação das ADs de outras Universidades, mas que fosse fortalecida independentemente dessas ligações ou vinculações com outras Associações, mesmo sendo elas do mesmo gênero, tendo os mesmos problemas e as mesmas condições de ensino e pesquisa. As características da ADUFES foram questionadas pelos professores presentes e ficou estabelecido que estas seriam discutidas no ante - projeto dos Estatutos da mesma.

Após três dias da criação da ADUFES, portanto, no dia 24 de maio de 1978, na cidade de Brasília, Distrito Federal, é criada na Universidade de Brasília, a ADUnB-Associação dos Docentes da Universidade de Brasília.

Segundo a fala do professor Vladimir Carvalho, no livro *Sonho e Realidade*, (ADUnB, 1994), os professores tinham imenso receio quando se discutia a possibilidade de se criar uma AD.

“chega a ser engraçado o medo que as pessoas tinham da idéia de se criar uma associação. Nas reuniões dos anfiteatros, muitos ficavam de longe, desconfiados, querendo entrar, mas receosos das conseqüências que isto poderia trazer para suas carreiras.(...).O Climério descia até o quadro-negro, discretamente, e escrevia uma letra: S, por exemplo. Depois, à medida que a reunião continuava, ele ia acrescentando outras: A, Ç, ã, O, até formar a palavra ASSOCIAÇÃO”. (p.39)

Apesar do autoritarismo da Administração Central da UnB, em especial quando os professores cogitavam em criar uma associação docente, outras reuniões de professores e alunos foram acontecendo, tal é o exemplo da assembléia sobre o Dia Nacional de Luta, realizado pelos estudantes da UnB em favor da anistia ampla, geral e

irrestrita para os presos políticos e por liberdades democráticas, na praça Edson Luiz. Esta praça leva este nome em homenagem ao estudante Edson Luiz.

“Na noite de 24 de maio de 1978, uma quarta-feira, 115 professores firmaram a ata que, um ano e cinco dias após a histórica manifestação estudantil do Dia Nacional de Luta na praça Edson Luiz, fazia nascer oficial a ADUnB, a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília. É claro que a ADUnB não nasceria sem alguns contratempos pitorescos, com a marca da ingenuidade que invariavelmente acompanha movimentos sociais dessa natureza, em que o indivíduo funde-se naturalmente com o coletivo. Apesar de tantas reuniões e assembléias ocorridas ao longo do ano anterior, poucos os presentes no auditório do Palácio do Comércio naquela noite tinham grande experiência formal de condução de eventos com solenidade daquele ato fundador. Para abrir a assembléia, a opção fluiu naturalmente para a liderança sempre discreta de um veterano de lutas populares, intelectual com reconhecida presença nos meios acadêmicos e culturais nacionais, que tinha estado na luta pela criação da ADUnB desde a primeira hora e a primeira palavra de ordem: o professor Vladimir Carvalho. Sempre o militante, Vladimir reconhece ainda hoje que se viu, além de fortemente emocionado, um pouco perdido diante da solenidade que a ocasião exigia e que incluía a responsabilidade de conduzir a discussão e votação do estatuto que daria vida à entidade. Lembrou, então, que havia naquela sala um colega com experiência suficiente na condução desse tipo de evento, pois presidira, nos anos 60, o grêmio da faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo – com participação na “greve do terzo”, cuja reivindicação fundamental era a participação dos alunos em 1/3 da representação nos colegiados -, o professor João Cláudio Todorov, do departamento de Psicologia. Vladimir, portanto, após as palavras singelas da abertura de praxe, chamou, em nome dos presentes, o professor Todorov para presidir aquela assembléia histórica”. (Sonho e Realidade, 1994, p.56-57)

O professor Todorov afirmou, ao dirigir a assembléia de criação da ADUnB, que : *“a emoção era forte; creio que todos, ainda que não muito conscientemente, tinham a exata noção do momento fundamental que estávamos vivendo”* (ADUnB, p.57). O primeiro presidente da ADUnB foi o professor Fausto Alvim Júnior, do Departamento de Matemática. Um dado interessante a observar é que esse professor recebeu o diploma número um da UnB e foi o primeiro presidente da Associação dos Ex-Alunos da UnB.

“O professor Fausto Alvim, prematuramente falecido, era um matemático considerado brilhante, com uma formação humanística ampla que o levava, inclusive, naquele momento de sua vida profissional, a participar da equipe da Fundação Pró-Memória, que realizava trabalho notável de recuperação e preservação de alguns dos traços mais marcantes da cultura brasileira. Além do mais, recebera o diploma nº 1 da UnB, pois fora o primeiro aluno a nela se formar (talvez para confirmar esse seu pioneirismo, essa sua vinculação histórica tão estreita com a UnB, o professor Fausto Alvim alguns anos mais tarde seria também o primeiro presidente da Associação dos Ex-Alunos da Universidade de Brasília, de atuação marcante em outro episódio de luta pela democratização da universidade; este é porém, assunto para mais tarde) (p.60-61)

A UnB foi uma das universidades que mais sofreram a repressão da época, não só por estar nas proximidades dos Ministérios (Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado Maior das Forças Armadas, dentre outros) e do Palácio do Planalto, sede do governo, mas também porque a repressão não perdoava nenhuma universidade, nenhum foco de organização, por entender que no seu interior estava instalada a resistência aos ditames da ditadura. O livro *Sonho e Realidade*, BSB, 1994, descreve o resultado da crise que se iniciou em 1964.

“a crise iniciada em 64 seria agravada no ano seguinte com a demissão de mais de 200 professores; a ela se seguiria uma nova invasão policial do campus em 67, tudo culminando com a repressão de 68 que, além da clandestinidade e posterior eliminação do maior líder estudantil daquele tempo, Honestino Guimarães, resultou na imposição de um representante militar na vida da UnB: o capitão-de-mar-e-guerra e doutor em Física pelo Massachusetts Institute of Technology José Carlos de Almeida Azevedo, feito seu reitor. Apesar da ostensiva vigilância policial, talvez embalados pelos ares da propalada distensão do governo Geisel, o que os estudantes não podiam imaginar era a reação que teria o já então reitor José Carlos Azevedo, nos dias seguintes ao 19 de maio de 1977. Foram suspensos 16 alunos identificados como líderes das manifestações do Dia Nacional de Luta: Rocine Castelo de Carvalho, presidente do Diretório Universitário, e Flávio Alberto Botelho, presidente eleito na semana anterior, receberam 29 dias; os outros 14, dez dias. O ato da reitoria, com as punições, foi divulgado em 30 de maio. Na manhã de 31, reunidos em assembléia no anfiteatro 9, no Minhocão, os estudantes entraram em greve, por tempo

indeterminado, em apoio aos colegas atingidos e reivindicando a anulação das suspensões. Decidido a quebrar a greve pela força, o reitor solicitou a presença da Polícia Militar, que já no dia 2 de junho está colocada em pontos estratégicos, nas ruas de entrada do campus, enquanto militares á paisana, infiltrados, circulam pelos corredores da universidade”. (p.16-17)

A criação da ADUnB foi, portanto, muito difícil, por sua presença no centro de poder militar da época. Foi um ato de bravura dos professores da UnB porque o campus era controlado por militares, desde a entrada até a reitoria, significando que o autoritarismo estava presente na universidade, não possibilitando a mínima ação alternativa. Além da resistência dos professores, a própria situação presente na academia, no que se refere à contratação de professores visitantes, contratados e colaboradores, era também objeto de luta da associação que até os dias de hoje tem oferecido grande contribuição para o crescimento do MD do 3º grau.

Quase dois meses após a criação da ADUFES e da ADUnB, é criada na FAMEMA-Faculdade de Medicina de Marília a ADFM-Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina de Marília, portanto, no dia 18 de julho. Segundo o seu Estatuto, a ADFM tem como objetivos principais:

“defender os direitos, interesses e prerrogativas de seus associados; promover maior convívio e conagraçamento entre os associados; incrementar e promover o estudo e a cultura médica e a sua aplicação em prol dos discentes da Faculdade de Medicina de Marília; pugnar pelas medidas que visem beneficiar o ensino médico no País; promover intercâmbio e efetiva colaboração com organizações congêneres; representar seus associados perante os órgãos diretivos da Faculdade de Medicina de Marília, os poderes públicos em geral e outras entidades congêneres; desenvolver obra assistencial aos seus associados em qualquer setor em que se torne necessário e na medida de seus recursos; e como objetivos acessórios a Associação poderá ter atividades sociais recreativas e esportivas”.

A primeira diretoria da ADFM, teve como presidente o professor Antonio Napoleão dos Santos.

Nesse ritmo de fundação das ADs é criada a APRUMA – Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão, na cidade de São Luís, Maranhão, no dia 1º de dezembro de 1978, na

sala dez do bloco “E” do Campus Universitário do Bacanga, às vinte horas, na presença de 189 professores, segundo o Diário Oficial de 9 de maio de 1979, páginas 2 e 3. No Regimento da APRUMA não constam os nomes dos professores que compuseram a sua primeira diretoria, mas sim, o número dos seus diretores, quais sejam: sete membros diretores, um Conselho de Representantes composto por um número proporcional de associados de cada Departamento Acadêmico e do Colégio Universitário, um Conselho Fiscal composto por três membros e pela Assembléia Geral como órgão de deliberação máxima da entidade.

Por falta de outras fontes sobre a criação dessa e de outras ADs, não pudemos registrar outros fatos que certamente estão presentes na história das mesmas.

No ano seguinte, em 1979, mais duas ADs são criadas: Trata-se da ADUFEPE-Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 26 do mês de março na presença de 176 professores, sendo o Ante-Projeto do Estatuto da associação discutido por mais quatro sessões em uma Assembléia Permanente. Houve muitas discordâncias e discussões por parte de professores a respeito da criação da ADUFEPE que, por fim, acaba por se chegar a uma definição favorável à criação da Associação.

O livro de LITHG (1989) traz a fala de um professor entrevistado que, logo no início da fundação da AD, encontrava enormes dificuldades na condução do movimento docente na Universidade, dado o fato de aflorarem, naquele momento, várias tendências políticas, cada qual com suas opiniões.

“Divulgamos pelo jornal, divulgamos por panfletos, pessoalmente. A reunião foi assim, aparentemente, um caos porque era a opinião das mais variadas tendências, uns visivelmente dirigindo a reunião, digamos assim, para que a ADUFEPE fosse um Sindicato, ou embrião de Sindicato, outros visivelmente querendo torpedear, portanto, achando desnecessário uma Associação, desde que já havia canais como Departamentos etc. para manifestação dos professores e um grupo tentando sustentar a coisa para que pelo menos a Associação se formasse e depois daí é que a briga começasse. Quer dizer, a gente tentou evitar na verdade que a coisa abortasse ali. Depois, então, seria outro problema a gente discutir os rumos, discutir os estatutos”. (p. 105)

Alegavam alguns professores que, após vinte anos sem poderem abrir a boca e por ser a UFPE uma Universidade fechada até mesmo na sua estrutura física, era natural que tudo aquilo - as discordâncias de opiniões - acontecessem naquele momento.

Segundo depoimentos fornecidos a Lithg, no livro *Convencer Vencer. A Dimensão Pedagógica no Movimento Docente na UFPE*, (1989, p. 96-98), vários professores que atuam no MD, hoje, já haviam participado da JUC e de movimentos sobre cultura popular e entendiam que o movimento docente era uma continuação dos mesmos, significando, essa atuação, uma coerência política. Informavam também que o movimento docente era uma forma de suprir um dinamismo que a universidade não oferecia por ser burocratizada e sem criatividade.

A ADEFEPPE participa efetivamente junto ao Sindicato Nacional, em favor das reivindicações e lutas da categoria.

Ainda em 1979, no dia 18 de agosto é criada, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, a ADUFU - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia, no Anfiteatro do Campus Umuarama, Jardim Umuarama, atendendo convocação de uma Comissão Organizadora, composta por um professor de cada Centro da Universidade. Foi convidado para presidir a Assembléia Geral de Fundação da Associação o professor Carlos Afonso Rego, vice-presidente da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte, que enfatiza como item primeiro *“que a criação de qualquer organismo associativo nos moldes do que neste momento está nascendo é uma recomendação da Coordenadoria Regional das Associações de Docentes”*. (Ata de Fundação da ADUFU, p. 2)

A diretoria provisória ficou definida com professores dos três Centros: CEHAR-Centro de Ciências Humanas e Artes - Márcia Viana (Economia); Luiz Leite M. Oliveira (Psicologia); Edna Rezende (Administração). CEBIM- Centro de Ciências Biomédicas - Rodolfo Pereira Mendes (Ciências Biológicas); Anael A. Santos (Medicina Veterinária); Aldemar G. Duarte (Odontologia). CETEC- Centro de Ciências Tecnológicas - Claudionor Cruz (Engenharia Mecânica); Celso Franco Gouveia (Engenharia Civil) e Luiz Alberto Salomão (Ciências Exatas).

A história de criação das ADs nos demonstrou até o presente momento que, no universo das ADs pesquisadas, algumas são criadas sem o caráter político-sindical como elemento primordial e, sim, um caráter cultural e social. No entanto, é

preciso que se entenda, mais uma vez, que nesta época de muita repressão, grande parte dos movimentos de resistência estão presentes no campo da cultura.

A transformação para o caráter político-sindical vai acontecendo aos poucos, em especial às do início da década de 60, fruto do trabalho de alguns professores que viam essa urgência, ao mesmo tempo em que vão se criando novas ADs em outras Universidades.

Apesar de algumas ADs terem-se constituído tendo suas chapas apoiadas pela reitoria de suas Universidades, as idéias da criação da maioria das ADs não surgem de forma isolada do contexto social.

Em entrevista realizada com o professor Agamenon de Almeida, da ADUFC -Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará e um dos fundadores da ANDES SN, o mesmo esclareceu que as primeiras lideranças se encontravam nas reuniões da SBPC e lá discutiam a criação das ADs.

“havia reuniões da SBPC- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-antes de 1979. Alguns professores apresentavam trabalhos nessas reuniões e lá, grupos de professores se encontravam e discutiam questões relacionadas às Universidades e saía a idéia de se criar as AD's . Algumas foram existindo na linha recreativa e cultural” (sede do Sindicato Nacional, BSB/DF, 9/5/96)

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, criada em 1948, visava melhores condições de trabalho para os cientistas e para o progresso da ciência. Conforme citação que segue, a SBPC foi

“fundada por um pequeno grupo de eminentes biólogos, muitos dos quais continuam ativos na sociedade e controlam seu crescimento e sua esfera de ação A SBPC esteve consciente da fragilidade das condições de trabalho dos cientistas e do desenvolvimento da ciência. O maior objetivo da SBPC era contribuir para a melhoria de tais condições e para o progresso da ciência no Brasil. Contudo, a SBPC estava consciente da particularidade da ciência num País de Terceiro Mundo, sua fragilidade diante do poder político, como algumas experiências no passado demonstraram e a experiência da ditadura militar brasileira viria reforçar”. (FERNANDES, 1990, p. 73)

Por outro lado, a SBPC teve um papel importante na reorganização dos educadores, principalmente a partir de 1970, abrangendo também outros setores sociais. No entanto, essa importância referida à sociedade apenas se torna efetiva,

“quando deixaram de ser eventos que só diziam respeito aos professores universitários e pesquisadores, abrangendo também outros setores da sociedade, uma vez que esse era um dos poucos espaços que permitiam a expressão das opiniões públicas e propiciava o livre debate da sociedade civil. Na década de 70, em consequência do movimento estudantil de 68 e outros fatos que marcaram essa época, a situação educacional brasileira foi particularmente debatida. Mas, os movimentos restringiam-se muitas vezes, ao protesto diante da maneira autocrática de reformar o sistema educacional adotada pelo regime militar”.
(GADOTTI, Revista ADUSP. 20 anos, 1996, p. 15)

Assim, na década de 70, a SBPC já com 22 anos de existência e portanto de experiência em prol da ciência e da pesquisa no Brasil passa a ser, também, o ponto de referência, o local de encontro em que alguns professores universitários discutiam a criação do seu sindicato nacional e apontavam, dessa forma, as futuras lideranças do MD do 3º grau. Mais tarde, mesmo com a criação da ANDES, os professores universitários continuam a participar da SBPC reforçando, sobremaneira, o MD. A SBPC teve, dessa forma, um papel considerável, enquanto espaço para a articulação do MD e, conseqüentemente, enquanto espaço de discussão para a criação do sindicato nacional dos docentes universitários.

Portanto, nas Universidades em que o processo de criação das ADs ou não existia ou era precário, esses professores que participavam da SBPC utilizavam esse espaço para os seus contatos e discussões e estimularam, de certa forma, a criação das ADs que, em sua grande maioria, foram criadas num momento histórico-social bastante conturbado e de muita perseguição e repressão. A citação abaixo, do professor Agamenon de Almeida, da ADUFC, reforça esta perseguição política e a triagem ideológica, fortemente presente nas universidades brasileiras

“Entre 68/74, com o chamado “Milagre Econômico”, os recursos para a educação caem. A repressão nas Universidades é muito grande. Até em torno de 1980 tivemos “segurança e

informantes” nas Universidades (em geral, um militar reformado). Éramos obrigados a preencher uma ficha Modelo 14, que era o controle deles. Todos tinham que preencher”. (sede do Sindicato Nacional, BSB/DF, 9/5/96)

Tratava-se de mais um serviço de informação, criado no regime militar e que se estendia por longo período. O Estado autoritário necessitava, a qualquer custo, consolidar-se. E o custo foi muito alto. A exemplo, em 1964, o relato do livro “Brasil Nunca Mais”, (1985) ratifica o que acabamos de afirmar.

“O Ato Institucional de 9 de abril, que deveria ser único e acabou sendo o primeiro de uma série, editado seis dias antes da posse do General Castello Branco, deixou bem claro: A Revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. (...) O balanço inicial foi de 378 atingidos: três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de Estado; dois senadores; 63 deputados federais e mais de três centenas de deputados estaduais e vereadores. Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram-se cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas”. (p. 61)

Em meio aos diferentes fatos registrados, como consequência dos Atos Institucionais mencionados, que autoritariamente cassavam parlamentares, colocavam em recesso o Congresso Nacional, dentre outros, é que iam acontecendo as mobilizações sobre a criação das ADs .

Neste contexto, o movimento dos trabalhadores assalariados toma pulso e passa a se organizar, apesar das grandes dificuldades existentes. Ocorre a criação da CUT-Central Única dos Trabalhadores, além de outras manifestações populares que eram organizadas com o objetivo de reivindicar os seus direitos básicos, tais como a saúde, educação, habitação e, ao mesmo tempo, se defenderem da repressão militar. BRANT (1983 p. 13) esclarece-nos que a maioria dos movimentos sociais que conseguiam organizar-se, acabavam ficando apenas na defensiva, dada a extrema vigilância e repressão governamental.

“a maior parte dos movimentos populares atuais foi organizada de forma defensiva. Depois de destruídos ou subordinados os

movimentos existentes antes de 1964, houve uma extrema vigilância do governo para evitar o surgimento de novas organizações populares. Contra as lideranças, novas ou antigas, acionou-se inúmeras vezes a Lei de Segurança Nacional, além da brutal repressão extra-legal dos órgãos de segurança que chegava facilmente às torturas e aos assassinatos. A ação repressiva tinha duplo papel: de um lado, disseminava o terror, através de castigos exemplares aos opositores do regime; de outro, dificultava a articulação entre pessoas e grupos interessados nas lutas populares”.

O movimento dos docentes também se organiza e cresce participando de todas essas mobilizações e combatendo todas as formas de repressão dentro e fora das universidades. As palavras do professor Carlos Eduardo Malhado Baldijão, um dos fundadores da ANDES SN, na Revista Universidade e Sociedade nº 1 (1991), assim o confirma.

“o movimento docente acresce, a este acervo de lutas, uma série de propostas em seu campo específico que, longe de serem corporativistas, procuram colocar a Universidade e o trabalho que nela se realiza a serviço da maioria da população. E esta não é uma afirmação estereotipada ou vazia! Seu conteúdo é expresso na PROPOSTA DA ANDES E DAS AD's PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA; nas lutas de resistência contra os Projetos GERES (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior) e GRIPE (Gratificação Individual por Produtividade de Ensino); na defesa da autonomia da Universidade, na participação ativa no processo constituinte e na elaboração de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a educação, na defesa do Sistema Único de Saúde desde sua gestação na VIIIª Conferência Nacional de Saúde, na defesa intransigente dos serviços públicos, entendendo o servidor público um servidor do público e não do Estado. Na defesa, enfim, de uma Universidade pública, laica, democrática e de qualidade”. (p. 7)

Constatamos, a partir do relato histórico das primeiras ADs das décadas de 60 e 70, que a criação da maioria delas está diretamente vinculada à luta pela democratização da sociedade brasileira, enquanto luta pelas conquistas sociais, traduzidas nos direitos e justiça para os cidadãos brasileiros. Foi um período em que a repressão e as ameaças às liberdades de expressão e à organização dos trabalhadores, atingia um patamar bastante significativo. Neste contexto, também as universidades

necessitavam ser democratizadas, tanto pela necessária discussão de novas formas de gestão no seu interior e a conquista das eleições diretas e paritárias para reitor, quanto pela questão das verbas e a defesa e valorização da educação nela ministrada, além da questão de sua autonomia. Logo, não era simplesmente com a conquista das eleições diretas para reitor que estaria resolvido o problema de sua democratização, mesmo porque, por mais progressista que fossem alguns reitores, a maioria deles acabava por se prender às imposições do poder central, fazendo com que as universidades se tornassem instituições centralizadoras de poder e de normas burocráticas.

Assim, exigiam os professores que o Governo respeitasse o seu local de trabalho e, para tanto, mobilizaram, trabalharam e politizaram o espaço universitário, na busca da qualidade para todos os níveis. Essas questões, aliadas ao arrocho salarial eram, de forma geral, as que o movimento dos docentes do ensino superior se propunha a defender, na época, sendo que muitas delas, ainda hoje, continuam no interior dessas lutas, a exemplo da defesa de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade, que sempre permeou a trajetória do MD, tornando-se mais tarde o seu fio condutor. Era esse o “ideal de universidade” explicitado por algumas ADs e que estava implicitamente ligado à criação das mesmas. A defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade traz como desdobramento a democratização da universidade que passa pela democratização do País, o que significa torná-lo uma nação independente e soberana. Assim, a organização do MD do ensino superior, pela ANDES, não é uma tarefa fácil. Demanda, num primeiro momento, muita persistência, trabalho e, acima de tudo, organização sindical de base. Fortalecida e politizada essa base, o trabalho conjunto com outros movimentos sociais organizados (campanhas salariais, movimentos pela cidadania, greves, dentre outros), partidos políticos, associações diversas e outros sindicatos, terá maior respaldo e consistência rumo a um projeto de universidade que atenda os interesses da sociedade. Evidentemente que, no momento em que a categoria está sendo fortalecida, o sindicato não deverá eximir-se de um trabalho conjunto com outros movimentos sociais, desde que não perca de vista as aspirações, interesses e anseios de sua categoria. É preciso também se ter a compreensão clara de que, por exemplo, se uma diretoria sindical for constituída por dirigentes que defendem concepções progressistas ou de esquerda, toda a sua categoria, necessariamente, não o é.

Portanto, o papel do sindicato é representar a todos, indistintamente, tendo o devido cuidado no direcionamento de seus encaminhamentos, se quiser avançar na luta pelo direito à igualdade e liberdade para o conjunto da população. Portanto, uma categoria organizada é aquela que participa ativamente do seu sindicato e que está mobilizada para a participação junto à outros movimentos sociais. Todo esse caminhar, toda direção a ser dada pelo sindicato, será parte intrínseca do trabalho nele realizado pelos seus dirigentes, juntamente com a categoria docente.

Capítulo II- O Movimento Docente do Ensino Superior e a Criação do Sindicato Nacional

“.... De qualquer modo, o movimento grevista deixara um saldo político fundamental em termos de um aprendizado coletivo: a busca da unidade, da coesão e da solidariedade sindicais, entre companheiros de luta. Daí até a fundação da ANDES decorrem pouco mais de dois meses. Os 287 delegados credenciados ao histórico Congresso de Campinas tomam a decisão,... no dia 19 de fevereiro de 1981. O momento é empolgante, o Plenário agitado, em pé, saudando o nascimento da ANDES. É um instante de emoções.... . O clima era adequado para marcar a criação de uma entidade nascida da luta concreta dos Professores contra a legislação e as políticas anti-sociais do Estado autoritário”. (Osvaldo de Oliveira Maciel, professor aposentado da UFSC/RS, 1º Presidente da ANDES - Diretoria Provisória. Revista Universidade e Sociedade, 1991, nº 1)

Este capítulo procura resgatar a trajetória do movimento docente do ensino superior na década de 70, até a criação, em 1981, de uma associação que o representasse nacionalmente e, mais tarde, a transformação dessa associação nacional em um sindicato nacional, em 1988, até o ano de 1994. Neste percurso, aponta alguns fatos que marcaram algumas gestões da ANDES e do Sindicato Nacional e que foram importantes para o movimento docente.

1. Encontros que antecederam a criação da ANDES

a) Considerações iniciais

Organizada parte das ADs nas Universidades Federais, Estaduais e Particulares, uma nova necessidade começa a aflorar, que é a urgência de um encontro nacional para que houvesse uma articulação maior do movimento docente e para que se discutissem formas e encaminhamentos de lutas unificadas, tendo em vista as reivindicações da categoria docente e da própria Universidade como um todo. Na realidade, essas discussões já vinham ocorrendo há algum tempo, de modo informal, pois como explicita o professor da ADUFC, Agamenon de Almeida, *“também acontecem em plena reunião da SBPC, em 1978, na Universidade de São Paulo, quando já pensávamos em criar um sindicato nacional e já que, a partir de 1976, as ADs são criadas em seções para-sindicais”* (sede do sindicato, BSB, 09/05/96)

A necessidade de um primeiro encontro nacional das ADs é reafirmada por Carlos Eduardo Malhado Baldijão, um dos fundadores da ANDES, na Revista ANDES nº 1 (1988, p.7), quando esclarece que *“em julho, convocados por um cartaz colocado pela ADUSP, na secretaria da 30ª reunião da SBPC, dezessete ADs de vários Estados reuniram-se pela primeira vez.”* Esse encontro das 17 ADs evidenciava o objetivo que tinham os seus organizadores de discutirem a possibilidade de criação de uma entidade nacional, fato este de suma importância para se iniciar a mobilização nas Associações dos Docentes do Ensino Superior e, conseqüentemente, as suas principais reivindicações.

Segundo entrevista com o professor Márcio Antonio de Oliveira, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, que presidiu a ANDES no período de 1992-1994, o mesmo nos informa sobre a proliferação dos encontros das ADs.

“havia algumas Associações docentes esparsas. Somente a partir de 1978 o movimento proliferou, fazendo crescer os ENADs-Encontros Nacionais de Associações de Docentes do Ensino Superior, culminando com a criação da ANDES (1981), até a sua transformação em Sindicato Nacional”. (sede do Sindicato Nacional, BSB, 1996)

O Quadro I, abaixo, demonstra os primeiros encontros nacionais das associações docentes do ensino superior, explicitados pelo professor Oliveira.

QUADRO I – 1ºs ENCONTROS NACIONAIS DAS ADs

EVENTO	DATA	LOCAL
I ENAD – Encontro Nacional das ADs	15 a 18/02/79	São Paulo/SP
Reunião Extraordinária das ADs	06 a 09/09/79	Salvador/BA
II ENAD – Encontro Nacional das ADs	25 a 29/02/80	João Pessoa/PB
ENEXxAD – Encontro Extraordinário das ADs	05 a 07/07/80	Rio de Janeiro/RJ
III ENAD – Encontro Nacional das ADs	18 a 20/02/81	Campinas/SP

Fonte: ANDES SN - 1994

Esses encontros eram importantes, porque aglutinavam e fortaleciam as ADs existentes, pois muitos atos arbitrários presentes em algumas universidades atingiam, de certa forma, todas elas.

Assim, no final da década de 70, quando o regime militar ainda usava métodos repressivos contra a universidade pública e seus professores, ficava evidenciada a necessidade de um sindicato que representasse nacionalmente o movimento docente do 3º grau, cujas bases começavam a se articular nas Associações Docentes, já existentes. A exemplo, a partir de 1978, ao mesmo tempo em que aconteciam as grandes greves no ABC paulista, também aconteciam algumas mobilizações dos docentes do Ensino Superior em algumas universidades.

Com a abertura política proposta no governo Figueiredo, começam a surgir novas lideranças sindicais que se articulam dentro e fora das fábricas. É o movimento operário reiniciando suas atividades, tendo como referência o V Congresso da CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais - que ocorreu no Rio de Janeiro em julho de 1978. A greve branca dos trabalhadores da multinacional do setor automobilista de São Bernardo/SP – Scania – do dia 12 de maio de 1978, quando milhares de trabalhadores cruzam os braços dentro das fábricas, foi a grande referência

para as outras greves que ocorrem até os anos 80 e extrapolam os setores metalúrgicos e a Grande São Paulo. MANFREDI (1986, p. 114)

Por outro lado, apesar das grandes greves do ABC paulista, o movimento operário brasileiro, embora combativo e resistente, encontrava algumas dificuldades em se organizar devidamente. A esse respeito, a citação de BOITO (1991), compara o movimento operário brasileiro ao movimento operário dos países imperialistas ou com o movimento operário de alguns países da própria periferia do sistema capitalista internacional.

“de fato, o movimento operário brasileiro, pelo menos no período aberto pela Revolução de 1930 e que se estende até a atualidade, apresenta a particularidade de uma debilidade organizativa crônica, que se manifesta na inexistência de organizações sindicais e partidárias, ao mesmo tempo massivas e estáveis, quadro que não chegou a ser superado por fenômenos como a formação e o crescimento da ANL, em meados da década de 30, o crescimento excepcional do PCB nos anos de 1945 – 1947 ou a criação do Partido dos Trabalhadores na atualidade...

Essa debilidade organizativa não pode ser atribuída à existência de uma classe operária satisfeita ou passiva. Ao contrário, tal debilidade coexiste com permanentes e massivas manifestações de insatisfação e de inconformismo no meio operário e popular. Tomando a luta grevista como um índice da atividade reivindicativa, veremos que o Brasil encontra-se entre os países que apresentam as maiores incidências de greve em todo o mundo. (...).O estudo do sindicalismo de Estado – seu aparelho, sua ideologia e suas modalidades de ação – pode fornecer elementos fundamentais para se compreender porque os trabalhadores brasileiros, tão ativos no plano da luta reivindicativa, padecem, numa situação aparentemente paradoxal, de uma crônica debilidade no âmbito da organização sindical e partidária”. (p.18-19-21)

O sindicalismo brasileiro, portanto, embora tenha sido combativo e tenha conseguido atingir um alto índice de mobilização da classe operária, apresentava debilidades quanto à forma de se auto-organizar.

Passadas algumas décadas constatamos que, também nos dias de hoje, há uma grande dificuldade dos sindicatos brasileiros e aí está inclusa a ANDES SN, em mobilizar suas categorias para algumas reivindicações específicas, a exemplo de melhores condições de trabalho, carreira docente, verbas para as universidades públicas, dentre outras, no caso do sindicato dos docentes. A mobilização ocorre e com muitas

dificuldades, por questões salariais. A última greve conduzida pela ANDES SN com a participação de todas as ADs, teve como mote o fato de que há quatro anos o funcionário público federal não recebia aumentos salariais. Evidentemente que todas as greves são políticas, mesmo aquelas que defendem o salário, no entanto, as condições postas hoje na sociedade, pelo neoliberalismo, acabam por fragilizar ainda mais os sindicatos. A elaboração de um novo discurso em que os conceitos de globalização e modernização são colocados à prova na sociedade brasileira, enquanto formas de convencer a população de que o País está mudando para melhor, significa a reestruturação do capitalismo em direção ao autoritarismo civil, às formas mais tradicionais de condução estatal, dentre outras, onde a elite governamental aliada ao FMI e ao Banco Mundial, elaboram políticas cujos efeitos atingem, sobremaneira, os sindicatos, em especial os dos funcionários públicos. Portanto, nos dias de hoje, a fragilidade dos sindicatos acaba por atingir não apenas a sua organização, mas, também, a mobilização de sua categoria.

No que se refere a algumas greves, na década de 60, MANFREDI (1986), nos aponta a ascensão e características das mesmas, explicitando a sua progressiva ampliação que iam desde as conquistas econômicas até aquelas de âmbito mais gerais que visavam juntar forças em favor da democratização do País. Convém ressaltar que esses fatos foram fundamentais no momento da criação das primeiras ADs.

“a escalada do movimento grevista ascende durante todo o período do Governo Goulart, havendo uma progressiva ampliação do âmbito das greves, que chegam a abranger mais de uma categoria profissional, progredindo do âmbito estadual ao nacional. Ampliam-se também suas características. Além das greves pelas conquistas econômicas (reposição salarial, aumento do salário mínimo, 13º salário, férias), articulam-se também greves gerais e movimentos de solidariedade e de pressão pela continuidade do processo democrático e em prol das chamadas “reformas de base”, sempre que tais medidas eram obstadas pelo Congresso Nacional. São exemplos desse tipo as greves e os movimentos deflagrados para pressionar a posse de Goulart em agosto de 1961, a greve de julho de 1962, contra a constituição de um gabinete ministerial antinacionalista e a greve em favor do plebiscito para reconduzir o país ao presidencialismo, em setembro de 1962 e os manifestos de resistência de todo o movimento sindical à ameaça de estado de sítio em outubro de 1963. (p.36 e 37)

A partir de 70, porém, as greves atingem muito além da grande São Paulo e intensificam-se sobremaneira.

“Em São Paulo a primeira firma a parar foi a Toshiba, onde nasceu uma comissão de fábrica com dezoito pessoas; depois foi a vez da Philco, Siemens, Massy Ferguson e Caterpillar (entre outras), sendo que em todas houve formação de comissões de fábricas tiradas entre os operários da própria empresa. Na campanha salarial de 1978 (em novembro), cerca de 250 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos voltam a silenciar as máquinas.(As greves se dão nos mesmos moldes daquelas desencadeadas no meio do ano, isto é, realizadas dentro das fábricas. Embora o movimento grevista tenha sido maior no Estado de São Paulo e entre os metalúrgicos, as greves atingem outras categorias (funcionários públicos, operários da construção civil, ceramistas e muitas outras) e transbordam os limites do Estado de São Paulo”. (MANFREDI, 1986, p. 116)

SADER e SANDRONI (1981), esclarecem que em 1979, aconteceram 430 greves em vários ramos da atividade econômica, sendo que 43% delas foram desencadeadas no setor industrial, abarcando 4.241 grevistas. (pesquisa DIEESE, ps 24 e 26)

Reforçando esse movimento, ao lado dessas grandes greves aconteciam, também, as lutas para a reintegração dos professores, estudantes e cientistas expulsos das universidades e do País e contra os atos arbitrários que se faziam nas Universidades. Ao mesmo tempo, ocorriam invasões no Centro de Professores do Rio de Janeiro, na PUC/SP, no CEP-RIO, na sede da UNE, nos dias 5, 6, e 7 de julho de 1980, intervenções na escolha dos novos reitores, que ocorria de forma autoritária, nos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, dentre outros. (Boletim Nacional de ADs, 1980) Parte desses acontecimentos eram, pela primeira vez, denunciados pela ADUSP em seu Livro Negro demonstrando, dessa forma, a importância do trabalho de algumas Associações de Docentes do Ensino Superior. Havia também, por parte de alguns professores de ADs, uma preocupação muito grande em denunciar essas ocorrências no Boletim Nacional das Associações de Docentes, numa tentativa de se começar a unificar as lutas enfrentadas pelos professores em suas Universidades.

Dessa forma, esses acontecimentos evidenciam que, a partir de 1978, o movimento docente do 3º grau começa a caminhar com firmeza e determinação, rumo à criação do seu sindicato nacional.

No entanto, ao mesmo tempo em que ocorriam essas mobilizações em algumas universidades é sabido que, em outras, as mesmas não passavam dos limites do seu próprio contexto.

Portanto, o momento histórico vivido pelos brasileiros com a crise econômica implantada e os mecanismos propostos pelos trabalhadores para a sua superação exigiam de cada categoria de trabalhadores uma organização nacional que, além de os representar, lhes desse respaldo nas suas reivindicações e nas lutas mais gerais, na tentativa de mudar o quadro social implantado no Brasil pelos militares.

Segundo algumas lideranças do movimento docente da época era necessário, portanto, apontar para um sindicalismo com perspectivas novas, livre e autônomo que, mesmo sob a vigência do AI-5, exigisse um processo mais organizado de ações e lutas por parte do movimento operário, assim como por parte de outras categorias de trabalhadores e, dentre elas, a dos professores universitários.

Segundo várias análises realizadas por cientistas sociais e sindicalistas, as experiências do movimento operário, assim como toda força acumulada por ele, no período que se estende de 1964 até o final de 1970, expressam e apontam a grande disputa hegemônica entre o “velho sindicalismo”, dependente do Estado e o “novo sindicalismo”, considerado independente e que contribuiria para a democratização, a autonomia e a liberdade dos sindicatos. Dessa forma, segundo esses estudos, o Estado deixaria de ser o guardião dos interesses dos trabalhadores.

BOITO (1991), explicita que

“não é correto afirmar que o sindicato, no Brasil, é subordinado ao Estado, já que o aparelho sindical é parte do Estado. O que se deve dizer é que, enquanto ramo subalterno do aparelho de Estado, o sindicato oficial está subordinado à cúpula da burocracia estatal.” (p.26)

Era contra essa estrutura sindical que lutavam alguns trabalhadores do “novo sindicalismo”. No entanto, outros trabalhadores e alguns partidos políticos como o PCB, o PC do B e a própria CUT, dentre outros, expressavam a necessidade de serem favoráveis à unicidade sindical, à continuidade do sindicalismo existente, o que acaba por ser ratificado na Convenção 87 da OIT - contexto de 1984 a 1987. Entendiam os defensores do “velho sindicalismo” que, apesar da contribuição compulsória e da defesa da unicidade sindical, que implica num só sindicato por ramo de produção, base territorial, Estado e País, a principal condição para um movimento forte, classista, era a unidade dos trabalhadores na luta contra a opressão capitalista. Assim, segundo os defensores desta corrente sindical, esta organização sindical respeitava as decisões da categoria e oportunizava a politização e a unidade dos trabalhadores por suas reivindicações. Já os defensores do “novo sindicalismo” entendiam que o pluralismo sindical seria a melhor forma de organizar os trabalhadores por que, uma vez sem a tutela do Estado e dependendo da decisão da categoria, poderia haver mais que um sindicato por ramo de produção e na mesma base territorial. Haveria, também, melhores oportunidades e condições de discussão junto aos trabalhadores que teriam adesão voluntária sobre sua filiação ao sindicato.

b) I ENAD

A partir destes acontecimentos e com a mobilização das Associações dos Docentes do Ensino Superior, nos dias 15 a 18 de fevereiro de 1979, realiza-se, em São Paulo, o I Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários, chamado de I ENAD⁶, com a participação de 27 ADs, as quais discutiam, dentre outras coisas, a questão do ensino público e gratuito em todos os níveis, a democratização da Universidade, melhores salários e condições de trabalho e o não controle ideológico da Universidade. Esse I ENAD, assim como os outros Encontros que antecederam a criação da ANDES, foram organizados por uma Comissão formada por professores de várias universidades brasileiras. Outras ADs também levavam para a discussão, nesse I ENAD,

⁶ Todos os dados aqui apresentados referenciam-se no Boletim Nacional das ADs, Edição relativa à Reunião Extraordinária das ADs e em Coelho (1996).

outras propostas. Como exemplo, COELHO (1996) informa que a APUSM propõe, nesse Encontro, a representação dos professores universitários enquanto classe (categoria profissional) junto ao Governo Federal, a relação do movimento estudantil com o movimento dos professores universitários, a redefinição dos objetivos da educação nacional e do papel da Universidade dentro da sociedade, dentre outros.

Neste mesmo ano de 1979, nos dias 6 a 9 de setembro, ocorre em Salvador, uma Reunião Nacional Extraordinária das ADs que tem como objetivo a “unificação da luta salarial para 1980”. Estiveram presentes nesta reunião 31 Associações de Professores Universitários, quais sejam: ADUFPA-Federal do Pará, APRUMA-Federal do Maranhão, ADURN-Federal do Rio Grande do Norte, ADUFPB-CG- Federal de Campina Grande, Paraíba, ADUFPB-JP-Federal de João Pessoa, Paraíba, ADUFEPE-Federal de Pernambuco, APUB-Federal da Bahia, APRUNI-Professores Universitários de Ilhéus e Itabuna, ADUFES-Federal do Espírito Santo, ADUFRJ-Federal do Rio de Janeiro, ADPUC-Católica do Rio de Janeiro, ADUFF-Federal Fluminense, ADUR-RJ-Federal Rural do Rio de Janeiro, AD-UNI-RIO-Corpo Docente da Universidade do Rio de Janeiro, ADFOC-Docentes, Pesquisadores e Tecnologistas da Fundação Osvaldo Cruz, APUBH-Universitários de Belo Horizonte, APES-JF-Ensino Superior de Juiz de Fora, APUC-GO Católica de Goiás, ADUF-GO-Federal de Goiás, ADUNB-Universidade de Brasília,-ADUFMT-Federal de Mato Grosso, ADUSP-Universidade de São Paulo, APROPUC-Católica de São Paulo, ADUFSCAR - Federal de São Carlos, ADUNESP - Docentes da Universidade Estadual Paulista, ADEPM-Escola Paulista de Medicina, APUFPR-Federal do Paraná, APUFSC- Federal de Santa Catarina, ADUFRGS-Federal do Rio Grande do Sul, APUSM-Professores Universitários de Santa Maria, ADUSINOS-Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Essa Reunião Nacional Extraordinária reafirma os temas gerais de luta que foram definidos no I ENAD realizado em fevereiro, em São Paulo, e elabora o resultado desse Encontro em um Boletim Nacional das Associações de Docentes.

Entre os meses de dezembro de 1979 e janeiro de 1980, as Universidades de Juiz de Fora, Minas Gerais e Santa Catarina promovem, por seus professores, um boicote ao vestibular daquelas universidades, com a finalidade de se conseguir uma correção salarial de 75%. No entanto, o governo lhes oferece apenas 56%, divididos em

duas vezes, o que provoca grande insatisfação por parte dos professores. A imprensa divulga essa insatisfação, fazendo com que o governo conceda mais 12%, na forma de adicional, o que, no entanto, ocorre apenas para os militares, privilegiando, dessa forma, dentro do mesmo regime de reajuste salarial, apenas uma categoria.

Outras questões relativas à Universidade também foram alvo de amplas discussões, naquele momento, a exemplo do Ante-Projeto do governo que visava transformar as Autarquias Especiais em Fundações; das resoluções sobre o Ante-Projeto de Reestruturação da Carreira do Magistério; das considerações sobre o Ante-Projeto de Escolha de Dirigentes Universitários; das propostas sobre as questões trabalhistas das Universidades Federais e Particulares, dentre outras.

Quanto às questões salariais, as reivindicações das ADs dirigiram-se no sentido de apoiar os movimentos de reivindicação salarial e melhoria de condições de trabalho e vida dos trabalhadores urbanos e rurais, solidarizar-se com os movimentos reivindicativos dos professores do ensino de 1º e 2º graus por melhores salários e condições adequadas de trabalho e empreender uma vigorosa campanha nacional de reposição e melhoria salarial dos docentes universitários, encampando e ampliando os movimentos reivindicativos já trabalhados por algumas Associações. Neste momento, é possível constatar a preocupação das ADs em unificar nacionalmente a luta dos docentes com as lutas mais gerais, encaminhadas por outras categorias de trabalhadores.

c) Criação da Coordenação Nacional de Associações Docentes e o II ENAD

Diante da importância do I ENAD e das reuniões subsequentes a ele, decidiram os professores pela realização do II ENAD. Esse acontecimento ocorreria em João Pessoa, Paraíba, nos dias 25 a 29 de fevereiro de 1980. Para organizar esse II ENAD realiza-se, nos dias 6 a 9 de setembro de 1979 em Salvador/BA, uma Reunião Extraordinária que elabora um temário que vai ao encontro das perspectivas da Universidade Brasileira (verbas, estrutura de poder e relações com a sociedade), questões salariais e trabalhistas (campanha salarial-1980), formas de organização das ADs em nível nacional, formas de ação em relação à política educacional. Essa Reunião

Extraordinária é de fundamental importância porque os docentes criam uma Coordenação Nacional de Associações de Docentes. (Boletim Nacional das ADs, nº 5, setembro, Passos do Movimento, s/d, p.2).

Quanto às deliberações do II ENAD, duas grandes reivindicações dos docentes foram contempladas: a inclusão do magistério superior nos reajustes semestrais e um índice de 48% como forma de reajuste salarial, a partir de 1º de março de 1980. Além dessas reivindicações definiu-se para o dia 17 de abril, um “Dia Nacional de Luta pelo reajuste Salarial”, com um prazo de três meses para o governo se manifestar, assim como Assembléias Gerais para a 1ª semana de maio, no sentido de pressionar o governo a atender as reivindicações da categoria.

O Boletim Nacional das ADs (nº 3, s/d) esclarece que participaram desse II ENAD 38 ADs e cerca de 180 professores universitários e que a questão sobre a Organização Nacional das Associações de Docentes visava fortalecer a Coordenação Nacional já criada na Reunião Extraordinária de ADs de 6 a 9 de setembro de 1979, com uma contribuição mensal advinda das ADs, correspondente a C\$1.000,00 para as despesas da Secretaria da Coordenação Nacional, atribuição e responsabilidades dessa Secretaria, dentre outras. Explicita também as várias demissões de professores por participação político-sindical e várias moções aprovadas.

Nos dias 23 e 24 de outubro de 1979, há reuniões em Brasília com a participação de dez ADs, em que realizam avaliações sobre o movimento dos docentes, assim como o balanço do dia 26 de setembro – Dia Nacional de Reivindicações. Os pontos de pauta discutidos, pela importância que antecede a criação da ANDES eram: a questão salarial, orçamento (verbas), liberação do contingente de expansão (colaboradores), reintegração automática dos docentes atingidos pelos atos de exceção e o ante-projeto (Pacotão), o qual refere-se à reestruturação da carreira do magistério superior, proposta pelo MEC.

Os primeiros Boletins Nacionais das ADs (1979, 1980), nos explicitam sobre alguns encontros de professores que ocorrem em vários locais do país, a exemplo do I Encontro Paulista das Associações de Docentes Universitários em Piracicaba (SP), realizado nos dias 10 e 11 de novembro de 1979, em que estiveram presentes as ADs das Universidades de São Paulo, Estadual de Campinas, Federal de São Carlos, Estadual

Paulista, Metodista de Piracicaba, Católica de São Paulo, Católica de Campinas, Faculdades de Santo Amaro, Fundação Armando Álvares Penteado, Fundação Educacional de Bauru, Escola de Administração de Empresa de São Paulo-Fundação Getúlio Vargas.

Esse Encontro de Piracicaba reafirma alguns dos princípios gerais de luta já definidos em encontros anteriores realizados em todo o País, ou seja, pelo ensino público e gratuito em todos os níveis, pela democratização da Universidade, por melhores salários e condições de trabalho e contra a discriminação e o controle ideológico na Universidade.

Nos dias 15 e 16 de novembro de 1979, ocorre em Recife, os Encontros de Recife e Natal, que, reafirmam os princípios do Encontro Nacional realizado em Piracicaba, SP, e do Encontro Nacional Extraordinário de Salvador, e repudiam os Anteprojetos propostos pelo Ministério da Educação e Cultura. As ADs presentes nesse Encontro de Recife e Natal foram as das Universidades Federal do Maranhão, do Ensino Superior do Ceará, Pró-Comissão da Federal do Ceará, Federal da Paraíba-João Pessoa, Federal da Paraíba-Campina Grande, Federal de Pernambuco e Federal Rural de Pernambuco.

Em 22 de novembro de 1979, ocorre o Encontro de Belo Horizonte, em que estiveram presentes as ADs das Universidades Federal de Goiás, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Fluminense, Rural do Rio de Janeiro, Espírito Santo e do Ensino Superior de Juiz de Fora. Esse Encontro estabelece dez reivindicações básicas mais específicas da carreira do magistério, a saber: fixação de níveis salariais que corrijam a perda acumulada nos últimos anos e que valorizem a carreira, dentro da realidade do mercado de trabalho; não ampliação do quadro de diferença salarial entre o início e o fim de carreira; estabilidade dos docentes; regime de trabalho de 40 horas, sendo os demais considerados exceção; solução da situação dos professores colaboradores e definição de sua função no futuro; não estagnação da carreira na classe de adjunto, por fixação do quantitativo correspondente à classe de professor titular; ingresso na carreira em categoria correspondente à titulação dos professores colaboradores e auxiliares de ensino não concursados; consideração do tempo total de serviço a partir do primeiro contrato, para fins de enquadramento dos docentes nos diferentes níveis e classes;

respeito ao direito dos docentes de áreas que não fornecem oportunidade de obtenção de titulação formal e promoção automática da categoria.

No dia 25 de novembro de 1979, as Associações de Docentes da Região Sul promovem a Reunião de Porto Alegre, com a participação das ADs das Universidades Federal do Rio Grande do Sul, São Carlos, Santa Maria, Santa Catarina e Pelotas/RS.

Esse Encontro de Porto Alegre reafirma os pontos discutidos no Encontro de Belo Horizonte, enfatizando algumas questões como a valorização profissional e as condições necessárias e mínimas do exercício de liberdade acadêmica.

Com relação ao Encontro do Rio de Janeiro, o mesmo teve como resoluções aprovadas, questões que se referem à estrutura de poder nas universidades com levantamento dos principais pontos críticos dessa estrutura, elaboração de documentos para servir de subsídio a um seminário sobre o Projeto “Escolha e Nomeação de Dirigentes”, incluindo a discussão do mesmo em cada AD. Discutiram-se, também, formas mais amplas de organização regional das ADs, aprovando-se a criação de uma Coordenação Regional. Essa não tinha caráter deliberativo sendo sua finalidade principal a fomentação de fóruns de debates sobre assuntos relevantes do movimento de professores. Aprovou-se também, dentre outras coisas, moções de caráter geral.

Estiveram presentes nesse Encontro, as ADs da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Federal do Rio de Janeiro, Fluminense, Universidade do Rio de Janeiro e Santa Úrsula, das Faculdades Integradas Bennett; do Centro Unificado Profissional, da Faculdade de Educação Jacobina, da Fundação Oswaldo Cruz, da Pontifícia Universidade Católica, da Universidade do Rio de Janeiro, Comissão Pró-Associação Notre Dame, Comissão Pró-Associação de Docentes da Fundação Getúlio Vargas e Comissão Pró-Associação de Docentes Veiga de Almeida.

Todos esses Encontros Regionais foram resultado das discussões que ocorriam nas ADs, as quais rejeitavam veementemente o chamado “Pacote do MEC” que tinha como objetivo reestruturar a carreira do magistério superior. Esses Encontros também propunham um regime jurídico que assegurasse ao docente estabilidade funcional e aposentadoria com salário integral, alteração das normas legais que disciplinam a escolha de dirigentes universitários e regulamentação do regime especial

das autarquias de ensino superior. Repudiavam, também, a aprovação, por decurso de prazo, do Projeto de Lei nº 34/79, que dispunha sobre a escolha e nomeação dos dirigentes de Fundações mantidas pela União, dentre outras.

Grande parte das ADs, portanto, estavam mobilizadas e unificadas nacionalmente, lutando pelos seus direitos, agora fortalecidos pela Coordenação Nacional das Associações dos Docentes do Ensino Superior, criada em setembro de 1979, em Salvador.

Nos dias 1, 2 e 3 de setembro de 1980, a Coordenação Nacional de Associações de Docentes, reunida em Brasília, DF, após avaliar os encaminhamentos das ADs, propõe uma Semana Nacional de Luta e Mobilização com um mínimo de três dias de paralisação. Esta mobilização deveria acontecer entre os dias 8 e 15 de setembro. Esses três dias de paralisação dariam continuidade ao movimento dos docentes do Ensino Superior, que exigia maiores recursos orçamentários para a universidade e um ensino de qualidade, questões que atingiam sobremaneira as universidades públicas autárquicas, particulares e as fundações. Antes mesmo dessa proposta de paralisação, nos dias 11, 12 e 13 de junho de 1980, as Universidades Federais Autárquicas de Alagoas, Goiás, Fluminense, Bahia, Juiz de Fora, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Santa Maria e a Escola Paulista de Medicina, já haviam paralisado as suas atividades, exigindo o atendimento das reivindicações dos professores, cuja paralisação é seguida pelas Universidades do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Paraíba. Portanto, constata-se que, no final da década de 70 e início da de 80, a trajetória do movimento dos docentes do 3º grau é de grande mobilização, em especial por universidades, onde aos poucos, cada uma delas vai aderindo ao chamado da Coordenação Nacional das ADs. É evidente que a Coordenação Nacional incentivava e acompanhava essas manifestações e procurava aglutiná-las num mesmo eixo de luta para unificar o movimento docente. No entanto, esse papel mobilizador, representado inicialmente pela Coordenação Nacional das ADs e hoje pela ANDES SN, era bastante difícil, por estarem as ADs espalhadas pelo continente brasileiro, sem contar as características diferenciadas inerentes a cada uma e pela falta de um espaço físico definido para esses encontros. Mas, apesar dessas dificuldades e das investidas governamentais à autonomia das ADs, à carreira funcional e salarial dos professores,

dentre outras questões, a Coordenação Nacional das Associações dos Docentes do Ensino Superior sempre respeitou a autonomia das ADs.

Como vimos, as reivindicações das Universidades Federais autárquicas eram as mesmas de um ano e meio atrás, ou seja, pelos 48% de reajuste salarial; pelo reajuste semestral; pelo envio ao Congresso do Ante-Projeto de Carreira do Magistério Superior na versão apresentada pelo MEC, em reunião com as ADs e IES, em Belo Horizonte em março de 1980 e pela absorção dos Professores Colaboradores, além da revogação da Lei nº 6733, que obstrui a autonomia universitária, no caso das Fundações e por mais verbas para a educação. Essas reivindicações seriam encaminhadas ao Ministro da Educação e Cultura da época, Professor Eduardo Mattos Portella

Assim, muitas eram as reivindicações dos professores universitários e parte delas se repetiam em vários encontros, dado o fato de sempre estar se exigindo o atendimento das mesmas, por parte do Governo.

d) O ENExAD, a preparação do Congresso Nacional de Docentes Universitários e o III ENAD

Nos dias 5 a 7 de julho de 1980, durante a 32ª Reunião Anual da SBPC, os professores universitários decidem realizar um Encontro chamado de Encontro Extraordinário de Associações de Docentes - ENExAD - que aconteceu no Rio de Janeiro, com a participação de 49 Associações de Docentes de todo País demonstrando, assim, o crescimento das ADs por local de trabalho e a participação da categoria no movimento. Nesse Encontro, organizou-se a pauta de trabalhos da Coordenação Nacional das Associações dos Docentes, ao mesmo tempo em que o movimento continuava suas negociações com a Secretaria de Ensino Superior, o MEC e o DASP.

Esse ENExAD traz algumas resoluções já discutidas pelos professores, a saber: a reintegração de professores atingidos por atos de exceção, reiterando a posição do Encontro de readmitir esses professores vítimas de cassações brancas de caráter administrativo; reivindicações dos docentes das IES, tais como progressão automática por titulação e tempo de serviço, incorporação automática dos Colaboradores e Auxiliares de Ensino à carreira do Magistério, reajuste semestral e aposentadoria integral, dentre outras; condenação da Lei 6733 que atribui ao Presidente da República a competência de nomear os dirigentes das Fundações Federais, sem qualquer participação

ou consulta à comunidade universitária; criação de uma Comissão de professores e estudantes para organizar a luta contra essa lei, o que expressa a união da Coordenação Nacional com a UNE, dentre outras; reivindicações apresentadas pelos docentes das IES Particulares no sentido de desencadear uma campanha unificada e de âmbito nacional pela estabilidade no emprego e por um reajuste salarial compatível com o custo de vida. Essa campanha significava a luta por uma data-base unificada em 1º de abril, por um índice de produtividade de 15% acima do INPC e por um trabalho junto com o 1º e 2º graus em âmbito regional, com o objetivo de unificar as campanhas salariais dos professores. Discutiu-se também, amplamente, em uma reunião plenária, a questão da democratização das Universidades, em que se extraiu três encaminhamentos básicos, enquanto condição inicial para a democratização da Universidade. Foram eles: ampla liberdade de organização e expressão das entidades representativas dos diversos segmentos da Comunidade Universitária e a manutenção de sua independência em relação à estrutura da instituição; realização pelas ADs de uma campanha nacional pela estabilidade no emprego dos diretores que presidem as ADs e pela estabilidade no emprego para todos os docentes; estudo e divulgação das experiências de democratização nas Universidades, para definição de pautas comuns de luta.

Além dessas questões, este Encontro Extraordinário de Associações Docentes discute também, a participação no I Congresso Nacional dos Profissionais da Educação a ser realizado em São Paulo, nos dias 14 a 17 de julho e elaboram a seguinte nota:

“considerando, que o movimento de professores assumiu dimensão nacional, tanto no 1º e 2º graus, quanto no 3º grau; que demos hoje um passo no sentido de construir nossa entidade nacional e definirmos lutas importantes para o 2º semestre; que o Congresso Nacional dos Profissionais da Educação discutirá também a criação de uma entidade nacional e o encaminhamento de lutas no 2º semestre, propomos aceitar o convite da Comissão Executiva Nacional e enviar à Coordenação Nacional para participar do Congresso, levando uma moção de Apoio para a abertura do Congresso (14/07 em São Paulo) solidarizando-se com a realização do mesmo, levando o informe do Encontro Nacional Extraordinário de Associações de Docentes e as propostas de lutas que poderão ser encaminhadas conjuntamente (reajuste semestral, unificação de datas bases, ensino público e gratuito, mais verbas para a educação)”. (Boletim Nacional das AD’s, nº 3, s/d)

Fundamentalmente, esse Congresso significava, para os professores universitários, um espaço político para deliberar sobre a criação de uma entidade que os representasse nacionalmente, já que, segundo a fala do Boletim Nacional das AD's nº 3,(s/d), o II ENAD, em João Pessoa e o Encontro Extraordinário, no Rio de Janeiro, não eram os fóruns apropriados para tal decisão. Como fórmula consensual, deliberou-se pela convocação de um Congresso Nacional de Professores, que seria o local adequado para a discussão deste assunto. E conclui o citado Boletim:

“A preparação deste Congresso em cada Instituição de Ensino Superior brasileiro é fundamental para sua força e representatividade, sem as quais não há sentido em se criar uma entidade nacional, que seria apenas uma sigla a mais. A participação de todos os professores na discussão do caráter desta entidade e na eleição de seus delegados representantes é vista, pela Coordenação Nacional, como condição essencial para o avanço de nossas lutas. A participação no Congresso é aberta a qualquer docente eleito em Assembléia Geral, convocada, especialmente, para tal fim, pelas Associações de Docentes. As escolas que ainda não têm sua AD terão direito à representação, devendo entrar em contato com as entidades ou representantes regionais, na Coordenação Nacional. O avanço e unificação do movimento depende da preparação e participação dos docentes. Todos pelo Congresso”.

Poucos dias antes da realização deste Congresso Nacional ora chamado de Congresso Nacional de Docentes Universitários - convocado especialmente para a criação de uma entidade nacional que definisse as lutas prioritárias do movimento docente de 1981 e que fosse representativo dos professores universitários - é convocado o III ENAD. Este realiza-se em Campinas, São Paulo, nos dias 15 a 17 de fevereiro de 1981, portanto, às vésperas do Congresso Nacional dos Docentes Universitários. Este III ENAD tem a participação de 61 ADs, que discutem as mesmas propostas que até o momento eram defendidas pelo movimento dos docentes. (Boletim nº 03, s/d)

2. Criação da ANDES

Com base no Livro de Atas, (Ata nº 01 e nº 02) da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, de 17 a 20 de fevereiro de 1981, inicia-se o tão esperado Congresso Nacional de Docentes Universitários, no Teatro do Centro de Convivência Cultural de Campinas, às 20 horas.

Participaram deste Congresso 67 ADs, 317 delegados inscritos, 287 delegados credenciados e uma Comissão Pró-AD. No entanto, das 67 ADs que

participaram da criação da ANDES, algumas não são mais filiadas ao Sindicato, segundo informes da ANDES SN (1996). Por outro lado, as ADs filiadas à ANDES, somam hoje, 93, o que vale dizer, é um número considerável (1996). É importante salientar também que esses números devem ser atualizados com frequência, porque a criação de ADs nas universidades é parte do processo dinâmico do movimento docente, em cujo âmbito os nomes das ADs sofrem modificações, com o passar do tempo.

Dentre os nomes dos professores das ADs que participaram do Congresso de criação da ANDES destacam-se alguns que são hoje bastante conhecidos, tais como o do atual Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, representante da ADUNICAMP, o do político Aloysio Mercadante Oliva, representante da APROPUC/SP.

Assim, os professores presentes ao I Congresso Nacional dos Docentes Universitários realizado em Campinas/SP, decidem pela criação de sua entidade nacional, por 221 votos.

“deliberaram e resolveram, por duzentos e vinte e um votos a favor, seis contra e nenhuma abstenção, criar uma entidade de âmbito nacional denominada Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES. Em seguida o Congresso elegeu por maioria simples uma Comissão Diretora da referida Associação.....”.

No entanto, no que se refere à data de criação da Associação Nacional, a página 5A da mesma Ata, deixa algumas interrogações quanto ao dia de criação da Associação Nacional. Após a composição da Comissão Diretora, encontramos a seguinte explicação:

“foi proposto ao Congresso a aprovação dos seguintes Estatutos Provisórios: Título I - Denominação, Caráter, Fins, Sede e Foro. Capítulo I – Da Denominação e dos Fins. Art. 1º - A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – (ANDES), criada pelo I Congresso Nacional de Docentes Universitários, no dia 20 (vinte) de fevereiro de 1981, em Campinas, Estado de São Paulo.....”.

Com relação a essa questão, o entendimento que se tinha era de que a deliberação pela criação da ANDES ocorreu no dia 19 de fevereiro e a sua criação de

fato, no dia 20. O retorno de um E-mail, encaminhado para a Secretaria do Sindicato, no dia 19 de março de 1998, para se compreender e se definir essa situação, foi o seguinte:

“- A ATA de fundação da ANDES tem a data de 19/02/81 por que registra a instalação da Seção e a aprovação da criação da Entidade ANDES (Associação dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) nesse dia.

- Ocorre, no entanto, que na descrição do fato de criação é citada uma proposta que descreve o Art. 1º com a criação da ANDES em 20/02/81.

- Essa citação leva a um engano, possivelmente produzido pela indicação da diretoria provisória, no dia 20/02/81.

- Tal confusão obscurece a real leitura do documento – mesmo citado o dia 20/02/81, este foi como proposta (por erro ou por intenção), porém a aprovação se dá no dia 19/02/81, que é o registro oficial daquele momento.

- Finalmente o legislador dá prova dessa intenção, dirimindo todas as dúvidas, no momento que fez o registro em cartório, quando cita a data de 19/01/81, sem qualquer vacilação.

- Por isso não temos dúvida de que em 19 de fevereiro de 1998, comemoramos 17 anos de fundação da ANDES, hoje Sindicato Nacional, que irá comemorar 10 anos em 26/11/98”.

Segundo essas informações, portanto, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES - é criada no dia 19 de fevereiro de 1981, pelos professores presentes ao I Congresso Nacional de Docentes Universitários, que contou com a presença de pessoas ilustres que compuseram a mesa. Dentre elas destacamos a do sindicalista Luiz Ignácio Lula da Silva; a do professor Ernest Hamburger, pela SBPC; a do advogado Carlos Cruz, pela OAB; a do professor Guilherme Tell R.F. Gomes, presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais; a de Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros, pelo Movimento Sindical de Campinas, São Paulo. A ANDES foi criada tendo por finalidade uma ampla representatividade dos docentes das Instituições de Ensino Superior que, além de congregá-los e encaminhar todas as suas reivindicações e lutas, tem por finalidade convergir o MD rumo às questões mais gerais, pertinentes à sociedade brasileira.

A citação abaixo aponta a finalidade da criação da ANDES em 1981.

“Congregar e representar os professores das IES brasileiras, expressar as reivindicações e lutas desses professores, no âmbito

econômico, social, cultural e político, incentivar a criação de novas ADs, preservar os interesses regionais e setoriais da categoria, e coordenar e fazer convergir o MD na direção das iniciativas de alcance nacional”.

No que se refere à função básica da ANDES, o respeito à autonomia das ADs e a participação junto a outros movimentos organizados da sociedade, são fundamentais para fortalecer a luta pela democracia brasileira.

“respeitar a autonomia das ADs e buscar a integração com as entidades representativas de professores, trabalhadores e demais setores sociais, na luta pela democracia e pelos interesses da sociedade brasileira, devendo ficar provisoriamente sediada em Florianópolis, Santa Catarina, até a realização do seu I Congresso”

a) Estrutura provisória da ANDES

Uma vez criada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior⁷, passou-se à elaboração do seu Estatuto, em que constam a sua finalidade e a sua estrutura organizacional.

É aprovada a seguinte estrutura provisória para a ANDES:

O Congresso Nacional, que será

“realizado ordinariamente uma vez por ano, formado por delegados eleitos pelos docentes filiados às ADs ou Comissões Pró-ADs, em votação ou Assembléia Geral especialmente convocadas para esse fim, obedecendo a proporcionalidade adotada para a realização do I Congresso Nacional de Docentes Universitários”

Deve também *“deliberar sobre o estatuto definitivo da Entidade e convocar eleições diretas para a segunda Diretoria”.*

O Conselho Nacional de ADs – CONAD - que será

⁷ Todas as informações quanto à criação da ANDES e seu Estatuto Provisório, constam na Ata nº 1 de Fundação da ANDES e Ata nº 2 de Reunião de Eleição da 1ª Diretoria da ANDES, (1981).

“constituído por um representante de cada AD, eleito em Assembléia Geral. As Comissões Pró-AD's participarão do CONAD com direito a voz. As atribuições do CONAD são: fiscalizar o cumprimento das deliberações do Congresso, deliberar subordinado às decisões do Congresso e funcionar como Conselho Fiscal da Entidade. O CONAD reunir-se-á ordinariamente a cada seis meses e extraordinariamente quando convocado pela Diretoria ou por 1/4 dos seus membros”.

A Diretoria, que terá a seguinte composição: “1 presidente, 2 vice-presidentes, 1 secretário geral, 2 secretários, 2 tesoureiros e 9 vice-presidentes regionais”, quais sejam: Norte (Pará, Amazonas e Acre), Nordeste I (Bahia, Alagoas e Sergipe), Nordeste II (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), Nordeste III (Maranhão, Piauí e Ceará), Leste (Minas Gerais e Espírito Santo), Centro Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal), Rio, São Paulo, e Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). “A duração do mandato da diretoria será de dois anos. A estruturação da diretoria provisória também será a mesma, com exceção do tempo que será de dois meses, após a realização do 1º Congresso da ANDES”.

Quanto às atribuições da Diretoria da ANDES, as mesmas ficaram assim definidas:

“dirigir o MD e encaminhar as lutas aprovadas pelo Congresso, fortalecer e estimular a criação de novas ADs, convocar ordinária ou extraordinariamente o CONAD, constituir Comissões para encaminhar tarefas específicas, convocar, se necessário, reuniões de ADs para encaminhamento das decisões do CONAD, e das Vice-Presidências Regionais”.

Já com relação às atribuições da 1ª Diretoria, as mesmas ficaram assim definidas:

“preparar e divulgar para a mais ampla discussão entre os docentes das IES um ante-projeto de estatuto da ANDES, preparar o 2º Congresso Nacional de Docentes Universitários, preparar eleições diretas para a diretoria da ANDES, elaborar estatuto provisório para efeitos de registro da entidade como sociedade civil”.

As atribuições do I Congresso da ANDES ficaram assim definidas: *“deliberar sobre o Estatuto definitivo da ANDES e convocar eleições diretas para a sua diretoria”*.

No que diz respeito às lutas gerais, constatou-se, pelos documentos, que três grandes questões foram definidas: Participação na Campanha Nacional pela democratização do País, Campanha Nacional pela defesa e ampliação do ensino público e gratuito e destinação de 12% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais e municipais para a educação.

Já no elenco das lutas específicas apenas quatro foram possíveis de ser aprovadas: luta pela democratização da Universidade, eleição dos dirigentes das IES pela comunidade universitária, luta contra as demissões sumárias de docentes e luta pela readmissão de todos os professores demitidos.

A ANDES, portanto, é uma Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior que foi criada, segundo informes de professores de algumas ADs, pela necessidade que tinham essas mesmas ADs de uma representação nacional. Com a criação da ANDES essas ADs constituem-se sua base, cuja Diretoria Provisória ficou assim definida: Presidente- Osvaldo de Oliveira Maciel; 1º Vice-Presidente- Agamenom de Almeida; 2º Vice-Presidente- Laurindo Leal Filho; Secretário Geral- Luiz Pinguelli Rosa; 1º Secretário- Newton Lima Neto; 2º Secretário- Flávio Valente; 1º Tesoureiro- Mindé Menezes; 2º Tesoureiro- Francisco Alves; Vice-Presidente da Regional Sul- Sérgio Pires; Vice-Presidente da Regional SP- Carlos Baldijão; Vice-Presidente da Regional RJ- João Ferreira Filho; Vice-Presidente da Regional Leste- Renato Ortiz; Vice-Presidente da Regional Centro-Oeste- Marco Antonio Leite; Vice-Presidente da Regional Nordeste 1 (BA,AL,SE)- Amundson Portella de Holanda Cavalcanti; Vice-Presidente da Regional Nordeste 2 (PB,PE,RN)- Rubens Lira; Vice-presidente da Regional Nordeste 3 (MA,PI,CE)- Arlindo Raposo; Vice-Presidente da Regional Norte (PA, AM,AC)- Carlos Tomaz.

Segundo a documentação pesquisada, esses são os dados reais da criação da ANDES. No entanto, através do depoimento do professor Ivan Miguel Costa, da Universidade Federal de Uberlândia e que participou de toda essa mobilização, alguns

informes importantes revelam o que ocorria, de fato, durante este processo de criação da ANDES e da composição de nomes para a diretoria provisória.

“Quando da preparação para criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, através dos ENAD’s e encontros informais na SBPC e outros, já havia concepções político-ideológicas bem diferenciadas dentro do movimento. Isto sempre foi escamoteado nas discussões e desaparece nos documentos oficiais das entidades. Foi criado e reforçado o mito de um movimento puro, representativo das bases e sem nenhuma vinculação ideológica ou político-partidária. Quem conhece por dentro o movimento sindical brasileiro sabe que isto não é verdade.

A criação da ANDES uniu, num primeiro momento, professores que traziam história prévia de militância político-sindical, ideologia de esquerda e vinculação partidária claramente definidas; professores engajados no levante da sociedade civil contra a ditadura militar, que conheciam bem a necessidade de organização e de unidade e professores de ideal acadêmico, apenas fascinados com o arejamento e o clima de liberdade que estava nascendo.

O primeiro grupo tinha experiência maior, estratégia clara da necessidade de se evoluir para o Sindicato Nacional e a garra da militância. Foi o grupo que mais trabalhou no início do processo para viabilizar a entidade nacional, liderado por Newton Lima Neto da Universidade Federal de São Carlos, que foi o Secretário Geral da Coordenação Nacional de AD’s e responsável pela correspondência e estratégias de mobilização. Pelo trabalho tornou-se candidato natural à 1º Presidente da ANDES.

Quando a ANDES foi criada, no entanto, outros embates e questionamentos de representatividade foram colocados. Os principais: a questão regional, resolvida com a criação das secretarias regionais, a questão setorial (na época as AD’s eram fortes nas universidades federais autárquicas, que tinham um salário muito defasado e estavam em campanha salarial. A mobilização era frágil nas fundações federais onde os professores tinham salário diferenciado mas nenhuma estabilidade. As universidades particulares mais mobilizadas já tinham tradição de luta por meio dos SINPRO’s e viviam o problema de dupla representação. As estaduais negociavam com governos estaduais deferentes, pautas de reivindicações bem diferenciadas o que levava à luta isolada. A base da ANDES eram as universidades federais autárquicas) e a questão da representatividade acadêmica dos líderes do movimento nacional para facilitar a penetração em setores resistentes à concepção

sindical. Além do mais, no grupo sindical já havia a mesma divisão ideológica que sempre atravessou o movimento sindical brasileiro, que pode ser resumido em concepções PT x concepções PC.

Quando Luiz Pinguelli Rosa, de grande prestígio acadêmico e militante na SBPC contra a ditadura militar, apoiado por facções sindicais resolve bater chapa, Newton Lima Neto, que era de uma fundação federal, não sai candidato e apoia Osvaldo de Oliveira Maciel, que vem de uma boa gestão como presidente de AD, tem prestígio institucional na Universidade de Santa Catarina e prestígio acadêmico.

Vencendo Maciel, Luiz Pinguelli vai para a Secretaria Geral da 1ª gestão e, para se evitar qualquer divisão, o grupo sindical prestigia Luiz Pinguelli e o apóia para Presidente na Segunda Gestão.

Newton Lima Neto seria naturalmente o 3º Presidente da ANDES, mas, foi novamente impedido, desta vez, por trabalhos acadêmicos. O movimento só o fez justiça, pelo trabalho realizado, na quarta gestão da ANDES, em que chegou a Presidente competindo com Paulo Rosas de Pernambuco (Chapa: em defesa da Universidade), quando a ANDES, já consolidada, apresentava para escolha direta duas concepções sindicais diferenciadas”. (Uberlândia/MG, 1999).

Assim, podemos constatar que, a exemplo do movimento sindical de outras categoria de trabalhadores, também o movimento docente tinha concepções sindicais diferenciadas quanto à forma de conduzir a luta da categoria docente do ensino superior. Apesar de estar representada pelos três setores de ensino – federal, estadual e particular – no dia de sua criação, a associação nacional, neste momento, era mais representativa dos professores das universidades federais autárquicas que se encontravam em difícil situação salarial. Essas concepções sindicais permeiam até os dias de hoje o movimento docente do 3º grau.

A partir de fevereiro de 1981, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior tinha como tarefa fundamental estruturar-se enquanto entidade representativa de uma categoria de trabalhadores, a dos professores do 3º grau e, ao mesmo tempo, reorganizar o conjunto dos professores para fazer do movimento docente um movimento forte. Para tanto, era necessário unificar todas as reivindicações das bases, que consistiam em um novo plano de carreira, reajuste salarial semestral,

revogação do Decreto Lei nº 6733/79 que interferia na autonomia das universidades quando impedia a escolha dos dirigentes universitários pela comunidade acadêmica, dentre outros, ao mesmo tempo em que deveria traçar suas diretrizes no sentido de fazer avançar o movimento docente como um todo. Além dessa tarefa, estava implícito que fazer avançar o movimento docente significava, primeiramente, unificá-lo e fortalecê-lo, e, para fortalecê-lo, havia a necessidade de se propor novas formas de mobilização, no sentido de sensibilizar outros professores para a importância da criação de novas ADs, em outras Universidades espalhadas pelo País.

Portanto, ainda estavam latentes as reivindicações dos professores das ADs que deveriam, naquele momento, ser unificadas em uma associação nacional.

3. Primeiros encontros nacionais da ANDES

a) I CONAD e novas Associações Docentes

Ao mesmo tempo em que havia toda essa preocupação pelo fortalecimento do movimento docente, a luta dessa nova entidade nacional – ANDES, continuava. Dessa forma, ocorre a primeira reunião do Conselho Nacional de Associações de Docentes chamado de I CONAD, nos dias 17, 18 e 19 de abril de 1981, em São Paulo/SP, na sede da APROPUC, no qual estavam presentes 40 ADs, representando as Universidades Particulares, Fundações Federais, Autarquias Federais e Estaduais (Boletim ANDES nº 2, maio, 81, p. 6 e 7). Os CONADS, seriam realizados ordinariamente duas vezes ao ano, com o objetivo de discutirem, avaliarem e aprovarem questões relativas àquelas reivindicadas pela categoria e subordinadas às decisões do Congresso e de funcionar enquanto um Conselho que teria o papel de fiscalizar a ANDES.

Segundo a Diretoria da ANDES, esse CONAD avançou no fortalecimento da categoria, no momento em que define as suas principais bandeiras de luta.

“a realização desse 1º CONAD, durante a semana santa, representou um avanço na consolidação da ANDES e teve como característica principal o detalhamento e a especificação das diversas bandeiras de luta levantadas por ocasião do 1º

Congresso Nacional em fevereiro, em Campinas. As resoluções do 1º CONAD publicadas no Boletim da ANDES nº 2 (maio 81) dão conta da amplitude das tarefas que o movimento nacional de docentes deverá enfrentar nos próximos meses. O único questionamento que poderia ser feito a esse documento diz respeito ao não estabelecimento de prioridades ou de mecanismos de viabilização sucessiva das diversas bandeiras de luta”. (Ofício Circular 2-Secret. nº 010/81)

As discussões desse CONAD versaram sobre pontos que já vinham sendo contemplados em outros Encontros, incluindo, nestas discussões, a campanha pela estabilidade, atuação sindical e relacionamento entre ADs e Sindicatos, subsídios para as IES particulares, dentre outros.

Este CONAD teve importância fundamental para o movimento docente, tanto pelas discussões de sua pauta como pelo resultado dessas discussões, fazendo com que o Ministro da Educação e Cultura, General Ruben Carlos Ludwig, recebesse a Diretoria da ANDES, no dia 11 de maio de 1981, constituída pelos seguintes Diretores: Osvaldo de Oliveira Maciel-Presidente, Laurindo Leal Filho-2º Vice-Presidente, Luís Pinguelli Rosa-Secretário Geral, Newton Lima Neto-1º Secretário, Flávio Luís Schieck Valente-2º Secretário, Mindé Badawy de Menezes-1º Tesoureiro, assim como Marco Antonio Sperb Leite-Vice-Presidente Regional Centro-Oeste e Pascoal Torres Muniz da AD da Universidade Federal do Acre (Boletim da ANDES nº 2, maio de 1981, p.7).

O resultado e o encaminhamento desse encontro com o Ministro Ludwig foi a promessa de atendimento das principais bandeiras de luta do MD: estabilidade, isonomia, aposentadoria integral, carreira docente, dentre outras. Esse encontro é notificado às ADs, intensificando e oportunizando as discussões nas bases e possibilitando, dessa forma, uma tomada de posição unificada e, portanto, forte.

A “Luta pela Estabilidade”, que era um dos pontos mais discutidos pelo movimento docente, em especial no I CONAD, traz a seguinte nota:

“Por decisão do CONAD, o dia 29 de abril foi transformado em “Dia Nacional de Luta pela Estabilidade e de Solidariedade aos Demitidos”. A data marcou o início de uma campanha nacional para por fim ao violento processo de demissões que vem-se abatendo sobre a categoria.

Na PUC do Rio houve ato de apoio aos demitidos, a APROPUC de São Paulo distribuiu aos seus associados documento para ser lido em sala de aula condenando as demissões e informando aos estudantes da situação vivida pelos professores, na PUC de Campinas foi realizado debate sobre estabilidade no emprego, o mesmo ocorrendo na UNICAMP.

Em São Paulo, a ANDES divulgou nota manifestando seu repúdio às demissões dos professores da PUC do Rio, e, no dia 29, nas várias manifestações foram lembradas as demissões arbitrárias de professores ocorridas na FAAP de São Paulo, na Universidade Federal de Uberlândia, nas Faculdades FMU-FIAM de São Paulo, na ADUNESP de Guaratinguetá, na Universidade Federal de Pernambuco, nas Faculdades Santo Amaro e na Escola de Sociologia Política de São Paulo.

A campanha prossegue com debates já programados para várias Universidades, com ênfase na luta pela estabilidade no emprego. Esse trabalho tem como objetivo divulgar as experiências de luta existentes nesse sentido e fortalecer o trabalho das Associações de Docentes”. (Boletim da ANDES nº 2, maio de 1981, p. 8)

Neste contexto de luta unificada e fortalecimento da categoria é que, no dia 24 de abril de 1981, é criada uma nova Associação de Docentes, na cidade do Recife, a ADUFERPe, hoje ADUFERPE-Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A ANDES, presente neste ato, conclamou “os sócios fundadores a se unirem em defesa da Universidade brasileira, ameaçada pelos recentes projetos governamentais que visam privatizar o ensino e reduzir a área de atuação das instituições públicas de educação superior”. (Boletim da ANDES nº 2, maio de 1981, p.02).

Também foi criada neste mesmo período a APROFURG-Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande /RS (Boletim da ANDES ° 2, maio de 1981, p. 6).

Assim, a partir da criação da ANDES, outras ADs foram-se configurando, aumentando, dessa forma, o número das ADs existentes e fortalecendo sobremaneira o movimento dos docentes do Ensino Superior, tais como: ASDESAM-Associação dos Docentes da ESAM, Mossoró/RN, 1981; ADUEL-Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina/PR, 1981; ADUCSAL-Associação dos Docentes da Universidade Católica de Salvador/BA; APUD-Associação dos Professores de

Diamantina/MG, 1983; ADUNIR-Associação Docente da Universidade Federal de Rondônia/RO, 1983; ADUA-Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas, 1983; ADUC-Associação dos Docentes Universitários de Cascavel/PR, 1983; APUC-Associação dos Professores da Universidade Católica do Paraná, 1983; ADFOP-Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto, 1983; ADUI-Associação dos Docentes da Universidade de Ijuí, 1983; ADFUNREI-Associação dos Docentes da Fundação Ensino Superior de São João del Rey, 1987; ADCEFET-MG-Associação dos Docentes do CEFET-MG, 1988; ADUNEMAT-Associação dos Docentes da FCESS de Cáceres/MT, 1989, dentre outras.

Portanto, a década de 80 foi muito rica no que se refere à criação de novas ADs, o que se estende até a década de 90 com a criação de outras, a saber: SINDOCEFET/PR-Seção Sindical dos Docentes do CEFET/PR, 1991; ADCAC-Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão/MG, 1992; ADUNIMONTES-Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros, 1993; ADUPE-Associação dos Docentes da Universidade de Pernambuco, 1995; AD de Alegre-Autarquia Municipal-Faculdade de Filosofia/Alegre/ES, 1995; ADESB-Associação Docente da Escola Superior de Belo Jardim/PE, 1995; ADCAJ-Associação Docente do Campus Avançado de Jataí -GO; SINDUTAM-Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Tecnologia do Amazonas/AM, 1996; APUNI-Associação de Professores da Universidade de Ibicarai/BA, 1996, além de outras programadas como as Associações da Fundação Escola de Belas Artes e da Faculdade de Medicina de Catanduva, dentre outras.

No que se refere à AD de Alegre, no Espírito Santo, o seu primeiro Presidente, professor José Antonio Teixeira Lima nos informa as dificuldades encontradas quando da criação da mesma, em 1995.

“Nossa AD foi criada num clima conturbado devido à direção numa atitude antidemocrática não aceitá-la. Portanto, embora já estejamos homologados pela ANDES-SN, não estamos funcionando ainda de fato e de direito. Estamos sub-judice e nosso Processo encontra-se na 17ª Região do M. Trabalho. Nosso Processo no Ministério do Trabalho é o 162/95. A Faculdade de Filosofia de Alegre por ser uma Autarquia Municipal sempre foi manipulada pelo Prefeito e seus cupinchas

e o ensino que era o fundamental sempre ficou a desejar. Para se ter uma idéia nós não temos laboratório (e tem Curso de Biologia), só tem um retroprojektor. Portanto, a idéia de uma associação era prá tentar mudar alguma coisa. Ganha-se R\$ 5,20 por hora-aula o que é uma vergonha. OBS. Por estar sub-judice eu fui demitido sem justa causa, ou seja estou afastado de minhas funções aguardando o Parecer da Justiça”. (22/04/97)

As palavras desse professor vêm comprovar que, ainda hoje, algumas ADs encontram dificuldades em serem aceitas pela reitoria de algumas universidades, significando com isso que organizar uma categoria de trabalhadores, além de ser uma difícil tarefa, exige persistência por parte daqueles que conseguem entender tal importância.

A criação de novas ADs, portanto, foi um movimento social importante que foi surgindo em algumas universidades após a criação da ANDES, cujo objetivo fundamental era fortalecê-la ampliando o seu leque de atuação que, naquele momento, já conquistava o enquadramento dos professores colaboradores, o arejamento de algumas universidades quanto ao autoritarismo imposto por algumas reitorias, a ativação dos organismos colegiados, dentre outros, conforme nos explicita o professor Sadi Dal Rosso, um dos fundadores da ANDES e que a presidiu no período de 1988 a 1990.

“A criação da Andes tem importância por ter sido um movimento social com raízes nos locais de trabalho, superando a estrutura corporativista sindical. A ANDES foi criada no interior do Regime Militar e se transformou numa peça importante de luta pela democratização da sociedade brasileira. Assim como na sociedade a transição dos militares para o governo civil, também nas Universidades as eleições possibilitaram a transição de administrações reacionárias para Reitorias mais liberais. Vários enfrentamentos resultaram em sucessos: o enquadramento dos professores colaboradores, o arejamento das Universidades, a ativação dos organismos colegiados, a luta democrática. O fato mais marcante da época da criação da ANDES foi o surgimento de Associações de Docentes nas diversas Universidades Brasileiras”. (resposta a questionário, 1977)

Por outro lado, a ANDES, ao mesmo tempo em que enaltecia a necessidade de se criarem novas ADs, continuava o seu trabalho sindical, em meio aos

graves fatos sociais que ocorriam no Brasil, a exemplo do Rio Centro. Quanto a esse acontecimento, a manifestação de repúdio da ANDES e de algumas ADs foi a seguinte:

“As Associações de Docentes abaixo-assinadas vêm a público denunciar que, mais uma vez, o terrorismo vem atentar contra a vida e segurança dos cidadãos. Desta vez o alvo eram pessoas que pacificamente se reuniam para um espetáculo em comemoração ao Dia do Trabalhador, no Rio Centro. Num acidente com uma das bombas morreu um dos principais suspeitos desta ação fascista e criminosa. O mais grave, no entanto, é que os suspeitos são agentes de órgãos de “segurança” e repressão, especificamente do DOI-CODI. Exigimos que a responsabilidade por este crime seja apurada até as últimas consequências e que os culpados sejam punidos, sem que autoridades insistam em inventar fatos e diálogos sabidamente inverídicos que, tentando encobrir estas ações abomináveis, passam a ser verdadeiros atentados contra a moral e a inteligência de todo um povo. Estamos certos de que para que se estabeleça o clima de tranquilidade que nos levará à sociedade democrática, é absolutamente necessário que se desmantelem todos e quaisquer órgãos de repressão”. (ANDES Boletim das ADs nº 2, maio de 1981)

Assim, a Associação Nacional participava das lutas sociais exigindo o fim dos órgãos de repressão, ao mesmo tempo em que se preocupava com seu trabalho sindical, no sentido de reivindicar do governo as necessidades prementes exigidas pelos docentes das IES.

b) II CONAD e 1ª CONCLAT

Em meio a esses acontecimentos, nos dias 6 e 7 de junho de 1981, na cidade de Salvador, Bahia, ocorre mais uma Reunião da Diretoria da ANDES. Nessa Reunião, foram discutidas as propostas do governo, que eram a transformação das Autarquias em Fundações, assim como o seu interesse na implantação do ensino pago nas Instituições de Ensino Superior. A posição firmada pela Diretoria da ANDES foi sempre a defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis e contra a implantação do ensino pago nas universidades mas, para isso, propunham uma grande mobilização

que viesse esclarecer tais fatos e culminasse com a realização de um Seminário Nacional, no 2º semestre de 1981.

Discutiu-se, também, a participação da ANDES na 1ª CONCLAT-Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras-prevista para os dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981. Esse Encontro tinha a convocação de 200 entidades sindicais de todo o País e tinha como pontos de pauta discutir as condições de vida do trabalhador brasileiro assim como, o trabalho, o salário e a construção de uma Central Única que viesse representar todos os trabalhadores do Brasil. A participação do movimento docente do 3º grau na 1ª CONCLAT, junto às outras categorias profissionais, tinha uma motivação comum que era a mobilização da sociedade civil no sentido de reivindicar os direitos sociais dos trabalhadores. Por outro lado, para o MD, era a tentativa de aproximar a luta do magistério com a luta dos trabalhadores em geral e ao movimento social, de forma global. Buscavam, naquele momento, mais uma vez, a sua identificação com o operariado só que, desta vez, organizados nacionalmente pelo seu sindicato.

Nesse momento em que estava em jogo a ampliação da participação do MD junto ao sindicalismo brasileiro e em que todas essas questões eram debatidas pelos professores em vários encontros, ocorre o II CONAD na cidade de Salvador/BA, nos dias 5, 6 e 7 de julho de 1981, o qual reuniu 47 ADs de todo o País. Esse CONAD aprova por unanimidade a participação da ANDES na 1ª CONCLAT, em agosto de 1981, em que esteve representada por 7 delegados, todos da Diretoria. Assim, segundo os professores representantes das Associações de Docentes, *“ficou descaracterizado a dupla representação (ADs e Sindicatos de Professores) pois as Associações são instâncias de organização dos professores em seus locais de trabalho”*. (Boletim da ANDES nº 3, agosto de 1981, p. 7) A esse respeito a ANDES encaminha à Comissão Pró-CUT, um repúdio aos critérios estabelecidos para representar a CONCLAT, pedindo a possibilidade de revisão dos mesmos. Esta Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras significou o primeiro esforço de organização interna das classes trabalhadoras no Brasil, no sentido de uma grande articulação nacional, originando, mais tarde, a criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores - e da CGT – Central Geral dos Trabalhadores.

Após este CONAD o Ministério da Educação e Cultura, por meio de seu Ministro Ruben Ludwig, anunciou que não mais transformaria as Universidades Federais Autáquicas em Fundações e anuncia, em seguida, sua nova proposta, a de *“Reforma Gerencial nas Universidades, independente do seu modelo jurídico”* (Boletim da ANDES nº 3, agosto de 1981, p.8). Essa Reforma Gerencial também tinha a intenção de privatizar as universidades, segundo análise do movimento docente, na época.

Com a participação da ANDES nesta 1ª CONCLAT, os docentes encaminharam as seguintes propostas para serem discutidas por todos os trabalhadores: melhores salários; estabilidade no emprego; garantia de estabilidade para dirigentes das ADs e ANDES; reformulação da CLT-Consolidação das Leis do Trabalho - cálculo salarial do professor horista; aprovação de um novo Estatuto para a Associação; reajuste salarial único para 1982 e a paridade de proventos para aposentados e pensionistas.

Nesta 1ª CONCLAT acontece um fato importante, já cogitado e articulado pelos vários sindicatos brasileiros que é a criação da Comissão Pró-CUT, porque já era tempo de se criar uma Central que unificasse a luta de todos os trabalhadores.

“A 1ª CONCLAT unifica lutas e cria Comissão Pró-CUT. A 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras-reuniu em São Paulo cerca de 5 mil delegados de todo País, representantes de mais de 1 100 sindicatos e entidades. Este encontro significativo foi o primeiro passo dado em direção à unificação das lutas dos trabalhadores e criação da CUT-Central Única dos Trabalhadores. O dia 1º de outubro foi o dia escolhido como o Dia Nacional de Mobilização em defesa de uma série de reivindicações entre as quais destacam-se: a elaboração pelos trabalhadores de um Código Nacional de Trabalho; estabilidade no emprego; unicidade sindical; desatrelamento do Sindicato do Estado; criação da CUT; direito à sindicalização para os funcionários públicos e reivindicação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana”. (Boletim Informativo ANDES nº 3, agosto, 1981, p.2)

Ao mesmo tempo em que acontece toda essa mobilização sobre a 1ª CONCLAT, a ANDES continua estruturando-se internamente. Nesse trabalho, por meio do II CONAD, discute a criação de uma Assessoria Jurídica, dado o agravamento das repressões nas Universidades.

Este CONAD também é contra a transformação das Autarquias em Fundações e pondera a possibilidade de uma greve geral. Reafirma a ampliação do percentual do orçamento federal para a educação para 12%. O Ministro exige, do Ministério do Planejamento, apenas 7%. Portanto, continuavam as mobilizações.

Observemos como este CONAD se posiciona quanto aos subsídios para as escolas particulares:

“se posiciona contra a concessão de subsídios às mantenedoras porque funcionam efetivamente como empresas privadas de ensino, capitalizando ou distribuindo a seus proprietários os benefícios obtidos, sem qualquer proveito para o ensino e a pesquisa na Universidade. Ao se posicionar dessa maneira, a ANDES não subestima o problema gravíssimo dos estudantes e professores do ensino privado, considerando que os auxílios e bolsas para os estudantes, as verbas para a pesquisa e para a melhoria do ensino e das condições de trabalho e de remuneração dos professores devem ser admitidos desde que dados diretamente à comunidade acadêmica e controlada por ela, até que se resolva definitivamente a aberração que significa o ensino superior privado no Brasil”. (Boletim Informativo ANDES nº 2, p.3, julho de 1981).

4. Grupos de Trabalho e Escritórios Regionais

Na década de 80, criou-se o GT Educação, que começa a atuar com afinco, tendo sua primeira reunião marcada para o dia 9 de agosto de 1981, em Belo Horizonte, MG, iniciando, dessa forma, a formação de novos Grupos de Trabalho (Boletim Informativo ANDES nº2, p.3, agosto de 1981). Hoje a ANDES conta com os GT de Ciência e Tecnologia, GT de Política Sindical, GT de Política Educacional, GT de História do Movimento Docente, GT de Política Agrária, dentre outros.

Com a posse da Diretoria Provisória em 1981, já se iniciava na ANDES, a formação de alguns Escritórios Regionais, constituídos por VPR-Vice-Presidências Regionais como a Leste que, neste caso, representava as ADs de Belo Horizonte, Espírito Santo, Juiz de Fora, Uberlândia, Viçosa e São João del Rey (Boletim Informativo ANDES nº 2, p.4, julho de 1981).

Constituem-se também, durante as Eleições da Diretoria Provisória, as Regionais Sul, representando as ADs do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;

São Paulo, representando as ADs de São Paulo; Rio de Janeiro, representando as ADs do Rio de Janeiro; Centro-Oeste, representando as ADs de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal; Nordeste I, representando as ADs da Bahia, Alagoas e Sergipe; Nordeste II, representando as ADs da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte; Nordeste III, representando as ADs do Maranhão, Piauí e Ceará e Norte, representando as ADs do Pará, Amazonas e Acre.(Ata nº 2, da Reunião de Eleição e posse da 1ª Diretoria da ANDES, p. 8)

Os resultados gerais da eleição da 2ª Diretoria da ANDES, por região, em junho de 1982, explicita que a regional chamada Centro, passa a representar as ADs de Goiás e Distrito Federal, não sendo mais chamada de Centro-Oeste. (Boletim da ANDES, ano II, nº 8, junho de 1982, p.2).

Essa estrutura montada em Regionais foi importante porque, por ser o território brasileiro muito extenso, as Regionais serviriam de apoio ao Sindicato Nacional como um todo, à medida em que representasse as ADs que pertenciam àquela localidade em que estava inserida a regional.

Segundo a VPR-Pantanal, criada em junho de 1992 e que representa os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a importância das Regionais se deve à sua atuação política e à sua expansão junto às universidades particulares, enquanto forma de unificação do MD como um todo.

“as Regionais foram criadas para atuação política do Sindicato como um todo, principalmente no que se refere à sua expansão junto ao setor das Particulares e representam para o movimento docente, uma possibilidade a mais de reunir em termos regionais todas as secções sindicais. As reuniões, em geral, possibilitam questionamentos, estratégias mais imediatamente ligadas a um grupo de Secções Sindicais”. No Centro-Oeste, por exemplo, as Regionais foram organizadas em duas: Uma que compreende as IES de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, cujo nome, pela característica regional ficou sendo Planalto e outra, a Pantanal, que engloba as IES de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”.
(resposta a questionário)

Atualmente a ANDES SN, conta com 11 Escritórios Regionais, a saber: ANDES-SN/Escritório Regional Norte, ANDES-SN/Escritório Regional Nordeste I, ANDES-SN/Escritório Regional Nordeste II, ANDES-SN/Escritório Regional Nordeste

III, ANDES-SN/Escritório Regional Leste, ANDES-SN/Escritório Regional Pantanal, ANDES-SN/Escritório Regional Planalto, ANDES-SN/Escritório Regional Rio de Janeiro, ANDES-SN/Escritório Regional Rio Grande do Sul, ANDES-SN/Escritório Regional São Paulo, ANDES-SN/Escritório Regional Sul. (ANDES SN, 1996)

Nessa construção do Sindicato Nacional, sentiu-se também a necessidade de se criar uma Central de Informações, na cidade de Salvador, BA, para que houvesse maior flexibilidade e agilidade para se obter informações das ADs, ao mesmo tempo em que a ANDES teria um meio de divulgação maior para informar a situação do movimento docente nacional às referidas ADs (Boletim Informativo da ANDES nº 2, julho de 1981, p. 3).

5. Algumas paralisações docentes, greves nacionais e o III CONAD

Nos dias 21 a 25 de setembro de 1981, ocorre a “Semana de Mobilização”, sendo o dia 23, o Dia Nacional de Paralisação. As reivindicações feitas pelos vários setores das Universidades estavam assim definidas: Fundações - envio ao Congresso do Projeto de Carreira Unificado para os docentes das IES Fundações Federais e exclusão das Fundações da Lei 6733; Autarquias - por 45% de reposição salarial a partir de março de 1981 e reajuste semestral a partir de setembro, enquadramento dos discriminados pelo projeto de carreira; Particulares - pela estabilidade de emprego durante o ano letivo; Estaduais - pelo reajuste semestral. Esta paralisação atingiu 24 Universidades e instituições isoladas e parcialmente outras 5, num total de 25 mil professores. O papel desempenhado pela ANDES era o de canalizar o movimento específico dos vários setores universitários e dos técnicos administrativos e articulá-lo com o movimento das demais categorias de trabalhadores, haja vista que as verdadeiras causas da exploração do trabalho deve unificar à todos, conforme nos explicita a citação que segue. Assim, é papel da ANDES,

“canalizar no seu seio esse movimento específico, articulando-o, com os demais setores de docentes universitários - particulares, fundações e estaduais e direcionando-o politicamente no sentido de colocá-lo não só no contexto mais amplo de todos os professores, mas também dos funcionários públicos e de todos os

trabalhadores. (.....) Nada impede que essas lutas venham a confluir, embora haja níveis de mobilização diferenciados no momento. A ANDES deve abrir o espaço para o movimento fluir naturalmente, organizando-o e dirigindo-o sem canalizá-lo fora do seu curso normal. A própria luta salarial é política em si mesma, desde que não caia em um cooperativismo cego que não veja mais nada em torno, sem enxergar as verdadeiras causas da exploração do trabalho que unem todos os trabalhadores. (...)”
(Boletim da ANDES nº 5, outubro de 1981, p. 2)

Se até 1979, as greves aconteciam apenas nas universidades, a partir de 1980 já existia a tentativa de torná-las unificadas por meio da Coordenação Nacional das ADs, no sentido de fortificá-las nacionalmente. Como exemplos dessa tentativa, no dia 17 de abril de 1980 ocorre o “Dia Nacional de Luta Salarial” em que o movimento docente reafirma a questão salarial e de carreira do magistério e dias 11 a 13 de junho de 1980, paralisa as atividades dos docentes, pelas mesmas reivindicações. (Boletim da ANDES nº 5 setembro de 1980, p. 2 e 3). Com esses e outros acontecimentos emergenciais da época, define-se o dia 23 de setembro de 1981, como o “Dia Nacional de Paralisação”.

Após o sucesso desse Dia de Paralisação, em que o maior número de professores que aderiram foram os das Universidades Federais Autárquicas, a ANDES envia ao Ministro da Educação e Cultura Rubem Carlos Ludwig, um ofício de nº 029/81, no dia 28 de setembro do mesmo ano, solicitando uma audiência para o dia 15 de outubro de 1981, com o objetivo de conhecer as respostas do Ministro às reivindicações dos professores dos três setores, encaminhadas quando da realização da Semana de Mobilização nos dias 21 a 25 de setembro de 1981.

Em muitos Estados houve grande cobertura da imprensa que explicitava em suas manchetes as seguintes notícias com referência à greve do dia 23: “25 mil professores paralisaram”, “Professores hoje em greve nacional”; “Os docentes universitários farão semana de mobilização”; “Ludwig atribui paralisação em Universidade Federal a intolerância do professor”; “ANDES anuncia a paralisação em 17 instituições”; “ANDES entrega reivindicações ao Ministério; dentre outras. (Boletim da ANDES nº 5, outubro de 1981, p.3). Conquistou-se, com essa paralisação, 30% além do aumento reivindicado para o funcionalismo, enquadramento dos

professores colaboradores do ano de 1980 e um espaço de seis meses para a discussão nas ADs sobre a reformulação da universidade.

Dessa forma, em meio a toda essa mobilização de reivindicações e lutas por parte da ANDES, várias ADs são criadas e grande parte das que já existiam passam a confirmar seu compromisso de filiação junto à Associação Nacional. Outras, reafirmam tal compromisso, a exemplo da ADUSP, em Assembléia no dia 23 de setembro de 1981. O professor José Jeremias de Oliveira Filho, na época Presidente da ADUSP, propõe que, *“além dessa confirmação seria necessária também a adesão individual dos associados da ADUSP à ANDES, tendo como objetivo aumentar o compromisso político do professor com sua entidade nacional”*. (Boletim da ANDES nº5, outubro de 1981, p.3)

Assim, o MD do 3º grau aponta para o dia 23 a 25 de outubro de 1981, em Brasília, a realização do III CONAD e o Primeiro Congresso da ANDES, para 1982, na cidade de Florianópolis/SC, com os temas: avaliação do movimento docente e da ANDES, programa de lutas específicas e gerais, e determinação de formas de ação, Estatuto da ANDES e eleições, sem se perder de vista um dos pontos fundamentais do movimento que era a continuação da mobilização dos docentes do Ensino Superior.

Como ficou demonstrado, é inegável a contribuição que a criação da ANDES trouxe ao movimento docente como um todo, especialmente no fortalecimento das Associações de Docentes. Embora o ano de 1984 aponte o final do regime autoritário implantado pelos militares nos anos 60, no Brasil, toda a mobilização do final da década de 70 e a criação da ANDES em 1981, pelos professores universitários, foi muito difícil. O momento ainda era de repressão e autoritarismo, ao lado das grandes mobilizações organizadas pela sociedade civil, partidos políticos, dentre outros, que ocorriam no País se contrapondo ao regime imposto. Portanto, a criação de uma Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior devia ser vista pelas ADs como uma força urgente e necessária que, embora inexperiente, era corajosa no seu objetivo de articular e unificar o movimento docente, no seu conjunto. Isso foi, de fato, importante, porque ao mesmo tempo em que fortaleceu todo o movimento docente de 3º grau, fortaleceu e estimulou o surgimento e a configuração de novas ADs nas Universidades

brasileiras, o que ocorre até os dias de hoje, dentre os muitos acontecimentos históricos que marcaram nacionalmente o movimento docente.

6. Gestões da ANDES - 81/88 – Fatos marcantes

a) Considerações iniciais

A partir de fevereiro de 1981, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior tem sua trajetória marcada pela participação nos grandes acontecimentos nacionais, cujos atores defendiam, dentre outras coisas, a liberdade e a igualdade para(toda a população brasileira, assim como a soberania nacional e a democratização do País. Ao mesmo tempo, tem sua trajetória marcada pela realização de encontros locais, regionais, estaduais e nacionais, que tratavam das questões específicas de sua categoria tais como a defesa de um ensino público, gratuito e de qualidade, mais verbas para a educação, melhores salários e condições de trabalho, carreira única para os docentes, e autonomia universitária. Essas reivindicações foram preocupações de todas as Diretorias da ANDES perpassando, portanto, o MD até os dias de hoje enquanto pontos comuns de luta e de encaminhamento. A luta contra o despotismo, o arbítrio, o autoritarismo de governantes e dirigentes das IES que em alguns momentos praticavam demissões sumárias de professores, também foi ponto de pauta sempre presente nas gestões em referência. Destacam-se também, as greves da categoria e o confronto de concepções diferenciadas, presentes no interior do MD.

Outras reivindicações tornaram-se destaque em algumas diretorias, a exemplo da filiação da ANDES a uma Central Sindical; a sindicalização dos servidores públicos; a participação em debates com a Secretaria da Educação; a articulação incisiva junto à UNE, UBES, OAB, dentre outras, para fortalecer as lutas empreendidas; a construção de propostas unitárias que envolvam os três segmentos universitários – ANDES SN, UNE e FASUBRA, o impeachment de Collor de Mello, a proposta de transformação da APUBH em Associação Sindical dos Docentes da UFMG-APUBH, dentre outras. Evidentemente que, após conquistar algumas dessas reivindicações, não havia motivos para que o MD realizasse novas discussões a respeito das mesmas. No entanto, nos dias de hoje, com as reformas propostas pelo governo federal, voltam à tona

novas discussões com novas propostas de mudanças constitucionais que ferem as garantias e os direitos adquiridos da população brasileira como um todo. Neste momento, o MD está atento para as eventuais alterações nessas conquistas sociais, a exemplo do desconto da Seguridade Social para os funcionários públicos federais que se aposentaram e que têm, como direito adquirido, o não desconto. Todas essas questões são debatidas, hoje, nos inúmeros encontros promovidos pela ANDES SN, destacando-se, dentre eles, os CONADs e Congressos que ocorrem a partir da criação da ANDES por suas várias Diretorias. Estas Diretorias são apontadas no quadro II, abaixo, contendo os nomes dos presidentes da ANDES e do Sindicato Nacional, com os respectivos períodos de suas gestões e os concorrentes às eleições das Diretorias do Sindicato, no período de 1981 a 1996. Este quadro nos chama a atenção para o fato de que, em vários momentos de eleição para a Diretoria da ANDES, não houve disputas eleitorais, o que podemos constatar nos anos de 82, 84, 88, 90, 92 e 94, cuja eleição ocorria com chapa única. Isso nos leva a alguns questionamentos sobre a existência ou não de um grupo muito forte dentro do movimento docente ou do pouco interesse da categoria em participar de chapas eletivas, questões que serão tratados no desenrolar deste capítulo.

QUADRO Nº II –PRESIDENTES DA ANDES E DO SINDICATO NACIONAL

Períodos	Presidentes	ADs	Concorrentes
1981/1982	Oswaldo de O. Maciel	APUFSC	Luiz Pinguelli Rosa
1982/1984	Luiz Pinguelli Rosa	ADUFRJ	Não houve
1984/1986	M ^a José Vieira Feres	APESJF	Não houve
1986/1988	Newton Lima Neto	ADUFSCar	Chapa 2 “ANDES Hoje. Em defesa da Universidade”
1988/1990	Sai Dal Rosso	ADUnB	Não houve
1990/1992	Carlos Eduardo M. Baldijão	ADUSP	Não houve
1992/1994	Márcio Antônio de Oliveira	APESJF	Não houve
1994/1996	Luiz Henrique Schuch	ADUFPel	Não houve
1996/1998	M ^a Cristina de Moraes	ADURN	Chapa 2: “Andes para Todos” e Chapa 3: “Em Defesa da Democracia e da Universidade”

Fonte: ANDES SN – BSB – 1996

Analisando o quadro acima, verificamos que, além da disputa pela Diretoria Provisória da ANDES em que concorreram o nome de dois candidatos, Maciel e Pinguelli, escolhidos pelos delegados do I Congresso Nacional de Docentes

Universitários, em 1981, em Campinas, tivemos ao longo de 14 anos, ou seja, de 8 gestões, apenas três chapas que disputaram a direção do sindicato, concorrendo com a chapa da situação, em dois momentos distintos: Chapa 2 – “ANDES Hoje. Em Defesa da Universidade”, nas eleições de 1986; Chapa 2 – “ANDES para Todos” e Chapa 3 – “Em Defesa da Democracia e da Universidade”, nas eleições de 1996. Portanto, 8 anos após a primeira disputa de 86, ou seja, após 4 gestões é que surgem essas chapas concorrendo às eleições da ANDES SN. Isto significa que as lideranças que participaram da criação da ANDES e que estiveram em sua direção durante tantos anos constituem, de fato, um grupo majoritário dentro do MD. A importância histórica dessas disputas, serão apontados em cada gestão que presidiu a ANDES. No entanto, em 1998, ocorre nova disputa às eleições da Diretoria do Sindicato com a Chapa – “Ganhar a Andes para não perder a Universidade”, tendo a mesma sido eleita. Esta chapa concorre com a chapa 1, da situação: “ANDES Autônoma e Democrática”. É a primeira vez que uma chapa de oposição ganha essas eleições. A ANDES SN tem, hoje, como Presidente o professor da Universidade Federal de Porto Alegre/RS, Renato de Oliveira. Este não deixa de ser um fato histórico relevante na vida do Sindicato Nacional, pois, com a dissidência dos professores que apoiavam as inúmeras diretorias da ANDES SN, estes se unificam com os professores de outras tendências políticas, presentes no movimento docente, formam uma chapa de oposição e ganham as eleições de 98. Esta chapa, portanto, aglutina na composição de sua Diretoria, várias tendências políticas que compõem o movimento docente do ensino superior e apresenta propostas que partem da especificidade acadêmica dos professores, a exemplo da defesa dos salários da categoria que não têm reajuste há mais de 5 anos, entendendo que essas questões não podem ser dissociadas de uma política geral de Estado. Quem melhor pode explicitar as propostas políticas desta chapa de oposição é Dalton Melo Macambira, professor de História Contemporânea da UFPI e 1º Vice-Presidente da ANDES SN.

“somos mais identificados com o pensamento médio do conjunto dos professores universitários brasileiros, fato indispensável para um processo de reaproximação da ANDES com suas bases, principalmente com a chamada comunidade científica. É um absurdo querer reduzir o movimento docente à sua militância, aos frequentadores de assembleias, Conad's e Congressos. Um

sindicato de trabalhadores intelectuais, de produtores do conhecimento, de ciência e tecnologia, como é a ANDES SN, não pode reduzir sua atuação apenas à dimensão sindical ou corporativa, mas também precisa dar conta da sua dimensão acadêmica e institucional. O comportamento exclusivamente sindical afastou a ANDES da academia. A preocupação maior com a preservação da universidade pública foi apenas e tão somente discurso, retórica.Nossa postura sindical não comportará preconceitos. A atuação no terreno institucional é uma necessidade, sobretudo porque devemos buscar sempre a negociação e, quando for o caso, a greve como instrumento legítimo do movimento sindical para defender os interesses dos trabalhadores. O desafio é garantir a permanente mediação dialética entre a ação institucional (negociação) e a ação sindical (mobilização). Também não temos dúvida que a principal campanha sindical e batalha política a ser desenvolvida em 1998 passa pelo processo eleitoral, sobretudo para Presidente da República. Devemos, juntamente com a CUT, articular um amplo movimento social para lutar contra a reeleição de FHC.” (InformANDES nº 84, 1998, p.10-11)

Entendemos que o importante, neste momento, é que esta, ou outra diretoria que venha a assumir a direção do Sindicato Nacional, tenha a compreensão do papel que representa junto à categoria docente, à universidade e à sociedade. Assim, além do fortalecimento das lutas das ADs, da organização nacional dos professores e encaminhamento de suas reivindicações, da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, é fundamental a participação junto às lutas sociais. É dessa forma que o MD estará contribuindo para o avanço da organização dos trabalhadores brasileiros.

b) Diretoria Provisória – Osvaldo de Oliveira Maciel – 81/82

Segundo o Livro de Atas nº 02 da “Reunião de Eleição e Posse da Primeira Diretoria da Associação Nacional dos Docentes Universitários”, p.7, 7^A e 8, o presidente eleito foi o professor Osvaldo de Oliveira Maciel, da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, cuja gestão foi de 1981 a 1982, com uma Diretoria Provisória, muito embora esta esteja referenciada no título da Ata nº 02 como “Primeira Diretoria.” Maciel foi eleito com 135 votos, no dia 20 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, pelos delegados do I Congresso Nacional de Docentes Universitários, contra o candidato Luiz Pinguelli Rosa, da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro que ficou com 94 votos e 14 abstenções. Pinguelli é eleito presidente na gestão seguinte.

Em entrevista com alguns professores que participaram da criação da ANDES, em 1981, a escolha de um candidato para presidir provisoriamente a Entidade ocorreu em meio a uma disputa sobre duas concepções sindicais diferenciadas que tinham alguns professores, naquele momento. A primeira entendia o sindicato enquanto associação nacional que tivesse como base representativa as ADs e a outra que entendia o sindicato enquanto federação de ADs. Como podemos constatar, os professores que participaram da criação da ANDES, não tinham uma visão sindical de unidade quanto à forma de organizar o MD. A esse respeito, a citação que segue esclarece sobre essas diferentes concepções.

“A grande discussão que se travava entre os líderes do MD desde julho de 80, no ENAD Extraordinário do Rio de Janeiro, a respeito da criação de uma entidade nacional representativa dos docentes, era o confronto de duas concepções: uma que defendia uma federação de ADs, ou seja, uma entidade de entidades, e outra que propunha uma associação nacional que propiciasse uma maior participação de base. Estas duas concepções (federação x associação nacional) deveriam se confrontar, quando as análises políticas foram em parte prejudicadas pelo atropelo da greve. Estabeleceu-se um certo viés, um confronto artificial entre o grupo que havia defendido a deflagração da greve, que prevaleceu, e o grupo que propunha o adiamento da greve. Embora os que defenderam a deflagração da greve fossem os mesmos que lutavam pela concepção de entidade como associação (não federação), a discussão política sobre a natureza da entidade ficou prejudicada”. (COELHO, 1996, p. 49)

A esse respeito, o professor Luis Pingueli Rosa, em entrevista a Ana Manuella Soares e Luis Pedro Moreira (1996), explicita que a concepção de organização da ANDES defendida pelo seu grupo era a de uma entidade, a exemplo da OAB, SBPC, no entanto, sem perder as características sindicais necessárias a todo movimento organizado.

“havia a concepção sindical certamente puxada mais pelo grupo que apoiava Maciel e a concepção de entidade mais como uma associação, nos moldes da Associação Brasileira de Física – aliás, uma das razões pelas quais eu fui parar no movimento docente foi a minha participação como secretário nessa entidade e como membro do conselho da SBPC – uma concepção de

atitude contra a ditadura, que era o papel que essas entidades cumpriam naquele momento. O nascimento dessas entidades é justamente durante essa luta, mais a luta sindical, por salário, carreira, que também era real. E na greve (1980) essas posições ficaram bem definidas”. (Revista Universidade e Sociedade nº 11, 1996, p.143)

Por outro lado, segundo entrevista concedida a Fábio Adriano Hening e Marcos Vinícius de Almeida Saul (1995), o professor Osvaldo de Oliveira Maciel explicita que seu grupo defendia uma organização da APUFSC *“cujo modelo era o que tinha sido criado pelo pessoal do ABC. O mesmo pessoal do ABC que apanhou muito e foi para a cadeia, mas deixou uma mensagem”*. Nesses moldes esclarece: *“estou convencido de que o que nós criamos em termos de concepção sindical, em termos de organização sindical permanece”*. (Revista Universidade e Sociedade nº 10, 1996, p. 152-155). Com a posse de Maciel para a Diretoria Provisória da ANDES, entendemos que esta concepção sindical também prevaleceu e que era esta a diferença que existia entre os dois grupos que concorriam às eleições da ANDES, em 1981.

Esta questão, embora importante, não poderá ser tratada com a profundidade que merece, uma vez que, na documentação pesquisada, não foram encontradas referências que a esclarecessem de forma consistente, pelos vieses das análises políticas que foram, em parte, prejudicadas pela deflagração da greve de 1980, das IES Autárquicas, que reivindicavam a revogação do Decreto-Lei 6.733/79 que feria a autonomia das universidades. Este outorgava ao Presidente da República o poder de indicar arbitrariamente, sem mandato, os reitores e vice-reitores das IES constituídas sob o regime de Fundação Federal.

“mesmo antes de sua aprovação por decurso de prazo, em dezembro de 1979, o movimento docente vem, persistentemente, lutando (...). Reconhecidamente o maior golpe desfechado contra a autonomia da universidade brasileira, este instrumento de prepotência e arbítrio marginalizou por completo a comunidade acadêmica do processo de indicação dos dirigentes universitários nas Instituições de Ensino Superior constituídas sob o regime de Fundação Federal. Como consequência, concentrou nas mãos do Presidente da República a indicação, sem mandato, dos Reitores e Vice-Reitores daquelas IES. Através do Decreto-Lei 84.716, que regulamentou a famigerada lei, o despotismo não parou por aí: todos os dirigentes universitários, incluídos os Chefes de Departamento e os Coordenadores de Curso, passaram a ser

indicados unilateralmente pelos Reitores biônicos nomeados, enquanto os diretores de Unidade e de Centros passaram a ser, também por livre escolha, nomeados pelo MEC". (Boletim ANDES nº 17, dezembro de 1983, p. 8)

Além de se contraporem à arbitrariedade do Decreto-Lei 6733/79 que feria a autonomia universitária das Federais Fundações, os docentes das IES Autárquicas reivindicavam, durante a greve de 1980, um novo plano de carreira, reposição salarial de 48% retroativo a março de 1980, reajuste salarial semestral e verbas para a educação - 12% do orçamento da União - que já eram reivindicações do movimento docente desde o final da década de 70. Em que pese o empenho dos professores na conquista de suas reivindicações, essa greve teve como resultados apenas um novo plano de carreira para os professores e o reenquadramento dos mesmos. Considera-se que esta foi a primeira greve unificada dos servidores públicos pela experiência sindical unificada nacionalmente.

Composta a Diretoria Provisória da ANDES, o trabalho maior era unificar as lutas do movimento dos Docentes do 3º grau, de todas as Universidades brasileiras. Para tanto, era necessário que esse movimento refletisse coletivamente e procurasse unificar as divergências que existiam dentro dele, questão que não era fácil para uma Associação recém criada. Apesar de todos esses problemas a serem enfrentados e administrados pela ANDES, o movimento dos docentes representados pelas ADs, procurava dirimir as diferenças político-sindicais que ocorriam no seu local de trabalho e avançar na sua luta. Apesar deste esforço das ADs, a disputa dos professores candidatos às diretorias era bastante difícil. Embora houvesse grande concorrência às eleições das ADs, parte das lideranças eram apoiadas pelo reitor das respectivas universidades que acabavam cooptando alguns teóricos do movimento docente para cargos de sua confiança.

Em entrevista com uma professora aposentada da Universidade Federal de Uberlândia, MG, que não quis ser identificada, sobre a participação das lideranças sindicais da ADUFU-SS, a mesma confirma essas afirmações na citação que segue.

“parte das lideranças sindicais, por mostrarem trabalho e dedicação, normalmente são cooptadas por alguns reitores, a ocupar cargos de destaque nas universidades, especialmente

quando se trata de reitores que defendem a mesma tendência política das lideranças. Quando os cargos oferecidos exigem eleição, tais professores têm o apoio do reitor. No entanto, esses professores não abandonam os seus sindicatos. Participam de suas Colegiadas (órgão composto por professores dos vários departamentos e que tem como função, juntamente com a Chapa eleita, dirigir o sindicato) e servem assim, como teóricos do movimento dos docentes, comparecendo ao mesmo quando há questões de fundo para serem resolvidas. Este fato acontece até os dias de hoje, a exemplo da nossa universidade". (sede da ADUFU-SS, 1996)

Ainda com referência à Diretoria Provisória, praticamente, na gestão de Maciel, dá-se continuidade às reivindicações e lutas mais prementes das Associações dos Docentes de algumas universidades, advindas dos anos anteriores e que se tornaram mais contundentes em 1979. Essas reivindicações e lutas, embora já apontadas, passam a ser aqui resumidas, com o objetivo apenas de ilustrar a gestão de Maciel. Eram elas: as reivindicações salariais que são explicitadas no I Encontro Nacional de ADs; a questão da reestruturação da carreira do magistério, debatida em reuniões informais da Comissão do Grupo Magistério da SESU – Secretaria de Ensino Superior - ; denúncia do Anteprojeto que propõe a transformação das Universidades em Autarquias Especiais; escolha de dirigentes das Universidades; a questão dos professores colaboradores, cuja solução seria a liberação dos contingentes de expansão e o orçamento do MEC para 1980. Algumas dessas questões permeiam até hoje o movimento dos docentes do 3º grau.

Nesta gestão ocorre a greve de 81, das IFES Autárquicas, nos meses de novembro e dezembro, que tinha como pontos básicos o reajuste semestral igual ao INPC - setembro de 81, 12% do orçamento da União para a educação; reposição salarial de 45% retroativo a março de 81 e o enquadramento dos professores colaboradores, discriminados em 1980. O MD conquistou o reenquadramento dos professores colaboradores, um prazo para a discussão da reestruturação da universidade - seis meses - e uma reposição salarial de 30%, retroativo ao mês de março de 1981.

Além de três CONADS, a gestão de Maciel foi contemplada com o IV CONAD, que acontece em Natal/RN, nos dias 17 e 18 de abril de 1982, em que discutiram-se as reivindicações que já vinham sendo pleiteadas pela categoria docente,

muitas delas discutidas no II CONAD. Destacaram-se, também, nessa época, as lutas contra demissões arbitrárias de docentes dirigentes de ADs; contra punições políticas de docentes; pela democratização das Universidades; pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

Paralelamente a esses acontecimentos, outros encontros de professores ocorrem nas áreas de saúde, educação, sindical, dentre outros e persistem até os dias de hoje em forma de Comissões ou Grupos de Trabalho. Estes encontros de Comissões e de GTs são muito importantes, pois que, pelos debates e discussões que realizam, acabam por fundamentar os encontros maiores promovidos pelo sindicato, a exemplo dos CONADs e Congressos.

Ocorre, também, nessa gestão, o I Congresso da ANDES, realizado nos dias 1 a 5 de fevereiro de 1982, na cidade de Florianópolis/SC, que contou com a presença de 270 delegados. Dentre as várias propostas discutidas e aprovadas, pelo plenário deste Congresso, destacam-se a aprovação do Estatuto da ANDES, as eleições diretas para a próxima Diretoria, a discussão sobre a reestruturação da universidade e o “Ano da Defesa do Ensino Público e Gratuito”. A citação que segue explicita estes destaques.

“A decretação do “Ano da Defesa do Ensino Público e Gratuito”; estimular ampla discussão acerca da reestruturação da Universidade, explicitando sua relação com a proposta de cobrança de anuidades no ensino público e os perigos de sua privatização; a criação de um Grupo de Trabalho para apresentar uma proposta sobre campanha salarial, formado pelas AD’s de Santa Catarina, Bahia e Rio de Janeiro; a criação de um Grupo de Trabalho encarregado de levantar as reais distorções da carreira e apresentar um plano de lutas específicos, formado pelas AD’s das Universidades Federais Autárquicas de Alagoas, Espírito Santo, Rural do Rio de Janeiro e Bahia; a data do próximo CONAD para os dias 16 a 18 de abril em Natal/RN; uma ampla mobilização dos professores contra o pacote governamental da previdência social, além da participação da ANDES nos ENCLATs Encontros Estaduais de Trabalhadores) e no CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora). O plenário deste Congresso aprova, também o Estatuto da ANDES apresentado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e marca as eleições diretas para a sua 1ª Diretoria, nos dias 17 a 21 de maio de 1982”. (Boletim da ANDES, nº 07, março de 1982, p. 4 e 5).

Em síntese, foram estas as necessidades e interesses mais prementes dos docentes do Ensino Superior que a gestão de 1981 a 1982 incorporou, a partir de suas lutas.

No que se refere à avaliação da gestão de Maciel, este mesmo Boletim nº 7 explicita que o I Congresso foi consensual quanto à posição de que foi efetiva a consolidação e combatividade do MD e aponta alguns erros cometidos pelo Congresso de Fundação da ANDES e algumas falhas da Diretoria.

“O 1º Congresso mostrou ser consensual à posição de que a Entidade se consolidou durante o ano de 1981, sendo hoje uma realidade ao nível nacional, havendo divergências, no entanto, quanto ao grau de combatividade demonstrado. Segundo a avaliação feita, o erro do Congresso de Fundação não aprovando um plano de lutas, teve conseqüências negativas pois este daria uma definição maior às lutas desenvolvidas. A avaliação do papel da Diretoria apontou falhas por esta não ter dado uma conotação política mais definida ao movimento, havendo concordância, no entanto, que isso é fruto das diferentes concepções de como encaminhar a luta inerente à uma diretoria de composição’.

Embora essa avaliação tenha sido feita pelo I Congresso da ANDES, alguns questionamentos se fazem necessários, tais como: se a entidade consolidou-se em 1981, porque as divergências internas e concepções diferenciadas presentes, naquele momento, acabaram impedindo o alcance de objetivos comuns e de uma política mais definida para o MD quanto à sua combatividade? Se o Congresso não definiu um plano de lutas a ser desenvolvido, porque a Diretoria Provisória, juntamente com sua categoria não o fez?

c) 1ª Diretoria – Luiz Pinguelli Rosa – 82/84

Cinco meses após o I Congresso ocorre, nos dias 11 a 13 do mês de agosto de 1982, em Belo Horizonte, o Vº CONAD, que luta pela continuidade das reivindicações dos docentes universitários. Desse Encontro extraiu-se a primeira proposta coletiva sobre a universidade que incluía as ADs e a ANDES. Essa proposta foi amplamente discutida pelas ADs, no que se refere à tradução dos princípios básicos a serem seguidos.

“de acordo com a introdução do documento, não se tratava de “apresentar um modelo acabado de universidade, a ser implantado por decreto, tecnocraticamente, mas sim traduzir os princípios básicos que, segundo as deliberações democráticas dos professores, devem ser seguidos para ampliar o espaço para as transformações que vêm sendo empreendidas, e continuarão sendo, pelas associações de docentes.” (ANDES nº 23, novembro de 1985, encarte especial: proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira, p.5)

Durante este CONAD, toma posse a 1ª Diretoria da ANDES, gestão 82/84, que obteve, durante as eleições, 13 mil votos. Era chapa única e teve à frente o professor Luiz Pinguelli Rosa, da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi sem dúvida uma expressiva votação, embora fosse chapa única. As palavras de Pinguelli, no dia de sua posse reafirmam nosso ponto de vista.

O destaque maior fica por conta do fato desta diretoria ser fruto de uma composição de duas concepções debatidas democraticamente no movimento docente que, apesar das divergências, caminharam para uma composição na defesa da democratização e autonomia da universidade e, fundamentalmente, na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Esta unidade em torno da luta pela democratização da universidade e pelo ensino público e gratuito era o que unia os professores, naquele momento, e não o irrisório fato de que por pensarem de forma diferenciada o sindicato, as questões prioritárias apontadas fossem relegadas a segundo plano.

“Acredito que a ANDES terá êxito no encaminhamento das lutas dos professores e vejo a Diretoria atual como uma continuação da anterior naquilo que é essencial. Ela surge de uma composição de duas concepções que debateram democraticamente dentro do movimento. De Florianópolis, no Congresso da ANDES, até Natal, durante o CONAD, essas tendências caminharam de uma salutar divergência, democraticamente válida, para uma composição em torno de uma unidade em face daquilo que nos une, que é a luta pela democratização da Universidade, por sua autonomia, pelo ensino público e gratuito em todos os níveis, pelo aumento das verbas para a educação. Enfim, por aquilo que o governo falsamente defende, porém sempre combate. Nosso inimigo comum está claro quem é e portanto a unidade do movimento foi construída

em torno da luta principal, em detrimento das divergências secundárias”. (Boletim da ANDES nº 8, junho de 1982, p.3)

Havia, portanto, naquela época, segundo Pinguelli, uma representação dos grupos considerados mais atuantes do movimento docente na composição de chapas únicas. Essa questão também é respondida por Pinguelli, em entrevista cedida a Ana Manuella Soares e Luis Pedro Moreira, em 1996.

“A Andes sempre se organizou entre esses grupos mais atuantes do movimento social e se articulou com uma única chapa, com representação desses grupos. E nessa época, a Andes tomou um enorme espaço. Participou dos debates das Diretas Já. Foi formada a primeira comissão pelas Diretas, da qual participava o Lula, o Brizola, a UNE e a Andes, que depois foi ampliada. Tínhamos assento oficial nessa comissão. A gente participou da organização dos comícios ativamente. Houve várias reuniões no Palácio Guanabara, com o Governador Moreira Franco, reuniões em São Paulo, em Minas, com Tancredo Neves, onde houve o primeiro grande comício, em Belo Horizonte. Tivemos uma atuação forte, também, na construção da CUT. Participamos da Conclat, em São Paulo e houve um racha muito forte. A Andes estava numa posição de buscar e manter a unidade. O movimento docente ganhou uma posição muito respeitada pela CUT. Fomos convidados formalmente pelo Jair Meneguelli para participar da Central. Houve uma reunião deles com a diretoria da Andes e nós explicamos que a Andes não poderia participar”.

Pinguelli, na sua gestão, enfrentará o que chama de “*um balão de ensaio do ensino pago nas Universidades públicas*”, isto é, enfrentará a proposta da substituição da gratuidade do ensino público por um regime de bolsa de estudos que seria restituída futuramente pelos estudantes. Enfrentará, também, a questão da reestruturação da Universidade, a qual contemplava a democratização, a autonomia e a defesa de um ensino de qualidade para todos, que foram lutas já empreendidas pelo movimento dos docentes do 3º grau durante a Diretoria Provisória da ANDES.

O movimento docente nas ADs de todo o País continua, a exemplo da Associação dos Docentes da Universidade de Belo Horizonte que entra em greve no dia 17 de junho de 1982, repudiando o autoritarismo dos poderes constituídos pela não aceitação dos seis nomes indicados para Reitor da Universidade. Na Universidade

Estadual de Londrina, docentes e alunos do setor do hospital universitário entram em greve contra a demissão arbitrária de cinco professores e mais tarde a tentativa de demissão de um professor que pertencia a AD de Londrina. Na Universidade Federal de Uberlândia ocorre a demissão arbitrária de 8 professores. Na Universidade federal de Mato Grosso a chapa Renascer consegue sair vitoriosa na AD que estava havia três anos nas mãos da Reitoria e os professores das escolas particulares de São Paulo entram com ação judicial na justiça, cujo objetivo é a alteração das 240 horas para 162, enquanto base de cálculo em seus reajustes salariais, estendida também aos professores do 1º e 2º graus. Havia um policiamento ideológico muito grande e era necessário combatê-lo.

Ao mesmo tempo em que se contrapunha a essas repressões, a ANDES, em 1982, juntamente com entidades tais como a OAB- Ordem dos Advogados do Brasil, a SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a ABI - Associação Brasileira de Imprensa, se unificam em acordos comuns e elaboram um manifesto sobre a reestruturação da Universidade, a ser encaminhado ao MEC e ao Poder Legislativo, cujos princípios, comuns a todas as gestões, são:

- “1. Manutenção e ampliação do Ensino Superior público e gratuito;*
 - 2. Autonomia e funcionamento democrático da Universidade com base em colegiados e cargos de direção eletivos;*
 - 3. Estabelecimento de um padrão de qualidade para o Ensino Superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas Universidades;*
 - 4. Dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas Universidades Públicas;*
 - 5. Criação de condições para a adequação da Universidade à realidade brasileira;*
 - 6. Garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a Universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas.*
- Neste sentido divulgam à opinião pública, às instituições da sociedade civil e encaminham ao Poder Público a solicitação de que nenhuma medida de reestruturação da Universidade seja tomada sem consideração destes princípios e sem que o projeto de lei seja discutido previamente pela comunidade acadêmica e pelas instituições da sociedade civil interessadas e, ainda, sem que seja aprovada por votação no Congresso.*
- O presente documento é aberto à adesão de todas as entidades interessadas no sentido da Universidade.*

Ass. Crodowaldo Pavan: Presidente da SBPC, Hermann Assis Baeta: Secretário Geral da OAB, Barbosa Lima Sobrinho: Presidente da ABI e Luiz Pinguelli Rosa: presidente da ANDES". (Boletim da ANDES nº 9, Agosto de 1982, p. 4)

Em agosto de 82, assume a pasta de Ministro da Educação e Cultura a ex-Reitora da Universidade Mackenzie e ex Conselheira do Conselho Federal de Educação, professora Esther de Figueiredo Ferraz, em substituição ao General Rubem Ludwig. Ferraz é vista pelo movimento dos docentes como “a dama do ensino pago”, e, na ocasião, elabora um Parecer sobre o sistema de gratuidade do ensino. O professor da UNICAMP e um dos fundadores da ANDES, Edmundo Fernandes Dias, em Cadernos da ANDES nº 1, de novembro de 1981, analisa o Parecer Ferraz da seguinte forma:

“Nas conclusões do Parecer Ferraz, encontramos a proposição da extinção da gratuidade generalizada por etapas. Trata-se de adotar um sistema de gratuidade relativa para, posteriormente, chegar-se ao fim da gratuidade. O momento atual é visto como de “gratuidade indiscriminada” e é contra isso que se move a conselheira. A meta é substituir a gratuidade por um regime de “bolsa de estudos restituíveis”. Com isso se cumpriria, afinal, a Constituição”.

Portanto, tinha esse Parecer, no entendimento de alguns, o objetivo de, aos poucos, privatizar o ensino público. Porém, o MD estava atento a tudo o que acontecia e respondia com veemência contra tais iniciativas.

Neste ano de 1982, muitos encontros nacionais encaminharam moções de apoio da ANDES contra atos arbitrários dos governantes, como por exemplo, a tentativa de expulsão do presidente da UNE Francisco Javier Alvaya e de um professor no Ceará, Reynaldo Cué, por serem estrangeiros; o assassinato do advogado dos posseiros, Gabriel Sales Pimenta, em Marabá/PA, dentre outros. Havia também, moções de apoio aos acontecimentos internacionais, a exemplo da defesa pela paz mundial, como o caso da guerra no Líbano e das ilhas Malvinas na Argentina. (Boletim ANDES nº 9, agosto de 1982)

Em setembro de 1982 ocorre o VI CONAD, na cidade de Vitória/ES, nos dias 17 a 19, com a presença de 40 delegados e 29 observadores, num total de 39 ADs e uma Comissão Pró-AD. Alguns dos temas discutidos já haviam sido contemplados em

outros CONADs, acrescidos das questões sobre as divergências existentes no interior do movimento dos docentes e a participação da ANDES na Comissão Nacional Pró-CUT, por meio de seu presidente e outros dois observadores, assim como a manutenção da participação dos representantes das ADs no CONCLAT.

Assim, no dia 18 de novembro de 1982, os professores representantes das ADs das IES Federais Autárquicas, reunidos na cidade de Brasília/DF, decidem iniciar uma greve nacional que reuniu cerca de 35 mil professores, contra a intransigência do MEC que há dois meses não respondia às suas reivindicações. (Boletim da ANDES, 1983) Estas estavam assim definidas: reestruturação da Universidade com base na proposta da ANDES, cuja finalidade era a ampliação e manutenção do ensino público, gratuito e de qualidade; correção das distorções no enquadramento da nova carreira docente que tinha como objetivo fundamental a carreira única para todos os docentes das IES com padrão unitário de qualidade para as universidades; reposição salarial de 23,8% sobre o salário de maio de 1982; reajuste semestral igual ao INPC, em novembro de 1982; repasse das vantagens concedidas aos professores regidos pela CLT aos professores estatutários e destes para os professores regidos pela CLT; concessão de aposentadoria integral para todos os professores. Também os professores das autarquias eram contra as medidas do governo aparentemente desvinculadas do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), as quais, na forma como estavam propostas, poderiam quebrar a isonomia salarial e a carreira unificada e transformar as autarquias em fundações. (Boletim da ANDES SN, 1998)

Essa greve já estava sendo construída por meio das paralisações de algumas Universidades tais como a UnB, que paralisa seus trabalhos no dia 4 do mesmo mês, a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará no dia 5, a Universidade Federal do Pará, no dia 8, a Universidade Federal de Juiz de Fora no dia 9 e a Universidade Federal de Santa Catarina no dia 10, seguidas por outras universidades. (Boletim nº 11, 1982).

As manifestações em solidariedade ao movimento grevista eram muitas: da UNE, da APEOESP, da Comissão Pró-CUT, da Comissão de Justiça e Paz, dos partidos políticos tais como o PT, PMDB, PDT, além dos Escritórios Regionais da ANDES.

Os ganhos dessa greve de 1982 foram dois: a não transformação das autarquias em fundações e a não implantação do ensino pago nas universidades, via decreto-lei. (ANDES SN, 1998) A respeito da transformação das autarquias em fundações, a ANDES, na época, pronunciou-se da seguinte forma:

“Em função das transformações veiculadas pela imprensa escrita, sobre a intenção do MEC de promover a transformação para o regime fundacional das Universidades Federais Autárquicas, a ANDES encaminhou ofício ao Secretário do Ensino Superior solicitando esclarecimentos sobre o assunto.

A resposta oficial do MEC, através do ofício 702/81 – GAB/SESU/MEC, encaminhado à ANDES, foi a seguinte: “O CFE recebeu, da parte do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, a incumbência de promover estudos e debates em torno de alguns temas e problemas da atualidade educacional, dentre os quais um estudo comparativo dos regimes autárquicos e fundacionais sob as quais funcionam, no momento, as IES Federais. Não há, entretanto, estudos anteriores ou paralelos desta Secretaria em torno do assunto”.

É evidente que essa resposta evasiva, tenta escamotear o real propósito governamental de eximir-se cada vez mais das suas obrigações com o ensino superior, manifestado nos últimos meses pelo próprio Ministro da Educação e transcrito no documento do MEC de resposta às reivindicações estudantis. A implantação do ensino pago e a liquidação das autarquias, são passos já definidos pelo atual Ministro, restando, segundo ele, que sejam encontrados os caminhos para a sua concretização”. (Boletim da ANDES, 1981, p.3)

Evidentemente que o governo tinha interesse nesta transformação porque segundo o referido Boletim as fundações poderiam obter renda própria além de se auto-sustentarem.

“As Fundações, além dos recursos orçamentários, podem captar recursos através de convênios, prestação de serviços, ações na bolsa, aluguel de apartamento, venda de periódicos, realização de cursos pagos, venda de produtos produzidos pela Fundação (leite, tijolos, etc...), sendo autônoma para aplicar esses recursos conforme determinação do seu Conselho de Curadores, incluindo pagamento de pessoal, convênios científicos e tecnológicos. Nas Autarquias, à excessão dos recursos provenientes de convênios científicos e tecnológicos, que possibilitam a complementação

salarial do pessoal universitário envolvido, os recursos financeiros das Autarquias são exclusivamente provenientes de verbas orçamentárias repassadas pelo MEC”. (p.3)

Além das discussões sobre os recursos orçamentários das Fundações e da captação de outros provenientes de serviços, questões como, a carreira docente; o salário de pessoal; a constituição patrimonial e manutenção; os dirigentes universitários e o Conselho Universitário, órgão máximo de decisão nas universidades seriam também retomadas e discutidas nessa transformação das IES Autárquicas em Fundações, porém, supõe-se, sem prejuízo para o governo que se empenhava sobremaneira para a realização dessa transformação.

Assim, na gestão 82/84 da Diretoria da ANDES, a exemplo do que ainda ocorria na sociedade brasileira, continuam as demissões arbitrárias de professores e de dirigentes de ADs; perseguições políticas a outros dirigentes e lideranças sindicais; paralisação na UnB; intervenção do MEC na UFSCAr quando da luta pela posse do reitor William Saad Hossne; invasão do campus da UNESP de Assis por forças policiais; invasões e prisões na Universidade do Amazonas; a luta da ADUNICAMP, ADUSP e ADUNESP pelo direito à livre expressão e organização; a luta contra a protelação da Emenda João Calmon, conhecida como nº 24/83, dentre outras. A Emenda João Calmon foi aprovada no final do ano de 1983 pelo Congresso Nacional e publicada no dia 05 de dezembro do mesmo ano e introduziu o § 4º ao artigo 176 da Constituição. Com essa introdução a redação passaria a ser da seguinte forma: “§ 4º. *Anualmente a União aplicará nunca menos de treze por cento, e os Estados, Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino*”. (Boletim da ANDES, nº 19, outubro de 1984).

Ao mesmo tempo, continuam os encontros dos docentes do ensino superior, por meio dos Grupos de Trabalhos, reuniões de setor das Federais e Estaduais, reuniões nacionais das particulares, em que a APROPUC/Campinas sedia o 1º Encontro do Grupo de Trabalho das Associações dos Docentes das Particulares. Cria-se o Fórum da Universidade Paulista; ocorrem seminários internos nas IES; Encontro Nacional das ADs; Encontro Nacional das ADs e SINPROS que representam as universidades

particulares e participação na SBPC, onde se discute a questão da reestruturação da Universidade. Reivindica-se o reajuste semestral e 70% de aumento salarial para os professores, para maio de 83; o direito à sindicalização; o novo estatuto para o servidor público e a preparação de uma nova greve marcada para o dia 25 de junho juntamente com a Comissão Pró-CUT, atingindo todos os trabalhadores. Estes reivindicavam, dentre outras coisas, estabilidade no emprego, pagamento de salário-desemprego, redução da jornada de trabalho e fim das horas-extras sem redução de salários.

Nos dias 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 1983, na cidade de Fortaleza/Estado do Ceará, ocorre o II Congresso Nacional da ANDES em que continua a discussão dos assuntos relevantes dos Encontros anteriores, além do Encontro Nacional de Docentes, Estudantes e Funcionários, questões gerais da ANDES, incluindo nesta discussão, finanças, Estatutos, além da definição do local e data do 7º CONAD. (Boletim nº 11, 1982, p.12). Participaram deste Congresso 52 Associações de Docentes, sendo 292 delegados e muitos observadores.

No mesmo ano, no dia 25 de maio, é realizado um “Dia Nacional de Debate” das Universidades Particulares, com a participação de muitas Universidades particulares e públicas, em que se discutiram temas relacionados com as questões já explicitadas que envolviam as Particulares, quais sejam: a situação salarial, a luta pelas 162 horas, verbas públicas e carreira docente unificada. Estes acontecimentos culminam, nos dias 3 a 5 de junho de 1983, com o VII CONAD, realizado na PUC da cidade do Rio de Janeiro, que contou com a participação de 43 ADs, 4 SINPROS observadores e uma Comissão Pró-AD. Neste CONAD, avançam as discussões que se referem ao conselho interuniversitário; financiamento para as universidades; carreira docente; avaliação docente; democratização; ensino público e gratuito; finanças; CONAD e Congresso; além das campanhas para a sindicalização dos servidores públicos, que já vinham sendo debatidas em outros encontros. (Boletim da ANDES, 1983)

Em meio a esses acontecimentos ocorre, em agosto de 1983, o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, em que é criada a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, fato de muita importância naquele momento, para todo o movimento sindical, no sentido de unificação dos sindicatos numa central única representativa dos trabalhadores. Restava ao movimento docente mais uma tarefa: a

decisão de filiar ou não a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior à recém criada CUT, fato que vai se prolongar por muitos encontros, no sentido de se discutir e amadurecer tal proposta.

Pinguelli explicita que essa demora se devia ao fato de que *“a Andes incluía forças políticas que não concordavam com a formação da Central, e nós achávamos que haveria um racha muito grande em nossa base. Então, houve a posição correta de que a Andes não participaria naquele momento”*.(entrevista a Ana M. Soares e Luis P. Moreira, 1996)

A gestão 82/84, também é contemplada com o VIII CONAD, realizado em Goiânia/GO, nos dias 8 e 9 de outubro de 1983, em que se debateu o Projeto PARU (Programa de Avaliação da Reforma Universitária), que desconsidera a Universidade voltada para o social e faz um levantamento sobre os Consórcios Interinstitucionais que tinham como objetivo privatizar o ensino. Aprovam um indicativo de greve geral para o dia 25 de outubro de 1983, contra os decretos-lei 2036, 2037, que tratavam de questões relativas ao desemprego, resultante da rotatividade proposta para as empresas estatais de administração indireta e contra o Decreto-Lei que tratava dos reajustes salariais, dentre outros. (Boletim da ANDES, nº 16, outubro de 83, p.8)

Resumidamente, a gestão de 82/84 teve como principais pontos de luta a articulação com o conjunto das lutas sociais, em especial com a OAB, a SBPC e a ABI – Associação Brasileira de Imprensa - e a participação nos debates das Secretarias Estaduais de Educação, em Comitês suprapartidários, que lutavam em favor da campanha pelas “Diretas Já” para Presidente da República. No que se refere às lutas sindicais, esta mesma gestão participou, ainda, do CONCLAT na Praia Grande e em São Bernardo, nos Congressos da CUT, no sentido de unificação das centrais sindicais; na articulação com a UNE e FASUBRA, com destaque à luta pelo Ensino Público e Gratuito, e na reestruturação da Universidade. Da mesma forma, participou juntamente com a UBE - União Brasileira de Estudante, com a CPB – Confederação dos Professores do Brasil e com a UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas, em campanhas a favor do Ensino Público e Gratuito, em que conseguiram temporariamente o arquivamento do Projeto do MEC que tinha como proposta cobrar mensalidades aos

estudantes das IES públicas, e na elaboração do documento “Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira”, hoje transformada em uma Revista.

No que se refere às lutas setoriais, cada universidade destacou-se na resistência e defesa dos respectivos objetivos e propostas que vinham ao encontro das reivindicações da categoria docente.

“nas Autarquias, luta vitoriosa de resistência contra o projeto de destruição da carreira única (greve de 82), muito embora não se tenha obtido vitória quanto às reivindicações salariais naquele ano; luta salarial e por mais verbas em 84, ainda não definida; articulação com as demais entidades do funcionalismo por meio do Comando Nacional de Mobilização....

Nas Fundações, a expressiva atuação na vitoriosa derrubada da Lei 6733; luta contra o arrocho da Lei 2065 e contra o novo projeto (84) de arrocho preparado pelo MEC (a pretexto de equiparação salarial); participação da comunidade docente na elaboração das listas sêxtuplas para reitor em maio-junho/84. Nas Particulares, luta constante pelo pagamento salarial por 162 horas, contra subsídios, pela carreira única, contra demissões arbitrárias.

Nas Estaduais, acompanhamento das lutas salariais e pró democratização”. (Boletim ANDES nº 19, outubro, 1984, p.5)

As dificuldades encontradas na gestão de Pinguelli referem-se à luta conjunta com o funcionalismo e à greve de 1982, em que não se conseguiu reposição salarial e a unificação das Universidades Particulares na questão da carreira e das lutas salariais nas Fundações Federais. Outra dificuldade encontrada diz respeito à questão das finanças, em que ficaram prejudicados os trabalhos relativos aos GTs, às Regionais, ADs e à edição da Revista da ANDES.

Ocorre também, na cidade de Piracicaba/SP, nos dias 13 a 18 de fevereiro de 1984, ainda na gestão do professor Pinguelli, o III Congresso Nacional da ANDES, que contou com 52 ADs representadas por 254 professores entre delegados e observadores e representantes de partidos políticos, da SBPC, FASUBRA, representante do Secretário de Educação do Estado de São Paulo, dentre outros.

Um dos principais temas, “A Universidade Brasileira”, foi amplamente debatido em uma mesa redonda com a presença da professora Maria Umbelina Caífa

Salgado, o Deputado Federal pelo PMDB Roberto Freire e o professor Emanuel Appel, representando a ANDES. Os dois pontos debatidos foram o Projeto de Avaliação da Reforma Universitária e o Projeto de Lei de Democratização Universitária.(Boletim da ANDES, nº28, março/84, p. 3)

Segundo esse mesmo Boletim e a título de ilustração, três deliberações sindicais são importantes de serem explicitadas: não se filiar nem à CUT nem à CONCLAT, embora reconhecendo a existência das mesmas como instâncias que representam os sindicatos dos trabalhadores, decisão esta que deveria ser encaminhada ao IV Congresso Nacional; participar da campanha para a sindicalização dos servidores públicos e fazer publicar as diferentes concepções sindicais que permeiam o movimento docente.(B. ANDES, nº 18, março de 1984, p.4,5).

Segundo entrevista com a professora M. Cândida de Pádua Coelho, da Universidade Federal de Uberlândia e que participou desse processo de filiação da Associação Nacional a uma Central sindical, a demora quanto à definição da filiação da ANDES a uma das Centrais foi pertinente, pois era necessário avaliar corretamente a importância ou não dessa filiação, para o movimento docente.

“a ANDES, naquele momento, estava avaliando o que seria melhor para o MD, por isso, essas discussões sobre a filiação da ANDES a uma Central Sindical deveriam ser aprofundadas, pois, era necessário conhecer a idoneidade das Centrais, o respeito das mesmas à autonomia das entidades filiadas, a transparência de decisões a serem tomadas pelas Centrais e o não atrelamento da ANDES às mesmas. Tudo isso demandava tempo e muita discussão”. (1998)

d) 2ª Diretoria – Maria José Vieira Feres – 84/86

Em março de 1984, são convocadas as eleições para a nova Diretoria da ANDES, para os dias 14 a 18 de maio de 1984, cuja gestão - 84/86 concorreu com chapa única e teve como candidata à presidência a professora Maria José Vieira Feres, da Associação dos Professores da Universidade Federal de Juiz de Fora. Feres toma posse no IX CONAD que aconteceu nos dias 21 a 24 de junho de 1984, na cidade de Belo Horizonte/MG, em que se debateram temas relacionados e discutidos nos Encontros anteriores.

Feres explicita as dificuldades encontradas na construção do MD quando a ANDES não era ainda um sindicato, assim como o reconhecimento que tinha a categoria docente junto à associação e sua participação ativa nas atividades sindicais.

“O grupo do qual eu fazia parte já tinha uma concepção sobre a forma de transformar a universidade brasileira. Pensávamos que era preciso melhorar os salários e os recursos das fundações, garantir a autonomia e aumentar a qualidade acadêmica. E o movimento docente conseguiu de fato ser o oxigênio da universidade naquele momento. Embora o professor continuasse desempenhando todas as suas tarefas, o engajamento era de praticamente 100%. Não éramos um sindicato, tínhamos de nos manter dando aula com a mesma carga horária na graduação. Isso nos dava um contato muito grande dentro da instituição, com o dia-a-dia dos professores, pesquisadores e alunos. A ANDES-SN, que não tinha a estrutura legal de um sindicato, aparecia, na prática, como um sindicato novo, que queria mexer com os salários dos professores, verbas, apresentar propostas para a universidade e mudar a qualidade do ensino e pesquisa. Nunca tive a pretensão de presidir a ANDES-SN, mas me engajei totalmente. Na gestão do Luiz Pinguelli Rosa, da qual participei como Segunda tesoureira, de 1982 a 1984, dava o sangue, assim como os outros companheiros. Ao contrário de hoje, que a ANDES-SN conta com estrutura sindical, as condições eram precárias. Quando viajávamos, ficávamos hospedados na casa dos companheiros e só tínhamos reembolso dos gastos com telefone e com três meses de atraso”. (Entrevista concedida ao professor Antônio Ponciano Bezerra, Revista Universidade e Sociedade, nº12, 1997, p. 81)

Na gestão de Feres, entre os dias 15 de maio a 7 de agosto de 1984, dezenove Universidades Autárquicas entram em greve. Esta greve de 84 dias, tinha como pontos reivindicativos a reposição de 64,8% sobre os salários de janeiro de 1984; um reajuste semestral, em julho de 1984, com base no INPC da época; 13º salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas; piso salarial de três salários mínimos para os servidores técnico- administrativos e verbas para o pleno funcionamento das IES. Esta greve não conquistou as reivindicações em pauta, embora seja do conhecimento da maioria que a reposição salarial de 20% dada em janeiro de 1985 tenha ocorrido por causa da mesma. (COELHO, 1996, p.184)

A esse respeito Feres explicita a intransigência da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz com relação a esta greve.

“.... Ela não recebia a ANDES SN. Tudo o que conquistamos foi por causa da grande mobilização. Pela primeira vez, em 1984, conseguimos trazer a Brasília uma caravana de professores das autarquias. As fundações não participavam. Enchemos a Esplanada dos Ministérios, enfrentamos a repressão policial. Foi uma greve que sensibilizou muito a opinião pública. Quanto menos o governo nos atendia, mais a população ficava do nosso lado, principalmente as entidades da sociedade civil e o Congresso Nacional. Foi a primeira greve dos professores universitários considerada ilegal. Como não havia o Regime Jurídico Único, o governo pediu à Justiça do Trabalho, que considerou a greve ilegal. A partir disso professores e funcionários ficaram sujeitos às punições, que iam desde o corte de ponto até a perda de licença prêmio e, em última instância, a exoneração do cargo se comprovados 30 dias de abandono de emprego, conforme previa a Consolidação das Leis do Trabalho. (...) Ela quase colocou as fundações na greve. A proposta absolutamente improcedente, aumentava o salário das autarquias e diminuía o das fundações. Era tão ruim que até os reitores ficaram do nosso lado. (...) Logo depois, em janeiro de 1985, a comissão também conseguiu um reajuste diferenciado de 80% para os professores. Os funcionários não tiveram o mesmo benefício, mas os professores das autarquias ganharam 20% a mais em relação ao restante dos funcionários”. (entrevista concedida a Antônio Ponciano Bezerra, Revista Universidade e Sociedade nº 12, 1997, p. 81-82)

Nos dias 5 a 7 de outubro de 1984, na cidade de Cuiabá/MT, ocorre o X CONAD, que estabelece mais um “Dia de Paralisação e Protesto”, marcado para 25 de outubro de 1984. Os professores queriam o cumprimento da Emenda João Calmon que na época tinha todo o apoio do Presidente João Batista Figueiredo. Elaboram um Manifesto à Nação contra o processo sucessório para Presidente da República, via Colégio Eleitoral, convocando para um debate público o candidato Tancredo Neves. Elaboram também uma proposta às ADs das Universidades Estaduais de São Paulo sob a forma de um dossiê sobre o governo Paulo Maluf, face aos problemas com essas universidades. (Boletim nº 19, outubro de 1984, p. 6 e 7)

Feres inicia o seu trabalho sindical reunindo os GTs, realizando Encontros, Seminários, CONADs, mobilizando e fortalecendo as ADs já existentes, bem como incentivando a criação das novas, e procurando a unificação com outros setores

sociais. Por parte do governo, apesar do processo de anistia ampla, geral e irrestrita em andamento no País, continuam demissões, perseguições políticas e ideológicas.

Assim, no dia 24 de fevereiro a 1º de março de 1985 ocorre o IV Congresso Nacional da ANDES, com a participação de 51 ADs representadas por 208 delegados, na cidade de Vitória/ES (Boletim nº 21, abril, 1985). Este IV Congresso reafirma algumas questões fundamentais que é a realização de um Seminário Nacional sobre a universidade, juntamente com a sociedade; a construção de propostas para estudantes e funcionários; um Encontro Nacional da UNE, FASUBRA – Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras - e ANDES com propostas comuns para a Universidade, além de mais uma campanha nacional pelo “Ensino Público e Gratuito”. (Boletim ANDES nº 21, abril, 1985)

Quanto às questões sindicais, deliberou-se que todo o movimento docente deveria relacionar-se e contribuir com as demais entidades sindicais e ocupar legitimamente o espaço que construiu. A ANDES decide não se filiar nem à CUT, nem aderir à CONCLAT, mantendo a sua posição de defesa da unificação orgânica do movimento sindical sem o aparato dessas Centrais.

“considerando que, a CUT e a CONCLAT não lograram constituir-se em referências polarizadoras do conjunto do movimento docente, e que a alteração necessária da estrutura sindical incidirá sobre as suas próprias estruturas e configurações, o IV Congresso Nacional decide que, neste momento, a ANDES não se filiará à CUT nem aderirá à CONCLAT, participando da luta dos trabalhadores, mantendo sua posição de defesa da unidade na luta como condição e caminho para a unificação orgânica do movimento sindical. A ANDES deverá tomar todas as iniciativas ao seu alcance para a realização de reuniões sindicais visando a viabilização das propostas acima.” (Boletim ANDES nº 21, abril, 1985, p.8)

Segundo informes de alguns documentos, em meio às discussões que se aprofundavam para definir a filiação da ANDES a uma Central Sindical, também continuavam algumas perseguições políticas e ideológicas no interior das Universidades com demissões de professores; intervenção na UNIMEP pelo Conselho Diretor do Instituto Educacional Piracicabano, que resultou na demissão do reitor e vice-reitor. Ocorria também, denúncia de corrupção na Universidade do Amazonas sobre verbas

públicas aplicadas no “over night”; a demissões de 100 professores na Universidade de Mogi das Cruzes; demissão e readmissão dos professores após concurso público na Escola de Sociologia e Política de São Paulo; demissão de 20 professores concursados da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo/RJ; 7 demissões de professores na Faculdade de Filosofia de Itu/SP; demissão do diretor da ADUCS Universidade de Caxias do Sul/RS, dentre outras.

Neste contexto, os professores decretam o dia 12 de junho de 1985, como o “Dia pela Valorização da Universidade”, em que se procurou lutar pela reestruturação da Universidade na perspectiva de sua autonomia. Em dois meses, a ANDES esteve quatro vezes em audiência com o Ministro Marco Maciel, levando as reivindicações do Movimento Docente definidas no IV Congresso realizado em Vitória.

Este momento tem uma grande importância histórica na vida das IES, em que se demarca o agravamento da situação crítica das mesmas, mais uma vez atingidas pelo autoritarismo governamental que, preocupado com essa situação, procura alternativas por meio de programas de ação que não solucionam os principais problemas da universidade.

“Estas questões foram tratadas, uma a uma, em todas as audiências, mas ficou evidenciado o agravamento da situação crítica da universidade brasileira. A percepção do Ministro Marco Maciel em relação a esta situação leva-o a demonstrar preocupação e buscar caminhos, por meio de programas de ação que, no entanto, não solucionam os problemas emergenciais da universidade e não respondem às reivindicações apresentadas.”
(Boletim ANDES nº 22, 1985, p. 3)

Além do “Dia pela Valorização da Universidade”, decidiu-se também, pelo setor Autárquico, que no dia 28 de novembro de 1985 seria “O Dia pela Isonomia Salarial e Verbas, “já que o Ministro Marco Maciel rompe compromisso assumido com a categoria docente. Esta seria uma campanha conjunta com os outros setores.(ANDES,24, janeiro,86, p.6)

Com a quebra desse compromisso do MEC, no segundo semestre de 1985, nos dias 10 de agosto a 23 de setembro, 16 Fundações Federais realizam uma

greve de 45 dias que resultou em várias conquistas importantes para a categoria quais sejam:

“as conquistas da isonomia salarial e de carreira, licença sabática, extensão dos professores colaboradores e manutenção do princípio de indissolubilidade do ensino, pesquisa e de extensão, eliminação do regime de 40 horas (sem dedicação exclusiva), gratificação adicional por tempo de serviço, ingresso por concurso público, promoção mediante títulos e avaliação de desempenho.” (ANDES nº 23, nov. de 85, p.3)

Segundo COELHO (1996, p. 184), reivindicavam os professores, nesta greve, reposição salarial de 38,5%; reajuste salarial igual ao INPC do semestre; implantação de reajuste trimestral; adicional de 5% a cada quinquênio; adicional de DE não inferior a 50%; aposentadoria integral; 5% de produtividade e verbas para custeio e capital das IES Fundacionais no montante de 954 bilhões de cruzeiros. Portanto, houve ganhos significativos com esta greve, em especial, o compromisso do MEC na elaboração de um novo PCS – Plano de Cargos e Salários, a entrar em vigor em janeiro de 1986 e que contempla a isonomia salarial.

Em meio a esses acontecimentos, nos dias 28 a 30 de junho de 1985, ocorre o XI CONAD, na cidade de Recife/PE, que reforça, nos seus debates, os temas já acumulados a partir de 1981, nos vários encontros do MD. Assim, o Relatório Final da ANDES, p. 16, explicita que esse CONAD chegou a uma proposta conclusiva sobre a reestruturação da Universidade Brasileira, que expressa uma posição crítica dos professores universitários sobre o Ensino Superior no País, e as propostas concretas para a Universidade, devendo essas conclusões serem encaminhadas à opinião pública em geral, ao MEC, e à sociedade civil organizada. Essa proposta divide-se em três partes que contemplam a situação da realidade educacional, a necessidade urgente da construção da universidade pública, gratuita, autônoma e de qualidade e medidas que poderão viabilizar um caminho para a nova política educacional.

“ Na primeira parte do documento, é apresentado o diagnóstico da situação de extrema gravidade do ensino superior e a crítica à política educacional que foi implementada pelo governo nos últimos vinte anos, particularmente no que diz respeito à

alarmante privatização do ensino superior, em detrimento de sua qualidade, deteriorada pela mercantilização da educação. Os professores propõem o ensino público e gratuito para todos os estudantes. Em seguida, na segunda parte, são apontadas algumas medidas que poderão viabilizar o caminho para a nova política educacional, enfatizando a questão da qualidade do ensino superior e da pesquisa e a necessidade de um padrão de qualidade para a universidade. Na terceira e última parte, são apresentadas as propostas que deverão nortear a construção de uma Universidade Brasileira que tenha por fundamentos o caráter público, a gratuidade do ensino para todos os estudantes, a democracia, a autonomia administrativa, de ensino e pesquisa. Esta parte compreende as questões: Universidade e Responsabilidade do Estado com a Educação, Financiamento da Universidade, Regime Jurídico, Administração Acadêmica e Política de Pessoal Docente.”

Ocorre também, neste mesmo ano de 1985, na cidade de Niterói/RJ, o XII CONAD, nos dias 12 a 14 de outubro. Além das reivindicações históricas do movimento dos docentes, este CONAD reafirma a posição de caminhar junto a outros movimentos sociais e sindicatos em geral, no que diz respeito ao pagamento da dívida externa, a constituinte, a reforma agrária, a desmilitarização, a questão da trimestralidade na unidade entre CONCLAT/CUT, iniciativas supra-partidárias no conjunto das ações sociais, pela ampliação da parcela de verbas para as Universidades, assim como sua reestruturação, dentre outras. (Relatório Final da ANDES-XII CONAD) Esse mesmo Relatório especifica que o próprio candidato a presidência da República, Dr. Tancredo Neves reconhece a necessidade da Reforma Universitária, como um dos pontos prioritários de seu futuro governo.

Neste contexto, nos dias 19 a 24 de janeiro de 1986, na cidade de Salvador, Bahia, ocorre o V Congresso Nacional da ANDES, que culmina com um Documento Final a respeito do tema 1-Conjuntura Nacional e Movimento Docente:

“o movimento docente vem fazendo, desde antes mesmo do desfecho do Colégio Eleitoral, a caracterização do governo instalado em 15 de março, como um governo de transição marcado pela contradição entre as suas propostas de abertura política e institucional e o perfil marcadamente conservador de sua base de sustentação política e parlamentar. Desde o CONAD de Cuiabá e especialmente no Congresso de Vitória se apontava que o discurso liberalizante, para além da

dimensão retórica, indicava o reconhecimento da enorme pressão social pela democratização-sintetizada na campanha pelas Diretas- e da necessidade de algum nível de atendimento a essa pressão, que garantisse ao novo governo o mínimo de legitimidade necessária para levar a cabo o projeto de uma transição conservadora.

Combinar uma relativa abertura ao nível político e institucional com a manutenção das políticas sociais de fundo já era uma estratégia clara do governo. A ela o movimento docente opunha com lucidez a necessidade de avançar na articulação autônoma dos movimentos sociais e dos segmentos organizados da sociedade civil”. (ANDES, Relatório Final - V Congresso, Salvador/BA, 19 a 24/jan. 1986, p.1)

Assim, o governo já apontava, nesta época, para uma abertura que na verdade ainda tinha dificuldades de se instalar de fato, porque sua base de sustentação governamental era basicamente conservadora. A sociedade exigia as transformações essenciais tais como o direito à cidadania com base na igualdade e liberdade e entendia que essas transformações só ocorreriam via movimentos sociais, mesmo com o reconhecimento das eleições diretas, liberdade partidária, dentre outros. Por isso, uma campanha nacional de luta pelo movimento sindical se fazia necessária, ao mesmo tempo em que não se poderia distanciar das questões específicas da categoria docente do Ensino Superior, exigidas pelo seu movimento.

Em 1986, portanto, no início do governo da Nova República, é que no V Congresso Nacional da ANDES, realizado em Salvador/BA, grande parte dos docentes do 3º grau reúne-se em uma tendência política criada neste Congresso, conhecida como “Articulação Andes A D” – Articulação Andes Autônoma e Democrática” – e que não significa a tendência Articulação do PT, embora tenha professores filiados a este partido político. A referida tendência articula-se em uma chapa: “Andes A D” que tem como candidato à presidência do Sindicato o professor Newton Lima Neto. Essa tendência “*se estruturou na busca de preservar a concepção sindical expressa nos Estatutos da ANDES-SN, que visa a construção de um projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada e voltada para os interesses da maioria da população*”. (InformAndes nº 2, p.1)

Durante o Congresso de Salvador, a Articulação Andes A D promovia reuniões para a constituição de chapas.

“(...) durante o Congresso de Salvador, foi convocada reunião aberta de todos os delegados que concordavam com certos eixos de atuação, definidos em encontros preparatórios regionais. A prática de convocação de convenções abertas para discurso da constituição de chapa e plataforma já estava estabelecida em algumas AD's. (ANDES A D, Doc. Nº 1, set. 93, p. 2)

Newton Lima Neto concorre às eleições com outra chapa denominada “Andes Hoje - Em defesa da Universidade”. Segundo relato de uma professora que não quis se identificar, esta chapa também é formada neste Congresso e é composta por professores filiados ao PC do B, PCB, PMDB, PDT, dentre outros e tem como candidato à presidência do Sindicato o professor Paulo Rosas.

“Informou o professor Paulo Rosas que a sua chapa é de oposição. Surgiu no V Congresso Nacional da ANDES, realizado na Bahia em janeiro deste ano, em consequência de divergências que vinham desde há algum tempo, crescendo em razão da orientação adotada pela atual diretoria da entidade, dissonante da que entendia fosse desejada, no momento.” (Diário Popular, abril, 86, p. 17, Pelotas/RS)

O desafio da chapa “Andes Hoje – Em defesa da Universidade” era a defesa das bandeiras históricas de luta do MD, a reestruturação da universidade, o ensino público e gratuito em todos os níveis, a defesa dos salários dos professores, melhores condições de trabalho, dentre outras.

Portanto, o movimento dos docentes do 3º grau se depara, nesse momento, com duas correntes políticas, claramente definidas no seu interior. Com exceção dos dois candidatos que concorreram à Diretoria Provisória da ANDES, (Maciel e Pinguelli), era a primeira vez que havia duas chapas concorrendo às eleições do Sindicato. Apesar do pluralismo de tendências políticas presentes na “Andes Hoje”, esta perde as eleições, uma vez que não consegue mobilizar as bases que a apoiam, pela expressão do voto direto.

O discurso de posse de Neto nos informa sobre a presença dessas diferentes concepções políticas que estiveram presentes no MD desde o período militar até o advento da Nova República.

“No processo democrático desenvolvido para a eleição da diretoria da ANDES, o Movimento Docente esteve colocado frente a duas concepções, inequivocamente distintas, de condução política da nossa entidade nacional. Durante o período da ditadura militar, estas divergências, sempre presentes no movimento, despontavam com menor clareza no enfrentamento das políticas educacionais e sociais do regime militar. Com o advento da chamada Nova República e o conceito de “transição democrática”, se tornou fundamental para a manutenção da ANDES como instrumento efetivo e democrático de luta dos docentes o debate aberto das idéias que temos sobre a direção e os rumos para o movimento docente. É insuficiente, inútil mesmo, dizer apenas que o país mudou e, portanto, que precisamos mudar juntos e adotar novas práticas. A ação política eficaz depende de darmos respostas claras a pelo menos três perguntas básicas: quais nossos objetivos táticos e estratégicos, qual a conjuntura e de onde provêm a força e a energia para obtermos as transformações que desejamos. Fizemos questão de explicitar em nossos documentos de campanha o que pensamos sobre estas questões, propondo encaminhamentos concretos. Pois são estas respostas, explicitadas ou omitidas, juntamente com as conseqüentes propostas de encaminhamento, que indicam as concepções políticas submetidas, democraticamente, à avaliação do movimento docente a nível nacional (...)”. (20/06/86, SP, XIII CONAD).

Portanto, a partir do V Congresso de Salvador, as disputas político-ideológicas tornam-se mais acirradas no interior do movimento docente. Era necessário responder convincentemente aos anseios da categoria docente com o intuito de agariar a confiança da mesma. Neste contexto, em que pese a presença destas tendências no MD desde o período do regime militar até os dias de hoje, é importante constatar que foi a partir de 86 que houve maior abertura do debate de idéias entre elas, fator importante para os rumos sindicais da associação.

e) 3ª Diretoria – Newton Lima Neto – 86/88

Nos dias 20 a 22 de junho de 1986, na cidade de São Paulo/SP, ocorre o XIII CONAD. Neste Encontro do Conselho Nacional de ADs são amplamente debatidos os temas específicos, já propostos por outros encontros do movimento docente e toma posse uma nova Diretoria da ANDES, presidida pelo professor Newton Lima Neto, da Associação dos Professores da Universidade Federal de São Carlos, gestão 1986 a 1988. Neto concorreu com a chapa 2, conhecida como “ANDES, Hoje- Em Defesa da Universidade”, liderada pelo professor Paulo Rosas, que obteve 43,9% dos votos. (ANDES- Relatório Final XIII CONAD)

Em entrevista concedida a Lafaiete Santos Neves, em 1997, o professor Newton Lima Neto informa sobre sua experiência como presidente da ANDES SN.

“Participei desde o primeiro Congresso, três diretorias da ANDES, primeiro- secretário da primeira gestão (do prof. Maciel, de 1981, quando nós criamos a ANDES, a 1982), depois secretário-geral na gestão do prof. Pinguelli (de 1982 a 1984), coordenamos os movimentos junto com a diretoria da ANDES em 1985, que foi a unificação de todas as carreiras e os salários das fundações num primeiro momento; tive a honra de ter sido eleito para presidente da ANDES (no período 1986/1988), e o nosso grande sonho de unificação completa do sistema foi conseguido numa greve histórica em 1987. Todos os benefícios que nós conseguimos de um sistema forte, isonômico, até onde foi possível mantê-lo, em função dos planos econômicos; unificado, em termos nacionais, com dignificação de carreira, com carreira única, que até hoje é a mesma... tudo conquistado em 1987, numa greve que, no meu entender, é absolutamente sem precedentes, histórica, por todos os resultados que trouxe – e todos nós colocados como servidores públicos; exatamente o que o governo tenta hoje, em nome da flexibilidade e de uma autonomia gerencial, reverter”. (Revista Universidade e Sociedade, nº 13, p. 146-147)

Na gestão de Lima Neto ocorrem três CONADs Ordinários, um CONAD Extraordinário, dois Congressos Ordinários e um Congresso Extraordinário. Nos dias 2 a 5 de outubro de 1986, realiza-se na cidade de Curitiba/PR, o XIV CONAD em que se discutiu assuntos relativos a questões específicas reivindicadas pelo movimento docente, tais como a isonomia, carreira única, verbas, cuidando-se também, da articulação com o 1º e o 2º graus. Discutiu-se também uma plataforma educacional para a Constituinte, políticas científica, cultural e tecnológica e questões organizativas.

São aprovadas neste CONAD algumas moções a saber: contra a manutenção dos órgãos de segurança e informação no MEC e demais setores públicos; contra a política do governo José Sarney (Nova República); contra o MEC, pelo desrespeito às eleições para Diretor realizadas na Escola de Belas Artes da UFMG; de apoio às greves realizadas pelos docentes da PUC/SP e da PUC/MG por melhores condições de trabalho e salário; de apoio à extinção da disciplina Educação Moral e Cívica nas escolas; de solidariedade aos 41 professores demitidos desde maio de 1986, do Centro de Ensino Superior Plínio Mendes dos Santos; de solidariedade às lutas populares em favor da preservação da integridade do Parque Nacional de Iguaçu, que representa 7% de área verde nativa do Estado do Paraná, dentre outras.

Neste contexto, outras greves se faziam presentes, a exemplo da greve dos 50.000 servidores técnico-administrativos das universidades, que teve total apoio dos docentes (ANDES- Relatório Final do XIV CONAD) e a greve dos 15.000 professores da rede Particular, em novembro de 1986, com durações diferentes e épocas distintas, principalmente em algumas confessionais, a exemplo das PUC/SP, PUC/MG, PUC/RS, PUC/RJ e Unisinos. Conforme citação abaixo referenciada, ao mesmo tempo em que esta greve resultou em ganhos para o setor das escolas particulares, o ensino público se viu veementemente criticado pelo setor privatista que ganha terreno por meio de “lobbies” altíssimos, investidos contra o ensino público, acusado de caro e ineficiente.

“dissídios com cláusulas importantes foram julgados, acordos internos foram firmados, planos de reposições de perdas anteriores e reajustes semestrais foram conquistados (a partir do gatilho de 5% de inflação oficial) contrariando as regras do Cruzado. A par disso, o “lobby” privatista ganhou terreno, patrocinou diversas candidaturas à Constituinte e arrancou várias conquistas ao governo condescendente em relação à empresa educacional privada. As mantenedoras chamadas “confessionais” tentam organizar-se em terreno próprio aparentemente distinto dos setores mercantilistas e tem obtido sucesso na política de obtenção de recursos públicos para as Mantenedoras. No geral, o clima de enfrentamento e repressão persiste, assim como as demissões de lideranças do movimento e toda propaganda do setor privatista dirige-se contra o ensino público “caro e ineficiente” e pela “valorização do professor” às custas, é claro, de mais recursos públicos. Cabe ao movimento

docente analisar com a máxima atenção as novidades que o novo quadro conjuntural coloca e orientar sua ação a partir das perspectivas por ele abertas.” (Boletim ANDES, nº 27, novembro de 86, p. 4)

A história do movimento grevista nos possibilitou constatar que as paralisações nas universidades públicas federais tornam-se mais fortalecidas porque o movimento docente se aglutina na direção de um único poder centralizado na Presidência da República, enquanto nas universidades estaduais as paralisações tornam-se mais fragilizadas em termos de mobilização nacional, porque o movimento docente se direciona não unificadamente para uma multiplicidade de poderes alocados nos diferentes Estados da União. Nas universidades particulares esse poder de mobilização torna-se mais fragilizado ainda em termos de unificação nacional, uma vez que o movimento grevista fica dividido entre os diversos donos das escolas. O contrário nos demonstra que são raras as exceções, a exemplo da UNESP, USP e UNICAMP, e particulares, como por exemplo as PUCs, que conseguem se unificar com reivindicações comuns ou em lutas unificadas. Muitas vezes as reivindicações são comuns, mas as mobilizações ocorrem isoladamente.

Entendemos que este é um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo Sindicato Nacional, ou seja, o de como encaminhar historicamente a luta do movimento docente na direção de mobilizações unificadas dos três setores - o federal, o estadual e o particular. Entendemos, também, que a unificação do movimento docente em torno dos outros dois segmentos universitários - estudantes e técnicos – administrativos - sempre foi de fundamental importância para o fortalecimento de suas próprias reivindicações, quanto da própria universidade. Em que pese as opiniões divergentes, presentes no próprio meio acadêmico, somos favoráveis ao fortalecimento do movimento docente por meio desta unificação, entendendo que, principalmente neste momento, este é o caminho mais adequado para fortalecer o embate político que está posto hoje, na sociedade, frente o modelo neoliberal em curso no País, que muito tem contribuído para a fragilização dos sindicatos.

Nesta direção, o VI Congresso Nacional da ANDES realizado na cidade de Goiânia/GO, nos dias 25 a 31 de janeiro de 1987, ao discutir questões já

contempladas em outros Encontros da ANDES, assim como uma plataforma educacional para a Constituinte, aponta a necessidade premente de uma ação política por parte dos professores, no sentido de privilegiar a organização dos movimentos sociais em uma ação conjunta com o movimento dos docentes, frente ao quadro político da época que se apresentava caótico.

A transição política iniciada no contexto do regime político-militar ainda estava a caminho, em plena década de 80, nitidamente marcada por uma perspectiva bastante conservadora, em que os movimentos sociais contestatórios acabavam isolados por ações políticas que combinavam esvaziamento e despolitização das discussões políticas sobre os problemas nacionais. Como ocorre em todo movimento histórico, a construção de uma nova realidade não se realiza como “um passe de mágica”. Esta estava sendo construída no contexto do rearranjo das relações de forças em presença, nitidamente marcadas pela ação significativa das elites dominantes, como podemos constatar na citação que segue.

“Marcada por eleições quase gerais, pelos efeitos do Plano Cruzado e suas seqüelas, pela perspectiva de uma Reforma Administrativa no Governo Federal e por uma retomada das campanhas de reivindicação salarial de uma parcela significativa de trabalhadores, a conjuntura nacional merece análise cuidadosa por parte de todo o movimento docente. A marca conservadora da transição política em curso no Brasil ganhou grande nitidez nos desdobramentos da política governamental e da ação das parcelas mais significativas da classe dominante. Passado um primeiro período de vacilação que se seguiu ao afastamento do último governo militar, iniciou-se o desenvolvimento sistemático da perspectiva conservadora que caracteriza a Aliança Democrática, por caminhos que buscam combinar despolitização e esvaziamento da discussão política de bom nível sobre os problemas nacionais, com a tentativa de isolar os movimentos populares que contestam, em todo ou em parte, as providências do Executivo.” (Boletim da ANDES nº 27, novembro de 86, p.2)

Desta forma, o movimento docente tinha à frente, além da luta pelas reivindicações da categoria que representava, o compromisso de se organizar junto a outros movimentos sociais presentes na sociedade, por entender a necessidade do

fortalecimento do mesmo, tendo em vista os embates políticos que atingiam as diversas categorias de trabalhadores.

Embora o VI Congresso Nacional da ANDES tenha presente no rol de suas deliberações decidir pela filiação da ANDES à CUT, esta decisão, na realidade, não ocorreu, pois segundo justificativas apresentadas, naquele momento, a liberdade e unidade na organização por parte dos trabalhadores não dependia de leis externas ao seu movimento, advindas de uma Central Sindical. No entanto, havia o reconhecimento explícito por parte da ANDES com referência a existência de uma certa identificação entre esta e o conjunto de práticas da Central Única dos Trabalhadores. Havia clareza, por parte da ANDES, de que a não filiação desta à uma Central Sindical não implicava na neutralidade e distanciamento da mesma em relação às duas centrais sindicais de trabalhadores.

“devemos ter clareza em afirmar que o fato de continuarmos a não tomar uma decisão sobre a filiação à uma Central Sindical não implica que a ANDES se encontre numa situação neutra ou igualmente equidistante às duas centrais; pelo contrário, constatamos que a ANDES na sua origem se construiu como uma articulação nacional defendendo a absoluta liberdade dos trabalhadores de se organizarem e de manterem a sua unidade sem necessidade de uma lei externa ao seu movimento. A ANDES durante sua trajetória denunciou a transição burguesa realizada por meio do Colégio Eleitoral e denunciou as diversas medidas demagógicas (PNRA, PACTO SOCIAL, CRUZADO I, etc) com que a Nova República tenta desmobilizar e enganar os trabalhadores. A ANDES hoje se recusa a aceitar uma trégua que não seria outra coisa que uma rendição da classe trabalhadora frente a voracidade do capital no Brasil, o qual não aceita pagar nem os prejuízos decorrente dos erros de sua própria política. Podemos concluir que hoje a ANDES identifica-se em grande parte com o conjunto de práticas, bandeiras e análise política da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Isto não implica nem a afirmação de uma completa identidade entre as duas entidades, nem caracteriza uma filiação branca. Trata-se de definir na prática o campo privilegiado de construção do movimento sindical e as alianças necessárias a esta construção.”
(ANDES, Relatório Final-VI Congresso, p. 85 e 86)

Neste contexto, em que pese a transição histórica teoricamente pronta e acabada na propalada “Nova República”, na realidade, deixava-se entrever práticas

burguesas demagógicas e autoritárias, a exemplo da atuação marcante de um Colégio Eleitoral preterido pela maioria da população brasileira.

Em meio à luta empreendida pelos docentes em favor das reivindicações de sua categoria e a participação do mesmo junto a outros movimento sociais, ocorre um CONAD Extraordinário, na cidade de Brasília/DF, no período de 20 a 24 de março de 1987. Neste, deveria se tomar uma posição quanto “*a alteração da plataforma educacional para a Constituinte, aprovada no VI Congresso (Goiânia, janeiro/87), referente à destinação de verbas públicas*”. Este CONAD Extraordinário convoca um Congresso Extraordinário da ANDES, que se realiza dos dias 29 a 31 de maio de 1987, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para referendar ou não a posição de “*alteração da plataforma educacional para a Constituinte*”, aprovada no CONAD Extraordinário, o que de fato ocorre. (Of. n.º 024/87-SG, Juiz de Fora, 12/5/87, p. 1). Decide também, esse CONAD Extraordinário, pela filiação da ANDES ao DIEESE e ao DIAP e pela construção de uma sede central com infraestrutura necessária para apoiar as atividades dos docentes, no campus da UnB. (ANDES-CONAD Extraordinário, p. 32 e 33)

Assim, no dia 28 de maio de 1987, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, realiza-se o XV CONAD Ordinário, em que se discutiu a crise nas IES particulares, no que se refere à questão salarial dos professores, política de verbas, Constituinte e o próprio setor das Particulares, dentre outros. Fez-se, também, o relato das greves das IES Estaduais de São Paulo, Paraná e Bahia, que também reivindicavam melhores salários e da greve dos docentes da Fundação Universidade Federal do Piauí, que havia 67 dias reivindicavam enquadramento de 860 docentes e garantia do Regime de Dedicação Exclusiva.

“pela imediata correção do enquadramento dos 860 docentes que tiveram seus direitos negados, quando da implantação do PCS das Fundações, em janeiro/86, assim como pela garantia do Regime de Dedicação Exclusiva, hoje atendido apenas para 82 dos 1088 professores daquela IE.” (ANDES- Relatório Final, XV CONAD)

Analisou-se, também, a greve dos docentes das 45 IES Federais – Autarquias e Fundações – 25/3 a 7/5/87 – que, segundo COELHO (1996), reivindicava a

adoção do Plano Único de Carreira para as IES Federais (proposta da ANDES); aposentadoria integral; isonomia salarial plena aos docentes contemplada na tabela salarial proposta pela ANDES; revogação da proibição de contratação de pessoal nas IES e verbas de custeio e capital no valor de 20,3 bilhões de cruzados, (para retornar aos níveis de 1973). Esta greve teve como resultado a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, criando o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), regulamentada pelo Decreto nº 4.664. A nova tabela salarial teve efeito retroativo a abril de 1987 (ps. 185 e 186).

Ainda no ano de 1987 é realizado o XVI CONAD, nos dias 4 a 7 de setembro, na cidade de São Luiz/MA, tirando-se como um dos encaminhamentos, deste CONAD, a elaboração de um documento de denúncia ao processo Constituinte, pela ANDES e a revalidação das perspectivas de luta do movimento docente, enfatizando-se a importância da luta pelo Ensino Público e Gratuito em todos os níveis. Aprova-se, também, um “Dia Nacional de Paralisação”, no período de 15 a 18 de setembro de 1987 e denuncia-se os atos arbitrários como a demissão de professores da USU (Universidade Santa Úrsula) do Rio de Janeiro. As questões específicas reivindicadas pelo movimento dos docentes e já contempladas em outros encontros são debatidas neste CONAD.

No ano seguinte, 1988, de 24 a 30 de janeiro, é realizado o VII Congresso Nacional da ANDES, na cidade de Juiz de Fora/MG, cujo objetivo é definir pela filiação desta a uma Central Sindical, mudanças no seu Estatuto, assim como a questão das Relações Internacionais, mantendo-se contatos com duas delas: a FISE-Federação Internacional Sindical do Ensino e a CMOPE-Confederação Mundial de Organizações de Profissionais de Ensino, em que se discute uma possível filiação a estas Centrais Internacionais. Neste Congresso, a ANDES não se filia a nenhuma Central Sindical, ficando pendente, mais uma vez, a filiação da mesma às Centrais Sindicais de trabalhadores. (Relatório Final, Congresso Nacional, 1988)

A gestão de Lima Neto promove Seminários, Dias de Paralisação, Encontros, dentre outros, sempre na perspectiva das reivindicações da categoria. Simultaneamente ocorrem atos arbitrários por parte das Reitorias das Universidades e do MEC, a exemplo das demissões de professores das universidades do Amazonas, de Santa Catarina e de Rondônia, dentre outros. Tentam também retirar, por meio da

Constituição, a aposentadoria especial dos professores, que respondem com mobilizações e greves, conquistando boa parte das reivindicações da categoria.

Realizam-se, também, durante os CONADS e Congressos, avaliações sobre a conjuntura nacional e internacional, sobre os setores das IES, sindicatos, entidades civis organizadas, lutas populares e sobre o achatamento salarial do funcionalismo público que, naquele momento, chegava a 40%.

Essa gestão também se destaca pela participação do Grupo de Trabalho de Política Educacional da ANDES, na V Conferência Brasileira de Educação - CBE, definindo, desta forma, sua participação na futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB.

Em 1988, ocorre o XVII CONAD, que se realiza nos dias 2 a 5 de junho, na cidade de Porto Alegre/RS, com 130 delegados e 49 observadores. No que se refere à educação, o movimento docente definiu dois pólos de lutas, já discutidos em outros encontros, que era a proposta da ANDES e das ADs para a Universidade Pública e as questões sobre a Constituição Brasileira e suas leis complementares. Constatou-se, também,

“o levantamento dos processos de avaliação em andamento nas várias IES, a identificação das políticas de ensino, pesquisa e extensão vigentes nas IES e os relatos dos processos de democratização ocorridos ou em andamento nas IES, por exemplo, estatuintes, congressos universitários e eleições diretas.” (Boletim da ANDES nº 36, agosto, 88, p. 4)

Dentre as várias propostas apresentadas, a Diretoria da ANDES solicita que seja discutida a criação de um “Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior Público e Privado”, fato que não se concretizou.

7. Transformação da Associação Nacional em Sindicato Nacional e filiação da ANDES SN à CUT

a) 4ª Diretoria – Sadi Dal Rosso – 88/90

Neste XVII CONAD Lima Neto dá posse a uma nova Diretoria – gestão 88/90 - que teve como presidente o professor Sadi Dal Rosso, da Associação dos Professores da Universidade de Brasília, que ressalta as perdas e ganhos do movimento docente e alerta para a urgente necessidade de filiação da ANDES à uma Central Sindical. (Boletim da ANDES nº 36, agosto de 88, p.2)

Dal Rosso inicia sua gestão dando continuidade às questões que vinham sendo discutidas na gestão do professor Lima Neto e explicita que “*o ponto mais alto de sua gestão na ANDES SN foi com relação à Constituinte*”. (entrevista concedida a Jonas Cavalcanti e com a colaboração do professor Lafaiete Santos Neves, em 1997. E continua:

“Na época, nós vivíamos um momento extremamente rico. Nossas relações com os trabalhos no Congresso eram bastante afinadas. Uma coisa que me alegrou muito foi ter levado avante, dentro do movimento docente, um projeto para a educação nacional. Ele não foi posto em prática porque no Congresso Nacional prevaleceram outros elementos. Mas ainda assim nosso projeto influenciou em muitas decisões. Chegamos a montar um fórum de acompanhamento da constituinte junto à UNE, CNTE e outras entidades, em defesa da educação pública e acho que ele está vivo até hoje. Demos uma contribuição fantástica. Foi o momento em que o movimento esteve mais propositivo do que nunca, porque pensou a educação brasileira como um todo. Essa proposta está publicada no primeiro número da revista Universidade & Sociedade. Ela criou um programa nacional de educação unificado que fortalece a escola pública. Um detalhe interessante é que, a partir da discussão desse projeto nós começamos a falar na necessidade de se criar uma bolsa para subsidiar as famílias mais carentes para que elas pudessem manter as crianças nas escolas. Hoje o PT/DF pôs essa proposta em prática, com a bolsa-escola. Foi também na minha gestão que ocorreu a transformação da nomenclatura do ANDES, passando de associação para sindicato. Para que isso ocorresse, fizemos uma discussão em nível nacional durante um congresso, no Rio de Janeiro. A mudança na Constituição de 88, que possibilitou aos servidores públicos serem sindicalizados, foi a razão principal desse processo”. (Revista Universidade e Sociedade nº14, 1997, p.117)

Nos dias 12 a 15 de outubro de 1988, na cidade de João Pessoa/PB, realiza-se o XVIII CONAD, com a participação de 53 ADs. Dentre as deliberações deste CONAD enfatiza-se, mais uma vez, a filiação da ANDES à CUT, devendo a sua

aprovação passar pelo VIII Congresso. A este respeito, o relatório final do Congresso deixa claro a preocupação do movimento docente com o momento histórico vivido pelos trabalhadores, cujas condições de vida encontravam-se extremamente agravadas pela política salarial de arrocho, pelo desmonte das políticas e projetos sociais, dentre outras coisas.

“ A filiação à CUT é condição fundamental para que se estabeleça um vínculo orgânico entre o movimento docente e as demais categorias de trabalhadores, na perspectiva de participar do projeto coletivo de construção de uma Central Sindical forte e independente. Isto se faz necessário para os enfrentamentos inevitáveis com a ordem vigente, em que se verifica o agravamento das condições de vida do conjunto dos trabalhadores, resultado de uma política salarial de arrocho, do desmonte de políticas e projetos sociais e a capitulação do governo, representante das classes dominantes, frente ao grande capital, com o estabelecimento de uma nova política industrial e a obediência servil ao FMI.” (ANDES-Relatório-XVIII CONAD, p. 70)

Também merece destaque especial no relatório deste CONAD, a Carta de Salvador/BA, pelas questões fundamentais que aponta em relação ao papel exercido pelos três níveis de ensino na produção do conhecimento. Neste sentido, enfatiza-se a necessidade de *“superar a tradicional separação que se tem feito com relação ao conhecimento nos três níveis de ensino, que destinava à graduação e pós-graduação a tarefa de produção de novos conhecimento. Ao 1º e 2º grau caberia o mero papel de transmissão do saber.”* (p. 139). Da mesma forma merece destaque especial a Carta de João Pessoa, pelas questões que aponta, relativas à atuação política de professores e estudantes da Universidade do Rio de Janeiro, em greve havia muitos dias e ocupando o prédio do MEC daquela cidade em protesto à forma com que estava sendo tratada a universidade pública brasileira. (p.141).

Convocado pela Diretoria da ANDES ocorre, nos dias 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro, o II Congresso Extraordinário da Associação Nacional que delibera sobre a aprovação da transformação da ANDES em ANDES SN - Sindicato Nacional, já deliberada no CONAD de João Pessoa, o que,

segundo sua Diretoria, facilitaria a filiação daquele Sindicato a uma Central Sindical, no caso, a CUT.

Segundo os Estatutos da ANDES SN, todas as ADs também poderiam se transformar em ADs-Seção Sindical da ANDES SN, tendo todas as associações, um prazo de discussão junto às suas bases, que se estenderia até 1990.

O reconhecimento oficial da ANDES em sindicato era fundamental, pois, na época, funcionário público era impedido, por lei, de ser sindicalizado. Logo, mais uma luta se alistava junto às outras já empreendidas pelo movimento docente de 3º grau. Era fazer da ANDES um Sindicato Nacional.

Embora não sendo criada com a sigla SN - Sindicato Nacional - a ANDES já tinha nascido com uma concepção sindical ampliada e de luta em favor de sua categoria e da sociedade brasileira e era, de fato, um sindicato nacional. As suas ações junto ao MD eram reconhecidas como ações sindicais, de fato. Essa luta do MD do 3º grau para a conquista do direito de sindicalização dos professores não foi fácil, sem contar que, enquanto os professores do ensino público lutavam para conquistar esse direito, os professores do ensino particular já o tinham garantido, no momento em que se filiavam ao SINPRO. Essa questão se tornava difícil, porque a ANDES foi criada para representar os docentes das IES brasileiras, portanto, das universidades públicas e particulares e apenas os professores das IES particulares tinham o direito à sindicalização. Apesar da existência do SINPRO que filiava os professores da rede particular de ensino, a ANDES assume a luta para conquistar o direito de filiar o conjunto da categoria docente, que eram os professores do setor público e particular. Era necessário, pois, manter uma forma de organização que representasse os dois setores de ensino para que algumas conquistas da categoria se estendesse à todos.

“A Constituição, ao decidir pelo tratamento diferenciado aos professores das redes públicas e da particular do 3º grau, aponta a divisão, para fazer triunfar o ensino privado existente. A continuidade da luta pela proposta da ANDES para a Universidade Brasileira implica, portanto, a manutenção da forma de organização nacional, representante dos dois setores, capaz de lutar contra este tratamento diferenciado e alcançar a extensão das conquistas da rede pública aos professores da rede particular (carreira docente, regime de trabalho, etc)

A ANDES formou-se como entidade para lutar, não para manter-se como entidade imóvel, atrelada, arrecadadora de Imposto Sindical. Há muitos anos os trabalhadores, as entidades sindicais, consensualmente, lutam pela liberdade de organização sindical, pelo não atrelamento ao Ministério do Trabalho, pelo direito de sindicalização do funcionário público. A votação no primeiro turno da Constituinte aprovou estas reivindicações ainda que não na forma desejada pelo movimento. Logo após o primeiro turno de votações, quando da realização do XVII CONAD (Porto Alegre), partindo da premissa de que o segundo turno manteria estas conquistas, a ANDES iniciou a discussão da sindicalização, através das ADs". (A transformação da Andes em Andes SN. Apresentação. Estatuto da ANDES, atualizado, 1996, p. 21 e 22)

Assim, a história construída pelo movimento docente do 3º grau, que é uma história de combatividade no atendimento das principais reivindicações da categoria docente e participação nas lutas sociais já apontava, naquele momento, para a necessidade da transformação da ANDES em Sindicato Nacional, o que vai ocorrer quando da realização do II Congresso Extraordinário da ANDES, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 25 a 27 de novembro de 1988. Esse Congresso Extraordinário aprova a transformação da ANDES em ANDES – Sindicato Nacional, respaldado em lei com a promulgação da Carta Magna de 1988, no dia 26 de novembro, portanto, durante o referido Congresso. Assim, a ANDES é transformada em Sindicato Nacional, com registro definitivo no dia 1º de março de 1990.

Realiza-se o VIII Congresso Nacional da ANDES SN, nos dias 14 a 18 de fevereiro de 1989, na cidade de São Paulo, homenageando Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, sindicalista morto por fazendeiros.

No contexto social deste período, marcado pelo chamado “pacto social”, intensifica-se a violência urbana e rural, marcada pela chacina de Volta Redonda, de Gurugi na Paraíba, dos Sem-Terra gaúchos e pelo Plano Verão, greve geral dos trabalhadores, dentre outros. (Boletim da ANDES, 1989) É no interior desses acontecimentos que o VIII Congresso Nacional da ANDES SN aprova a filiação da ANDES SN à CUT enquanto um passo importante do movimento docente que tem como eixo a luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade, assim como as lutas setoriais de

sua categoria. Cria-se, neste Congresso, o Grupo de Trabalho de Sindicalização que passa a ter papéis fundamentais pela frente.

Os dirigentes da FISE, criada em 1945, com sede em Berlim Oriental, filiada à Central Mundial Sindical FSM - Federação Sindical Mundial- e da CMOPE, criada em Copenhague, em 1952, com sede na Suíça, considerada independente em relação à filiação a centrais mundiais se fizeram presentes neste Congresso. O objetivo era um intercâmbio entre os educadores de todos os países, viabilizando, para a ANDES SN, um encontro com os docentes do Cone Sul – Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile – na cidade de Pelotas/RS. (Boletim ANDES SN nº 39, 1989, p.6)

Após o VIII Congresso, ocorre uma greve geral, nos dias 14 e 15 de março de 1989, em protesto contra o Plano Verão que corrói o salário da maioria dos brasileiros e acaba por ser histórica, pela grande participação dos trabalhadores. Esta greve foi programada pelas centrais sindicais e, segundo o Jornal “Última Hora” de 15/03/89 de Belo Horizonte, os trabalhadores exigiam a recuperação das perdas salariais e contestavam a política econômica do governo Sarney. A citação que segue esclarece este momento.

“aos poucos iam surgindo trabalhadores e passeatas de vários pontos da cidade (...). Os líderes sindicais falavam aos manifestantes sobre o sucesso do movimento em todo o país e prometiam que hoje a adesão seria maior em Minas Gerais. Metalúrgicos, químicos, trabalhadores em processamento de dados, previdenciários, funcionários públicos estaduais, eletricitários, profissionais de ensino, tecelões, trabalhadores na área de saúde do Estado, funcionários e professores da UFMG paralisaram ontem suas atividades contra o Plano Verão. Durante a passeata, os trabalhadores gritavam palavras de ordem contra o governo Sarney e eram animados por uma banda de música. Até o Fundo Monetário Internacional (FMI) ironizado por uma pessoa vestida de capeta e com a eterna pasta preta, participou da passeata”.

A participação dos trabalhadores nesta greve geral, deveu-se à unicidade e organização da Central Única dos Trabalhadores e da Confederação Geral dos Trabalhadores, assim como da aceitação da mesma por todos os líderes sindicais brasileiros.

Neste ano, a Região Centro-Oeste entra em fase de organização da sua Regional, com a participação das ADs de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Com o lema “contra a destruição da Universidade Pública”, o setor das Federais estabelece, juntamente com a FASUBRA, o dia 13 de abril como o “Dia Nacional de luta”.

Durante a gestão de Dal Rosso, ocorre uma greve dos professores da IFES que segundo COELHO (1996) teve a duração de 66 dias, iniciando-se no dia 8 de maio e estendendo-se até o dia 13 de julho de 1989, com a participação de 42 Universidades. As reivindicações dos professores eram: verbas para OCC – Orçamento para Custos e Custeio — correspondendo a 27,8% do orçamento global das IFES; reposição salarial do mês de abril de 1989, correspondente a 59,74%, acrescido do índice de custo de vida (ICV do DIEESE); reajuste mensal de salários; revogação da proibição de contratações e abertura de concurso público para preenchimento de vagas para a docência e para atender às necessidades das IFES; aposentadoria integral; regulamentação integral e aplicação imediata do PUCRCE em todas as IFES. As conquistas desta greve foram: reposição salarial de 30% à todos os servidores públicos federais em maio de 1989; compromisso do governo (julho), em liberar verbas para a manutenção das IFES, a título de suplementação (453 milhões de cruzados novos), a preços de abril de 1989; alterações no Plano de Carreira Docente, quais sejam: incentivo de Dedicação Exclusiva para os docentes do 3º grau (de 40% para 50% sobre o salário base) e para o 1º e 2º graus (de 25% para 30%) e, de um nível para outro da carreira (de 4% para 5%); e autorização para a contratação de 760 docentes e de 1.340 técnicos-administrativos, para o conjunto das IFES. (p. 185)

A respeito dessa greve, Dal Rosso explicita:

“Fizemos uma greve em 89 que ficou na história. Resultou em ganhos salariais modestos, que conseguimos com as mudanças de interstício de carreira e estabelecimento do piso base, a partir do qual, a gente pode melhorar o nível salarial do professor do primeiro e segundo graus. Mas essa mudança continha um elemento interessante que estabelecia um nível de investimento em outros custeios e capital, retornando a marca dos 12% a 15%, de antes. Chegamos a este acordo, embora não tivesse sido cumprido depois”. (Entrevista concedida a Jonas Cavalcanti, com a colaboração de Lafaiete Santos Neves, 1997, p.117)

Nos dias 9 a 13 de agosto de 1989, na cidade de Uberlândia/MG, é realizado o XIX CONAD. Este CONAD contemplou temas já discutidos pela categoria docente assim como temas relacionados à questão da transformação das ADs em Seções Sindicais da ANDES Sindicato Nacional, à elaboração de documentos preliminares que subsidiassem as discussões sobre a LDB, assim como avaliação sobre as paralisações e greves ocorridas desde 1987.

Nos dias 1 a 4 de novembro de 1989 realiza-se na cidade de Belém/PA, o XX CONAD da ANDES SN, com as mesmas discussões dos temas de encontros anteriores como por exemplo a questão salarial e organizacional do MD. Dentre as moções aprovadas destacam-se as de apoio ao GT de Saúde da ADUFG com a publicação de um livro intitulado “Encontros do GT de Saúde da ANDES SN”, resultado das discussões dos encontros sobre saúde e as de repúdio ao descompromisso do governo com a vida na Amazônia e à elaboração de grandiosos projetos sem consulta à população daquela região, dentre outras coisas.

Nos dias 6 a 10 de fevereiro de 1990, realiza-se o IX Congresso Nacional da ANDES SN, na cidade de Londrina/PR, em que se rediscutem os temas específicos da categoria docente tais como salários justos, mais verbas para a educação e garantias constitucionais. Enfatizou-se também a grande importância da sindicalização dos funcionários públicos e a proposta pelo Grupo de Trabalho “Sindicalização” de que o IX Congresso declare que 1990 seja “O ano de implantação do Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior”, com vários encaminhamentos às ADs para se discutir esta questão.

A Carta de Londrina, apresentada neste Congresso, trata da questão do sindicalismo e, conseqüentemente, da questão do Imposto Sindical que, segundo a Carta, garante a continuidade de uma estrutura sindical antidemocrática e impede a liberdade sindical, ou seja, impede a criação de sindicatos mais representativos, livres e democráticos, no momento em que o acentuado corporativismo e o imposto sindical, gera uma burocracia corrupta com poderes sobre quem representa legalmente os trabalhadores. A citação que segue nos esclarece sobre a Carta Del Lavoro, apresentada no IX Congresso.

“A Carta Del Lavoro”, sempre se caracterizou pela falta de democracia, pela falta de enraizamento na base, pelo corporativismo acentuado e pela submissão à tutela do Estado. Sustentada pela iniquidade do Imposto Sindical, ela gerou uma burocracia corrupta que agora pretende reintroduzir na Lei de Organização Sindical, que a Constituição infelizmente exige, a velha Comissão de Enquadramento Sindical agora sob nova roupagem, sob o nome, por exemplo, de Comissão de Assuntos Sindicais. Essa Comissão teria poderes para decidir sobre quem representa legalmente os trabalhadores, por meio de mecanismos como o registro e o enquadramento e de decisões sobre representatividade sindical, base territorial e do poder para dirimir conflitos e controvérsias. O objetivo dessa manobra é garantir a continuidade da atual estrutura sindical anti-democrática e impedir a existência e criação de sindicatos livres, democráticos e realmente representativos.” (Relatório Final IX Congresso ANDES SN, p. 116)

Assim, a velha estrutura sindical implantada na década de 30, persistiu na década de 80 e início da década de 90, sendo um assunto polêmico e bastante discutido por estudiosos e sindicalistas. Fica claro nas discussões travadas pelo Sindicato Nacional que os docentes são contra este tipo de sistema de relações que subordina os sindicatos ao aparelho de Estado.

A gestão de Dal Rosso, portanto, foi muito rica pela participação nos vários movimentos sociais tais como a greve geral dos trabalhadores, além da greve dos docentes das IES; a transformação da ANDES em Sindicato Nacional e a sua filiação à CUT; a garantia da aposentadoria especial para o magistério; o encaminhamento das reivindicações pela regulamentação da aposentadoria integral e a unificação de ações com o conjunto dos servidores públicos federais e suas entidades representativas, (FASUBRA, FENASPS, SINDIFISCO e do Sindicato de Servidores Públicos), dentre outras.

8. Gestões da ANDES SN – 90/94 – Fatos marcantes

a) 5ª Diretoria – Carlos Eduardo Malhado Baldijão – 90/92

Ainda neste ano de 1990, durante o XXI CONAD, nos dias 30 de maio a 2 de junho, na cidade de Aracaju/SE, Dal Rosso dá posse à nova Diretoria da ANDES SN, que tem como presidente o professor Carlos Eduardo Malhado Baldijão, da Associação dos Professores da Universidade de São Paulo. Durante seu discurso de posse Baldijão explicita a participação da ANDES SN nas lutas específicas dos professores e dos trabalhadores em geral e analisa a questão nacional brasileira, enfatizando o ataque que se faz à universidade pública, cujos espaços estão sendo utilizados para a prática de políticas clientelistas e direcionadas para o atendimento à perspectiva do “lobby” privatista. Com estes desafios, explicita a premente necessidade do MD estar atento para o aprofundamento de suas bandeiras de luta frente às novas armas governamentais.

“o ataque que se faz hoje à Universidade pública toma nova dimensão. Não se trata de esvaziá-la por meio de um processo lento, arrojando os salários, diminuindo as verbas, mas de ceder, aqui e ali, até para mantê-la como importante espaço para a prática de políticas fisiológicas e clientelísticas. Não se trata de perder completamente este espaço, mas de dimensioná-lo para atender à perspectiva de privatização do Estado e do “lobby” privatista. Mesmo porque, na medida em que o processo de internacionalização da economia se agudiza, a própria produção de conhecimento deve ser dimensionada para atender às necessidades ideológicas de justificação do processo, como também às necessidades do domínio da tecnologia. Face a esses desafios, as bandeiras do movimento docente continuam atuais; no entanto, a necessidade de aprofundá-las no interior do movimento torna-se premente, pois a luta será dura e o adversário conta hoje com novas armas.”

Neste CONAD discutiram-se questões já contempladas em encontros anteriores, enfatizando-se a criação do GT de Política Agrária nas ADs, a criação e reativação dos Fóruns Estaduais e Municipais em defesa da Escola Pública, para uma atuação mais conjunta com parlamentares e outros setores, assim como a manutenção dos encontros que estudariam a LDB.

Nos dias 31 de outubro a 3 de novembro de 1990, na cidade de Campo Grande/MS, realiza-se o XXII CONAD, em que se discutiram temas relativos ao

movimento docente e ao novo governo (Collor), conjuntura econômica, formação técnico profissional, dentre outras, já contempladas pelo movimento. Aprofundou-se a questão da Ciência e Tecnologia, devido às repercussões advindas do Governo Federal por meio de *“uma política industrial desnacionalizante que comprometerá a Ciência e Tecnologia nacionais, aumentando o grau de dependência do País via privatização das Universidades e Instituições de Pesquisa Pública.”* (Relatório Final, XXII CONAD, p.45) . O MD discutia estas ações no sentido de procurar subsídios para as futuras ações a serem tomadas contra essas medidas.

Nos dias 18 a 23 de fevereiro de 1991, na cidade de Curitiba/PR, realiza-se o X Congresso da ANDES SN, em que o movimento docente procura reagir contra os vários planos econômicos impostos pelo atual governo. As discussões versam sobre a atual política monetária, o confisco da poupança, a questão agrária que se agravava, assim como o ataque do governo ao funcionalismo público, com o sucateamento dos serviços públicos e a perda dos direitos sociais.

Em termos sindicais este Congresso sinaliza para que o movimento docente procure, juntamente com outras categorias de trabalhadores, uma articulação unificadora por meio da CUT, definindo-se como grandes eixos políticos para 1991 a luta pela manutenção e ampliação dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais da população brasileira, com ações junto a parlamentares e entidades civis, deflagrando-se “estado de alerta nas Instituições de Ensino Superior – IFES com indicativo de greve”. Define-se, também, pela inserção da ANDES SN no FISE, CMOPE e CEA (Confederação de Educadores Americanos), iniciando-se, portanto, a participação da ANDES no sindicalismo internacional de educadores. (Relatório Final, X Congresso Nacional da ANDES SN, 1991)

Durante a abertura deste X Congresso é lançada a Revista Universidade e Sociedade que circula até hoje, com a contribuição de temas e análises importantes advindas de educadores e cientistas de renome e que refletem a situação de cada momento vivido pelo movimento dos docentes.

Neste clima conturbado em que os trabalhadores corriam o risco de perder os direitos sociais conquistados, os docentes universitários realizam o II CONAD Extraordinário da ANDES SN, na cidade de Brasília/DF, nos dias 11 a 13 de abril de

1991. Este é chamado para se contrapor à proposta anunciada pelo MEC de uma Nova Política para o Ensino Superior. Esta Nova Política para o Ensino Superior tinha como objetivo “*diminuir a responsabilidade do Estado com o Ensino Superior e de ampliar a participação da iniciativa privada no Sistema Educacional*” (Relatório Final II CONAD). Discutiram-se, também, a defesa intransigente da Universidade pública e gratuita e a luta pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No mês de maio, os professores das IFES decidiram por uma greve que durou 107 dias. Esta iniciou-se no dia 5 de junho estendendo-se a 20 de setembro de 1991, com a participação de 48 IFES. As reivindicações deste movimento grevista foram: recomposição salarial (abril de 1990), implicando numa reposição de 144,38%; incorporação das perdas salariais dos planos econômicos (“Bresser”, de 26,06%, “Verão”, de 26,05% e “Collor”, de 93,54%); repasse para as IFES do saldo das verbas previstas no orçamento de 1990 e dos recursos estabelecidos no orçamento de 1991, em valores reais; abertura de concurso público e imediata contratação dos aprovados; escolha dos dirigentes das IFES por eleições diretas e garantia para a ANDES do repasse das contribuições dos professores, conforme a Constituição Federal estabelece. Os resultados dessa greve foram: rejeição pelo Congresso Nacional da MP 296/91, que excluía docentes e servidores das IFES e outras categorias de SPFs dos reajustes propostos pelo governo; reajuste de 20% à todos os SPFs e correção da tabela de vencimentos dos professores das IFES, assim como de outras categorias, segundo o PL nº 1.390 de 1991, em julho de 1991. Para os professores este reajuste variou de 51,8% (Auxiliar I com regime de 20 hs.) a 77,45% (Titular com DE e Doutorado); novo reajuste em setembro de 1991 para os docentes da IFES, com o PL nº 1.611 de 1991, com um índice que variou de 20% (Auxiliar I com 20 horas sem pós-graduação) a 48,8% (Titular com DE, com Doutorado). COELHO (1996, p.186). A mobilização dos docentes com esta greve fez com que o Ministro Chiarelli deixasse o MEC

Nos dias 12 a 16 de novembro de 1991, na cidade de Maceió/AL, realiza-se o XXIII CONAD, em que continuam as discussões iniciadas pelo movimento docente, especialmente aquelas que se referem à Entidade Nacional, enfatizando-se a importância de sua liberdade e o não atrelamento em relação aos parâmetros autoritários da Nova República.

Era necessário que a ANDES permanecesse como uma entidade “livre, autônoma e democrática”, isto é, “livre” em relação às decisões de sua categoria, “autônoma” em relação ao Estado - padrões, administrações universitárias - e “democrática” em relação às outras posições ideológicas que compõem o movimento docente. Esta decisão é tomada durante a sua criação em fevereiro de 1981, em Campinas/SP, segundo informes de algumas lideranças da época gerando, mais tarde, a tendência ANDES Autônoma e Democrática – ANDES A D, majoritária no movimento dos docentes. No que se refere ao “democrático”, entendiam alguns entrevistados que não quiseram se identificar que, parte dos professores que dirigiram a ANDES não exerciam, de fato, a democracia durante o processo eleitoral que elegeria a Diretoria do Sindicato. Isto ocorria porque, no momento em que não aceitavam outras tendências que não a deles na composição de suas chapas, em especial nos cargos da direção executiva, estavam excluindo as outras tendências políticas. Não admitiam, portanto, a composição de várias tendências para dirigir o Sindicato. Segundo estes entrevistados, esta prática também pode ser encontrada em algumas ADs, em que “*a democracia é aceita apenas a partir da Colegiada*” que é, dentro da estrutura organizacional de várias ADs, um “*órgão deliberativo intermediário*”, composto por “*membros da Diretoria Executiva, por Representantes de Base e pelos representantes das Comissões de Trabalho*”. Este têm como competência, “*deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação da Assembléia Geral, lhe forem atribuídas, regulamentar as eleições dos representantes de base, exercer as funções de Conselho Fiscal*” da AD, dentre outras coisas. (Regimento ADUFU-SS, 1991, ps. 7 e 8). Portanto, a Direção Colegiada das Seções Sindicais da ANDES SN, colabora e participa das decisões da sua Diretoria encaminhando para discussão as deliberações de seus respectivos Departamentos. Estas Colegiadas exercem o papel de direção sindical e são importantes pela colaboração que prestam ao avanço do movimento docente no processo democrático. Frente a tudo isso, professores pertencentes a outras tendências sindicais ligadas a partidos políticos como o PT, PC do B, PMDB, PDT, PCB, dentre outras, se unificam e procuram se contrapor e esta forma sindical de encaminhamento proposto pela ANDES AD.

Não estamos falando das divergências outrora existentes quanto ao fato da Entidade ser uma Confederação ou uma Associação, mesmo porque este debate já se

encerrou há muito tempo. É evidente que as divergências existem. Entendemos que as diversas tendências que existem dentro do movimento docente, quando conseguem unificar seus encaminhamentos, só têm a contribuir pela riqueza de idéias e práticas que tornam o sindicato mais dinâmico e o movimento docente mais democrático. Porém, a construção política do Sindicato deve ser, necessariamente, produto coletivo de todos os professores que compõem o movimento docente e não propriedade desta ou daquela concepção política. É preciso garantir a proporcionalidade das diversas tendências na composição da direção do Sindicato, enquanto forma de se garantir o pluralismo de idéias, a democracia e a autonomia, que constam na carta de princípios que originou a ANDES. Mais do que nunca é preciso não se confundir hegemonia com exclusivismo e nem sindicato com partido político. O MD deve ser politizado e não partidarizado.

Este CONAD aprovou também a formação de uma “Comissão de 90 dias” para tratar das questões salariais relativas ao 1º e 2º graus das IES, que não foram contempladas nos ganhos estendidos ao 3º grau.

Às últimas páginas do Relatório Final deste CONAD encontra-se um Parecer encaminhado à ANDES SN em que a APUBH/MG SS, com base no Artigo 37, Inciso VI da Constituição Federal de 1988 que garante o direito à livre associação sindical ao servidor público civil, pede a aprovação, pela Assembléia Geral Extraordinária, da formalização da APUBH como Seção Sindical da ANDES SN da UFMG. Assim a APUBH passaria a chamar-se, “Associação Sindical dos Docentes da UFMG-APUBH-Sindical”. Este recurso foi encaminhado à Plenária de Instalação deste CONAD e após lida foi indeferida por “*não deter competência para reconsideração de decisão sua*”, provavelmente por entenderem não ser o local adequado para esta decisão. Mais tarde, a Secretaria Geral da ANDES SN se posiciona *desfavoravelmente* a essa transformação. (Cadernos de Textos XXIII CONAD, p.4). Para melhor esclarecermos esta questão, o Editorial “A Discriminação, a Viabilização e outras Preocupações”, da revista Caminhos, que é uma publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte, nos informa algumas considerações a respeito desse recurso, na citação que segue.

“não menos preocupantes para o destino da universidade pública foram as decisões tomadas pela plenária do XXIII Conad, que, por sugestão da atual diretoria da Andes - SN, colocou sub-judice até o XI Congresso a participação da APUBH como seção sindical daquela entidade. Não nos parece que tenha sido uma decisão sábia nem que os reais interesses da unidade do movimento tenha prevalecido. A diretoria da Andes - SN agiu como uma facção lutando pela preservação de sua hegemonia política dentro do movimento docente. A decisão exorbitou a competência estatutária reservada ao Conad, dando a impressão de ter sido um ato de força revestido de vícios de forma. As diferentes concepções de organização sindical que opõem posições mais autonomistas a outras mais centralistas devem ser resolvidas democraticamente no interior do movimento. A conjuntura difícil não recomenda retaliações divisionistas. A Andes - SN é ou não um movimento sindical plural? Temos que discutir melhor nossas questões e ter a sabedoria necessária para conviver com nossas diferenças. Não devemos nos fechar em posições monolíticas, autoritárias e centralistas que comprometam a unidade do movimento”. (p.3 e 4)

Vale ressaltar para a difícil conjuntura em que estamos vivendo a recomendação de que retaliações divisionistas não contribuem para o crescimento do MD e para o fortalecimento do Sindicato. Não é papel de uma direção sindical contrapor as diferentes concepções e divergências presentes no movimento sindical e sim, administrá-las da forma mais democrática possível contribuindo para que se efetive na prática o princípio pluralista que deve nortear as ações de qualquer sindicato.

Nos dias 16 a 22 de fevereiro de 1992, ocorre o XI Congresso Nacional da ANDES SN, na cidade de Cuiabá/MT que reafirma as campanhas discutidas e aprovadas em outros Congressos, assim como as atividades educacionais, setoriais e sindicais que deverão ser encaminhadas nos três setores – federal, particular e estadual - e indica à todas as ADs e Regionais a formação do GT Política Sindical e sua importância naquele momento.

Este Congresso Nacional foi contrário a que a CUT se filiasse à CIOSL (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres) e também que a CUT tivesse uma estrutura vertical, baseada em Federações e Confederações.

b) 6ª Diretoria – Márcio Antonio de Oliveira – 92/94

Em 1992, no XXIV CONAD que se realiza na cidade de Fortaleza/CE, nos dias 22 a 27 de junho, toma posse a nova Diretoria da ANDES SN, que tem como

presidente o professor Márcio Antonio de Oliveira, da Associação dos Professores da Universidade Federal de Juiz de Fora. Neste Encontro foram contemplados todos os temas cujas discussões se faziam em momentos anteriores.

No que se refere aos princípios que norteiam a ação política da ANDES SN, encaminhou-se que o movimento docente avance em conjunto com outros movimentos sindicais, movimentos sociais, partidos políticos e demais setores da sociedade civil em uma campanha pelo impeachment de Collor, dada a gravidade da crise social causada por este governo, naquele momento. Definiu-se também que a ANDES deveria intervir com maior vigor nas instâncias que regem a CUT.

Nos dias 10 e 11 de outubro de 1992, ocorre o III CONAD Extraordinário da ANDES SN, na cidade de Brasília/DF, cujo objetivo era “construir uma saída popular para a crise”, pois a falta de investimento e sustentação à pesquisa básica e tecnológica das universidades e o não financiamento de projetos de pesquisa implementados pela política do governo Collor, estrangulavam o desenvolvimento científico e cultural voltados para a saúde, educação, ciência e tecnologia.

“As políticas do governo Collor para ciência, tecnologia, educação e saúde estrangularam toda a possibilidade de desenvolvimento do nosso potencial científico. O ensino público em todos os níveis, a pesquisa básica e tecnológica foram deixadas à mingua de investimento e sustentação. Isto se dá tanto em relação ao financiamento de projetos de pesquisa quanto em relação a salário e custeio das IES federais. Quadro semelhante, por vezes ainda mais grave, ocorre nas IES estaduais.”
(Relatório Final, III CONAD Extr. p.33)

Entre os dias 1 a 5 de dezembro de 1992, ocorre o XXV CONAD, na cidade de Piracicaba/SP. Neste CONAD discutiram-se temas relacionados à conjuntura nacional, carreira única do magistério, revisão crítica das propostas políticas do Governo Federal para com a educação brasileira. Enfatizou-se, também, a necessidade de uma grande mobilização popular e setoriais – segmentos das universidades públicas, particulares e estaduais - em Brasília para incentivar a aprovação da LDB (Substitutivo Jorge Hage - 1988/1990). A esse respeito, SAVIANI (1997) explicita que este projeto foi gestado no interior da comunidade educacional mobilizada especialmente por meio

do Fórum em Defesa da Escola Pública na LDB, assim como a competência e seriedade do Deputado Jorge Haje na condição de relator dessa matéria.

“De início importa considerar que diferentemente da tradição brasileira em que as reformas educacionais resultam de projetos invariavelmente de iniciativa do Poder Executivo, neste caso a iniciativa se deu no âmbito do Legislativo e através de um projeto gestado no interior da comunidade educacional. Esta manteve-se mobilizada principalmente através do Fórum em Defesa da Escola Pública na LDB que reunia aproximadamente 30 entidades de âmbito nacional: ANDE, ANDES SN, ANPAE, ANPEd, CBCE, CEDES, CGT, CNTE, CNTEEC, CONAM, CONARCFE (depois ANFOPE), CONSED, CONTAG, CRUB, CUT, FASUBRA, FBAPEF, FENAJ, FENASE, FENOE, (as duas últimas, depois, se integram à CNTE), OAB, SBF, SBPC, UBES, UNDIME e UNE, além das seguintes entidades convidadas: CNBB, INEP e AEC. O Deputado Jorge Haje, na condição de relator, demonstrou competência, tenacidade, capacidade de trabalho, habilidade de negociação e foi incansável no empenho em ouvir democraticamente todos os que, a seu juízo, pudessem de alguma forma contribuir para o equacionamento da matéria em pauta, tendo percorrido o país a convite ou por sua própria iniciativa para participar de eventos dos mais diferentes tipos em que expunha o andamento do projeto e acolhia as mais diversas sugestões”. (p.57)

SAVIANI (1997) esclarece também os aspectos positivos do “Substitutivo Jorge Haje” ao Projeto de LDB que são:

“a abrangência da lei: educação de jovens e adultos trabalhadores, educação especial, educação de populações indígenas, formação técnico-profissional e educação à distância que mereceram um tratamento articulado com a educação escolar regular; a tentativa de se configurar um sistema nacional de educação: a consagração da noção de sistema nacional de educação no texto legal pode abrir caminho para a construção de uma escola comum, extensiva a todo o território nacional, unificada pelos mesmos objetivos, organizada sob normas comuns e regida pelo mesmo padrão de qualidade; a regulamentação da pré-escola (educação infantil); algum avanço no ensino médio; a instituição do salário – creche; a redução da jornada de trabalho e a delimitação do que pode e do que não pode ser considerado como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino”. (p.59-60-61)

A esse respeito, a Carta de Piracicaba enfatizava que, no momento da votação da LDB, a ANDES reiterasse a defesa dos princípios básicos para a construção

do Sistema Nacional de Educação que eram: padrão unitário de qualidade, acesso e gestão democrática e financiamento integral da rede pública de educação em todos os níveis. Este CONAD propõem também a aprovação do Projeto Jorge Hage cujas emendas, incorporadas, são defendidas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

“Neste momento da votação da LDB, a ANDES SN reitera sua posição determinada em defesa dos princípios básicos para a construção do sistema nacional de educação: padrão unitário de qualidade, acesso e gestão democrática, financiamento integral da rede pública de educação em todos os níveis.

Os docentes das IES, trabalhadores da educação, propõem a aprovação imediata do chamado Projeto Jorge Hage, nele incorporadas as emendas defendidas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB. Lutar por esta aprovação representa, para a ANDES SN, a máxima coerência com o seu compromisso histórico e não corporativo em defesa do ensino público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente relevante. Em que pesem os limites e contradições do projeto, o movimento docente entende que a sua regulamentação permitirá que se defina, em 1993, com ampla participação dos movimentos sociais organizados, a elaboração do Plano Nacional de Educação, instrumento imprescindível para a implementação de políticas adequadas às reais necessidades do país e da maioria de sua população, hoje excluída da escola pública brasileira.”
(Relatório Final do XXV CONAD, p. 77 e 78)

Nos dias 28 de fevereiro a 5 de março de 1993, na cidade de Manaus/AM, ocorre o XII Congresso Nacional da ANDES SN, em que, além das questões já contempladas anteriormente em outros momentos, discutiram-se a questão da reforma constitucional, observando-se à página 52 do Relatório Final pontos fundamentais relativos às questões da seguridade social, sistema único de saúde, aposentadoria, dentre outros, conforme citação que segue.

“Garantia da seguridade pública e da aposentadoria por tempo de serviço, reforma agrária, sistema único de saúde, escola pública e gratuita em todos os níveis, autonomia universitária, gestão democrática da educação, estabilidade, monopólio estatal do petróleo e das comunicações, entre outras condições populares na Constituição, estão sob a mira dos conservadores. É comum ouvir-se a ladainha de que o processo constituinte realizou-se antes da “queda do muro de Berlim” e, portanto, deixou de lado a “modernização” das relações sociais advindas

da crise dos países do leste europeu. Os povos destes países já descobriram o incrível retrocesso que esta velha e conhecida “modernidade capitalista” imprimiu em suas condições de vida”.

Nos dias 30 de junho a 3 de julho de 1993 ocorre o XXVI CONAD, na cidade de Natal/RN, e nos dias 2 a 6 de novembro do mesmo ano, o XXVII CONAD que aconteceu na cidade de Pelotas/RS, em que se rediscutem os temas debatidos em outros CONADs e Congressos, tais como o sistema único de saúde, autonomia universitária, gestão democrática da educação e estabilidade docente.

Em 1994, entre os dias 21 a 26 de fevereiro, na cidade de Viçosa/MG, realiza-se o XIII Congresso Nacional da ANDES SN, chamado Congresso Prof. Sílvio Frank Alem em memória a este professor que muito contribuiu para o movimento docente das IES. Dentre os temas já discutidos, intensifica-se a necessidade de encaminhar às ADs as discussões dos planos FHC, Plano Decenal de Educação, carreira, capacitação, o processo avaliativo das IES e a operacionalização do SUS - Sistema Único de Saúde - que não se encontra com um atendimento adequado à população. No que se refere aos projetos propostos pelo Governo Federal à educação e sociedade, cabe revitalizar a participação do MD no Movimento pela Ética na Política, em todos os níveis governamentais e manter, reforçar e ampliar a proposta contra a Revisão Constitucional que tem como objetivo, dentre outras coisas, alterar direitos sociais da Constituição de 1988.

Neste Congresso, as teses da APUFSC SS explicitam a importância de acompanhar e compreender as mudanças ora em curso no Brasil, apontando que as mesmas são uma realidade que precisa ser enfrentada por toda a sociedade, assim como pela universidade.

“Mudanças no processo de trabalho, novas tecnologias, flexibilização das relações de trabalho, extinção de postos de trabalho, círculos de controle de qualidade, qualidade total são alguns exemplos destas mudanças que tem como imperativo o aprofundamento imediato. Ao movimento sindical, assim como às universidades, já não é possível fazer de conta que elas não existam ou que são meramente episódicas. Se a inexorabilidade destas mudanças é um componente da realidade atual, não menos real é que continuamos vivendo numa sociedade de classes. Em outras palavras, há que não esquecer o que é trabalho na forma

assalariada”. (Revista – XIII Congresso da ANDES SN, Teses da APUFSC SS, p.3)

À guisa de ilustrar o caminho percorrido pelo movimento docente, o XIII Congresso Nacional da ANDES, realizado em Viçosa/MG, no dia 21 a 26 de fevereiro de 1994, exemplifica o que foi o processo sucessório da Direção da ANDES SN, nesse biênio, encaminhado pela tendência ANDES AD e os Diretores da ANDES SN então presentes. Os acontecimentos aí ocorridos foram presenciados por muitos professores que compareceram ao Congresso. Reuniões paralelas aconteceram, no sentido de organizarem uma chapa de consenso, ou seja, uma chapa que aglutinasse uma única tendência política, (ANDES AD). Nestas reuniões professores que eram de outras tendências políticas eram proibidos de participar, caso não tivessem uma autorização, uma espécie de “carteirinha”, que notificasse pertencer à referida tendência, ou então, que fossem muito próximos das concepções por ela defendidas. Alguns professores que, por curiosidade entravam nas referidas reuniões, eram gentilmente convidados a se retirar, pois as mesmas eram controladas por uma chamada nominal dos presentes. Este fato gerou um descontentamento muito grande por parte dos presentes que se definem pela formação de um Fórum, dentro do Congresso, para discutirem e avaliarem estes acontecimentos. Este Fórum levou o nome de “Andes Plural”. O Professor Dalton Melo Macambira, do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí, e Vice-Presidente da ANDES SN, esclarece sobre as discussões ocorridas durante este Fórum.

“Esse Fórum se reúne no Congresso de Viçosa e discute a necessidade de democratizar o Sindicato para que o MD possa ter uma participação mais incisiva junto à categoria e inclusive junto aos movimentos sociais e à CUT. Fundamentalmente, discute-se, também, a necessidade de mudanças na organização sindical da ANDES de modo a torná-la mais combativa frente as ameaças do governo, assim como, frente a independência de classe, de representação e de manifestação”. (entrevista, 1997)

Indagado sobre a possibilidade do Fórum Andes Plural tornar-se uma nova tendência no MD, o professor Macambira explicitou que o mesmo poderá vir a se constituir numa nova força política dentro do MD porém, sem o objetivo de se constituir numa nova tendência.

As discussões ocorridas durante o “Fórum Andes Plural”, por parte dos professores presentes, iam ao encontro da necessidade de democratizar as relações sindicais, especialmente no que se refere ao processo sucessório do Sindicato Nacional. Esse encontro de Viçosa gerou o chamado “Manifesto de Viçosa”, assinado por mais de 50 professores e que passamos a apresentar:

*“MANIFESTO DE VIÇOSA
Este manifesto surge da premente necessidade de resgatar o
exercício democrático no interior da ANDES SN*

A ANDES-SN surgiu como uma organização sindical de base, representante dos docentes das IES públicas e particulares, num momento histórico de intolerância, desrespeito e violência contra os trabalhadores e o povo brasileiro em geral.

Insurgindo-se contra o modelo ditatorial imposto em nosso país a partir de 64, a ANDES-SN fundamentou sua ação em princípios historicamente defendidos pela classe trabalhadora: pluralismo, democracia interna, organização de base e tudo enfim que garantisse o exercício de um sindicalismo de luta e de classe enraizado em suas bases.

Durante mais de uma década de luta o Movimento Docente (MD) tem conseguido uma atuação efetiva no cenário Sindical do País, com êxitos tais como a aprovação do PUCRCE (1987), o recuo da PEC 56 e de outras tentativas de desmonte da Universidade Pública.

Entretanto, chegando ao seu 13º Congresso:

1.Quando a classe trabalhadora e o povo brasileiro enfrentam uma conjuntura altamente opressora de inflação e recessão crescentes, imposta pelo projeto neoliberal;

2.Quando o movimento sindical em geral, passa, de um lado, por um momento de relativa desmobilização e por outro, por ferrenhos ataques dos defensores do capital;

3.Quando os Serviços Públicos e o Estado Brasileiro estão sendo tenazmente sucateados;

4.Quando o MD enfrenta graves dificuldades de mobilização em suas bases;

5.Quando impõe-se ao MD o enfrentamento de questões nacionais inadiáveis como a questão da Revisão Constitucional, Eleições, etc.

Exatamente, nesse momento, quando o mais importante para nós deve ser a unidade democrática e uma ação politicamente aglutinadora de todas as forças do MD, o que assistimos no Congresso de Viçosa - e que o processo eleitoral da ANDES-SN nos dá o melhor exemplo – é uma ação excludente, antidemocrática, cupulista e autoritária, implementada pela tendência Articulação Andes Autônoma e Democrática.

Denunciamos e protestamos contra a ação desta tendência que sob o pretexto de hegemonia pretende implementar na ANDES-SN um processo de homogenia, monopolismo e cupulismo sindical.

O processo sucessório em curso revela, portanto, o afastamento de nosso Sindicato dos princípios historicamente construídos pelo MD. É inadmissível que uma Entidade de caráter nacional como a nossa, seja dirigida monoliticamente por uma determinada corrente política. Hegemonia não pode ser confundida com exclusivismo. Uma parcela representativa dos participantes do 13º Congresso está excluída dessa discussão importantíssima para o futuro do MD.

Nesse sentido, entendemos que:

1.O processo sucessório precisa ter um espaço institucional no Congresso da ANDES-SN e não ser um evento paralelo como ocorre anualmente;

2.As ADs e as bases precisam ser consultadas em relação ao Programa e à composição da direção do nosso sindicato;

3.A proporcionalidade e a pluralidade devem ser garantidas como forma de consolidar a democracia sindical e evitarmos a partidarização do sindicato;

4.A forma de discussão e composição da direção nacional, excludente e autoritária, demonstra cabalmente um distanciamento da base e tendencialmente tem contribuído para transformar a ANDES-SN em sindicato de cúpula.

EM DEFESA DE UMA ANDES-SN PLURAL, DEMOCRÁTICA, REPRESENTATIVA E TRANSPARENTE.

Viçosa, 24 de fevereiro de 1994”.

Este Manifesto de Viçosa foi lido no final do XIII Congresso, pois expressava os anseios de parte dos professores presentes. No entanto, antes do seu encerramento, conseguiu-se registrar uma declaração de voto que foi a do professor Mário Everaldo de Souza, na época, Vice-Presidente da ADUFS/SE.

“DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DOS ESTATUTOS SOBRE PROCESSO SUCESSÓRIO NA ANDES-SN

Em minha vida de militante de esquerda desde 69, excetuando-se 8 anos fora do País, eu nunca vi um processo sucessório tão ilegítimo como o que presenciei durante este Congresso.O processo sucessório ocorreu em um Congresso paralelo para delegados especiais, alguns dos quais, mais especiais do que os demais. Após cochicharem bastante madrugada a dentro, formaram uma “chapa de consenso”. Esta “chapa” será imposta ao movimento docente das IES do País. Eu não participarei de forma alguma deste espetáculo circense. Os estatutos têm que ser modificados para permitirem a participação de todos os sindicalizados no processo sucessório de nosso sindicato.

*Mário Everaldo de Souza
Vice-Presidente da ADUFS/SE*

Com a ocorrência destes fatos, os professores excluídos do processo sucessório da ANDES SN iniciam uma articulação nacional junto aos docentes de outras ADs, relatando os acontecimentos de Viçosa. Esta articulação tinha como objetivo legitimar a participação de todas as tendências políticas que faziam parte do MD, em todos os momentos vividos pelo Sindicato Nacional. Este movimento, oriundo do XIII Congresso de Viçosa, de certa forma, é uma retomada da “Andes Hoje” (1986). Evidentemente que a “Andes A D” também tinha suas razões. Indagado sobre o porquê da não aceitação de outras tendências políticas para a composição da Diretoria do Sindicato Nacional a um professor da referida tendência que não quis se identificar, o mesmo informou-nos que, ao contrário do que se pensava, a “Andes A D” já contemplou, em sua Diretoria, outras tendências políticas.

“a “ANDES AD”, nos vários processos sucessórios era procurada por algumas tendências políticas que fazem parte do movimento docente, para comporem uma chapa de consenso. Todavia, no momento da discussão dos cargos nunca se chegou a um acordo. É claro que nós, enquanto maioria, tínhamos o direito de escolher nossos cargos. Qual a tendência majoritária que não faria isso? Também não é verdade que nunca estivemos com outras tendências. Na gestão do Professor Márcio de Oliveira, por exemplo, outras concepções sindicais foram contempladas para dirigir a ANDES SN, junto à “Articulação ANDES AD”. (1997)

Como pudemos constatar, neste contexto histórico de sua trajetória, o movimento docente, assim como os demais movimentos sociais, teve momentos de ascensão e de recuos, especialmente no seu interior. Entendemos que o importante durante a gestão de uma Diretoria Sindical é ver contemplado, nessa Diretoria um pluralismo de idéias, sem exclusivismos e fundamentalmente democrático para que, dessa forma, possa se referendar nas bases da categoria, um sindicalismo de luta, aglutinador de todas as tendências que nele atuam. Portanto, a caminhada do movimento docente não foi fácil, pois até os dias de hoje, este movimento aprende e ensina, ao mesmo tempo em que suas lideranças, em que pese todos estes desentendimentos e discussões, na realidade muito têm contribuído para o seu crescimento.

c) 7ª Diretoria – Luiz Henrique Schuch – 94/96

No XXVIII CONAD, Oliveira dá posse à nova Diretoria que tem como presidente da ANDES SN o professor Luiz Henrique Schuch, da AD de Pelotas/RS. Este CONAD realizou-se nos dias 30 de junho a 4 de julho de 1994, na cidade de Recife/PE, cuja gestão foi contemplada com os seguintes CONADs e Congressos: XXIX CONAD na cidade de Niterói/RJ, nos dias 29 de novembro a 3 de dezembro de 1994; XIV Congresso Nacional, nos dias 14 a 18 de fevereiro de 1995, na cidade de Brasília/DF; XXX CONAD, de 2 a 4 de julho de 1995, na cidade de São Luiz/MA; XXX I CONAD, nos dias 6 a 8 de outubro de 1995 na cidade de Salvador/BA e XV Congresso Nacional, nos dias 1 a 6 de fevereiro de 1996, na cidade de Santa Maria/RS. Rediscutem-se, nesses CONADs e Congressos muitos temas contemplados em outros Encontros, tais como: contrato coletivo de trabalho que tem como objetivo democratizar as relações de trabalho, greves, o papel do Estado na economia e a sua redefinição. Nestas discussões enfatizam-se as questões relacionadas à sociedade e sua fragilidade no tratamento das questões éticas e morais; a instabilidade dos servidores e professores provocada pela política de estabilização da moeda que seria desastroso para o conjunto do funcionalismo, no momento em que o mesmo teria como consequência perdas reais; a campanha de desmoralização do funcionalismo, pelo governo, frente a opinião pública.

Desde o XXVIII CONAD, três questões básicas permearam as discussões dos docentes universitários em todos CONADs e Congressos na gestão de Schuch: democracia, educação e cidadania. Era necessário desenvolver uma campanha ampla, em termos nacionais, *“na perspectiva de fortalecer o público e reverter a apropriação privada do Estado, ocupando os principais meios de comunicação para divulgar nossa luta contra as políticas de sucateamento e desmonte das instituições e serviços públicos”*. (Relatório Final do XXVIII CONAD, p. 60)

As questões que se colocam para o XXIX CONAD são: enfatizar a importância do fortalecimento da CUT, pelo MD, por meio da inserção das ADs às CUTs estaduais e regionais; fortalecer a inserção do MD na CUT; garantir a manutenção das conquistas sociais; ampliar a discussão sobre solidariedade sindical para a

construção de um projeto alternativo de sociedade e aprofundar as discussões sobre pluralidade sindical e autonomia.

No período compreendido entre o XIV Congresso e o XXX CONAD, ficou estabelecido que *“se realize em todas as Regionais da ANDES SN Seminários, com a efetiva participação dos Docentes das IPES, tratando da proposta de Docentes das IPES, tratando da proposta de sindicalismo e concepção jurídica da ANDES SN”*. (Relatório Final do XXIX CONAD, p. 55)

Ainda na gestão de Schuch, ocorreu uma greve que teve a duração de 43 dias, iniciando-se em 27 de abril até 8 de junho de 1994, cujas reivindicações, eram:

“1. Extensão administrativa em todas as IFES dos seguintes índices: 26,06% referente ao Plano Bresser (1987); 26,06% referente ao Plano Verão (1989); 84,32% referente ao Plano Collor (1990); 28,86% concedido aos militares, legislativo e judiciário (1993). 2. Negociação do pagamento dos passivos trabalhistas referentes a cada um dos índices acima. 3. Projeto de lei revogando os dispositivos legais que permitem a incorporação de quintos de funções gratificadas e cargos de direção. 4. Definição do Plano Nacional de Capacitação Docente. 5. Definição de Projeto do Plano de Carreira para o magistério superior das IES públicas e privadas”. (Diretoria da ANDES SN, 1998).

Esta greve não trouxe resultados significativos para o movimento docente. No entanto, os professores moveram ações judiciais em suas ADs, com o objetivo de assegurarem os seus direitos, negados por meio desses Planos, assim como à incorporação dos quintos, definição dos Projetos do Plano Nacional de Capacitação Docente e de Carreira. Essas ações judiciais aguardam decisões legais superiores.

Dessa forma, apresentamos a partir do ano de 1981, embora de forma um tanto descritiva e narrativa, dado a natureza e relevância das discussões ocorridas durante os CONADS e Congressos realizados pelo Sindicato Nacional, por intermédio do qual o Movimento Docente se fez representar em seu percurso, alguns dos fatos considerados importantes, tais como, a sindicalização dos professores filiados à ANDES, a filiação da ANDES à Central Única dos Trabalhadores, a participação nas greves docentes, dos funcionários e dos trabalhadores em geral e a luta em favor das reivindicações da categoria.

Não resta a menor dúvida de que o nosso entendimento é que nenhum documento histórico *“é inocente”* (LE GOFF, 1994), e também concordamos com o

autor quando explicita que *“todo documento deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser des-estruturado, des-montado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo”*. (p.110). Realmente encontramos algumas dificuldades em relatar esses fatos de forma diferenciada, ou seja, em discordar e questionar, por exemplo, da documentação pesquisada. Ocorre que as entrevistas (1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999), realizadas com vários professores que não quiseram se identificar e outros que se identificaram e que participaram das mobilizações encaminhadas pela ANDES, desde a gestão de Maciel, com sua Diretoria Provisória, até os dias de hoje, revelaram concordância com a maioria dos fatos gerados pelo movimento docente aqui apontados. No entanto, olhando com mais cuidado essas entrevistas (1996), especialmente dos que não quiseram se identificar, pudemos constatar o comentário sobre as diferentes táticas utilizadas pelas lideranças sindicais em alguns encontros que, sob a aparência de uma legítima representatividade e de um suposto contexto democrático deliberavam e aprovavam decisões à revelia da grande maioria da categoria.

“havia discussões que se prolongavam madrugada à dentro e que, muitas propostas importantes eram votadas, muitas vezes com poucos professores nas assembleias decisórias, causando problemas com as facções menores que compunham o MD. Também nas análises de conjuntura nacional, muitas vezes havia discordâncias com relação à forma de encaminhá-la e algumas vezes com o conteúdo das mesmas, no entanto, quando isso ocorria essas questões eram levadas para votação e, “democraticamente”, vencia as mais votadas. Dessa forma, as maiores tendências que compunham o MD do 3º grau, sempre conseguiam o resultado que buscavam. Uma outra tática que algumas vezes ocorria nesses CONADs e Congressos era utilizada por algumas tendências ligadas ao Partido dos Trabalhadores, que se unificavam à tendência ANDES AD do MD, e negociavam as propostas que entendiam ser as melhores para o MD”.

Perguntamos sobre a reação dos professores ligados a outras concepções políticas ou partidos políticos como por exemplo, o PMDB, PC do B, PCB, PDT, PTB, e a resposta nos pareceu convincente, uma vez que se refere tanto à questão do

quantitativo no contexto da representatividade do MD, quanto à questão da significação social destas representações político-partidárias.

“esses professores são em número pequeno, dentro do movimento docente, embora tenham contribuído sobremaneira para a construção do mesmo. A ANDES AD é a maior organização a nível nacional, dentre os professores que compõem o MD do 3º grau e isso fica evidente, numa negociação ou aliança com os professores que são de outros partidos que, quem detém as maiores possibilidades nas negociações, é ela”.

Essas entrevistas com algumas lideranças que participaram ativamente desses Encontros apontaram que, no que se refere a algumas questões específicas da categoria como um todo, as divergências eram pequenas, pois as mesmas iam ao encontro das necessidades e interesses da categoria docente como um todo, ao mesmo tempo em que não chegavam a abalar as concepções político-ideológicas das diferentes tendências presentes no movimento docente.

“com relação às questões específicas, poucas eram as discordâncias das diferentes tendências que permeiam o movimento dos docentes, por serem as mesmas discutidas nas AGs das respectivas ADs, antes de serem encaminhadas aos CONADs e Congressos e por serem do interesse dos professores em geral”.

Sabemos que algumas dessas questões específicas reivindicadas pelo MD, cujas conquistas e direitos da categoria estão sendo ameaçados pelo governo federal, por meio de suas propostas de reformas políticas, continuam mobilizando os professores, até os dias de hoje. A defesa de uma universidade pública e gratuita para atender ao conjunto da população e de qualidade, condição máxima para a sua sobrevivência, a sobrevivência do ensino, pesquisa e extensão, continua como prioridade enquanto reivindicação do movimento docente. Evidentemente que o atendimento à todos, na universidade pública, não é o do tipo que conhecemos e temos hoje, no Brasil, que acaba por privilegiar aqueles que passam pelos “cursinhos pré-vestibulares”, deixando os alunos menos favorecidos sem condições de igualdade para concorrer a um vestibular. Há que se discutir sobremaneira esses desdobramentos, tendo-se o cuidado de garantir a entrada e permanência destes estudantes na universidade pública, enquanto condição de igualdade com os mais favorecidos. Neste novo projeto não há espaço para o mercantilismo do ensino e as escolas de 1º e 2º graus devem ser públicas e de qualidade. Portanto, a participação da ANDES, hoje, Sindicato Nacional, junto ao MD, teve e tem um papel

considerado de extrema relevância na condução deste movimento, reconstruindo-o e organizando-o nacionalmente, encampando suas reivindicações e, ao mesmo tempo, encaminhando-o junto aos movimentos sociais organizados que lutam por questões mais gerais, que são do interesse do trabalhador brasileiro. Neste sentido, entende-se que a direção a ser tomada pelo Sindicato Nacional, deixa claro que o papel a ser desempenhado pelo MD, é a construção de novos caminhos que se contraponham às novas investidas governamentais, na perspectiva de uma sociedade mais justa e igual para todos, tendo, portanto, como objetivo fundamental a formulação de um amplo projeto social transformador e sua execução junto às outras organizações de trabalhadores. Entendemos que é a partir desta transformação maior que as universidades também se transformarão. Daí, a importância da luta unificada dos seus elementos constitutivos que são os professores, nos seus sindicatos, nos seus espaços universitários, dos técnicos administrativos e dos estudantes que, historicamente, sempre representaram um grande avanço na conquista da universidade pública brasileira. Por outro lado, não se pode ficar na perspectiva de que, para se realizar alguma mudança, precisamos esperar por uma transformação social maior. Os espaços políticos e sociais estão aí, e devem ser amplamente ocupados por todos aqueles que sabem como ocupá-los, em todos os momentos. A realização de pequenas mudanças sociais ou universitárias, hoje, também implica em grandes vitórias rumo à construção de uma nova sociedade.

Capítulo III – O Movimento Docente do Ensino Superior e a Nova República

“Desse ponto de vista se trataria de restabelecer uma democracia que teria existido e sido truncada pelo golpe militar. A democracia era identificada – ou confundida – com o Estado liberal e seu funcionamento conforme os cânones da divisão dos poderes, de certo Estado de direito e da liberdade de ação das leis do mercado. Dessa forma a teoria do autoritarismo foi apenas uma versão renovada do liberalismo, que se transformou na ideologia da transição conservadora, ao descaracterizar os problemas econômicos e sociais que

geraram o golpe e o regime militar, seus setores hegemônicos no grande capital monopolista e financeiro e a crise social em que repousou a expansão econômica”. Emir Sader. A Transição no Brasil. (1990)

Este capítulo procura apontar alguns momentos significativos em que o movimento docente do ensino superior se fez presente neste período, denunciando a Nova República, lutando em favor de suas reivindicações e de suas conquistas históricas, defendendo a universidade pública e gratuita por meio de paralisações e greves e lutando pela democratização do País.

a) Nova República – 1985

A chamada Nova República demarca um período histórico de transição muito importante na história do País, pois é um momento politicamente muito rico, em que se abrem novas frentes de luta pela redemocratização do Brasil e em que novas correlações de forças se articulam com as antigas forças em presença, num rearranjo que confere novas direções políticas a este novo momento vivido pelos brasileiros. Este expressa-se por uma forte herança cultural até então construída e que denota uma intervenção estatal muito forte em todos os setores da vida nacional, favorecendo, predominantemente, a expansão da acumulação privada de capital.

As autoridades responsáveis pela direção econômica do País, concentravam em suas mãos um poder normativo sem precedentes na história, pontuada por um tutelamento político também sem precedentes, no qual tudo se controlava e tudo se restringia, em nome da ordem e dos bons costumes. A citação que segue ilustra com muita propriedade este momento.

“Os militares, ao contrário da ideologia liberal que veiculavam quando da mobilização contra o governo de Jango, fortaleceram grandemente a intervenção estatal na economia. Uma intervenção que seria toda voltada para criar e ampliar as condições favoráveis à multiplicação da acumulação privada de capital e não para o fortalecimento do Estado como um fim em si mesmo. Mas as regulamentações ditadas pelo regime militar – como, por exemplo, pelo Conselho Monetário Nacional – depositavam nas mãos das autoridades econômicas um poder normativo nunca visto antes na história do país. Primou a fórmula política de uma democratização tutelada, controlada,

restrita, não efetivada ainda numa concepção neoliberal”.
(SADER, 1990, p. 33)

Após o golpe de 64, a grande burguesia nacional reorganiza a economia, contando, mais tarde, com uma conjuntura política em que o capital internacional era imperioso para as transformações propostas no País pelos novos governantes. Essa nova etapa do capitalismo, no regime militar, atinge todas as áreas: a política, a econômica e a social. Os órgãos de segurança nacional são acionados para garantir a “tranquilidade e o bem estar” da nação. Além do mais, esta era uma prática política conservadora e excludente que consolidava medidas que estimulavam a concentração de riqueza nas mãos de poucos. Restaurar uma democracia no Brasil significava a organização e reorganização dos movimentos sociais para o combate veemente a tal política imposta.

Por outro lado, entendemos que a conotação “Nova República” foi, na realidade, apenas um nome escolhido pelos políticos que procuravam, com isso, mostrar à população que novas mudanças pretendidas por eles estavam, de fato, por se realizar. Trata-se de um novo regime político em que, na prática, prevalece a mistura do velho e do novo e as boas intenções governistas em que acabam por prevalecer práticas antigas e já conhecidas por todos nós. Trata-se também de se entender que a existência de um regime híbrido entre a ditadura militar e a Nova República já existia, assim como existiam as pressões das elites conservadoras nacionais que não aceitavam as propostas de mudanças. Assim, faltava apenas aos novos dirigentes precisar algumas questões até então prementes e reivindicadas pela população, ao mesmo tempo em que se fazia necessário definir questões até então indefinidas. A esse respeito, SADER (1990) explicita:

“A chamada Nova República foi sendo instaurada assim como uma mistura híbrida entre o velho e o novo. Inegavelmente se trata de um novo regime. A forma de dominação política foi modificada, substituindo as instâncias militares por formas parlamentares: a nova Constituição fortaleceu o papel do Congresso, as liberdades individuais foram ampliadas, o direito de organização política foi explicitado, introduziram-se direitos da cidadania que antes não constavam de nosso sistema jurídico, tem vigência, ao menos teoricamente, um Estado de direito, baseado em leis votadas por um Parlamento eleito pelo voto universal e direto. O presidente da República foi finalmente

escolhido por esse mesmo mecanismo, obtendo uma legitimidade institucional que nenhum outro possuía desde 1964. Porém, as tutelas mencionadas e a negação dos direitos reais de cidadania para a esmagadora maioria do país – dos quais 2/3 vivem com renda de, no máximo 3 salários mínimos, bem como as discriminações que continuam a vigorar contra os menos favorecidos – crianças e jovens originários das classes populares, mulheres, negros, índios, homossexuais e todas as chamadas minorias políticas -, demonstram a distância entre a afirmação da liberdade feita pelos cânones do liberalismo e sua vigência de fato. A simples reinstauração dos critérios de divisão de poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, acompanhada de outros direitos formais, não atinge o âmago da crise social brasileira”. (p.54)

No final da década de 70, *“colocam-se duas questões que vão conformar as tendências das políticas sociais na década de oitenta: a crise econômica e seus impactos sobre o financiamento e o gasto social e o processo de reordenamento das políticas no contexto da transição democrática”*. (HENRIQUE, p. 276-277, in Crise Brasileira. Anos 80 e Governo Collor, 1993)

No início da década de 80 um novo ciclo de crise financeira internacional abalou sobremaneira o cenário brasileiro, estendendo-se por todo o período. O quadro conjuntural, nesta época, impunha ao movimento docente a viabilização de ações concretas que contemplassem as propostas políticas e econômicas oriundas do governo da Nova República de modo a se contrapor a elas. No entanto, no que se refere ao financiamento da área social, tivemos neste governo e naqueles que o sucederam os mesmos parâmetros interventivos utilizados até então, que era a ausência continuada de uma política capaz de dar conta das questões sociais básicas reivindicadas pela população brasileira.

A conjuntura econômica sofria as pressões dos bancos credores internacionais, dado o prejuízo causado pelos sucessivos planos econômicos que não conseguem controlar o déficit público. Ao lado da crise econômica que se acentuava somava-se a ausência de controle dos gastos federais pelo legislativo de forma transparente, a política de endividamento externo e o crescimento do endividamento público. Para se aproximar de um acordo com o FMI o governo procura acirrar a adoção de medidas anti-sociais, elevando os juros e aumentando a inflação, a recessão e o desemprego que, por sua vez, vão diminuir a arrecadação tributária o que acaba por

ocasionar fragilidade financeira e crise fiscal do Estado. No que se refere ao endividamento interno e externo, SADER (1990), assim explicita:

“As dívidas externa e interna compõem assim uma tutela financeira que limita, condiciona e hipoteca a construção de uma democracia no Brasil. Enquanto uma parte das riquezas produzidas no país e dos recursos arrecadados pelo governo tiver que cobrir essas dívidas, o país estará impossibilitado de atender suas necessidades básicas de serviços públicos – saúde, educação, habitação, transporte, cultura – e de investimentos essenciais”. (p. 52)

Neste contexto, ao mesmo tempo em que as ADs e o Sindicato Nacional procuravam se engajar nos movimentos sociais organizados, a exemplo dos comitês que defendiam as eleições presidenciais diretas, as classes dominantes avançavam contra os movimentos sociais que contestavam a exploração do trabalho pelo capital e defendiam uma Assembléia Nacional Constituinte e soberana, a reforma agrária, as “Diretas Já”, o fim do autoritarismo, o ensino público, gratuito e de qualidade. Neste momento, esta campanha contrária aos movimentos sociais era marcada por intensa desqualificação desses movimentos, por intermédio dos meios de comunicação.

A prolongada crise econômica e social, consubstanciada nos seus elementos centrais que são: a reforma fiscal e administrativa do Estado, o pagamento da dívida externa e interna e as grandes mudanças políticas que ocorrem mundialmente, aprofunda a crise instalada hoje, no Brasil e acaba por dismantelar as políticas públicas, em especial nas áreas industrial, tecnológica, agrária, educacional e de saúde. Estas crises, portanto, acabam exigindo a participação dos movimentos sociais que entendem a urgência e a relevância da luta a ser travada em favor do restabelecimento de políticas públicas justas para a população.

O fortalecimento e a unificação dos movimentos sociais organizados e dos movimentos sindicais passam a ser condições indispensáveis para se contrapor ao projeto neoliberal e para a formulação de alternativas a este mesmo projeto.

b) Presidente Sarney (1985/1990)

No governo Sarney, tivemos eleições diretas em todos os níveis, oportunizando a reorganização dos partidos políticos; organização de uma Assembléia Nacional Constituinte (1987 e 1988); eleições diretas para presidente da República (1989); fim da censura política; e a legalização de partidos clandestinos (PCB e PC do B). Surge a União Democrática Ruralista (UDR) para defender as grandes propriedades dos fazendeiros contra as invasões dos Sem-Terra; dentre outras coisas.

Neste contexto, constata-se que o movimento docente vai-se mobilizando com muita luta. No entanto, observa-se também que as reivindicações se repetem constantemente, dado o fato de serem necessidades prementes da categoria, e não atendidas até o momento a exemplo das negociações da ANDES com o MEC sobre o Plano de Cargos e Salários (PCS) e da contra-proposta do movimento docente que consistia, fundamentalmente, em reivindicações salariais, aposentadoria integral para os professores e autonomia para as universidades.

“a) PCS: formar comissão paritária entre a ANDES, CRUB, FASUBRA e SESU para elaborar o PCS e regulamentá-lo em trinta dias; b) Salários: imediata equiparação salarial contada a partir de 1º de abril; aplicação do leque das autarquias sobre o piso da contrapartida do MEC e dedicação exclusiva de 50%; c) Aposentadoria integral: incluída no PCS, conforme artigo terceiro da Lei de Isonomia, explicitando a complementação pelo MEC e estendendo-a para os pensionistas e aposentados; d) Verbas: manter a pauta de 27,8% OCC e/ou escalonado 16,7% para 87, 23,1% para 88 e 27,8% para 89; e) Contratação de professores: 1) exclusão das IES do decreto ou revogação da lei; 2) implementação imediata das contratações excepcionais acordadas desde 1986; 3) autonomia das IES na definição de critérios de contratação de pessoal.” (Ata da AG da ADUFU, 9/4/87, p. 155 e 156)

Em 1985, o movimento grevista das IES Fundacionais garante, nas negociações da ANDES com o CRUB, o índice de reajuste equivalente a 100% do INPC. Não se conseguiu, nessas negociações, a trimestralidade para os aumentos salariais e os reajustes salariais superiores à inflação da época. A ANDES e a FASUBRA tiveram papel relevante nessas negociações. Há também, entre os professores, forte inclinação à mobilização, com relação à isonomia salarial entre as Fundações Federais, que acaba por motivar uma greve das IFES Autárquicas e

Fundacionais em 1987. Inicia-se uma forte mobilização pela paridade entre os servidores públicos federais. (Ata da AG da ADUFU, 19 de março de 1987).

A partir de 1986, em todos os encontros de professores – CONADs e Congressos - o movimento docente analisava o governo de transição brasileira como um governo marcado por profundas contradições entre o conservadorismo de sua base de sustentação política e as propostas de abertura ainda encaminhadas e pressionadas fortemente pelos movimentos sociais organizados que lutaram em favor das “Diretas Já” que, naquele momento, exigiam processos sucessórios mais democráticos, com eleições diretas para Presidente da República. A grande responsabilidade do governo da República era administrar todos esses conflitos, tornando-se, muitas vezes, mais sensível às pressões dos movimentos sociais, uma vez que se temiam maiores mobilizações populares, contrárias às medidas empreendidas pelo governo.

Com a reorganização e a pressão das forças políticas presentes, o governo federal convoca uma Assembléia Nacional Constituinte, impulsionado pelos Comitês Pró-Constituinte, em vários locais do País. Neste contexto a ANDES procura se aliar aos movimentos organizados, entidades, OAB, dentre outros, posicionando-se decisivamente contra a proposta governamental de uma Constituinte Congressual, ou seja, puramente parlamentar, sem a participação popular que procurava preservar a política atual de sustentação da “Aliança Democrática”. O governo, por sua vez, propõe a convocação de uma “Comissão Constituinte de Alto Nível”, enquanto forma encontrada de esvaziar a autêntica representação popular dos movimentos sociais organizados em andamento. (Documentos, CONADs e Congressos, 1986/1987)

A importância deste momento está no avanço das forças político-sindicalistas dos trabalhadores, especialmente da CUT e CONCLAT, no sentido da unificação de suas lutas específicas. As IES se reorganizam nos seus setores públicos, particular e estadual e, juntamente com outros sindicatos dos servidores públicos e de outras categorias de trabalhadores, exigem o retorno de suas reivindicações específicas, a exemplo da sindicalização dos servidores públicos, isonomia, reestruturação da carreira para as IFES, ensino público e gratuito, empresariamento do ensino, aplicação da Lei Calmon. Quanto às questões mais gerais lutam em favor da reforma agrária, reforma sindical e contra o clientelismo, o uso político dos recursos públicos, dentre outros.

Entre os anos de 1987 a 1989, a análise realizada pelos docentes em vários encontros promovidos pela ANDES SN era a de que o MD havia demonstrado grande capacidade de luta e mobilização, apesar das propostas governamentais de esfacelamento dos setores públicos e, dentre eles, a universidade; do arrocho salarial advindo do Plano Verão que tinha como objetivo controlar a alta dos preços que acaba por resultar em uma grande recessão, desemprego e miséria; do Pacto Social que se destinava a neutralizar os movimentos sociais organizados, ao mesmo tempo em que, procurava controlar a economia do País, pois a inflação atingia índices muito elevados. Estava indubitavelmente instalada a crise no governo Sarney.

Assim, o movimento docente tinha, ainda, uma longa caminhada em favor da isonomia, carreira docente unificada, LDB e autonomia das IES. O rompimento da isonomia salarial e da carreira unificada significava a não garantia de um padrão único de qualidade para a produção científica nas universidades. Significava que, para um mesmo trabalho, o pagamento seria diferenciado, fazendo com que algumas IES fossem privilegiadas enquanto Centros de Excelência e outras não. Estas seriam apenas transmissoras ou reprodutoras de conhecimentos. (Relatórios Finais do Conselho Nacional de ADs, 1987,1988)

Quanto à autonomia das IES a avaliação do movimento docente realizado em vários encontros a exemplo de Congressos era, naquele momento, entendê-la associada ao processo de democratização interna das IES, ou seja, associada à questão financeira, científica e pedagógica, com total participação da comunidade universitária, desde a elaboração, fiscalização e execução das verbas previstas até a elaboração democrática das políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Juntamente com os movimentos sociais organizados, partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, o movimento docente do 3º grau é uma força política de grande atuação também na Nova República, sempre na direção da defesa da escola pública e das questões sociais, a exemplo de 1988, quando o mesmo se mobiliza em favor das causas indígenas, pelo não pagamento da dívida externa, pela campanha de filiação da ANDES à CUT e pelos direitos sociais básicos de toda população, na Constituição de 88.

A partir de 1987, o governo regulamenta a Lei de Isonomia Salarial (nº 7596) fazendo com que a ANDES publique nota em jornais de grande circulação no País protestando contra a política da Nova República que é o empresariamento da educação e explicitando que esta não está isolada das questões mais gerais da sociedade, cujas medidas governamentais impostas à população, exigem imensos sacrifícios. No momento em que favorece o fortalecimento de empresas particulares de ensino, o governo da Nova República se descompromete para com a educação superior. No que se refere à isonomia, a ANDES explicita o golpe governamental contra as IES.

“Em contraposição a esta política, e em defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, os docentes deflagraram uma greve nacional entre março e maio deste ano, que teve como um dos seus desdobramentos a aprovação da Lei de Isonomia nº 7.596. A lei previa 90 dias para que o governo elaborasse o plano de cargos e salários, prazo que venceu em 14/07/87. Neste período, a comunidade universitária lutou para que o conteúdo do texto fosse efetivamente negociado. Infelizmente, apesar de exaustivas reuniões ocorridas no último mês, o decreto, finalmente assinado pelo Presidente da República dia 23/07, não contempla questões essenciais como aposentadoria integral, rompe acordos de greve, introduz novas e graves distorções e, como já era de se esperar, golpeia o princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e desrespeita a própria lei ao quebrar o princípio da isonomia”. (Boletim ANDES nº 31, agosto, 1987, p,5)

Em 1987, várias entidades educacionais, dentre elas a ANDES SN, entregam ao governo da Nova República um abaixo-assinado com propostas de interesse popular, a exemplo da campanha pelas diretas para Presidente da República, da defesa do ensino público e gratuito, da defesa da ciência e tecnologia e da saúde, dentre outras. Era necessário unir as forças presentes para se exigir mudanças no texto constitucional que tramitava no Congresso Nacional.

No que se refere às questões específicas da categoria, em julho de 1989 o movimento docente realiza mais uma greve, em que se destacam algumas reivindicações quais sejam: reajuste mensal de salários, aposentadoria, isonomia, carreira, verbas para as IFES, dentre outros, cujos resultados principais foram: reposição salarial de 30% para os SPFs, verbas para a manutenção das IFES e alterações no plano de carreira docente.

Convém destacar neste ano a greve realizada por 90% dos professores da UNIUB - Universidade de Uberaba - que rompe convênio com a CAPES, prejudicando sobremaneira os bolsistas, professores e cursos.

Quanto às questões sociais destacam-se algumas que foram contempladas na Constituição de 1988, no governo Sarney: o estabelecimento de dois turnos para presidente, governadores e prefeitos em cidades com mais de duzentos mil eleitores, o voto para o analfabeto, proibido desde 1882, o voto facultativo entre os 16 e os 18 anos de idade e para maiores de 70 anos de idade, dentre outras.

Enfim, a grande força política nas mãos de Sarney era a velha e a nova elite social brasileira – urbana, rural e política – agrupada no chamado “Centrão” que abrigava partidos de direita e a maior ala do PMDB e o saldo deixado por este governo, dentre os inúmeros programas e projetos idealizados e sem sucesso, foi o fracasso do Plano Cruzado I e II que visavam controlar a inflação. O Plano Cruzado I, de fevereiro de 86, além de controlar a inflação tinha como objetivo redistribuir a renda nacional por meio de um abono salarial e de um deflator sobre contratos a prazo - tablita - e combater a especulação, congelando preços e salários, o que não teve grande duração pois não chegou a realizar a contento esses objetivos. No entanto, nos primeiros meses, este Plano gera efeitos positivos fazendo com que Sarney proteja a reforma deste Plano até as eleições. Uma semana após as eleições de novembro de 86, com o PMDB eleito na maioria dos estados da federação - senadores, governadores e deputados, em que os legisladores também teriam a função de constituintes - o governo lança um novo Plano, o Cruzado II que significava um remendo do primeiro e que também não teve sucesso. As pressões da elite política tradicional eram muito grandes e o governo opta em não desapontá-la. Por um lado, a população brasileira perde a proposta das eleições diretas para Presidente da República e perde com o Plano Cruzado I e II, a possibilidade de intervir politicamente enquanto cidadão, na nação brasileira. O Plano Cruzado II foi o grande desastre do governo, minando toda sua credibilidade frente a sociedade. Por outro, ganha a elite política tradicional que, juntamente com grande parte de personagens gestadas no regime militar, vai dirigir o Brasil e encaminhar suas decisões rumo ao conservadorismo e interesses do grande capital. A herança deixada por Sarney, portanto, foi uma crise econômica e política muito grande que gera uma gigantesca crise

social e aponta para a necessidade urgente de mudanças profundas. O Brasil apresenta uma série de dificuldades a serem administradas.

Também os setores públicos do campo educacional são atingidos com cortes de verbas, não se cumprindo o acordo da greve de 89; arrocho salarial para docentes e técnicos administrativos, ao mesmo tempo em que se retira a aposentadoria especial e desrespeitam-se a escolha democrática dos dirigentes universitários.

Neste difícil contexto político e social vivido no Brasil, cresce a dívida externa e interna e não há possibilidade de se controlar a economia. Apesar da classe dominante prorrogar o mais que pôde a aprovação das eleições diretas para Presidente da República, ou seja, *“desde que se instalou a ditadura militar de 1964 – um longo período – da Carta de 1967 ao AI-5, da Junta Militar à distensão lenta, gradual e segura; da eleição indireta de Tancredo aos 5 anos de mandato para Sarney”*, (Relatório Final XX CONAD, 89, p. 2) ocorre em 1989, as eleições diretas para Presidente do Brasil.

c) Presidente Collor (1990/1992)

Nestas eleições, dois candidatos vão para segundo turno: Luiz Ignácio Lula da Silva, apoiado pela Frente Brasil Popular – PT, PC do B, PDT, dentre outros - e Fernando Collor de Mello do PRN. A falta de entendimento da burguesia na escolha de um nome que hegemonicamente a representasse para estas eleições, forçou a aceitação do nome do candidato Collor, no 2º turno, cuja candidatura já se preparava quando este ainda governava Alagoas. Collor, na realidade, se impôs gradativamente no interior dos parâmetros políticos defendidos pela burguesia, tendo como suporte o apoio dos meios de comunicação, a exemplo da rede Globo de Televisão. Sua ascensão nas pesquisas realizadas por vários institutos especializados, naquele momento, teve o apoio do PFL e do PMDB, partidos desgastados enquanto partícipes do aparelho de sustentação da Nova República, que o apoiam no segundo turno.

“Collor, de origens oligárquicas, ungido pela ditadura militar que o obsequiou com uma prefeitura de capital, a rigor se impôs ao universo burguês paulatinamente. Sua candidatura foi

preparada quando ainda, na esteira do Plano Cruzado, governava Alagoas e se tornava personalidade nacional com o discurso de moralização dos gastos públicos e da “caça aos marajás”. A amplamente hegemônica Rede Globo, bem como outros setores da mídia se encarregou disso, agindo como ator relevante do processo eleitoral. Foi assim, contando com esse suporte, que se afirmou a postulação presidencial de Collor de Mello – embora na ocasião, parcela da burguesia agro-exportadora já o defendesse, às claras. O desgaste partidário do aparelho de sustentação da Nova República (PMDB, PFL) e a fragilidade de outras legendas vinculadas aos interesses burgueses, possibilitaram que Collor, independentemente de um partido nacionalmente estruturado, fosse capturando os apoios propiciados pela capitalização de sua rápida ascensão nas pesquisas de opinião”. (Relatório Final, IX Congresso, Londrina, 1990)

Collor, travestido de renovador, assume um discurso anticomunista e moralista e, apoiado pelos políticos conservadores, ganha as eleições. Sua posse ocorre no dia 15 de março de 1990.

O resultado dessas eleições não significou a derrota dos movimentos sociais.

“A derrota eleitoral não pode ser tomada como sinônimo de derrota do movimento popular, e ainda que expresse suas fragilidades, não pode deixar de ser registrado o crescimento importantíssimo da capacidade de direção política das classes dominadas no sentido da construção de sua própria hegemonia”. (Relatório Final, IX Congresso, Londrina, 1990)

Também a crise econômica da década de oitenta não significou a derrota do movimento sindical que se reorganiza e se fortalece. Isto se deve a dois fatores: o processo de democratização do País e a ausência de transformações fundamentais na estrutura ocupacional. Se o mercado de trabalho estava paralisado, era necessário que os trabalhadores se mobilizassem e mostrassem aos governantes a necessidade urgente de ativá-lo e o processo de democratização ora em curso no País, possibilitava essas ações.

Em 1990, o discurso de posse do professor Carlos Eduardo Malhado Baldijão -gestão 90/92 - Diretoria da ANDES SN – aponta o projeto político proposto por Collor à nação brasileira, após sua eleição.

“Logo após sua eleição, conseguida com base na mentira e num descomunal suporte financeiro e de marketing provoca, no intervalo até sua posse, uma crise financeira e de valores sem precedentes, surgindo, no dia seguinte, como o “grande salvador”. Na sua postura fascista, fala diretamente aos descalços e descamisados, por meio da mídia, desqualificando a parte organizada da sociedade, desqualificando as instituições e desprezando a própria Constituição. O descaso pela miséria em que vive a população, é coerente com seu projeto para um novo processo de acumulação de capital e de renda, propagandeado como se atingisse a todos e, principalmente, aos mais ricos. Hoje, passados dois meses e meio, a maior parte da população já se dá conta do engodo. Já percebe que a face real do plano é a recessão econômica, a falência e o desemprego, a queda real de salários até por meio de acordos, o confisco salarial que exige reposições da ordem de 164%, o maior de toda a história. No entanto, o processo de internacionalização da economia e o sucateamento das estatais e dos serviços públicos ainda não está claro para a maioria. O movimento docente, ao lado dos servidores públicos e do conjunto dos trabalhadores, tem hoje um papel decisivo na desmistificação deste processo”.

O discurso de governabilidade de Collor se identifica com o programa neoliberal, que poderia ser resumido em cinco pontos principais:

“1. insistem na inevitabilidade de se fazer um forte ajuste ortodoxo macroeconômico na economia nacional, para eliminação do déficit público, o enxugamento do Estado e um acordo com os credores internacionais, referendados naturalmente pelos dois “pilares” do capitalismo internacional, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial; 2. Pregam a liberalização e “flexibilização” das relações trabalho-capital, acabando portanto com alguns “privilégios” ou com a política salarial até então determinada pelos estados nacionais; 3. Postulam a rápida liberalização de nosso comércio exterior, notadamente de nossas importações, para que as estruturas produtivas internas possam competir “livremente” no mercado internacional com as dos países mais avançados; 4. Afirmam ser possível tornar a economia nacional moderna, em prazo não-longo, com o que passaríamos também a integrar o chamado “Primeiro Mundo”; 5. Acrescentam, ainda, a privatização como parte do enxugamento do Estado, devendo este se restringir ao mínimo indispensável ao funcionamento da sociedade capitalista, desfazendo-se de suas empresas produtivas e reduzindo a regulação sobre a economia”. (CANO, 1994, p.29-30)

O programa neoliberal significa também reduzir a perspectiva de luta dos movimentos sociais organizados em que se insere o movimento dos docentes. Mais do que nunca é necessário a unificação desses movimentos sociais, em especial na CUT, com planos de lutas gerais e específicos, cuja plataforma deve reverter o quadro social instalado a partir de 90, a saber:

“O governo Collor apresentou um projeto de lei denominado Reforma Fiscal, cujo sentido principal é a introdução de mudanças constitucionais lesivas aos interesses públicos e populares. No aspecto fiscal propõe mudanças como a diminuição do limite de isenção, penalizando a população de renda mais baixa, ao mesmo tempo em que favorece os mais ricos introduzindo a isenção tributária para o lucro líquido. Nas suas diretrizes principais, diminui as transferências constitucionais para Estados e Municípios, reduz direitos na seguridade social, altera o princípio da autonomia universitária, proíbe a vinculação constitucional de parcelas de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino (anulando o Art. 212 da Constituição Federal) e chega mesmo a suprimir o ensino oficial público e gratuito”. (Relatório Final III CONAD Extraordinário, BSB, 1992, p.29)

Nos dois anos do governo Collor, as contradições aguçam-se. Há uma redefinição do Estado que procura organizar as diferentes parcelas da burguesia propondo-lhes reforço, apoio e ampliação do domínio do capital brasileiro. Por outro lado, o processo inflacionário atinge a categoria dos docentes universitários, assim como a dos trabalhadores em geral, aumenta o desemprego e a miséria da população. Por esses motivos, várias universidades paralisam suas atividades, culminando, em 1991, com uma das mais importantes greves do movimento dos docentes do 3º grau, com mais de 100 dias de paralisação, que exigia recomposição salarial; repasse de verbas para as IFES; abertura de concurso público; escolha democrática dos dirigentes universitários, dentre outros. Os resultados da greve foram um reajuste de 20% para os SPF; rejeição da MP 296/91 que excluía docentes e funcionários das IFES e outras categorias dos reajustes propostos pelo governo, além de outros ganhos.

Segundo o professor Antonio de Almeida, do Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia/MG, que presidiu a ADUFU-SS no período de 89/91, as greves que ocorreram até o ano de 1991, tiveram maior importância tanto em

termos de conquistas reivindicadas pelo movimento docente quanto em termos de sua mobilização, em relação às greves que ocorreram após essa data.

“tomando como referência o quadro nacional e local, eu diria que as greves que aconteceram até o ano de 1991, tanto em termos de envolvimento dos docentes, quanto em termos dos resultados alcançados, foram mais importantes do que aquelas que tiveram lugar após essa data. As reivindicações que levavam o movimento docente a realizar greves eram a defesa da universidade pública, particularmente no que diz respeito à qualidade e gratuidade dos serviços prestados; a falta de recursos para o desenvolvimento das atividades básicas (ensino, pesquisa e extensão); os baixos salários. As reivindicações alcançadas com as greves foram: melhorias salariais, reestruturação da carreira acadêmica; verbas para a universidade e recuo do governo em relação às propostas de desestabilização da universidade”. (resposta a questionário, 1997)

Visando à desregulamentação do Estado o governo Collor propõe a Revisão Constitucional. Esta passa a ser a grande força política do governo. Apesar da ilegitimidade dos parlamentares que não foram eleitos para esse fim, assim como das denúncias de corrupção e da falta de ética que os envolve no Congresso Nacional, a revisão segue os seus propósitos. Estes, portanto, não foram motivos suficientes para que o governo federal não avançasse no processo de elaboração e aprovação da Revisão Constitucional.

Segundo análise do MD, naquele momento, a ementa da PEC 56-B altera dispositivos da Constituição Federal do Brasil sob a argumentação da desregulamentação e modernização do Estado e, por ser um projeto global, extingue o monopólio do Estado em muitos setores, a exemplo das questões relacionadas ao solo e subsolo, telecomunicações e, fundamentalmente, às questões relacionadas à universidade pública que versam sobre a sua natureza jurídica, participação do Estado no seu financiamento, limita gastos com pessoal, ferindo, dessa forma, a autonomia universitária. Neste sentido, restará à universidade pública o total estrangulamento financeiro, fazendo-a caminhar rumo à sua privatização. É, pois, necessário, que o movimento docente articule junto à Central Sindical formas de debater essas questões junto à sociedade, incluindo nessas discussões as dificuldades impostas pelo governo para a tramitação da LDB.

No que se refere à nova LDB - Lei nº 9.394, publicada no dia 23/12/96 - é importante ressaltarmos que o Sindicato Nacional mobilizou o MD que, juntamente com outras entidades educacionais procuraram intervir no processo de discussão que resultaria na elaboração da nova lei. Toda essa mobilização das entidades educacionais tem início na IV Conferência Brasileira de Educação realizada em Goiânia, em 1986, que teve como tema central: “A Educação e a Constituinte”. Aprovou-se, na assembléia de encerramento desta Conferência, uma “Carta de Goiânia” que continha todas as propostas educacionais que deveriam ser encaminhadas para o capítulo da Constituição. O movimento em torno da elaboração das novas diretrizes e bases da Educação Nacional, continua ativo a partir do ano de 1987. (SAVIANI, 1997, p. 35)

Com a publicação da nova LDB⁸, a União deveria encaminhar ao Congresso Nacional, até 23/12/97, o Plano Nacional de Educação - PNE - de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 87 das disposições transitórias.

Para os movimentos sociais organizados, o PNE tem uma importância muito grande, pois irá avaliar a política educacional proposta pelo governo, a sua organização nacional e o seu caráter operacional. Segundo SAVIANI (1998, p. 75 a 80) o PNE remonta a década de 1930 tendo a sua primeira explicitação no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. *“Pela leitura global do “Manifesto”, pode-se perceber que a idéia de plano de educação se aproxima, aí, da idéia de sistema educacional (...)”,* cujo entendimento irá influenciar a Constituição de 1934, quando trata de *“fixar o plano nacional de educação”*; passando por Capanema em 1937 a 1945, com o *“Código da Educação Nacional enquanto condição de se elaborar um plano nacional de educação”*, o qual não ocorre; pela LDB de 1961 que também se refere a *“plano de educação”*; e pela lei 5692/71 que também se refere *“a planos nacionais de educação”*. Estes planos nacionais de educação oriundos da lei 5692/71, *“decorriam diretamente dos planos nacionais de desenvolvimento (PNDEs) recebendo, por isso mesmo, a denominação de Planos Setoriais de Educação e Cultura”*, chegando em 86/89 ao *“I*

⁸ Para os que se interessarem em aprofundar conhecimentos sobre a nova LDB, indicamos os livros de Dermeval Saviani intitulados “A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas”. Editora Autores Associados, 1997 e “Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional”. Editora Autores Associados, 1998. O referido autor participou ativamente dos encontros empreendidos para os debates e discussões da nova LDB, inclusive tendo redigido um artigo que dá início à elaboração do projeto original da nova LDB.

Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República”. Na década de 90, tivemos o Plano Decenal de Educação para Todos (93) e a realização de dois CONEDs – Congresso Nacional de Educação (96-97), na cidade de Belo Horizonte, organizado por entidades educacionais e pela sociedade civil, em que se discutiu um PNE. Portanto, no que se refere à LDB, sua grande importância está na definição de um PNE.

“Mas a principal medida de política educacional decorrente da LDB é, sem dúvida alguma, o Plano Nacional de Educação. Sua importância deriva de seu caráter global, abrangente de todos os aspectos concernentes à organização da educação nacional, e de seu caráter operacional, já que implica a definição de ações, traduzidas em metas a serem atingidas em prazos determinados dentro do limite global de tempo abrangido pelo Plano que a própria LDB definiu para um período de dez anos. Nessas circunstâncias o Plano Nacional de Educação se torna, efetivamente, uma referência privilegiada para se avaliar a política educacional aferindo o que o governo está considerando como, de fato, prioritário, para além dos discursos enaltecidos da educação, reconhecidamente um lugar-comum nas plataformas e programas políticos dos partidos, grupos ou personalidades que exercem ou aspiram a exercer o poder político”. (SAVIANI, 1998, p. 3)

No início do segundo ano do governo Collor, em 1992, Pedro Collor de Mello, irmão de Collor, denuncia uma rede de corrupção no governo ligadas a Paulo César Farias que cuidava das finanças da campanha de Collor e era seu amigo pessoal. Este fato contribui muito para abalar a estabilidade do governo e a própria sociedade que é tomada de surpresa, pois, a imagem passada por Collor durante sua campanha eleitoral, era a de uma pessoa íntegra e comprometida com o povo, especialmente quando o seu discurso se referia aos dois polos sociais extremos que era “acabar com os descamisados e com os marajás”. Isto tudo contribuiu para que a Câmara dos Deputados, no dia 29 de setembro do mesmo ano, com base em relatórios de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), autorizasse o Senado a processar e julgar o presidente Collor. Este, após julgado, é afastado por 180 dias do cargo, assumindo o governo, interinamente, Itamar Franco. No final do julgamento de Collor, dia 29 de dezembro de 1992, ele renuncia e Itamar Franco é empossado presidente do Brasil.

O processo de Impeachment é marcado por contradições e por grandes manifestações nacionais em que os estudantes, “caras-pintadas”, foram os principais protagonistas, indo às ruas mostrar o seu descontentamento com a situação do País e, com isso, muito contribuíram para a formação da opinião pública acerca da importância histórica daquele momento. Havia aqueles que entendiam ser a modernidade neoliberal um grande avanço e aqueles que a entendiam enquanto a destruição dos direitos sociais da população. O consenso nacional, naquele momento, era a luta contra a corrupção e a impunidade e não propriamente contra o processo neoliberal que ora iniciava o seu percurso no Brasil. Da mesma forma o movimento pelo impeachment ocultava contradições tanto pelo Movimento Ética na Política quanto pelo Movimento Democrático contra a Impunidade.

“O processo de impeachment foi marcado por fortes contradições. Entre os seus proponentes encontravam-se desde os que consideravam que a corrupção tinha ultrapassado seus limites costumeiros até os que se posicionaram contra uma política econômica, que ao adequar-se à racionalidade capitalista internacional, destrói vidas, empregos, salários. No meio desse amplo arco encontrávamos os que viam na perda da governabilidade, no processo objetivo de desmoralização de Collor e da classe dominante elementos decisivos para o impeachment. Colocavam-se assim lado a lado os que consideram a modernidade neoliberal como um imenso avanço e aqueles que a encaram como a destruição das condições de sociabilidade. O movimento pelo impeachment ocultava uma contradição fundamental: se a luta contra a corrupção obtinha com enorme facilidade o consenso, a luta contra o neoliberalismo seguramente romperia este consenso. Isto era claramente visualizado pela existência de contradições que estavam presentes, tanto no Movimento pela Ética na Política, como no Movimento Democrático contra a Impunidade e em todos os demais fóruns que neste momento se organizaram. A ANDES-SN em todas as suas intervenções nestes fóruns procurou, demarcando uma posição firme e decidida, que o entendimento e a prática da luta, alcançassem o grau de coerência e de radicalidade necessários para a elaboração de uma alternativa popular de solução para a crise”. (Relatório Final de III CONAD Extraordinário da ANDES BSB, 1992, p.26)

Assim, o processo de impeachment de Collor procurou atacar a questão da impunidade, responsabilidade, ética e moral presidencial e do Congresso Nacional,

deixando o programa neoliberal livre para continuar avançando nas propostas de privatização dos setores públicos e do arrocho salarial dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a crise do Leste Europeu com a queda dos países considerados socialistas, fortaleceu a ideologia do mercado capitalista para o resto do mundo, bem a gosto do Banco Mundial e do FMI. Internacionalmente, o neoliberalismo permanece como política dominante, em que o pesadelo da hiperinflação tende a acabar dando lugar a outro, o desemprego. O projeto neoliberal no Brasil, Argentina, Chile, México, portanto, é parte de um projeto maior e deve ser compreendido dentro de uma dinâmica de atuação internacional mais ampla.

“Se quisermos compreender as estratégias que o projeto neoliberal no Brasil tem reservadas para a educação, é importante também compreender que esse processo é parte de um processo internacional maior. Numa era de globalização e de internacionalização, esses projetos nacionais não podem ser compreendidos fora de sua dinâmica internacional. A presente tentativa nacional de conquista hegemônica apenas segue, talvez de forma atrasada, um processo que se inaugurou em países centrais como os Estados Unidos e Inglaterra com os primeiros governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. A construção da política como manipulação do afeto e do sentimento; a transformação do espaço de discussão política em estratégias de convencimento publicitário; a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos; a redefinição da cidadania pela qual o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor, são todos elementos centrais importantes do projeto neoliberal global. É nesse projeto que se insere a redefinição da educação em termos de mercado,...”.
(SILVA, 1994, p.14-15)

d) Presidentes Itamar (1992/1994) e FHC (1995)

No ano seguinte da posse de Itamar Franco ocorre uma greve nas IFES, em que o movimento docente reivindica, principalmente, isonomia salarial, maiores recursos financeiros e exigem recuperação das perdas salariais com o Plano Verão 26,05%, Plano Collor 84,32%, pagamento dos passivos trabalhistas, a definição de uma política salarial. Esse mesmo movimento, exigindo essas reivindicações, participa em

1994 de uma greve geral juntamente com os SPFs, procurando com isso fortalecer o conjunto dos servidores públicos federais.

Neste contexto, o governo Itamar procurou alianças com várias facções políticas conservadoras, para efetivar o Pacto Social, além do Ajuste Fiscal proposto por Collor que nada mais era que uma reforma tributária, que tinha como objetivo aumentar a receita da União e antecipar a Revisão Constitucional, no momento em que alocava percentuais para Estados e Municípios. Neste sentido, a política de Itamar apresentava alguma semelhança com a política do governo Collor. Além das facções políticas conservadoras, o governo Itamar procurava trazer para o debate parcelas dos movimentos sociais organizados, em que afirmava a importância do ajuste fiscal enquanto condição prioritária para o crescimento do País e sua transformação, procurando, com isso, convencer a opinião pública dessa importância. Na realidade, o principal objetivo do governo Itamar era precaver-se em relação às futuras mobilizações sociais que possivelmente viessem a ocorrer contra as medidas impostas. Neste momento em que o governo procura os movimentos sociais para debates, diferencia-se da política do governo Collor.

A atuação marcante dos movimentos sociais para combater o projeto neoliberal e exigir, dentre outras coisas, melhor qualidade na saúde, na educação e contra o pagamento da dívida externa, era uma exigência do momento.

Nesse período, no Brasil, alguns planos econômicos procuraram resolver o problema da inflação que era até então galopante. A partir da Nova República, surgem o Cruzado (1986), Cruzado Novo (1989), Cruzeiro Real e Real (1994). Assim, usando o Plano Real, como se fosse criação sua, Fernando Henrique Cardoso, apoiado pelo PFL, PTB e seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira, (PSDB) é eleito Presidente da República. Lula, seu concorrente, apoiado pelo PT, PC do B, PCB e outras tendências de esquerda, perde essas eleições.

FHC inicia seu governo de forma autoritária, com uma prática diferente daquela apregoada em sua campanha eleitoral e sem cumprir com suas promessas tão insistentemente debatidas e anunciadas em seus comícios que tinham como princípios básicos os seguintes elementos principais: emprego, saúde, educação, habitação e reforma agrária. O desemprego no Brasil atinge taxas jamais vistas, gerando uma

procura exacerbada por postos de trabalho e, conseqüentemente, na falta deste, geram a violência; os hospitais públicos estão com os serviços comprometidos fazendo com que a população menos favorecida sofra as conseqüências desse descaso, muitas vezes com mortes prematuras e roubos de bebês recém-nascidos. A educação pública, em especial nas universidades federais estão sendo sucateadas por falta de verbas e faltam vagas nos três graus de ensino, fazendo com que famílias inteiras passem noites nas filas das escolas de 1º grau para obterem uma vaga para os seus filhos estudarem. No que se refere à habitação, observa-se a aumento das favelas que se aglomeram principalmente nas grandes cidades. Sem emprego não há como se pagar um aluguel, por menor que seja o seu valor. Com relação à reforma agrária, também nada se fez, apenas se prometeu. A questão da reforma agrária é tão grave que o MST - Movimento dos Sem-Terra – cresceu e se fortaleceu nacionalmente reunindo-se em caravanas até Brasília para reivindicar os seus direitos e as promessas de campanha do governo federal, dando, assim, uma lição de luta aos movimentos sociais organizados e à toda sociedade.

Com Collor e depois Cardoso, inicia-se uma nova fase liberal no Brasil. O governo FHC, até o presente momento, pouco fez de tudo aquilo que prometeu. No entanto, cumpriu o que não prometeu, ou seja, privatizou algumas estatais consideradas estratégicas para a nação brasileira, a exemplo da Usiminas e da Embratel, colocando em risco a própria soberania nacional e anuncia a privatização das universidades públicas, no momento em que lança medidas austeras contra as mesmas, interferindo em sua autonomia. Propõe Reformas Constitucionais, a exemplo da Previdência Social e Administrativa, ferindo, com isso, direitos individuais e algumas conquistas sociais dos trabalhadores e dos funcionários públicos, a exemplo da aposentadoria que passa a ser por idade e por tempo de contribuição simultaneamente; das regras de transição para aposentadoria integral e proporcional e da aposentadoria especial para o professor universitário, não respeitando os direitos adquiridos dos servidores aposentados.

Em 1995, os professores universitários realizam uma greve contra o uso de Medidas Provisórias, contra a proibição de contratação no serviço público, defesa da universidade pública e gratuita, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, manutenção da estabilidade da aposentadoria integral e especial, oposição à política neoliberal do

governo Cardoso, recuperação das perdas salariais, por uma política salarial, dentre outras.

Se na passagem da Ditadura para a Nova República, o movimento docente, tendo à frente uma Associação Nacional que o representasse, tem motivos suficientes para encaminhar suas lutas, em especial contra a ditadura que demitia, cassava, perseguia e exilava professores e outros trabalhadores em geral, na Nova República os motivos são mais do que suficientes para continuar essa luta e aliar-se às lutas sociais. O MD surgiu para estar ao lado da classe trabalhadora, sem no entanto se descuidar de sua categoria, muito embora nesse período os salários dos professores universitários fossem bem valorizados, se comparados aos que recebiam os outros trabalhadores. No entanto, observa-se que, embora com bons salários, grande parte dos professores universitários empenha-se na luta pelo social. Além da luta contra a ditadura, o movimento docente mobilizava-se em favor das reivindicações da categoria. Esses eram, pois, motivos suficientes para que essa trajetória fosse uma trajetória de lutas, mesmo porque, era necessário aglutinar e fortalecer o movimento nacional dos professores universitários.

Com a Nova República, as reivindicações passam a ser mais específicas da categoria, não desconsiderando, evidentemente, a luta dos professores pelas “Diretas Já”, e o não pagamento da dívida externa. Por outro lado, isso não significava que, com a Nova República, a democracia já estivesse consolidada no País, pois as medidas autoritárias editadas pelos governantes tinham um conteúdo tão agressivo que atingiam sobremaneira a proposta de uma universidade democrática, gratuita e de qualidade, ao mesmo tempo em que procuravam fragilizar os movimentos sociais tanto nas suas bases quanto no encaminhamento de suas lutas políticas.

Evidentemente que, mesmo na fase de refluxo em que ora se encontra, o movimento docente continua reagindo às práticas governamentais excludentes e autoritárias.

A adoção de políticas de corte neoliberal e a inserção passiva no processo de globalização sob a égide do capital financeiro, reduz a capacidade de cada estado nacional desenvolver políticas econômicas próprias, atingindo os sindicatos e movimentos sociais organizados, especialmente os dos servidores públicos. É

necessário, pois, construir mecanismos que garantam a recuperação dos serviços públicos e a credibilidade dos dirigentes sindicais no encaminhamento de suas lutas, para se recuperar a mobilidade do conjunto da categoria. Esses mecanismos se referem a ações práticas que consigam mediar os interesses coletivos da categoria, tais como os educacionais, dando a eles um tratamento aprofundado e mais presente para com os interesses da sociedade, que almeja o fim desse tipo de política imposta, em que o homem é destruído em benefício do crescimento do capital.

Além da mediação dos interesses educacionais com os demais direitos sociais, tendo em vista o reforço do movimento sindical, é necessário que haja maior intercâmbio entre os sindicatos e os segmentos da universidade e da sociedade no sentido de unificar forças em defesa da escola pública defendida pelo MD. Em entrevista a Lafaiete Santos Neves, (1997) Neto compara o momento histórico atual, com sua gestão enquanto presidente da ANDES no período compreendido entre 86/88.

“O que mudou muito, eu acho, e tenho conversado com alguns colegas, são dois eixos que me parecem fundamentais: O MD de hoje está mais afastado das questões educacionais propriamente ditas do que deveria. Penso que embora a ANDES-SN tenha políticas de princípios absolutamente corretos dentro da luta pela proposta da entidade nacional e das Ads-ssind para a universidade brasileira, há uma menor intensidade nesse campo até por uma opção de uma articulação de forças maior dentro do serviço público, e que acabou colocando o foco das ações políticas da ANDES-SN dentro do Ministério da Administração. Não se trata aqui de relevar uma coisa em relação à outra, mas desde a transformação da ANDES em sindicato que nós alertávamos para o perigo de uma eventual prevalência de um dos aspectos. Então, a minha posição sempre foi uma posição de equilíbrio em relação a essas questões, e penso que há uma modificação no panorama em relação a este ponto. Em segundo lugar, é o que eu chamaria de política de alianças. Nós tínhamos uma política muito forte naquela década de 1980, até por conta, penso eu, do regime autoritário do Brasil, a luta pela anistia, a necessidade de as forças políticas se tolerarem e trabalharem numa perspectiva de democratização e de avanços, era um regime absolutamente fechado. Com a democratização do país houve evidentemente uma pulverização das forças políticas, e lamentavelmente, ao invés de nós procurarmos uma política de alianças mais consistente, que ampliasse a nossa possibilidade de resistência e de avanços, penso eu que, sobretudo dentro da comunidade universitária isso acabou não se logrando. E até por força da democratização provocada pelo MD, houve um

determinado momento da história que começa a se reverter agora, um arejamento das administrações universitárias, mas isso não foi acompanhado necessariamente de uma aliança maior interna. Vivemos um momento de isolamento entre as entidades que existem dentro das comunidades de uma maneira geral, e na minha opinião, isso é absolutamente nefasto. É importante voltarmos a ter uma política de alianças dentro de fóruns de defesa da escola pública e gratuita com parlamentares, reitores, professores, funcionários e estudantes, porque o que está em jogo na verdade é uma política neoliberal maior, e, sozinho, nenhum dos segmentos vai conseguir lograr êxito.(...)”. (Revista Universidade e Sociedade nº 13, p.147)

Nesta fase neoliberal, entendemos que é necessário conjugar o enfrentamento de antigos problemas educacionais com os desafios ora colocados pelos neoliberais, a exemplo da chamada “globalização”, “modernização” e “qualidade total”. Esses “novos” conceitos presentes na sociedade, fazem com que a educação tenha um novo papel a desempenhar, muito embora contraditório com a enorme evasão e repetência escolar brasileira e com a falta de vagas existente nas escolas. No entanto, esse novo papel exige uma intervenção diferenciada e porque não dizer mais ativa, por parte do movimento dos docentes do 3º grau. É esse o grande desafio que tem pela frente a ANDES SN. Dentro do movimento sindical, este desafio é significativo porque contribui para a formulação de novas diretrizes para a trajetória do movimento docente, ao mesmo tempo em que fornece novos suportes que permitem perceber os interesses imediatos e as principais implicações para a categoria docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate histórico da trajetória do movimento docente do ensino superior a que nos propusemos, atingiu em grande parte o seu objetivo, embora não tenhamos conseguido este intento em sua totalidade, dadas as dificuldades encontradas na procura da documentação pesquisada e por entendermos que todo movimento histórico é resultado de um processo dinâmico e inacabado. Sempre surgem novas pesquisas e novos elementos que subsidiam trabalhos futuros.

Fica claro o nosso pressuposto de que o movimento docente do 3º grau existiu desde a criação dos cursos e escolas superiores, independente de ter tido ou não representação sindical ou registro de mobilizações docentes, no momento em que constatamos que o mesmo sempre esteve presente às reivindicações da categoria, na defesa da universidade pública e junto a alguns movimentos sociais, políticos e culturais da sociedade brasileira. Em épocas anteriores, as repressões sofridas tanto por estudantes quanto por professores, a exemplo do período da Primeira República - 1889/1930 – segundo depoimento de CUNHA (1996), nos mostra que existiam algumas ações políticas da categoria em relação aos conflitos sociais da época, embora esteja presente a idéia de que estas ações tivessem uma conotação apenas cultural, entendido este cultural como ações de cunho apolítico.

As primeiras experiências docentes de ações coletivas e nacionais formalmente organizadas, ocorridas na década de 30, com o SINPRO que representa as escolas particulares de ensino, juntamente com as várias tentativas de organização de docentes universitários, nas décadas de 40 e 50, nos demonstraram que as mesmas se

constituíram, efetivamente, no embrião que as engendrou e que motivou, mais tarde, a organização de outras ADs.

Fica também evidenciado que a atuação dos professores das escolas de ensino superior juntamente com alguns movimentos organizados da sociedade civil, na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade e na luta pelos direitos básicos da população brasileira foi muito marcante, principalmente a partir da década de 60. Nesta década, em que as reformas de base do governo Goulart são derrotadas pelo regime militar implantado no Brasil pelo golpe de 64 e em que a repressão se torna mais forte nas universidades com a demissão, a prisão e o exílio de muitos professores é que são criadas as primeiras ADs. O movimento docente do ensino superior se fez presente sempre que a universidade pública foi desrespeitada na sua autonomia.

O primeiro plano de luta conjunta, em 1979, que contou com a participação das ADs do Brasil, cuja finalidade era a defesa de um ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis, bem como a democratização da Universidade, melhores salários e condições de trabalho e forte oposição ao controle ideológico da Universidade, revalida esta atuação marcante e decisiva do movimento docente em sua trajetória.

Nesta direção, podemos dizer que o movimento docente foi somando forças e se tornando cada vez mais coeso pela atuação de seus líderes, que se aglutinavam inicialmente nos encontros da SBPC, na década de 70 e em outros encontros de docentes que se realizaram na época e que acabaram culminando com a criação da Coordenação Nacional de ADs, em 1979 e com a criação da ANDES, em 1981. Politicamente, isto se reveste de um momento significativo para a trajetória do movimento docente que já manifestava o seu protesto contra a forma com que o governo se desobrigava da educação pública, sempre tratada com descaso, a exemplo das constantes reduções dos recursos orçamentários destinados às IES e do protelamento e não atendimento às reivindicações docentes.

Neste contexto, não podem ser ignoradas as tendências político-ideológicas, facções ou partidos políticos que detiveram a hegemonia do movimento docente ou que lutaram contra essa hegemonia, mesmo porque ignorar tal fato implica no empobrecimento, na incompreensão e inadequada interpretação da história do

movimento. Sabemos que parte das direções que presidiu a ANDES e o Sindicato Nacional e que defende a democratização da universidade e do País, nem sempre aceitou as diferentes tendências ou facções políticas que existem no interior do MD, principalmente no que se refere à composição das Diretorias do Sindicato Nacional, a exemplo do que nos assinalou o Manifesto de Viçosa, redigido pelos professores presentes ao XIII Congresso da ANDES SN.

Hoje, o movimento docente encontra outro embate configurado pelo projeto neoliberal que rearranja as forças sociais e que, num complexo jogo político trabalha na perspectiva de convencer a nação da importância das novas mudanças sociais que implicam no sacrifício da população para o bem do País. Trata-se de um jogo político não declarado que mascara a sua verdadeira face, a exemplo de medidas supostamente democráticas, constantemente impostas à população.

Em que pese o domínio da lógica do mercado e da globalização das finanças mundiais trazerem no seu eixo efeitos que fragilizam o Estado quando de sua implementação de políticas públicas, alterando a estrutura produtiva da economia, tornando-a mais compatível às novas necessidades do mercado, podendo gerar recessão, desemprego, sucateamento dos serviços públicos e conseqüentemente queda no número de filiações sindicais, não pode ser ignorada a dimensão política da atuação do movimento dos docentes do ensino superior. Neste contexto, tal dimensão no conjunto dos movimentos sociais sempre se expressou pela atuação dos docentes junto à classe trabalhadora, lutando pelos direitos básicos inalienáveis do conjunto da população.

A partir da criação da ANDES, o movimento docente continua mobilizando-se pelos direitos da categoria, dando continuidade às reivindicações iniciadas em encontros anteriores, ao mesmo tempo em que procura organizar e conduzir nacionalmente os professores em defesa da universidade pública brasileira, para a qual objetiva a proposição de reestruturá-la.

O movimento docente demonstrando o dinamismo de sua atuação também esteve presente contra as reformas educacionais que visassem a destruição da escola pública, ao mesmo tempo em que esteve presente na defesa de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, compatível com a realidade brasileira. Ao

mesmo tempo atuou efetivamente quando da elaboração do PNE - Plano Nacional de Educação.

No entanto, o MD, apesar de todo o seu dinamismo, não conseguiu mobilizar-se a contento no enfrentamento das medidas políticas do governo federal que visa dentre outras coisas, diminuir cada vez mais os direitos sociais e privatizar a universidade pública.

Entendemos que este refluxo porque passa o movimento docente deve ser revertido pelo fortalecimento das ações político-sindicais, sob novas formas de relacionamento entre o Sindicato Nacional e as ADs, que dê conta de efetivamente mobilizar os docentes universitários nas suas bases, ampliando sua capacidade de luta.

Vale ressaltar que a história de luta do movimento docente do ensino superior não foi em vão. Ela deve continuar até vermos contemplado para a população brasileira um novo projeto de universidade, cujo ensino público, gratuito e de qualidade não seja apenas direito de alguns.

Após estas considerações que objetivam sintetizar este resgate histórico, chegamos a uma proposição final. Esta, procura demonstrar que o movimento docente do ensino superior tem importância e significado social e político para a categoria, para a universidade e para o conjunto da sociedade, antes mesmo de estar formalmente organizado nas ADs, Coordenação Nacional de ADs, Associação Nacional e Sindicato Nacional. Dentre os objetivos delineados e perseguidos pelo movimento docente, destacamos sua atuação marcante na organização e encaminhamento das reivindicações e lutas da categoria, na defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade para todos, portanto, na defesa de uma nova universidade, bem como na luta junto a outros movimentos sociais tendo em vista a democratização da sociedade. No entanto, em que pese esta importância e toda significação social e política que permeia a trajetória do movimento docente do ensino superior junto a estes segmentos que, entendemos, não se dissociam, constatamos, por meio deste estudo que, na prática, muito ainda se tem por fazer. Não desconsiderando o mérito de todo trabalho organizacional da ANDES e depois do Sindicato Nacional junto à categoria, é necessário, hoje, maior aproximação do movimento docente junto aos professores e às ADs e maior interesse para com os problemas educacionais e jurídicos que os atingem. É preciso, pois, se fazer acreditar e

isto só se concretiza com um trabalho prático coletivo, sem partidarismo, capaz de politizar a categoria, respeitando e unificando as diversidades políticas e culturais existentes no interior do movimento para um maior fortalecimento sindical.

Quanto à universidade brasileira, constatamos o enorme esforço do movimento docente na defesa da proposta de reestruturação da mesma. Tal defesa significa realizar os desafios de democratizá-la e torná-la autônoma para que ela possa intervir na sociedade e, ao mesmo tempo, receber sua intervenção e participação. A universidade pública deve ter a dimensão universal de produzir e transmitir conhecimentos científicos e culturais que vão ao encontro da população brasileira. No entanto, no momento histórico em que vivemos, constatamos a presença muito forte de uma política privatista que se apóia num grande descompromisso do governo federal para com a educação pública superior, a exemplo dos cortes de verbas públicas para as universidades federais, que podem paralisar o trabalho realizado pelos docentes. Neste contexto, estes fatos podem gerar sérios problemas para com o padrão unitário de qualidade que deve se estender à todas as IES, para com as diretrizes que devem ser estabelecidas para a ciência e tecnologia, para com o financiamento e a autonomia universitária, para com a gestão democrática, a avaliação institucional e a carreira docente, dentre outras. Para se opor a esta política, entendemos que o movimento docente deve realizar um trabalho combativo e unificado, tendo em vista o fortalecimento de suas ações políticas junto aos movimentos sociais organizados.

Quanto à sociedade, em que pese a participação do movimento docente junto aos movimentos sociais em favor da democratização do País, constatamos que ainda não se conseguiu um trabalho coletivo que abarcasse a maioria dos setores sindicais, partidários e sociais. O movimento docente do ensino superior ainda não conseguiu a devida interlocução com a sociedade, no sentido de receber dela a participação e o apoio às suas causas e às causas sociais. Essas ações demandam muito trabalho e persistência, pois, para se construir o novo é necessário destruir o velho e este não é um trabalho técnico, mas político. A perspectiva de construção coletiva de um projeto que vise estabelecer a justiça e a igualdade para o conjunto da população requer a unificação e a participação de todos os setores sociais e significa a construção histórica e unificada de alternativas concretas de transformações sociais efetivas. Sem essa unificação e participação dos amplos setores sociais nenhum sindicato dará conta de responder aos desafios impostos pelas mudanças político-econômicas que se fazem presentes, hoje, no Brasil.

Embora sabendo que o dinamismo do movimento docente faz com que suas ações sejam oriundas do próprio processo de mobilização de sua categoria, esperamos que este trabalho possa contribuir, ainda que modestamente, para o enriquecimento deste momento histórico pontuado, sobretudo, pelas lutas da categoria docente do Ensino Superior.

BIBLIOGRAFIA

ADUnB. *Sonho e Realidade-O Movimento Docente na Universidade de Brasília-1977-1985*. Brasília: ADUnb, 1994.

- ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- _____. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. 2ª ed. revisada e ampliada. Campinas: Pontes, 1995.
- ARAÚJO, José Prata. *Previdência Social: Diagnóstico e Propostas*. Belo Horizonte: Lê, 1995.
- BOITO Jr., Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Unicamp, 1991.
- _____. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Organizado por Armando Boito Jr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*. Campinas, SP: UNICAMP HUCITEC, 1991.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Organizador. *A Questão Política da Educação Popular*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BRENER, Jayme. *Leste Europeu. A revolução democrática*. Coordenação Emir Sader. 3ª ed. São Paulo. Atual Editora, 1992.
- CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem Internacional*. 3ª ed. São Paulo: FAPESP/ UNICAMP, 1994.
- CARNOY, Martin. *Educação, Economia e Estado: base e superestrutura: relações e mediações*. 2ª ed. Tradução Dagmar M. L. Zibas. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COELHO, Pedro R. *Sindicalismo na Universidade: um estudo do movimento docente*. Santa Maria: SEDUFSM/ANDES SN, 1996.
- Crise Brasileira: anos oitenta e governo Collor*. Programa de Pesquisa e Formação Sindical. Ires-CGIL/Desep-CUT. Co-edição entre o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT (DESEP) e o Instituto Cajamar (INCA). 1993.
- CUNHA, Luiz A. *A Universidade Crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- _____. *A Universidade Reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988

- _____. *A Universidade Temporã*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- _____. *Qual Universidade?* São Paulo: Cortez, 1989.
- CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e Contradição*. Coleção Educação Contemporânea. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- Debate & Crítica. nº 4. *A Economia Brasileira depois de 1964*. São Paulo: HUCITEC, 1974.
- DECCA, Edgar de. *1930 O Silêncio dos Vencidos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. nº 2. *Ensaio sobre a crise*. Vários autores. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DIAS, Edmundo F. *Democracia Operária*. Teses. Campinas, SP: UNICAMP, 1987, 2 v.
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. 2ª ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1977.
- DIAS, Fernando C. *Construção do Sistema Universitário no Brasil. Memória Histórica do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*. CRUB. Brasília, 1989.
- Educação & Sociedade. CEDES nº 5. Vários Autores. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.
- Encontros com a Civilização Brasileira*. nº 5. Vários autores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- Encontros com a Civilização Brasileira*. nº 7. Ênio Silveira (et al.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- Equipe de Pesquisadores da Diocese de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- EVANGELISTA, Olinda (org). *Memória da Organização dos Professores da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: APUFPR, 1991.
- FÁVERO, M. de Lourdes de A. *Da Universidade "Modernizada" à Universidade Disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *A Universidade e Poder. Análise Crítica/Fundamentos Históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- _____. *A Universidade Brasileira em busca de sua Identidade*. Coleção Educação e Tempo Presente nº 13. Petrópolis: Vozes, 1977.

- FERNANDES, Ana M. *A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Editora UnB. ANPOCS. CNPq, 1990.
- FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- FIDALGO, Fernando Selmar, MACHADO & Lucília Regina de Souza (org) *Controle da Qualidade Total: uma nova pedagogia do capital*. Movimento de Cultura Marxista. Belo Horizonte, 1994.
- FREITAG, Bárbara. *Política Educacional e Indústria Cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.
- GANDINI, Raquel. *Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944-1952*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- GENTILI, Pablo A. A., SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação; visões críticas*. Organizado por Tomaz Tadeu da Silva. Tradução Vânia P. Thurler, Tomaz T. da Silva. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GOHN, M. da Glória *Movimentos Sociais e Educação*. nº 5. Questões da Nossa Época. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *História dos Movimentos e Lutas Sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Tradução Luiz Fernando Cardoso. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GUIRALDELLI Jr., Paulo. *Educação e Movimento Operário*. São Paulo: Cortez, 1987.
- III Congresso da Organização Universitária Interamericana. *Administração Universitária em Tempos de Crise. Perspectivas para o ano 2.000*. Salvador/BA: Gráfica Universitária da UFBA, 4 a 8 de abril de 1983, v. 1.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 3ª ed. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. Pensamento Socialista. Coleção dirigida por Florestan Fernandes. São Paulo: Hucitec, 1987.
- LITHG, M. Cecília C. *Convencer Vencer. A dimensão pedagógica do movimento docente na Universidade Federal de Pernambuco*. Recife: ADUFE/ED. Universitária da UFPE, 1989.

- LUCKESI, Cipriano, BARRETO, Elói, COSMA, José e BAPTISTA, Naidison. *Fazer Universidade: uma proposta metodológica*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Estado, Escola e Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MAIA, Andréa Casa Nova & MENEZES, Willian. *APUBH - 20 anos. História Oral do Movimento Docente da UFMG*. Belo Horizonte: APUBH, 1998 (no prelo).
- MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Sindical Entre o Conformeismo e a Crítica*. Coleção Educação Popular. nº 6. S.Paulo: Loyola, 1986.
- MOISÉS, José Álvaro (et.al.). *Alternativas Populares da Democracia: Brasil, Anos 80*. Petrópolis em co-edição com CEDEC (São Paulo), 1982.
- Movimentos Sociais na Transição Democrática*. Organizado por Emir Sader. São Paulo. Cortez, 1987.
- NODARI, Eunice S. SAUL, Marcos V.de A., RAMPINELLI, Waldir J. *Luta e Resistência APUFSC 20 anos*. Florianópolis: UFSC, 1996.
- _____. *Luta e Resistência*. APUFSC SS -20 anos. Florianópolis: UFSC, 1996.
- ORTIZ, Renato. *A Consciência Fragmentada. Ensaios de Cultura Popular e Religião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, v. 41.
- PEREIRA, Bresser, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- RECH, Hildemar L., GROLI, Dorilda, & GUIMARÃES, Vitor H (org.) *Utopia ou Barbárie*. Porto Alegre: APROFURG/Palmarinca, 1992.
- RIBEIRO, M.Lúisa Santos. *História da Educação Brasileira: A organização escolar*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- RIDENTI, Marcelo. *Política para quê? Atuação Partidária no Brasil Contemporânea*. São Paulo: Atual, 1992.
- SADER, Éder e SANDRONI, Paulo. *Lutas Operárias e Táticas da Burguesia: 1978/1980. Cadernos PUC - Economia*. São Paulo: EDUC e Cortez, 1981.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiência e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo-1970-1980*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SADER, Emir. *A Transição no Brasil. Da Ditadura à Democracia?*. São Paulo: Atual, 1990.

- _____. *O Anjo Torto. Esquerda e Direita no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, J. Claudinei, SANFELICE, J. Luís. Organizadores. *História e História da Educação. O debate teórico metodológico atual*. Coleção Educação Contemporânea. Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. *A Nova Lei da Educação. LDB-Trajetoária, limites e perspectivas*. 2ª ed. Coleção Educação Contemporânea. Campinas/SP: Autores Associados, 1997.
- _____. *Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra política educacional*. Coleção Educação Contemporânea. Campinas/SP: Autores Associados, 1998
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- SILVA, Thereza F. *A Educatividade do Trabalho/O Trabalho como Princípio Educativo*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1989.
- SINGER, Paul. *A Crise do “Milagre”; interpretação crítica da economia brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- _____. *A Formação da Classe Operária*. Coordenação: Jaime Pinsky. 8ª ed. Campinas: Editora Atual, 1988.
- SINGER, Paul & BRANT, Vinícius C. Organizado por Vinícius C. Brant. *São Paulo: O povo em movimento*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes em co-edição com CEBRAP, 1983.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mário Salviano Silva. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Apresentação de Francisco de Assis Barbosa. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- SORJ, Bernardo e ALMEIDA, M. Hermínia Tavares. Organizadores. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. 2ª ed. Organizado por M. Hermínia T. de Almeida (et al.). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SPOSITO, Marília P. *O Povo vai à Escola: A luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984.

- TODOROV, João Cláudio. *A Universidade Brasileira: crise e perspectivas*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1989.
- TRAGTEMBERG, Maurício. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. Coleção Teoria e Prática Social. Vol 1. Educação. São Paulo: Cortez, 1982.
- VIEIRA, Evaldo. *Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educar para Transformar*. Petrópolis. Editora Vozes, 1984.
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A, 1980.

REVISTAS:

- Revista ASPUV. *Dois períodos de sua história*. Viçosa, 1993.
- Revista ADUnB. *Eleição de Dirigentes Universitários-processo, experiências, questões*. BSB, 1993.
- Revista ADUNICAMP. *Em defesa da Universidade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- Revista ADUSP. *A Reforma da Previdência em Debate*. SP, gestão 93/95.
- Revista ADUSP. *História da Fundação da ADUSP*. SP, 1996, nº 8
- Revista Caminhos. Mesa Redonda. *APUBH.16 anos. O movimento docente demole seus muros*. BH, 1994, edição especial, nºs 8 e 9.
- Revista DAMATTA, Roberto. *O Elogio da Universidade*. Aula inaugural do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR. Curitiba, 1996.
- Revista Debate Sindical. *A Recessão e os Trabalhadores*. CES. SP, 1992, nº 11.
- Revista Documenta Adfrgs. *Autonomia Universitária*. Porto Alegre, RS, 1997, nº 4.
- Revista GOHN, M. da Glória. (et.al.). *Cidadania – Textos. Movimentos Sociais e Cidadania*. GEMDEC –Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais. Educação e Cidadania - Campinas, 1994, nº 1.
- Revista Pesquisa DIEESE. *A Questão Fiscal e os Trabalhadores*. SP, 1993, nº 8.

Revista Forma e Conteúdo. *Política Nacional de Formação na Construção da CUT*. SP, 1994. nº 6.

Revista ADUNICAMP. *20 anos de Lutas, Vitórias e Resistências*. Campinas, 1997. ed. Especial.

Revista Plural. *O Fim do Ensino Público e Gratuito*. APUFSC. SC, 1997, nº 9.

Revista ADUSP. *A USP nos arquivos do DOPS*. SP, de 1998, nº 13.

Revista ADUSP. *A USP diante dos Novos Desafios*. SP, 1997, nº 11.

Revista ADUSP. *Defesa da Universidade Pública (et. al.)*. SP, 1998, nº 14.

Revista Plural. *Trabalho, Poesia, Sindicalismo, Ética e Política, Impeachment, Universidade*. APUFSC. SC, 1992, nº3.

Revista Diretrizes do I CONED para o Plano Nacional de Educação. *Educação, Democracia e Qualidade Social*. BH, 1996.

Revista Extra-Classe em Revista. *SINPRO/MG 60 anos..* MG, 1993, nº 1.

Revista InformAndes. *1994/1998* BSB.

Revista ADUNESP. *Resgatando a História e apostando no futuro*. SP, 1996, nº 1.

Revista ADUSP. *A crise dos movimentos sociais*. SP, 1997, nº10.

Revista ADUSP. *ADUSP 20 anos*. ed. Especial. SP, 1996.

Revista ADUSP. *Desemprego: o Horror Brasileiro. Perspectivas para o País*. SP, 1997, nº 12.

Revista ADUSP. *Os (des) caminhos da universidade*. SP, 1997, nº 9.

Revista APUBH. *Caminhos. Greve: Salvaguarda da Universidade desde a Idade Média*. BH, 1991, nº 4.

Revista APUBH. *Caminhos. Universidade para quê? Reflexões sobre o Congresso Universitário*. BH, 1996, nº 12.

Revista do CPERS. *Viva a Educação Pública*. Adufrgs. RS, 1998.

Revista PUC VIVA. *APROPUC: 20 anos de luta*. SP, 1996, nº 1.

Revista Universidade e Sociedade. ANDES SN, Regional SP, nºs 1 a 14. 1991 a 1997.

Revista Vide-verso. *Expressar é preciso*. 1996. nº 1.

CADERNOS:

Caderno da ADUFPI *Política de Industrialização e reestruturação produtiva*. Piauí, 1995, nº1.

Cadernos ANDES. BSB, décadas de 80 e 90, nºs 1 a 15.

Caderno da APUBH. *Realidade Brasileira*, BH, 1997.

Caderno da APUFPR. *A organização sindical das Associações Docentes*. Curitiba, 1992, nº 3.

Caderno da APUFPR. *O destino da universidade*. Debate com Cristovam Buarque. Curitiba, 1991, nº 1.

Caderno Educação, Democracia e Qualidade Social. *Consolidando um Plano Nacional de Educação*. Programa, Conferências, Mesas Redondas, Trabalhos, Comunicações. Belo Horizonte, 1997.

Caderno Educação, Democracia e Qualidade Social. *Consolidando um Plano Nacional de Educação*. Plano Nacional de Educação. Proposta do II CONED. Belo Horizonte, 1997.

Caderno. *Plano Nacional de Educação*. Proposta da Sociedade Brasileira. Consolidado na Plenária de Encerramento do II CONED – II Congresso Nacional de Educação – Belo Horizonte (MG), 1997.

Cadernos ANDES. *Proposta da ANDES SN para a Universidade Brasileira*. 2ª ed. Atualizada. Brasília, 1996.

Cadernos da ADUFOP. *Processo Eleitoral na Universidade. Autonomia Universitária*. Ouro Preto, 1996, nº 1.

Cadernos da ADUSP. *Educação Pública em questão*. SP, 1993, nº 1.

Cadernos da APUBH. *Serviço Público e Gratuito. O que está acontecendo com o serviço público gratuito?* 2ª ed. Belo Horizonte, 1997.

I Caderno de Educação. *I Congresso Nacional de Educação*. Belo Horizonte: APUBH, julho de 1997.

JORNAIS e BOLETINS:

Jornais e Boletins da ANDES SN – Brasília, 1979/1997

Jornais e Boletins da ADUFU SS- Uberlândia, 1979 a 1997.

InformANDES, Brasília, 1998, 1999.

DOCUMENTAÇÃO LEGAL:

Atas da ADUFU SS – Uberlândia, 1979/1994

LDB – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96*. Avaliação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. APUBH, 3ª Edição. Belo Horizonte, 1997.

Ofícios e Atas da ANDES SN – Brasília, 1981/1994

Regimento da ADUFU SS. Uberlândia, Gestão 89/91 e 91/93

RELATÓRIOS:

Relatórios Finais dos CONADS e CONGRESSOS da ANDES SN – Brasília, 1981/1997

ANEXOS

**ANEXO I –
RELAÇÃO DOS EVENTOS DA ANDES**

EVENTO	DATA	LOCAL
Reunião Nacional Extraordinária das ADs	06 a 09/09/79	Salvador - BA
ENE x AD - Encontro Extraordinário de ADs	julho/ 80	Rio de Janeiro - RJ
I ENAD - Encontro Nacional das ADs	15 a 18/02/79	São Paulo - SP
II ENAD - Encontro Nacional das ADs	25 a 29/02/80	João Pessoa - PB
III ENAD – Encontro Nacional das ADs	18 a 20/02/81	Campinas - SP
I CONAD Extraordinário	20 a 24/03/87	Brasília - DF
II CONAD Extraordinário	11 a 13/04/91	Brasília - DF
III CONAD Extraordinário	10 e 11/10/92	Brasília - DF
I CONAD	17 a 19/04/81	São Paulo -SP
II CONAD	05 a 07/07/81	Salvador - BA
III CONAD	23 a 25/10/81	Brasília - DF
IV CONAD	17 a 18/04/82	Natal - RN
V CONAD	11 a 13/08/82	Belo Horizonte -MG
VI CONAD	17 a 19/09/82	Vitória - ES
VII CONAD	03 a 05/06/83	Rio de Janeiro - RJ
VIII CONAD	08 a 09/10/83	Goiânia - GO
IX CONAD	21 a 24/06/84	Belo Horizonte - MG
X CONAD	05 a 07/10/84	Cuiabá - MT
XI CONAD	28 a 30/06/85	Recife - PE
XII CONAD	12 a 14/10/85	Niterói - RJ
XIII CONAD	20 a 22/06/86	São Paulo - SP
XIV CONAD	02 a 05/10/86	Curitiba - PR
XV CONAD	28/05/87	Rio de Janeiro - RJ
XVI CONAD	04 a 07/09/87	São Luiz - MA
XVII CONAD	02 a 05/06/88	Porto Alegre - RS
XVIII CONAD	12 a 15/10/88	João Pessoa - PB
XIX CONAD	09 a 13/08/89	Uberlândia - MG
XX CONAD	01 a 04/11/89	Belém - PA
XXI CONAD	30/05 a 02/06/90	Aracaju -SE
XXII CONAD	31/10 a 03/11/90	Campo Grande - MS
XXIII CONAD	12 a 16/11/91	Maceió - AL
XXIV CONAD	22 a 27/06/92	Fortaleza -CE
XXV CONAD	01 a 05/12/92	Piracicaba -SP
XXVI CONAD	30/06 a 03/07/93	Natal - RN
XXVII CONAD	02 a 06/11/93	Pelotas - RS
XXVIII CONAD	30/06 a 04/07/94	Recife - PE
XXIX CONAD	29/11 a 03/12/94	Niterói - RJ
XXX CONAD	02 a 04/07/95	São Luiz - MA
XXXI CONAD	06 a 08/10/95	Salvador - BA
XXXII CONAD	28 a 30/06/96	Guaratinguetá -SP
XXXIII CONAD	25 a 27/10/96	Ouro Preto - MG
XXXIV CONAD	04 a 06/07/97	Palmas - TO
I CONGRESSO Extraordinário	29 a 31/05/87	Rio de Janeiro - RJ
II CONGRESSO Extraordinário	25 a 27/11/88	Rio de Janeiro - RJ
I CONGRESSO	01 a 05/02/82	Florianópolis - SC

II CONGRESSO	31/01 a 04/02/83	Fortaleza - CE
III CONGRESSO	13 a 18/02/84	Piracicaba - SP
IV CONGRESSO	24/02 a 01/03/85	Vitória - ES
V CONGRESSO	19 a 24/01/86	Salvador - BA
VI CONGRESSO	25 a 31/01/87	Goiânia - GO
VII CONGRESSO	24 a 30/01/88	Juiz de Fora - MG
VIII CONGRESSO	14 a 18/02/89	São Paulo - SP
IX CONGRESSO	06 a 10/02/90	Londrina - PR
X CONGRESSO	18 a 23/02/91	Curitiba - PR
XI CONGRESSO	16 a 22/02/92	Cuiabá - MT
XII CONGRESSO	28/02 a 05/03/93	Manaus - AM
XIII CONGRESSO	21 a 26/02/94	Viçosa - MG
XIV CONGRESSO	14 a 18/02/95	Brasília - DF
XV CONGRESSO	01 a 06/02/96	Santa Maria - RS
XVI CONGRESSO	25/02 a 02/03/97	João Pessoa - PB

(Fonte: ANDES SN, 1996)

ANEXO II
COMPOSIÇÃO DAS DIRETORIAS DA ANDES – 1981 a 1994

a) Diretoria Provisória - Eleição - 19 / 02/ 1981 - gestão 81/82.

Presidente: Osvaldo de Oliveira Maciel (APUFSC).
Vice-Presidente: Agamenon Tavares de Almeida (ADUFC).
Segundo vice-presidente: Laurindo Leal Filho
Secretário Geral: Luís Pinguelli Rosa
Primeiro Secretário: Newton Lima Neto
Segundo Secretário: Flávio Valente
Primeiro Tesoureiro: Mindé Menezes
Segundo Tesoureiro: Francisco Alves

Vice-Presidências Regionais:

Norte: Carlos Thomás
Nordeste I: Amundson Portella de Holanda Cavalcanti
Nordeste II: Rubens Lira
Nordeste III: Arlindo Raposo
Centro-Oeste: Marco Antônio Leite
Leste: Renato Ortiz
Rio de Janeiro: João Ferreira Filho
São Paulo: Carlos Baldijão
Sul: Sérgio Pires

b) 1ª Diretoria - Eleição - 09/06/1982 - gestão 82/84.

Presidente: Luiz Pinguelli Rosa (ADUFRJ)
Primeiro vice-presidente: Flávio Valente (APUB)
Segundo vice-presidente: Aloizio Mercadante Oliva (APROPUC-SP)
Suplente para os cargos da presidência: Rubens Pinto Lyra (ADUFPB-JP)
Secretário Geral: Newton Lima Neto (ADUFSCar)
Primeiro Secretário: Raul Guenther (ADUFSC)
Segundo Secretário: Ubirajara Dores Rebouças (APUB)
Suplentes Secretaria: Wolfgang Leo Maar (ADUFSCar)
Primeiro Tesoureiro: Marco Antônio S. Leite (ADUFG)
Segundo Tesoureiro: Maria José F. Ribeiro (APES-JF)
Suplente Tesoureiro: Moema Soares de Castro (ADUFPB -CG).

Vice-Presidentes Regionais:

Norte: Zuleide P. Ximenes Pontes (ADUFPA)
Suplente Norte: Malena Torino (ADUA)
Nordeste I: Agamenon T. Almeida (ADUFC)
Suplente Nordeste I: Maria Delta Martins (APRUMA)
Nordeste II: Sebastião Carneiro (ADURN)
Suplente Nordeste II: Sônia Marques (ADURN)
Nordeste III: Ilka Dias Bichara (ADUFS)
Suplente Nordeste III: Lenilda A. Silva (ADUFS)
Centro-Oeste: Sadi Dal Rosso (ADUnB)
Suplente Centro-Oeste: José Avelino (APUC-GO)
Leste: Roberto Martins (APUBH)
Suplente Leste: Eugênia C. Raizer (ADUFES)
Rio de Janeiro: Alexandre Magalhães (ADUFRJ)
Suplente Rio de Janeiro: Joel Theodósio (ADUFRJ)
São Paulo: Carlos Martins (APROPUC-C)
Suplente São Paulo: Edmundo F. Dias (ADUNICAMP)
Sul: Emmanuel José Appel (APUFPR)

Suplente Sul: Renato de Oliveira (ADUNISINOS)

c) 2ª Diretoria - Eleição - 21/06/1984 - gestão 84/86.

Presidente: Maria José Vieira Feres (APES)
Primeiro vice-presidente: Carlos Alberto F. Martins (APROPUC-C)
Segundo vice-presidente: Wolfgang Leo Maar (ADUFSCAR)
Suplente presidência: Sadi Dal- Russo (ADUnB)
Secretário Geral: Raul Guenther (APUFSC)
Primeiro Secretário: Sydney Sérgio F. Solis (ADUSU)
Segundo Secretário: Emmanuel José Appel (APUFPR)
Suplente Secretaria: Pedro Antônio Cecato (ADUFPB/JP)
Primeiro Tesoureiro: Benedito Tadeu César (ADUFES)
Segundo Tesoureiro: José Sérgio G. de Azevedo (APUB)
Suplente Tesouraria: Arlindo dos Santos Raposo (APRUMA)

Vice-Presidências Regionais:

São Paulo: Nader Wafae (ADEPM)
Suplente São Paulo: Prof. Ari Vicente Fernandes (APROPUC-C)
Rio de Janeiro: Antônio Constantino de Campos (ADUFRRJ)
Suplente Rio de Janeiro: Profª. Eliane Brígida de M. Falcão (ADUFRJ)
Leste: Márcio Antônio de Oliveira (APES)
Suplente Leste: Profª. Eugênia Célia Raizer (ADUFES)
Sul: Anamaria Beck (APUFSC)
Suplente Sul: Prof. Luiz Afonso Montini (ADUNISINOS)
Centro-Oeste: Rosângela A. P. R. da Silva (ADUFMAT)
Suplente Centro-Oeste: Prof. Pedro M. S. Neto (ADUnB)
Norte: José Ribamar Bessa Freire (ADUA)
Suplente Norte: Profª. Joaquina B. Teixeira (ADUFPa)
Nordeste I: Antônio José C. B. Medeiros (ADUFPI)
Suplente Nordeste I: Prof. José da R. Furtado Filho (ADUFC)
Nordeste II: Wagner Braga Batista (ADUFPB-CE)
Suplente Nordeste II: Profª. Sônia Marques (ADUFEPE)
Nordeste III: Iracy Silva Picanço (APUB)
Suplente Nordeste III: Prof. José Jerônimo de Moraes (ADUFS)

d) 3ª Diretoria- Eleição - 20/06/1986- gestão 86/88.

Presidente: Newton Lima Neto (ADUFSCAR)
Primeiro vice-presidente: Sydney Sérgio F. Solis (ADUSU)
Segundo vice-presidente: Luís Pompeu de Campos (APUBH)
Suplente de Presidência: Oswaldo de Oliveira Maciel (APUFSC)
Secretário Geral: Márcio Antônio de Oliveira (APEES)
Primeiro Secretário: Antônio Ibanez Ruiz (ADUnB)
Segundo Secretário: Pedro Antônio Cecato (ADUFPB-JP)
Suplente Secretaria: Marco Antônio Nascimento Pereira (APUFSC)
Primeiro Tesoureiro: Ari Vicente Fernandes (APROPUC-C)
Segundo Tesoureiro: Renato de Oliveira (ADUFRGS)
Suplente Tesouraria: Ildeo Castro Moreira (ADUFRJ)

Vice-Presidências Regionais:

Norte: Silvério Almeida Tundes (ADUA)
Suplente Norte: Profª. Zélia Amador de Deus (ADUFPA)
Nordeste I: Antônio de Pádua Rodrigues (ADUFPI)
Suplente Nordeste I: Prof. José da Rocha Furtado Fº (ADUFC)
Nordeste II: Rubens Pinto Lyra (ADUFPB-JP)
Suplente Nordeste II: Profª. Maria Bernadete de Oliveira (ADURN)

Nordeste III: Sofia Olzewski Filha (APUB)
Suplente Nordeste III: Profª. Rita de Cássia Silva Olivieri (ADUFS)
Leste: Benedito Tadeu César (ADUFES)
Suplente Leste: Prof. Tarcísio Ferreira (APUBH)
Rio de Janeiro: Miríam L. Cardoso (ADUFF)
Suplente Rio de Janeiro: Profª. Cibeli Reynaud (ADUNIRIO)
São Paulo: Sílvia Helena S. Borelli (APROPUC-SP)
Suplente São Paulo: Prof. Francisco Miraglia (ADUSP)
Centro-Oeste: Sidney Valadares Pimentel (ADUFG)
Suplente Centro-Oeste: Prof. José Francisco Vianna (ADUFEMS)
Sul: Aníbal Sanchez Moura (ADUEM)
Suplente Sul: Prof. José Gonçalves Medeiros (APUFSC)
Rio Grande do Sul: Florismar Oliveira Thomas (ADUFPEL)
Suplente Rio Grande do Sul: Prof. Edson Nunes de Moraes (APUSM)

e) 4ª Diretoria- Eleição- 02/06/1988- gestão 88/90.

Presidente: Sadi Dal- Rosso (UNB)
Primeiro vice-presidente: Carlos Eduardo Malhado Baldijão (USP)
Segundo vice-presidente: Maria da Glória Ribeiro da Silva (USU)
Suplente de Presidência: Tanira Margarete Piascentini (UFSC)
Secretário Geral: Sílvio Frank Alem (UFPB JP)
Primeiro Secretário: Vanderli Fava de Oliveira (UFJF)
Segundo Secretário: Márcia Serôa (UFAM)
Suplente de Secretaria: Carlos Peraro Filho (UFPA)
Primeiro Tesoureiro: Marco Antônio Sperl de Faria (UNIMEP)
Segundo Tesoureiro: Eliane Novato Silva (UFNG)
Suplente Tesouraria: Maria Clóris Magalhães Almeida (UFRRJ)

Vice-Presidências Regionais:

Norte: Mário Cardoso (UFPA)
Suplente Norte: Humsilka Maria ° de Amorim (AFRó)
Nordeste I: Yacy Mendonça de Almeida (UFC)
Suplente Nordeste I: José Neuburgo de Oliveira (UFPI)
Nordeste II: Maria Luiza Martins Aléssio (UFPE)
Suplente Nordeste II: Vera Lúcia do Amaral e Silva (UFPB-JP)
Nordeste III: Dan Oliveira Santana (UEBA)
Suplente Nordeste III: Gilsa Luiza da Mota Gomes (UFS)
Centro-Oeste: Nicanor Palhares Sá (UFMAT)
Suplente centro-Oeste: Nicanor Palhares Sá (UFMAT)
Leste: Fábio Corrêa Dutra (UFES)
Suplente Leste: Edilamar Rezende (UFU)
Rio de Janeiro: Jorge Máximo de Souza (UFRJ)
Suplente Rio de Janeiro: Deise Mancebo (UERJ)
São Paulo: Pedro Paulo R. Monteleone (EPM)
Suplente São Paulo: Edmundo Fernandes Dias (UNICAMP)
Sul: Marcos de Toledo Tito (UEL)
Suplente Sul: Luís Carlos Pinheiro M. Filho (UFSC)
Rio Grande do Sul: Luiz Paiva Carapeto (UFPel)
Suplente Rio Grande do Sul: Marino Ledur (PUC-RS)

f) 5ª Diretoria - Eleição - 30/06/1990 - gestão 90/92.

Presidente: Carlos Eduardo Malhado Baldijão
Primeiro vice-presidente: Paulo Marcos Borges Rizzo
Segundo vice-presidente: Marco Antônio Sperl de Faria
Suplente da presidência: Natanael Rohr da Silva

Secretário Geral: Luiz Paiva Carapeto
Primeira Secretária: Edilamar Rezende
Segundo Secretário: Roberto Lopes de Abreu
Suplente de Secretaria: Rosemary Conti
Primeiro Tesoureiro: Sylvio Quezado de Magalhães
Segundo Tesoureiro: Edna Valim
Suplente de Tesoureiro: Dan Oliveira Santana

Vice-Presidências Regionais:

Rio Grande do Sul: Leda Carmem Wulff Gobetti
Suplente Rio Grande do Sul: Valter de Almeida Freitas
Secretária Rio Grande do Sul: Maria Antonieta Lavoratti
Suplente Secretária: Berenice Corsetti
Tesoureiro Rio Grande do Sul: Marino Ledur
Suplente Tesouraria: José Plínio Guimarães Fachel
Sul: Milena Maria Costa Martinez
Suplente Sul: Zelma Francisca Torres Tomaz
Secretária Sul: Doroti Martins
Suplente Secretária: Luiz Carlos Buschi
Tesoureiro Sul: Marco Aurélio Da Ros
Suplente Tesouraria: Berenice Quinzani Jordão
São Paulo: Américo Adlai Franco Kerr
Suplente São Paulo: Lúcia Helena Lodi
Secretária São Paulo: Géria Maria Montanari Franco
Suplente Secretária: Eduardo Cotecchia Ribeiro
Tesouraria São Paulo: Tania maria Alkmim
Suplente Tesouraria: Lineu Carlos Maffezol
Rio de Janeiro: Maria da Glória Ribeiro da Silva
Suplente Rio de Janeiro: Alice Helga Werner
Secretária Rio de Janeiro: Índia Maria Borba Moreira
Suplente Secretária: Joice G. Passos
Tesouraria Rio de Janeiro: Sílvio Augusto Mehry
Suplente Tesouraria: Francisco Bernardo Karan
Leste: Elias Antônio Jorge
Suplente Leste: Maria Ignês Pfister
Secretária Leste: Paulo Roberto Bassoli
Suplente Secretária: José Astolfo Lopes de Souza
Tesouraria Leste: Benjamim de Almeida Mendes
Suplente Tesouraria: Solange Bretas
Centro-Oeste: Isaías Pereira da Costa
Suplente Centro-Oeste: Nivaldo Antônio Nogueira David
Norte: Edilza Joana Fontes
Suplente Norte: Noval Benaion Mello
Nordeste I: Raimundo Moacir Mendes Feitosa
Suplente Nordeste I: Maria Hercília Mota Coelho
Secretária Nordeste I: Acácio Salvador Vêras e Silva
Suplente Secretária: Elisabeth Maria Bezerra Coelho
Tesouraria Nordeste I: Francisco Laerte Juvêncio Magalhães
Suplente Tesouraria: Ciro Nogueira Filho
Nordeste II: Semadá Ribeiro
Suplente Nordeste II: Maria Cristina de Moraes
Secretária Nordeste II: Zenilde Moreira Borges de Moraes
Suplente Secretária: Leoncio Camino Rodrigues Larrain
Tesouraria Nordeste II: Roberto de Araújo Faria
Suplente Tesouraria: Maria do Socorro Xavier Batista

Nordeste III: José de Souza Leão
Suplente Nordeste III: Pasqualino Romano Magnavita
Secretária Nordeste III: Rômulo Andrade Rocha
Suplente Secretária: Arivaldo Montalvão Filho
Tesouraria Nordeste III: Erinalva Medeiros
Suplente Tesouraria: Rossine Cerqueira da Cruz

g) 6ª Diretoria - Eleição - 22 /06/1992 - gestão - 92/94

Presidente: Márcio Antônio de Oliveira
Primeiro vice-presidente: Paulo Marcos Borges Rizzo
Segundo vice-presidente: Américo Adlal Franco Sangigolo Kerr
Terceiro vice-presidente: Edmundo Fernandes Dias
Secretário Geral: Sílvio Frank Alem
Primeiro Secretário: Valter de Almeida Freitas
Segundo Secretário: Ângela Maria Ferreira Tygel
Terceiro Secretário: Maria de Fátima Costa Félix
Primeiro Tesoureiro: Roberto Lopes de Abreu
Segundo Tesoureiro: Agamenon Tavares de Almeida
Terceiro Tesoureiro: Joana Neves

Vice-Presidências Regionais:

1º Vice-presidente Norte: Clodomir Monteiro da Silva
2º Vice-presidente Norte: Adilson Siqueira de Andrade
1º Vice-presidente Nordeste I: Danton Melo
2º Vice-presidente Nordeste I: Maria Dulce Scuza Castelo
1º Secretário: Maria Hercília Mota Coelho
2º Secretário: Candido Augusto Medeiros Junior
1º Tesoureiro: Francisco Laerte Juvêncio Magalhães
2º Tesoureiro: Sandra Regina Rodrigues dos Santos
1º Vice-presidente Nordeste II: Josevaldo Pesca da Cunha
2º Vice-presidente Nordeste II: Semada Ribeiro Alves de Azevedo
1º Secretário: Alexandre Antônio Gili Náder
2º Secretário: Romero Antônio Moura de Leite
1º Tesoureiro: Lindemberg Medeiros de Araújo
2º Tesoureiro: Maria do Carmo Correia Lima
1º Vice-presidente Nordeste III: Sofia Olze wsk Filha
2º Vice-presidente Nordeste III: Antônio Ponciano Bezerra
1º Secretário: Eveline Correia Galçalves
2º Secretário: Eduardo Ubirajara Rodrigues Batista
1º Tesoureiro: Sérgio Armando Diniz Guerra
2º Tesoureiro: Ricardo Coelho de Barros
1º Vice-presidente Leste: Domingos Antônio Giroletti
2º Vice-presidente Leste: Maria José Vieira Féres
1º Secretário: Lúcia de Macedo Soares Poli
2º Secretário: Edson Pereira Cardoso
1º Tesoureiro: José Antônio Amanelli
2º Tesoureiro: Antônio Libério de Borba
1º Vice-presidente Planalto: Pedro Murrieta Santos Neto
2º Vice-presidente Planalto: Vicente de Paula Faleiros
1º Vice-presidente Pantanal: Edward Bertholne de Castro
2º Vice-presidente Pantanal: Nadson Ramos da Costa
1º Vice-presidente Rio de Janeiro: Joanir Pereira Passos
2º Vice-presidente Rio de Janeiro: Luiz Carlos Soares
1º Secretário: Júlio César Vaz da Silva
2º Secretário: Frederico José Falcão

1º Tesoureiro: Celso de Almeida e Silva
2º Tesoureiro: José Carlos Xavier da Silva
1º Vice-presidente São Paulo: Lúcia Helena Lodi
2º Vice-presidente São Paulo: Flávio Wolf de Aguiar
1º Secretário: Sérgio Mancini Nicolau
2º Secretário: Carlos Alberto Olivieri
1º Tesoureiro: Luiz Carlos de Almeida
2º Tesoureiro: Gislaine Cecília de Oliveira Cervený
1º Vice-presidente Sul: Anamaria Beck
2º Vice-presidente Sul: Hideo Araki
1º Secretário: Albertina Dutra Silva
2º Secretário: Maria Josefina Polli Kawamura
1º Tesoureiro: Ewerton Vieira Machado
2º Tesoureiro: João Batista Martins
1º Vice-presidente Rio Grande do Sul: Maria Adélia Pinhal de Carlos
2º Vice-presidente Rio Grande do Sul: Pedro Rabelo Coelho
1º Secretário: Leda Carmen Wulff Gobetti
2º Secretário: Marlene Ribeiro
1º Tesoureiro: Dorilda Grolli
2º Tesoureiro: Maria Fani Schibel

h) 7ª Diretoria - Eleições - 30/06/1994 - gestão - 94/96

Presidente: Luiz Henrique Shuch
Primeiro vice-presidente: Anamaria Beck
Segundo vice-presidente: Sérgio Armando Diniz Guerra
Terceiro vice-presidente: Fernando Molinos Pires Filho
Secretário Geral: Edmundo Fernandes Dias
Primeiro Secretário: Luiz Paiva Carapeto
Segundo Secretário: Josevaldo Pessoa da Cunha
Terceiro Secretário: Géria Mª Montanaro Franco
Primeiro Tesoureiro: Agamenon Tavares de Almeida
Segundo Tesoureiro: Maria Cristina de Moraes
Terceiro Tesoureiro: Solange Bretas

Vice-Presidências Regionais:

1º Vice-presidente Norte: Raffaele Amazonas Novellino
2º Vice-presidente Norte: Solange Calcagno Galvão
1º Secretário: Carlos Luiz F. Silva
2º Secretário: Benedita Maria Gomes Esteves
1º Tesoureiro: Antônio Carlos Witkoski
2º Tesoureiro: Flávio Batista Simão
1º Vice-presidente Nordeste I: Francisco José Pinheiro
2º Vice-presidente Nordeste I: Antônio de Pádua Rodrigues
1º Secretário: Évila Brito Ribeiro
2º Secretário: Cândido Augusto Medeiros Júnior
1º Tesoureiro: Yaci Mendonça de Almeida
2º Tesoureiro: Ana Fernandes da Silva
1º Vice-presidente Nordeste II: Rubens F. Ribeiro
2º Vice-presidente Nordeste II: Francisco José de Arruda Filho
1º Secretário: Ibiraci Maria Fernandes Rocha
2º Secretário: Marígia Vianna
1º Tesoureiro: Luiz Manoel Domingues do Nascimento
2º Tesoureiro: Expedito Baracho Júnior
1º Vice-presidente Nordeste III: Antônio Ponciano Bezerra
2º Vice-presidente Nordeste III: Nildon Carlos Santos Pitombo
1º Secretário: Elda Vieira Tramm

2º Secretário: Antônio Passos Lima Filho
 1º Tesoureiro: Terezinha Maria Barros Santos
 2º Tesoureiro: Nilzo Lima Júnior
 1º Vice-presidente Leste: Evandro Ferreira Passos
 2º Vice-presidente Leste: Antônio Libério de Borba
 1º Secretário: Zélia Judith Lóss
 2º Secretário: Murilo Cássio Olavier Fahel
 1º Tesoureiro: José Antônio Armanelli
 2º Tesoureiro: Frederico da Silva Reis
 1º Vice-presidente Planalto: Perpétua do Socorro de Mello
 2º Vice-presidente Planalto: Maria Zoreide Britto Maria
 1º Secretário: Maria José da Silva
 2º Secretário: Rozi Mendes de Melo A. Filha
 1º Tesoureiro: Enoch José da Mota
 2º Tesoureiro: Maria Auxiliadora César
 1º Vice-presidente Pantanal: Hermano José de Melo
 2º Vice-presidente Pantanal: Tomás de Aquino Silveira Boaventura
 1º Secretário: José Antônio Menoni
 2º Secretário: Maria de Souza Rodrigues
 1º Tesoureiro: Paulo Ricardo da Silva Rosa
 2º Tesoureiro: Dirceu Grazel
 1º Vice-presidente Rio de Janeiro: Margarida Carvalho de Santana
 2º Vice-presidente Rio de Janeiro: Rosanne Evangelista Dias
 1º Secretário: Luiz Carlos Soares
 2º Secretário: Sérgio Guimarães Lima
 1º Tesoureiro: Irlete Braga da Trindade
 2º Tesoureiro: Rhondes Aldora R. Penz
 1º Vice-presidente São Paulo: Sueli Mazzili
 2º Vice-presidente São Paulo: Maria Valéria Barbosa Veríssimo
 1º Secretário: Marcos Nascimento Magalhães
 2º Secretário: Elias Basile Tambourgi
 1º Tesoureiro: Carlos Alberto Olivieri
 2º Tesoureiro: Sônia Regina Pereira
 1º Vice-presidente Sul: Hideo Araki
 2º Vice-presidente Sul: Maria da Graça Nóbrega Bollmann
 1º Secretário: José Mário Angeli
 2º Secretário: Marcos César Danhoni Neves
 1º Tesoureiro: Maria Luiza Reis
 2º Tesoureiro: Regina Maria Ignarra
 1º Vice-presidente Rio Grande do Sul: João Carlos Brahm Cousin
 2º Vice-presidente Rio Grande do Sul: Mauro Augusto B. Del Pino
 1º Secretário: Méri Rosane Silva
 2º Secretário: Maria Antonieta Dall'igna
 1º Tesoureiro: Edson Luiz Lindner
 2º Tesoureiro: Valério de Patta Pillar
 (Fonte: ANDES SN, 1997)

ANEXO III

a) RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES CUJOS DOCENTES PARTICIPARAM DO CONGRESSO DE FUNDAÇÃO DA ANDES EM 1981, CAMPINAS, SP

01. Universidade. do Amazonas
02. Universidade. Federal. e Ciências Agrárias do Pará
03. Universidade. Federal do Pará

04. Universidade Federal do Maranhão
05. Universidade Federal do Piauí
06. Universidade Federal do Ceará
07. Universidade do Rio Grande do Norte
08. Escola Superior de Agricultura de Mossoró
09. Universidade Federal do Rio Grande do Norte
10. Escola de Cajazeiras, Paraíba
11. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa
12. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande
13. Universidade Federal de Sergipe
14. Universidade Federal de Alagoas
15. Universidade Federal de Pernambuco
16. Universidade Católica de Pernambuco
17. Universidade Federal Rural de Pernambuco
18. Universidade Federal do Espírito Santo
19. Universidade Federal de Uberlândia
20. Universidade de Belo Horizonte/MG
21. Escola de Ensino Superior de Juiz de Fora
22. Universidade Federal de Viçosa, MG
23. Faculdade Notre Dame (não é mais filiada)
24. Universidade Federal do Rio de Janeiro
25. Universidade Federal Fluminense
26. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
27. Universidade Santa Úrsula (não é mais filiada)
28. Pesquisadores e Tecnologistas da Fundação Oswaldo Cruz
29. Universidade do Rio de Janeiro
30. Escola de Sociologia Política (não é mais filiada)
31. Faculdades Metropolitanas Unidas Faculdades Integradas Alcântara Machado-Comissão Pró-FMU/FIAM (não são mais filiadas)
32. Universidade Federal do Acre
33. Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (não é mais filiada)
34. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (não é mais filiada)
35. Centro Unificado Profissional
36. Universidade da Bahia
37. Docentes da Sociedade Visconde de São Paulo (não é mais filiada)
38. Fundação Getúlio Vargas (não é mais filiada)
39. Escola Paulista de Medicina
40. Universidade de Mogi das Cruzes (não é mais filiada)
41. Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas (sem local)
42. UNESP, Campus de Ilha Solteira
43. Universidade de São Paulo
44. Universidade de Piracicaba
45. Universidade Estadual de Campinas
46. Faculdades de Santo Amaro
47. Universidade Federal de São Carlos
48. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (não participa da ANDES)
49. Fundação Armando Álvares Penteado (não é mais filiada)
50. Faculdade de Botucatu (sem outros dados) (não é mais filiada)
51. UNESP (sem local)
52. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (não é mais filiada)
53. Universidade de Brasília
54. Universidade Federal de Mato Grosso
55. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
56. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (não é mais filiada)
57. Universidade Federal de Goiás

58. Universidade Estadual de Maringá
 59. Docentes do Hospital Universitário de Londrina (não é mais filiada)
 60. Universidade Federal do Paraná
 61. Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 62. Universidade Federal de Santa Maria
 63. Universidade Federal de Santa Catarina
 64. Escola de Engenharia de Joinville
 65. Universidade do Rio dos Sinos (não é mais filiada)
 66. Universidade Católica do Rio Grande do Sul (não é mais filiada)
 67. Universidade Federal de Pelotas
- (Fonte: ATA nº 1 de Fundação da ANDES, 1981 e ANDES SN, 1997)

**b) RELAÇÃO DAS 50 ADs QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO DESTA PESQUISA:
(1996/1998)**

década de 60	década de 70	década de 80	década de 90
APUFPR SS	ADUFMS SS	ADUNIR SS	ADCAC SS
APUSM SS	APUFSC SS	ASDESAM SS	AD de Alegre SS
ASPUV SS	ADUSP SS	ADUFERPE SS	SINDUTAM SS
APUB SS	ADUNESP	ADUCSAL	ADESB SS
	ADUNICAMP SS	ADFUNREI SS	APUNI SS
	ADUNB SS	ADUNEMAT SS	ADUNIMONTES SS
	APRUMA SS	ADUEL SS	ADCAJ SS
	ADUFES	APUD SS	SINDOCEFET/PR SS
	FAMEMA SS	ADUC SS	ADUPE SS
	ADUFEPE SS	APUC SS	
	ADUFU-SS	ADFOP SS	
	ADUEPB/CG SS	ADUI SS	
	ADUFPA SS	ADFED SS	
	ADUFG SS	ADCEFET/MG SS	
	ADUFPB/JP SS		
	ADUFF SS		
	ADUA SS		
	APROPUC/SP SS		
	ADURNe SS		
	ADUFPI SS		
	ADUNIMEP SS		
	APUBH SS		
	Camp Univ. Bacanga SS/MA		

ANEXO IV:
LISTAGEM DAS SIGLAS DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES POR REGIÃO

Região Norte:

ADFCAP-SS
Associação dos Docentes da Faculdade C. Agrária do Pará - PA.
ADUA-SS
Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas - AM.
ADUFAC-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre - AC.
ADUFPA-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará - PA.
ADUNIR-SS
Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Rondônia - RO.
SESDUF-RR-SS
Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima - RR.
SIDUNTAM-SS
Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Tecnologia da Amazônia - AM.

Região Nordeste I:

ADCESP-SS
Associação dos Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí - PI.
ADUFC-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará - CE.
ADUFPI-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí - PI.
ADUNIFOR-SS
Associação dos Docentes da Universidade de Fortaleza - CE.
APRUMA-SS
Associação de Professores da Universidade do Maranhão - MA.

Região Nordeste II:

ADESA-PE-SS
Associação dos Docentes da Autarquia de Ensino Superior de Arco Verde - PE.
ADESB-SS
Associação dos Docentes do Ensino Superior Belo Jardim - PE.
ADFURRN-SS
Associação dos Docentes da Fundação da Universidade do Rio Grande do Norte - RN.
ADUC-SS
Associação dos Docentes Universitários de Cajazeiras - PB.
ADUCAPE-SS
Associação dos Docente da Universidade Católica de Pernambuco - PE.
ADUEPB-SS
Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba - PB.
ADUFEPE-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco - PE.
ADUFERPE-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco - PE.
ADUFPB-CG-SS
Associação dos Docentes das Instituições de Ensino Superior da Universidade Federal da Paraíba - PB.
ADUFPB-JP-SS
Associação dos Docentes do Campus I da Universidade Federal da Paraíba - PB.
ADUFPB-PATOS-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Paraíba - Patos - PB.
ADUPE-SS

Associação dos Docentes da Fundação da Universidade de Pernambuco - PE.
ADURN-SS
Associação dos Docentes dos Institutos de Ensino Superior do Rio Grande do Norte - RN.
ASDESAM-SS
Associação dos Docentes do Ensino Superior de Mossoró/RN.
SINDFACIA-SS
Seção Sindical dos Docentes da Faculdade de Filosofia de Caruaru - PE.

Região Nordeste III:

ADUCSAL-SS
Associação dos Docentes da Universidade Católica de Salvador - BA.
ADUFAL-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas - AL.
ADUFS-BA
Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana - BA.
ADUFS-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe - SE.
ADUNEB-SS
Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia - BA
ADUSB-SS
Associação dos Docentes da Universidade Estadual Sudoeste da Bahia - BA.
ADUSC-SS
Associação dos Docentes da Universidade de Santa Cruz - BA.
APUB-SS
Associação dos Professores da Universidade da Bahia - BA.
APUNI
Associação dos Professores da Universidade de Ibicarai - BA

Região Leste:

ADCEFET-MG-SS
Associação dos Docentes do CEFET-MG.
ADFAFIA-SS
Associação dos Docentes da Faculdade de Filosofia de Alegre - ES.
ADFMTM-SS
Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - MG.
ADFURNREI-SS
Associação dos Docentes da Fundação de Ensino Superior de São João Del Rey -MG.
ADUEMG-SS
Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais - MG.
ADUFES-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo - ES.
ADUFOP-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto - MG.
ADUFU-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia - MG.
ADUNIMONTES-SS
Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros - MG.
APESJF-SS
Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora - MG.
APROEFEI-SS
Associação dos Professores da Escola Federal de Engenharia de Itajubá - MG.
APUBH-SS
Associação dos Professores das Instituições de Ensino Superior na Universidade Federal de Minas Gerais - MG.
ASPESAL-SS
Associação dos Professores da Escola Superior de Agricultura de Lavras - MG.

ASPUV-SS

Associação dos Professores da Universidade Federal de Viçosa - MG.

SINDEFEOA-SS

Seção Sindical dos Docentes da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - MG.

Região Planalto:

ADESA-GO-SS

Associação dos Docentes do Ensino Superior Autárquico do Estado de Goiás - GO.

ADCAC-SS

Associação dos Docentes do Campus de Catalão - Universidade Federal de Goiás - GO.

ADCAJ-SS

Associação dos Docentes do Campus Avançado de Jataí - GO.

ADUFG-SS

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás - GO.

ADUnB-SS

Associação dos Docentes da Universidade de Brasília - DF.

ADUNISTINS-SS

Associação dos Docentes da Universidade de Tocantins - TO.

APUG-SS

Associação dos Professores da Universidade de Gurupi - TO.

Região Pantanal:

ADUEMS-SS

Associação dos Docentes Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - MS.

ADUFMAT-SS

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso - MT.

ADUFMAT-ROO-SS

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso - Rondonópolis - MT.

ADUFMS-DOURADOS-SS

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MS.

ADUFMS-SS

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - MS.

ADUNEMAT-SS

Associação dos Docentes da FCESC.

Região do Rio de Janeiro:

ADCEFET-RJ-SS

Associação dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica - RJ.

ADUFF-SS

Associação dos docentes da Universidade Federal Fluminense - RJ.

ADUFRJ-SS

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ.

ADUNI-RIO-SS

Associação dos Docentes da Universidade do Rio de Janeiro - RJ.

ADUR-RJ-SS

Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - RJ.

ASDUERJ-SS

Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - RJ.

Região de São Paulo:

ADAFSA-SS

Associação dos Docentes da Academia da Força Aérea - SP.

ADEPM-SS

Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina - SP.

ADFMM-SS

Associação dos Docentes da Faculdade Medicina de Marília - SP.
ADUFSCAR-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos - SP.
ADUNESP-SS
Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista - SP.
ADUNICAMP-SS
Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas - SP.
ADUNIMEP-SS
Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba - SP.
ADUNISA-SS
Associação dos Docentes da Universidade de Santo Amaro - SP.
ADUSP-SS
Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - SP.
APROFOC-SS
Associação dos Professores da Faculdade Oswaldo Cruz - SP .

Região Sul:

ADFAED-SS
Associação dos Docentes do Centro de Ciências da Educação - SC.
ADUEL
Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina - PR.
ADUEM
Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá - PR.
APROFEJ-SS
Associação dos Professores do Centro de Ciências Tecnológicas - Joinville - SC.
APROFURJ-SS
Associação dos Professores da Fundação Educacional da Região - SC
APUFSC-SS
Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - SC.
APUFPR-SS
Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - PR.
SINDOCEFET-PR S
Sindicato dos Docentes do CEFET-PR

Região do Rio Grande do Sul:

ADOCA
Associação dos Docentes da Faculdade Ciências Médicas de Porto Alegre - RS.
ADUFPEL-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas - RS.
ADUFRGS-SS
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS.
APROFURG-SS
Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande do Sul - RS.
SEDUFMS-SS
Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria - RS.
(Fonte: ANDES/1996)

ANEXO V
MATERIAL ENCAMINHADO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA:

a) Pedido de autorização encaminhado ao Presidente da ANDES SN

Uberlândia, 29 de abril de 1996

Ilmo. Sr.

Luiz Henrique Schuch

DD Presidente da ANDES SN

Vimos, pelo presente, solicitar de V.Sa. autorização para consulta aos arquivos deste Sindicato, cuja finalidade é colher dados para desenvolver um trabalho acadêmico no Programa de Doutorado na área de Filosofia e História da Educação da UNICAMP, SP. Sendo a história do Movimento Social Docente e a contribuição da ANDES SN o objeto desta pesquisa, a consulta aos anais da ANDES SN é de suma importância, neste momento. Para tanto, pretendemos iniciar este trabalho logo após o dia 05 de maio próximo e necessitamos, para isso, de uma pessoa no Sindicato que no oriente, se for possível. Esperando contar com a colaboração de V. Sa. Desde já, agradecemos.

Alaíde Rita Donatoni

Nota: A gestão seguinte, da professora Maria Cristina de Moraes, permitiu a referida pesquisa através da mesma autorização entregue ao professor Schuch.

b) Modelos de questionários enviados às associações docentes, aos professores que participaram da criação da ANDES, às vice-presidências regionais da ANDES e aos ex-presidentes da ANDES e do Sindicato Nacional ANDES.

1) Fax enviado às ADs :

Ao

Ilmo Sr. Diretor da AD

Meu nome é Alaíde Rita Donatoni e estou realizando uma pesquisa sobre a reconstrução histórica da ANDES-SN para desenvolver uma tese de doutorado na UNICAMP, na área de Filosofia e História da Educação.

Para tanto estou, neste momento, pedindo a gentileza de que me envie um fax com alguns dados de sua ADs: dia _____, mês _____, ano _____, local _____ da criação de sua AD.

Características da AD na época (se era cultural, de lazer, política, etc.) _____
e nome da primeira diretoria de sua AD, para constar neste trabalho:

Se os dados constarem da Ata de Fundação da referida AD, a mesma pode ser encaminhada via fax (034 - 235-4532 - ADUFU - Seção Sindical), se possível ainda hoje, pois estou aguardando.

É importante que o histórico de sua AD conste neste trabalho, que trata da história do nosso movimento docente.

Em tempo: Utilize esta folha para resposta das questões.

2) Questionário do Professor: principais lideranças

ROTEIRO:

A - Antes da criação da ANDES - (1981)

1. Escreva o nome da Faculdade ou Universidade que você trabalhava naquela época:

2. Como foi que surgiu a idéia de fundação da Associação Docente na Faculdade ou Universidade em que você trabalhava:

3. Conte como foi que vocês articulavam a idéia de criação da ANDES, junto à outras lideranças e o que foi feito sobre isso na sua faculdade?

4. Quais eram as razões, na época, para a criação da ANDES?

5. Você e as lideranças da época eram filiados a algum partido político ou alguma tendência política? _____ . Caso afirmativo, qual?

B - Depois da criação da ANDES SN.

6. Qual a sua atividade atualmente?

7. Você continua participando do movimento docente? Em caso afirmativo, de que forma?

Caso você tenha alguma(s) informação(ões) importante (s) a respeito da criação da ANDES, não respondida anteriormente, escreva nas linhas a seguir:

3) Questionário da ANDES - SN / VPR - (Vice - Presidências Regionais)

1. Porque foram criadas as Regionais?

2. Quando foi criada sua Regional?

3. O que as regionais representam para as ADs e para a ANDES, em síntese, para o Movimento Docente?

4. Como foram organizadas as regionais?

5.A sua regional atende a quais ADs e a quais Estados? Utilize o verso, por favor, se precisar.

4) *Questionário dos ex-presidentes da - ANDES - SN.*

- 1.Qual a Universidade a que você pertencia no momento da criação da ANDES e a qual pertence hoje?
- 2.Você era filiado a algum partido político ou tendência política na época da criação da ANDES? E hoje?
- 3.Como era o momento histórico (resumo) da época em que você candidatou-se a presidência da ANDES?
- 4.Quais as chapas concorrentes?
- 5.Qual foi o seu programa de luta (resumo)?
- 6.Qual a percepção que você tinha da ANDES, na época de sua criação? E hoje?
- 7.Hoje, você participa do Movimento Docente? Como?
- 8.A importância da ANDES, hoje? (resumo)
- 9.Você tem conhecimento de algum Movimento Docente do 3º grau, antes da criação da ANDES?
- 10.Qual o fato mais marcante, da época da criação da ANDES?
- 11.Outros que queira explicitar.

5) *Questionário - professores da ADUFU-SS*

- a) Nome completo
- b) Formação acadêmica
- c) Antes da criação da ANDES, você tinha conhecimento de algum movimento docente do 3º grau ?
- d) O SINPRO realizava alguma atividade ou mobilização dos professores do 3º grau, antes da criação da ANDES?
- e) Você participou da gestão da ADUFU-SS ? em qual cargo ? e da gestão da ANDES ? em qual cargo e período?
- f) Em sua gestão, quais os fatos mais marcantes ?
- g) Quais as reivindicações que encaminharam o MD a realizar greves ?
- h) Você participou dessas greves ? quais ? em que período ?
- i) O MD conseguiu quais reivindicações exigidas, após a greve ?
- j) Faça uma pequena avaliação da (s) greve (s), por favor.
- l)Você tem condições de explicitar quais foram as greves mais importantes do MD? ou todas o foram ?
- m) Outras informações que queira explicitar e que não foram contempladas nesta entrevista.
- n)Trace o perfil do professor universitário, segundo sua visão.

6) *Questionário aos professores que atuam no MD do Ensino Superior*

- 1) Qual a Universidade e o Departamento em que trabalha?

- 2) Em que ano foi admitido na Universidade?
 - 3) Há quanto tempo participa do MD?
 - 4) Como o próprio nome afirma, dentro do MD insere-se uma tendência política conhecida por Articulação ANDES AD. Você faz parte dessa tendência?
 - 5) Qual a origem e significado da Articulação ANDES AD?
 - 6) Qual o papel e a importância da Articulação ANDES AD para o MD?
 - 7) Você faz parte de algum partido político?
 - 8) A Articulação ANDES AD tem alguma orientação política ligada a partidos políticos?
 - 9) Alguns professores afirmam que a Articulação ANDES AD não aceita o pluralismo de tendências políticas para dirigir o Sindicato Nacional e as ADs. Porque razão isso ocorre?
 - 10) Se você não faz parte da tendência Articulação ANDES AD que se encontra inserida dentro do MD, faz parte de qual tendência política ou não pertence a nenhuma?
 - 11) Qual o papel e a importância de sua tendência política para o MD?
 - 12) Como você avalia a existência das tendências políticas dentro do MD?
- Muito obrigada por sua colaboração. Alaíde

OBSERVAÇÃO:

Foram realizados muitos contatos telefônicos, entrevistas orais e e-mail às lideranças sindicais e à ANDES SN, que enriqueceram sobremaneira esta pesquisa. A todos que nos atenderam, nosso agradecimento.